

**Tânia Regina da Rocha Unglaub**

**O PODER DO CANTO OU O CANTO DO PODER?**

**UM OLHAR SOBRE O USO DO CANTO COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA  
NO ESTADO DE SANTA CATARINA NUM CONTEXTO AUTORITÁRIO  
(1937-1945)**

**FLORIANÓPOLIS - SC**

**2008**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UFSC**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**Tânia Regina da Rocha Unglaub**

**O PODER DO CANTO OU O CANTO DO PODER?**  
**UM OLHAR SOBRE O USO DO CANTO COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA**  
**NO ESTADO DE SANTA CATARINA NUM CONTEXTO AUTORITÁRIO**  
**(1937-1945)**

Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina apresentada à banca de defesa.

**Orientador:** Dra. Cynthia Machado Campos

**Co-orientador:** Dra. Maria Teresa Santos Cunha

**FLORIANÓPOLIS - SC**

**2008**

**O PODER DO CANTO OU O CANTO DO PODER?  
UM OLHAR SOBRE O USO DO CANTO COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NO  
ESTADO DE SANTA CATARINA NUM CONTEXTO AUTORITÁRIO  
(1937-1945)**

**Tânia Regina da Rocha Unglaub**

Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de  
**DOUTOR EM HISTÓRIA CULTURAL**

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Cynthia Machado Campos – Presidente e Orientadora - UFSC

Profa. Dra. Maria Teresa Santos Cunha - Co-Orientadora - UDESC

Profa. Dra. Maria Stephanou - UFRGS

Profa. Dra. Janice Gonçalves - UDESC

Profa. Dra. Maria das Dores Daros - UFSC

Profa. Dra. Cristina Scheibe - UFSC

Profa. Dra. Joana Maria Pedro – Suplente – UFSC

Profa. Dra. Silvia Maria Fávero Arend – Suplente – UDESC

Florianópolis, 11 de março de 2008.

Á meu esposo Josiel companheiro de todas as horas, meus filhos Ailyn e Alisson que amam e se dedicam à música e a minha mãe professora primária Aracy Scherer Rocha.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer é uma arte complexa, principalmente quando se trata de um trabalho de pesquisa que envolve a participação direta ou indireta de muitos. A lista começa a ficar extensa e vem o temor de mencionar nomes e esquecer outros importantes, não pela falta de gratidão, mas pelo cansaço do que representam os últimos dias de conclusão de um estudo dessa natureza. Não existe quem contribuiu pouco, porque tudo foi relevante e necessário. Se a exigüidade do espaço me obriga a agradecer de forma geral, asseguro que em meu coração há lugar suficiente para agradecer sinceramente a todos aqueles que contribuíram para esse momento importante de minha vida. Sobram sentimentos, mas faltam palavras, que nunca serão suficientes para expressar o tamanho de minha gratidão.

Importa citar alguns nomes que foram fundamentais nesse processo. Professora Dr<sup>a</sup> Cynthia Machado Campos, como orientadora acompanhou-me em todas as etapas da investigação, dando-me apoio e direção segura e experiente, por caminhos antes desconhecidos. Professora Dr<sup>a</sup> Teresa Santos Cunha, minha co-orientadora, esteve ao meu lado nesses dois últimos anos, quando minha orientadora precisou ausentar-se para prosseguir seus estudos, contribuiu significativamente com suas orientações para a continuidade e finalização dessa tese. Professora Dr<sup>a</sup> Maria das Dores Daros, conheceu esse projeto ainda embrionário e me motivou a dar continuidade nesse trabalho. Suas indicações foram pontuais, tanto na banca de qualificação como em outros momentos. Professoras Dr<sup>a</sup> Cristina Scheibe Wolff, e professora Dr<sup>a</sup>. Joana Maria Pedro, professoras desse programa de pós-graduação pelas aulas ministradas no curso de história cultural e no grupo de pesquisa da linha Jogos de linguagem, cultura e poder. Também por aceitarem participar como avaliadoras desta tese doutoral. As professoras Dra. Maria Stephane (UFRGS) e Dra. Janice Gonçalves (UDESC) por aceitarem participar da banca de defesa.

Um agradecimento especial a MSc Cleidi Marília de Albuquerque, professora do Ceart/Udesc pelo apoio e preciosas sugestões. À amiga Cátia, pela disposição em levar-me a

casa de seus amigos nas cidades de Rodeio e Blumenau, que foram protagonistas do período apontado nesse estudo. Agradeço a todos que participaram dessa pesquisa com depoimentos e empréstimo de fontes primárias. Sem a participação dessas pessoas, esse trabalho não seria o mesmo. Cito apenas alguns nomes como representação desse grupo de depoentes: Isabel Lins, Zenilda Lins, Cacilda Moser, Leda Varela, Ingo Lubitz, Leonor Belz, Geraldino Ochner e os demais estão mencionados na dissertação dessa tese. Sueli Souza e Théo obrigado por me permitir mexer nas relíquias de seu pai e avô e emprestar-me o material tão precioso, o auxílio de vocês foi imprescindível.

Também agradeço aos funcionários da Associação Catarinense dos professores de Florianópolis, que me forneceu os nomes e endereços de professores aposentados. Também aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e do Instituto Histórico Geográfico do Estado de Santa Catarina, por me auxiliar a encontrar e fotografar fontes primárias para analisar e incluir nessa tese.

Ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo apoio. A secretária desse programa, Nazaré que sempre me atendeu com muita cordialidade. A Capes e depois ao CNPq pelo apoio financeiro durante alguns anos desse período de estudo.

Finalizo agradecendo a minha família, pois participou ativamente nesse processo: Josiel, meu esposo, que me ofereceu apoio incondicional; meus filhos Aillyn e Alisson, que escolheram a música como profissão e não mediram esforços para copiarem as partituras quase ilegíveis para serem anexadas nesse trabalho. Obrigada Josiel, Aillyn e Alisson porque souberam entender minhas ausências e “internações” isoladas no escritório. E ao meu Deus, em quem acredito que me deu forças para lutar e vencer as dificuldades.

A todos enfim, meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

O foco principal desta pesquisa voltou-se para o Canto Orfeônico em Santa Catarina e sua utilização no meio estudantil de acordo com o poder central na consecução de seus objetivos nacionalistas. Este estilo de canto foi utilizado em outros países com conotações cívicas e patrióticas, e impulsionado no Brasil graças à atuação de Villa-Lobos durante a vigência do governo Vargas. O Estado Novo com seu caráter ditatorial e suas medidas rigorosas propiciaram a implantação obrigatória do Canto Orfeônico. Em Santa Catarina a escola foi considerada o local mais adequado para as ações nacionalistas, registrando-se intensa prática pedagógica destinada a direcionar sentimentos de brasilidade. A participação dos escolares cantando e marchando em desfiles e cerimônias cívicas, também foi exigida, sob a força da lei. Nesse Estado habitava um número elevado de imigrantes que se concentravam em colônias espalhadas por várias regiões. Este fato justificou o programa governamental do Interventor Nereu Ramos no sentido de fomentar os sentimentos de brasilidade, através da imposição de cantos cívico-patrióticos. Decretos e leis referentes à nacionalização do ensino foram impostos. Para aplicar e fiscalizar essas medidas legais contou-se com a atuação dos inspetores, que se destacaram na educação catarinense. Eles representaram os ideais nacionalistas em cada visita escolar, impondo a cultura e tradições brasileiras. Influíram até no fechamento de escolas. O Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, João dos Santos Areão foi o encarregado de sistematizar e coordenar o Canto Orfeônico. Ele defendia a idéia de que essa música contribuiria para moldar na alma infantil o mais elevado espírito de civismo. Formou orfeões e compôs algumas canções patrióticas. Os dirigentes catarinenses pretendiam alcançar os lares por meio das vozes dos educandos, representando símbolos e sentimentos nacionalistas. Para que a escola cumprisse sua missão foi necessária uma formação adequada para habilitar professores nacionalistas a levar o canto e conteúdos patrióticos até aos mais longínquos rincões do Estado. Tanto na formação regular quanto na capacitação dos já contratados a música apareceu como elemento interdisciplinar no currículo, por sua capacidade de formar o imaginário dos alunos e através deles da população em geral, como pensavam os ocupantes do poder. Entrevistas semi-estruturadas, analisadas na perspectiva metodológica da história oral apresentaram informações baseadas na memória dos depoentes, sendo a memória uma representação do passado. Documentos encontrados nos arquivos pessoais dos entrevistados e nos órgãos oficiais do Estado, serviram de contraponto aos relatos. Esta tese foi inspirada nos pressupostos da história cultural, apresentando práticas que foram analisadas na chave das representações.

**Palavras-chave:** Canto Orfeônico. Nacionalização do ensino. Ação de inspetores. Formação inicial e continuada de professores. Cotidiano escolar catarinense. Memória e representações.



## ABSTRACT

The main focus of this research was turned for the Orpheonic Choral of Santa Catarina State and its use in the student environment according with the federal government in the attainment its nationalist objectives. This style of song was used in others countries with civic and patriotic connotations, and was driven in Brazil because of the action of Villa-Lobos during the validity of the Brazilian President Getúlio Vargas. The New State with its dictatorial character and its rigorous measures favored the obligatory introduction of the Orpheonic Antiphony. At Santa Catarina State the schools were considered the most adapted place for the nationalist actions, when intense pedagogic practice have been intended for increasing feelings of brasility. The participation of the students singing and marching in parades and civic ceremonies also were demanded, under the strength of the law. In this state it was living a great number of immigrants who lived in colonies spread by several regions. This fact justified the government program of the governor Nereu Ramos with the intent to promote the feelings of brasility, through the imposition of patriotic-civic songs. Decrees and laws referring to the nationalization of teaching were imposed. To apply and to supervise these legal measures one disposed of the acting of the inspectors, who were outstanding in the education inhabitant of Santa Catarina. They represented the nationalist ideal in each visited school, imposing the Brazilian culture and traditions. They influenced even the closure of schools. The Federal Inspector of the Subsidized Schools, *João dos Santos Areão* was the person in charge of systematizing and coordinating the Orpheonic Choral. He defended the idea of this music would contribute to mould in the childlike soul the most elevated spirit of public spirit. He formed orpheonic's choral and composed some patriotic songs. The ruling leaders of Santa Catarina State were intending to reach the homes through student voices, forming nationalist symbols and feelings. For schools carrying out their mission were necessary to form nationalist's teachers who were enabled to get the patriotic song and contents even to the most distant hidden corners of the State. As in the regular formation as in the capability of the teacher already contracted the music appeared as interdisciplinary subject because it is enable forming the imaginary of the pupils and through them of the population in general, since the occupants of the government were thought. Interviews semi-structured, analyzed in the methodological perspective of the oral history presented informations based in memory of the witnesses, being the memory as representation of the past. Documents found in the personal archives of the interviewed ones and in the official agency of the State, served as counterpoint to the reports. This thesis was inspired in the presuppositions of the cultural history, when there were presenting practices that were analyzed in the clef of the representations.

**key words:** Song Orpheonic. Nationalization of teaching. Action of Inspectors. Initial and continuing training of teachers. School daily life catarinense. Memory and representation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Comemoração do Dia da Independência – Rodeio – SC, 1943.....	81
Figura 2	Pic.nic do Grupo Escolar Osvaldo Cruz – Rodeio- SC, 1943.....	106
Figura 3	Alunos cantam no pic-nic sob regência de Areão – Rodeio – SC, 1943.....	106
Figura 4	Cerimônia Cívica: Escolares cantam e marcham – Década de 40 – SC.....	124
Figura 5	Desfile de Sete de Setembro – Joinville – SC, 1940 .....	148
Figura 6	Desfile de Sete de Setembro – Blumenau – SC, 1939. ....	149
Figura 7	Desfile de Sete de Setembro – Blumenau – SC, 1939 .....	150
Figura 8	Desfile de Sete de Setembro – Região de Blumenau – SC, 1937 .....	151
Figura 9	Desfile de Sete de Setembro – São Miguel do Oeste – SC, 1944 .....	152
Figura 10	Campanha em prol da Unificação Cultural do Povo – Rodeio – SC, 1944 .....	153
Figura 11	Cerimônia Cívica: alunos cantam com mão do peito – Década de 40 – SC.....	154
Figura 12	Inspetores Fazem o Plantio de Pau-Brasil – Blumenau – SC, 1938 .....	217
Figura 13	Cerimônias Nacionalistas – Presença de Barreiros Filho, Areão e Trindade – Blumenau – SC, 1938.....	218

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1. O PODER DO CANTO OU O CANTO DO PODER?</b> .....	25
1.1 MANIFESTAÇÕES ORFEÔNICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA .....	29
1.2 O CANTO ORFEÔNICO E VILLA-LOBOS .....	45
1.2.1 Muitas Vozes - Um Só Som .....	63
1.3 OLHARES DOS DIRIGENTES CATARINENSES .....	70
<b>2. ESCOLA CATARINENSE, PALCO DE BRASILIDADE</b> .....	81
2.1 ESCOLA, LOCAL DE CANTOS CÍVICOS .....	94
<b>3. CERIMÔNIAS CÍVICAS, MÚSICA E IMAGINÁRIO</b> .....	124
3.1 IMAGENS PRODUZIDAS, SENTIMENTOS ORQUESTRADOS .....	129
3.2 HINOS CANTADOS, HISTÓRIAS CONTADAS .....	158
<b>4. O CANTO NACIONALISTA E A PRÁTICA PEDAGÓGICA</b> .....	182
4.1 SONS DE BRASILIDADE NA EDUCAÇÃO DE EDUCADORES .....	189
4.2 DOCÊNCIA, MÚSICA E NACIONALISMO: HARMONIA CONSOLIDADA NA EDUCAÇÃO CONTINUADA .....	203
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	223
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	231
6.1 FONTES ORAIS .....	239
6.2 FONTES ESCRITAS .....	241

<b>7. ANEXOS</b> .....	244
<b>ANEXO N. 1</b> (1922) Programa do Centenário da Independência do Brasil - SC .....	245
<b>ANEXO N. 2</b> (1892- 1946) Currículo do Curso de Formação de Professores - SC.....	247
<b>ANEXO N. 3</b> (1931) Decreto-Lei Estadual, n. 58 .....	249
<b>ANEXO N. 4</b> (1938) Decreto-Lei Estadual, n. 88 .....	251
<b>ANEXO N. 5</b> (1938) Relatório do Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina sobre “o Ensino de Música” .....	256
<b>ANEXO N. 6</b> (1939) João dos Santos Areão assume o cargo de inspeção e orientação do Canto Orfeônico para as escolas catarinenses .....	257
<b>ANEXO N. 7</b> (1939) Areão confirma seu cargo de orientar, organizar e fiscalizar o Canto Orfeônico nas escolas catarinenses. (2º relatório) .....	260
<b>ANEXO N. 8</b> (1939) Relatório do Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina sobre “o Ensino de Música” .....	261
<b>ANEXO N. 9</b> (1942) Aprovação do programa de Música e Canto Orfeônico do Instituto de Educação de Florianópolis .....	262
<b>ANEXO N. 10</b> (1943) Departamento Nacional de Educação (Conservatório Nacional de Canto Orfeônico), envia diretrizes gerais do Canto Orfeônico à Santa Catarina.....	265
<b>ANEXO N. 11</b> (1936) Texto “O Canto nas Escolas” publicado na Revista de Educação ...	269
<b>ANEXO N. 12</b> (1950) Homenagem Póstuma à mestra catarinense de Música e Canto Orfeônico Judith de Oliveira Simone .....	271
<b>ANEXO N. 13</b> (s/d) Capa e sumário do livro Dia de Festas de Isabel Lins. ....	273
<b>ANEXO N. 14</b> (2006) Canções patrióticas cantadas por Isabel Lins. ....	274
<b>ANEXO N. 15</b> (1935 – 1945) Canções escolares, composição do Inspetor Areão .....	276
<b>ANEXO N. 16</b> (1935 – 1945) Composições musicais de professores catarinenses .....	281
<b>ANEXO N. 17</b> Localização de atuação de professores brasileiros entre as décadas de 30e 40 mencionadas nesta tese .....	283

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa histórica foi elaborado a partir das abordagens da História Cultural e destina-se a refletir sobre o uso da música como um dos recursos catalisadores de um sentimento nacionalista através da prática educacional, ocorrida no período do Estado Novo (1937-1945), no Estado de Santa Catarina. Este tema foi um desdobramento surgido a partir da minha dissertação de mestrado<sup>1</sup> defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, na qual investiguei sobre o Ensino da Música e sua atuação no processo educativo das Séries Iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública de Campinas, Estado de São Paulo.

Ao estudar a trajetória da educação musical das escolas brasileiras, foi possível detectar, através de um detalhe descrito em minha dissertação, um período entre as décadas de 30 e 40, no qual a música, através do canto orfeônico<sup>2</sup> esteve mais atuante e presente na

---

<sup>1</sup> UNGLAUB, Tania Regina da Rocha. **O Ensino da Música no Processo Educativo:** implicações e desdobramentos nas séries iniciais do ensino fundamental. 197p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2000. p. 46-51.

<sup>2</sup> A nomenclatura “Canto Orfeônico” foi utilizada pela primeira vez em 1833 por Bouquillon-Wilhem, professor de canto nas escolas de Paris, com objetivo de homenagear ao mitológico Orfeu. Deus músico na mitologia grega, vinculado à origem mítica da música e à sua capacidade de gerar comoção naqueles que a ouve. Essa relação com a mitologia esteve associada ao Canto Orfeônico como forma de alcançar a parte integrativa e afetiva dos alunos, ao conquistar atenção e emoção. O canto orfeônico procurou trazer mensagens e tentar incutir comportamentos nos seus praticantes e espectadores, tornando-se um útil instrumento para objetivos sociais e político-ideológicos, atendendo a necessidade do momento político-social que a França vivenciava no século XIX. A harmonização social e de unidade da massa veiculada pelo canto orfeônico, proporcionava um efeito emocional pela linguagem musical, vinculada à transmissão de conceitos da educação cívica e de valores morais por meio dos textos das canções, instalando um perfil cívico-patriótico em harmonia os ideais do estado na educação. No século XIX, essa prática originária na França, foi muito difundida. Logo se disseminou por toda a Europa. CUNHA. Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico:** Nova Fronteira da Língua Portuguesa. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

“*Canto de Orpheus*”. Originário da mitologia da Grécia Antiga. Orpheu considerado filho de Apolo, sacerdote de Dionísio, era um músico tão prodigioso que, quando ele cantava e tocava sua cítara, encantava deuses e mortais, acalmava as feras, emocionava até seres inanimados. Todos eram irresistivelmente atraídos, compondo um círculo ao seu redor para ouvi-lo. Através de Hesíodo, Ovídio, e Virgílio, o mito de Orfeu se tornou um dos mais caros temas literários da cultura ocidental. Sendo retomado pelo renascimento, romantismo, simbolismo e surrealismo. A atração, sedução e congregação de pessoas que exerce a música de Orfeu, no momento em que

história da educação brasileira; principalmente durante o Estado Novo. O cenário mundial, nesse período, estava sendo marcado por grandes transformações, valorizando regimes fortes que se empenhavam na construção do Estado-Nação. Segundo D'Araújo, este era o caminho vislumbrado para o século XX. O governo regularia as atividades do cidadão, promoveria o desenvolvimento e fomentaria o espírito de nacionalidade<sup>3</sup>. O nacionalismo construiria a Nação. O poder central buscava controlar os sentimentos da população através de várias estratégias.

No Brasil, essa tendência pode ser notada desde o início do século XX. Parte da intelectualidade<sup>4</sup> olhava com crescente simpatia alguns ideais nacionalistas. Às vésperas de 1930, esse sentimento havia se alastrado e estava presente em diversos setores da política nacional. Esse ano ficou marcado pelo fim da República Velha e a ascensão de Getúlio Vargas. Sob a bandeira do nacionalismo, este governo conseguiu arregimentar diferentes frentes que vinham se configurando na luta pela constituição de um Estado-Nação brasileiro, que representasse os interesses dos cidadãos em cada extremo do país. Lauerhass sistematizou alguns aspectos de luta das várias correntes nacionalistas que se uniram em torno do governo Vargas desde o início da década de 1930. Entre os quais, consta “a busca da identidade nacional; o impulso patriótico; o ataque ao regionalismo; exigência da legitimidade política e a preocupação com a justiça social”<sup>5</sup>.

Ao procurar centralizar as diferentes expressões do nacionalismo, o novo governo angariou apoio de personalidades provenientes de diversos setores da política brasileira. Muitos intelectuais<sup>6</sup> se destacaram no cenário nacional na idealização e execução de propostas nacionalizadoras, sendo decisivos nas ações que foram vivenciadas e sentidas no cotidiano de

---

ele a executa, sintetizam a idéia de que o Canto Orfeônico (união de vozes) tem o poder de sedução por meio da arte. MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

<sup>3</sup> “Isto pode ser traduzido como autoritarismo político e ideologia nacionalista estremada”. D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000. p. 12.

<sup>4</sup> O intelectual tem como instrumento seu próprio espírito. Seus livros são suas ferramentas. Ele deve cooperar com suas aptidões próprias, para o trabalho criador que se elabora. LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003. p. 89. “Cabe ao intelectual efetuar um trabalho de evangelização, inculcando no povo um sentimento de resistência nacional”. (palavras de Plínio Salgado). PÉCAUT, Daniel. **Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990. p. 39.

<sup>5</sup> LAUERHASS JR, Ludwig. **Getúlio Vargas e o Triunfo do Nacionalismo Brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986. p. 23.

<sup>6</sup> Francisco Campos, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Cassiano Ricardo, Alceu Amoroso Lima, Mário de Andrade, Gustavo Capanema, Villa-Lobos entre outros. PÉCAUT, Daniel. Op. cit. p. 37 -39.

milhões de pessoas em nosso país. Entre estes, destaca-se a figura de Villa-Lobos<sup>7</sup> como o mentor do projeto do Canto Orfeônico. O princípio desse projeto era propagar a música como elemento de cultura e civismo, visando nacionalizar, disciplinar coletivamente e socializar a juventude através de hinos e canções cívico-patrióticos tanto nas salas de aula, como em apresentações de eventos cívicos<sup>8</sup>.

Villa-Lobos investiu no processo implementador do Canto Orfeônico inspirado no exemplo dos alemães<sup>9</sup>. Devido à ascensão do nazismo essa prática tornou-se um fator de civismo e disciplina coletiva. O maestro considerou seu plano “como de absoluto interesse nacional que corresponderia às respeitadas e elevadas idéias de nacionalização do Excelentíssimo Sr. Presidente da República”<sup>10</sup>. Argumentou que o sucesso do projeto dependeria da transmissão de conhecimentos musicais através de aulas de Canto Orfeônico nas escolas, da criação de um orfeão para cada escola e a realização de grandes concentrações orfeônicas reunindo milhares de crianças e adolescentes. Para ele, “o Canto Orfeônico, vigoroso propulsor de energias cívicas, seria capaz de atingir um número muito maior de crianças e, conseqüentemente, de famílias”<sup>11</sup>. Assim sendo, o Canto Orfeônico serviria como meio propagador de mensagens de motivação nacional-ufanista<sup>12</sup>. Esse foi um dos principais motivos que levou o Governo, empenhado na construção de uma nova Nação Brasileira, a patrocinar esse projeto transformando-o no maior investimento pelo qual o Brasil passara, em

---

<sup>7</sup> Heitor Villa-Lobos (1887- 1959). Nascido na cidade do Rio de Janeiro tornou-se um grande compositor e músico brasileiro. Compôs choros, sinfonias e concertos, óperas e coral, trilha sonora para cinema. Entre as décadas de 30 e 40 compôs nove Bachianas Brasileira e organizou o Guia Prático - 137 peças para diversas formações escolares. Foi músico e educador e atuou como o primeiro superintendente da Superintendência da Educação Musical e Artística (1932), ligada ao Departamento de Educação da Prefeitura do Distrito Federal. Também foi o primeiro diretor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico e organizou o programa de Canto Orfeônico para ser praticado nas escolas de todo o país. (1942). MARIZ, Vasco. **Heitor Villa-Lobos: compositor brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

<sup>8</sup> “O Canto Orfeônico e sua utilização como instrumento de promoção do civismo e da disciplina coletiva, foi uma constante, durante todo o período do Estado Novo”. HORTA, José Silvério Baía. **O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia**. A Educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994 p. 182.

<sup>9</sup> CONTIER, Arnaldo Daraya. **A Passarinhada do Brasil**. Canto orfeônico, educação e getulismo. Bauru, SP: EDUSC, 1998. p. 25.

<sup>10</sup> Ofício de Villa-Lobos ao ministro Capanema. GC 37.00.00/5-3. In: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet.; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Santa Efigênia, SP: Editora Paz e Terra, 2000, p. 109.

<sup>11</sup> VILLA-LOBOS, Heitor. **O Ensino Popular da Música no Brasil: o ensino da música e do canto orfeônico nas escolas**. Rio de Janeiro: oficina Gráfica da Secretária de Educação e Cultura/ Departamento de Educação do Distrito Federal, 1937. p. 23.

<sup>12</sup> Ver: CONTIER, Arnaldo Daraya. 1998, op. cit.; Ver também: CHERÑAVSKY, Anália. **Um Maestro no Gabinete: Música e política no tempo de Villa-Lobos**. 267 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2003.

termos de educação musical e artística. É digno de nota que esse foi o momento histórico de maior valorização da música no ambiente educacional em todo o território nacional.

O regime autoritário de Getúlio Vargas e a intelectualidade cooptada se uniram na aplicação de um projeto específico de nacionalização que atuava de forma coerciva visando à assimilação cultural a partir dos estabelecimentos de ensino primário. Os pilares do projeto de nacionalização estavam firmados em conteúdos nacionais, sendo eles, a imposição do uso da língua portuguesa, propagação da história mitificada dos grandes vultos (heróis nacionais), disseminação dos hinos pátrios, canto orfeônico e culto às autoridades. A cultura e as tradições nacionais deveriam ser assimiladas por meio da escola<sup>13</sup>. A padronização do ensino, com conteúdos nacionalistas para todos os cursos, foi determinada pelo sistema federal e estadual, a fim de garantir a desejada homogeneidade<sup>14</sup>. A educação foi considerada instrumento de inserção dos princípios do Estado Novo.

Embora estes elementos culturais estivessem presentes nessa bem orquestrada ação governamental, parece que o canto orfeônico foi o catalisador de todos eles, potencializando as ações de cada um, de forma interdisciplinar. Os dirigentes da educação catarinense em consonância com o pensamento nacional a esse respeito, aplicaram o ensino da música como um grande fator de nacionalização:

É dito que a música é a linguagem mais própria para exprimir os mais íntimos sentimentos. (...) Nós adiantamos que **é o grande veículo da nacionalização. Encarando o ensino da música como o auxiliador poderoso da obra nacionalizadora.** (...) A organização de **pequenos orfeões** contribuirá para dar um desenvolvimento melhor a arte musical. Não só os cantos terão uma execução mais perfeita, como serão mais facilmente compreendidos. Quero crer que com tais medidas ora em prática, em breve teremos colhido os primeiros frutos dessa campanha em prol do canto nacional.<sup>15</sup> (grifo meu)

<sup>13</sup> “A educação dos jovens esteve associada ao civismo tendo à preocupação de imunizá-los contra influências exógenas. Um primeiro passo importante nesse caminho foi a nacionalização do ensino.” D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. Op. cit. p. 35.

<sup>14</sup> “Era necessário ter uma ação sobre os jovens que garantisse o compromisso com os valores da nação que se construía. (...) impedir que a nacionalidade fosse ameaçada por agentes abertos ou ocultos de outras culturas, outras ideologias e nações.” SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet.; COSTA, Vanda Maria Ribeiro (orgs.). Op. cit. p. 98.

<sup>15</sup> **Relatório do Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina.** Apresentado ao Exmo.sr. Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Justiça – Dr. Ivo D’Aquino pelo professor Sebastião de Oliveira Rocha - Superintendente Geral do Ensino. (20-16; E.R. 1938s/ caixa) p. 393 – 395. Florianópolis. APESC. (Ver anexo n. 5)



Ao deparar-me com esses fatos apresentados pelos documentos históricos, senti-me motivada a estudar e analisar como essas práticas ocorridas em todo o país foram vivenciadas no cotidiano da escola catarinense. Se por um lado percebe-se que as manifestações nacionais foram amplamente discutidas por pesquisadores como Contier<sup>16</sup> e outros<sup>17</sup>, mister se faz lançar um olhar atento ao cenário catarinense. Nesse local, as ações nacionalistas revestiram-se de um caráter intenso e urgente, em função da existência de grande número de imigrantes<sup>18</sup>. Formar cidadãos com sentimentos pátrios brasileiros tornou-se o foco central do programa governamental de Nereu Ramos. Para a concretização dessa finalidade, o processo educativo tornou-se o principal meio de implantação do projeto de nacionalização.

Tanto alemães como italianos que viviam nesse Estado, formavam colônias e seguiam os costumes europeus. Esses grupos étnicos utilizavam a escola para educar seus filhos nos princípios de seu país de origem. Assim, continuavam falando sua língua de origem, cantando as músicas que preservavam seus valores culturais. Tinham apoio financeiro de sua pátria mãe para manter professores nesse processo de preservação idiomática e cultural. Essas práticas contrariavam o movimento nacionalista desencadeado no plano federal. Ivo D'Aquino<sup>19</sup> ao descrever sobre a complexidade da nacionalização do ensino, registrou a necessidade e estar atento à ação de todos os núcleos estrangeiros. Porém, fez menção especial às colônias germânicas. Elas representavam alto risco para o programa nacionalista brasileiro. Este dirigente político denunciou que os alemães demonstravam muita resistência a organização

---

<sup>16</sup> Trabalhos consultados de Contier sobre a temática: CONTIER, Arnaldo Daraya. **Brasil Novo. Música, Nação e Modernidade**: os anos 20 e 30. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Livre Docência em História. São Paulo, 1988. CONTIER, Arnaldo Daraya. 1998, op. cit.

<sup>17</sup> AVANCINI, Elza Gonçalves. **O Canto Orfeônico Escolar e a formação da Identidade Nacional no Brasil 1937 -1961**. 344p. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2000.

CHERÑAVSKY, Anália. Op. cit.

IUSKOW, Cristina. **Brasilidade e Embelezamento**: O canto orfeônico e a assepsia dos gestos corporais. 114p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

WISNIK, José Miguel. Algumas questões de música e política no Brasil. In: Bosi, Alfredo. (org) **Cultura Brasileira**: temas e situações. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992.

SQUEL, Enio; WISNIK, José Miguel. **O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira** – música. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>18</sup> Ver FÁVERI, Marlene de. **Memórias de Uma (outra) Guerra**: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Itajaí: Univali, 2004. p.39 – 41.

<sup>19</sup> Ivo D'Aquino Fonseca no período do Estado Novo exerceu a função de Secretário do Estado do Interior, Justiça e Educação e Saúde. Atuou ao lado de Nereu Ramos em benefício da educação nacional. Em 1942, foi editado um livro de sua autoria, que discorre sobre a necessidade e a complexidade do processo de nacionalização do ensino. Nesta obra, o autor discute os aspectos políticos, leis, decretos, problemas e avanços da ação nacionalizadora. D'AQUINO, Ivo. **Nacionalização do Ensino**: Aspectos políticos. 2. ed. Imprensa oficial do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1942. Prefácio.

social brasileira, “faziam propaganda metódica, organizada e intensiva com a finalidade de manter vivo o espírito racial”<sup>20</sup>. Acrescente-se a isso o cenário da guerra com a ascensão do nazismo e outras razões que podiam ter significado nos desdobramentos da guerra, houve um quadro de preocupação quanto às implicações de convivência com elementos *alienígenas*<sup>21</sup>.

Diante da situação abordada, considerei relevante conhecer e analisar as estratégias elaboradas para a implantação do projeto pedagógico-musical no âmbito nacional e a maneira que foram aplicadas no Estado de Santa Catarina, num constante diálogo entre as propostas e procedimentos nacionais e a realidade estadual. Nesse Estado havia situações particulares que exigiam ajustes e adaptações para que houvesse a efetividade desejada por todos os setores envolvidos. Este plano incluiu a formação dos professores, a criação ou adaptação de órgãos e cargos voltados para a fiscalização e controle, bem como o estabelecimento das leis e regulamentos destinados à normatização desse projeto. Esse conjunto de ações em Santa Catarina está documentado tanto em fontes públicas quanto particulares que foram acessadas durante essa pesquisa e analisados na chave das representações<sup>22</sup>, sob a ótica da História Cultural.

Outro ponto importante foi averiguar e refletir sobre o alcance dos movimentos de massa mobilizados pelas comemorações cívicas, embalados ao som dos orfeões. Se no plano nacional Villa-Lobos reunia milhares de estudantes e uma multidão de expectadores para seus mega-concertos em grandes estádios, no Estado de Santa Catarina, os orfeões aglutinavam em torno de si. As canções orfeônicas aconteciam simultaneamente durante as marchas nos eventos programados dirigentes políticos catarinenses, ou nas programações em teatros e escolas. Alunos e familiares bem como a população em geral, participavam dos desfiles e saraus com forte apelo cívico e nacionalista. Enquanto isso, o ambiente escolar era palco de intensa atividade de igual teor, devidamente imposta e fiscalizada pelos olhos e ouvidos

---

<sup>20</sup> “Os núcleos coloniais poloneses e ucranianos não significam grandes problemas devido ao âmbito pequeno de sua influência. Os italianos despertavam um pouco de preocupações quanto ao processo de nacionalização do ensino nesses núcleos, mas não muito alarmante, pois o racismo criado por Mussolini, ele considerava uma atitude e não uma convicção. Já nos núcleos de descendência germânica o problema não se considerava sob o mesmo aspecto. Esse grupo resiste à organização social e a qualquer influência que lhes contrarie os hábitos e as convicções raciais. Recebem auxílio e assistência do governo e de organizações alemãs, ou sociedades fundadas no Brasil, para propaganda da cultura e do racismo germânico e manutenção de escolas não brasileiras. Mantém práticas e cultos religiosos em língua alemã. Fazem difusão de jornais, revistas, livros e calendários em língua alemã, com a finalidade de manter vivo o espírito racial”. Ibid.p. 30 - 32.

<sup>21</sup> O termo *alienígena* foi muito usado para identificar os estrangeiros que aqui habitavam.

<sup>22</sup> “As representações são esquemas intelectuais incorporados que criam figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido.” CHARTIER, Roger. **História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: DIFEL, 1990. p. 17

atentos dos inspetores escolares<sup>23</sup>. Eles representavam o braço impositivo que fazia valer cada determinação oriunda do poder central e aqui tornadas concretas. O aprendizado dos hinos e canções patrióticas tornou-se efetivo, dinâmico e integrado em todas as atividades que a escola desempenhava, tanto nas programações curriculares, como também auxiliando de forma interdisciplinar na aprendizagem de outras matérias. Suas letras e melodias carregadas de conteúdos nacionalistas eram entoadas no ambiente escolar visando influir no imaginário infantil, a fim de despertar o amor à pátria brasileira e por esse meio, foram levadas as famílias.

Para captar, analisar e descrever as nuances das práticas referidas buscou-se dialogar com o passado por meio de suas representações, tentando chegar às formas discursivas e imagéticas através da descrição de leis e notícias relatadas em documentos dessa época e depoimentos de alguns protagonistas. Para a concretização dos objetivos mencionados, foi necessário pensá-los como análise das representações e sua construção de um sentido.

Uma das metodologias utilizadas para conhecer as práticas do cotidiano educacional daquela fase histórica (1937-1945), foi à história oral, através de protagonistas que vivenciaram as ações políticas e pedagógicas que marcaram a época do Estado Novo. Porque, um dos objetos de estudo do historiador é construído por intermédio da memória do informante<sup>24</sup>. Portanto, fui à sede da Associação Catarinense de Professores de Florianópolis, para obter nomes e endereços de professoras que tiveram sua formação e/ou docência no período citado. Depois do contato via telefone, algumas professoras aposentadas<sup>25</sup> estiveram dispostas a ceder informações para o presente estudo. Essas entrevistadas participaram do projeto de nacionalização de ensino. Algumas como alunas, que depois de formadas foram para no interior do Estado, servir a Pátria como professoras construtoras de um Brasil Novo. Nos caminhos percorridos por esse processo investigativo, amigos indicaram outros

---

<sup>23</sup> Ver PEREIRA, Vera Regina Bacha. **Nacionalização – Autoritarismo e Educação: Inspetores e professores nas escolas catarinenses – 1930-1940.** 279p. Dissertação (Dissertação em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

<sup>24</sup> AMADO, Janaina.; FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.) **Usos & Abusos da História Oral.** 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. Apresentação p. XV.

<sup>25</sup> Alaíde Sarda (95 anos), Ada Biccchi Ramos (94 anos), Elza Ribas Pessoa (89 anos), Jair Simão (85 anos), Cacilda Miranda Moser (82 anos), Clarice Mendes (82 anos), Dilma Livramento (81anos), Isabel da Silva Lins (81 Anos). Dirce Noemi de Souza (80 anos), Zenilda Nunes Lins (74 anos). Essa idade elas tinham no momento da primeira entrevista, conforme indicado a data nas referências das fontes orais.

depoentes<sup>26</sup>, que também foram professores ou alunos de curso de formação de professores nesse período. Essas depoentes foram entrevistadas em suas casas, na cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina.

Neste Estado viviam açorianos, brasileiros, poloneses, italianos e, principalmente, alemães. Para conhecer como o Canto Orfeônico foi sentido nas representações coletivas vivenciadas no ambiente educacional por protagonistas de diferentes culturas e núcleos étnicos, também foram coletadas informações de alguns depoentes pertencentes a esse grupo. Esse procedimento ocorreu por entrevistas diretas, realizada pela autora dessa pesquisa. A pesquisa é como um fio que vai se cruzando e tecendo os conhecimentos, um contato conduz a outro, uma referência indica outra. Foi assim que encontrei pessoas que disponibilizaram contar um pouquinho de sua história de vida referente ao Estado Novo. Alguns depoimentos de imigrantes ou descendentes registrados em trabalhos de historiadores<sup>27</sup>, embora referente à outra temática da historiografia local, deixaram transparecer seus sentimentos em relação a essa prática de ensino. Estas narrativas também foram incluídas neste estudo.

Pode-se dizer que independentemente do grupo a que pertenciam, seus depoimentos enriqueceram o presente estudo pela apropriação de suas experiências particulares contextualizadas pelos achados da pesquisa. Foram justamente essas entrevistas que apresentaram uma face ambígua do processo nacionalizador. De um lado estavam os habitantes nativos comprometidos com os interesses nacionais de proteção do território e defesa contra eventuais ataques à integridade nacional, remotos ou imediatos, reais ou imaginários. De outro estavam imigrantes que à sua maneira queriam apenas construir sua vida em uma terra estranha com costumes a eles desconhecidos sem abrir mão de seus hábitos, costumes e cultura de origem.

Cada depoente teve sua história, atuou como personagem do próprio enredo. Por mais que tenha encontrado pontos comuns em outras histórias, não deixou de existir o componente individual. Nesse sentido, é importante estar atento aos argumentos de Ecléa Bosi em relação à construção da memória do indivíduo. Pois “ele é o memorizador, e das camadas do passado

---

<sup>26</sup> Leda Senise Varela (85 anos), Irmã Corália, cujo nome civil é Maria Amália Weber (85 anos), Aracy Scherer Rocha (74 anos).

<sup>27</sup> FÁVERI, Marlene de. 2004, Op. cit. HEINSFELD, Adelar. Puxando pela memória: A nacionalização do Ensino no Município de Cruzeiro/Joaçaba. In: Anais do Simpósio Temático: **Muitas faces de uma Guerra**. Florianópolis: UDESC, 2005. CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum”<sup>28</sup>. Foi essa capacidade individual de interpretar os fatos de sua própria história enriqueceu as informações recolhidas das entrevistas, subjetivando cada relato, pinçando aqui e acolá fragmentos que marcaram sua história individual. Um mesmo acontecimento histórico é visto de maneira diferente por duas pessoas que estiveram no mesmo local na mesma hora e nas mesmas circunstâncias. Lê Goff observa que “a memória, como propriedade de conservar certas informações estando relacionada a um conjunto de funções psíquicas, podendo ser atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”<sup>29</sup>. Assim sendo, a memória é uma representação do passado.

Jean-Pierre Rioux ao analisar o uso da memória na História, considera-a como uma matéria prima para o historiador. Porém, esclarece que este “não é um memorialista, porque a história constrói e dá a ler a narrativa, a redescoberta recente, importante e duradoura de uma representação do passado”<sup>30</sup>. A História Cultural permite ler a narrativa das representações de determinado grupo ou coletividade, sejam estas religiosas, étnicas, sociais, nacionais ou outras, vivenciadas em algum momento. Nesse sentido, importa lembrar que os discursos da memória não são desprovidos de apropriações variadas na composição dos acontecimentos rememorados. São plurais, fugidios, maleáveis, instáveis, imprevisos, descontínuos. Entrelaçam acontecimentos diversos e sofrem influência dos meios de transmissão e comunicação. Cabe ao historiador estar atento ao fato de que “esses relatos da memória não são inocentes, mas, antes, tentativas de convencer, formar a memória de outrem”, comenta Peter Burke<sup>31</sup>, ao referir-se às lides do historiador no ofício de ‘fazer história’. Isto é exatamente o que torna relevante, desafiadora e significativa a análise desses relatos. Evidentemente não isenta o pesquisador da responsabilidade de, não apenas, manter a interpretação subjetiva do entrevistado, mas também de tentar contextualizá-la no marco extraído da pesquisa bibliográfica bem como no conjunto dos demais relatos coletados.

---

<sup>28</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 411.

<sup>29</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 419.

<sup>30</sup> RIOUX, Jean-Pierre. A Memória Coletiva. In: RIOUX, Jean-Pierre.; SIRINELI, Jean-François. (org.) **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa 1998. p.320.

<sup>31</sup> BURKE, Peter. **Variedades da História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 74.

Por isso, foi significativo examinar os textos oficiais disponíveis no Diário Oficial do Estado Catarinense<sup>32</sup>, de Coletâneas e Circulares da Secretaria de Justiça, Educação e Saúde<sup>33</sup>, Revistas de Educação e Estudos Educacionais<sup>34</sup> e os relatórios da Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina<sup>35</sup>. A narração destes textos oficiais contextualizou as falas, e também permitiu observar práticas construtoras de um determinado grupo social, ao tentar impor sua concepção nas lutas de representações, conforme o pensamento de Chartier<sup>36</sup>. Os relatos orais tomados por si só, lembra Marlene Fáveri, pouco acrescentam, mas, “se devidamente historicizados e contextualizados, podem trazer muitos não ditos e revelar experiências não vistas”.<sup>37</sup> Por isso, estas falas estiveram presentes em todos os capítulos deste trabalho, entrelaçados com os documentos coletados.

As fontes orais contatadas me propiciaram o encontro com pessoas que são preciosidades, tanto pela lucidez ao relatar ricos detalhes, quanto pela disposição em oferecer dados que contribuíram para a realização desse trabalho. Os entrevistados permitiram-me ter contato com uma riqueza guardada em seus arquivos particulares. Foram mostrados hinários escolares, álbum de canções, programas, cadernos de anotações, carta de elogio do Inspetor, diplomas, fotografias, entre outros achados. Esses documentos particulares, diria inéditos por sua exclusividade, puderam ser localizados através do contato pessoal com entrevistados. Eles serviram como suportes de memória, contribuindo significativamente para a elaboração dessa tese doutoral.

A pesquisa é por sua natureza dinâmica, e muitas vezes encontramos nesse caminho situações inesperadas que trazem grandes contribuições para a construção do conhecimento

---

<sup>32</sup> Foram examinados o Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, referente aos anos de 1938 a 1944, dos meses que indicavam intensas cerimônias cívicas. Acervo: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Muitas páginas desse material foram fotografadas, porque não é permitido fotocopiar.

<sup>33</sup> As Coletâneas e Circulares publicadas no ano 1942 e 1945, que contém atas, circulares desde o início dos anos 30. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.

<sup>34</sup> Alguns dos artigos dessas revistas foram fotografados no acervo da biblioteca do Instituto Histórico Geográfico Catarinense de Florianópolis, e outros no acervo da Biblioteca Pública Federal do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis.

<sup>35</sup> Foi examinado os relatórios do Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina, João dos Santos Areão dirigido ao Ministro de Educação – Gustavo Capanema –, referente aos anos 1934, 1937, 1938, 1939 e 1940. Acervo: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Foram fotografadas várias partes desses relatórios, porque é proibido fotografá-los na sua íntegra.

<sup>36</sup> CHARTIER, Roger. **Leituras e Leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2003. p. 13-14.

<sup>37</sup> FÁVERI, Marlene de. Outras falas: memória da Guerra. **Esboços**: Revista do programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Vol. 7. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC. 2000. p. 38.

pretendido. Assim foi o encontro com Théo<sup>38</sup> e Sueli<sup>39</sup> da família Sousa, descendentes do professor Abelardo de Sousa. Eles permitiram examinar o baú grande de couro, onde estão arquivadas relíquias que foram organizadas por esse professor. Hoje serve como adorno na sala íntima, e pode se dizer tenha o sentido de lugar de memória, conforme o pensamento de Pierre Nora<sup>40</sup>. Juntos, examinamos o baú. Nele encontramos riquezas documentais ali depositadas. Entre essas destaco, partituras canções cívico-patrióticas escritas a mão, e datilografadas por esse educador e seus antepassados, José Brasilício de Sousa e Álvaro Sousa, como também do Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, João dos Santos Areão. Além das partituras foram encontradas, relatórios, cadernos de anotações, livro autobiográfico, crônicas e outros documentos que podem contribuir para outras pesquisas.

A memória tem o poder de nos encantar com os detalhes fugidios. As narrativas expressam-se a partir de pontos de vista próprios, buscadas no ontem e interpretadas, e resignificadas hoje, “porque os signos, e seus significados correlatos, vêm da imagem de cada um ao tocar a dimensão da vida pessoal - recordar é estar vivo - um símbolo, cheiro, som ou toque faz remexer na lembrança”<sup>41</sup>. Por isso, o uso da história oral oportunizou aos entrevistados expressarem seus sentimentos e pareceres subjetivos, deixando transparecer suas reações nessa significativa época da história brasileira. Lembro-me das conversas com os entrevistados. Algumas vezes aquelas professoras aposentadas gesticulavam e cantavam as canções com lágrimas nos olhos. Outros momentos riam ao relatar um incidente pitoresco. Olhavam fotos guardadas e catalogadas em seus álbuns ou caixas; liam elogios do inspetor de ensino registrados no momento da tão temida visita. Era como se estivessem vivendo tudo outra vez e a emoção era inevitável. A oportunidade de conviver com seus sentimentos construídos pelas posteriores vivências foi uma experiência única, significativa. Portanto procurei estar ciente que a memória é uma representação do passado atualizado pelo presente.

---

<sup>38</sup> SEPTIBA, Théo Souza. (30 anos) - Neto de Abelardo de Souza - Entrevistas concedidas à autora da pesquisa. Florianópolis, 20/06/2004; 13/04/05; 17/08/05; 10/09/05; 19/07/06; 08/09/06; 20/09/07.

<sup>39</sup> SEPTIBA, Sueli Souza. (55 anos) - filha de Abelardo de Souza - Entrevistas concedidas à autora da pesquisa. Florianópolis, 20/06/2004; 13/04/05; 17/08/05; 10/09/05; 19/07/06; 09/08/06; 08/09/06; 20/09/07; 16/10/07.

<sup>40</sup> “A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória, porque não há mais meios de memória (...) Os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados”. NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. Proj. História. São Paulo (10). Dez. 1993. p.7; 22.

<sup>41</sup> Fáveri analisa memória do ponto de vista dos imigrantes alemães e italianos, e como essas lembranças de tempos difíceis e de medo (re)significam a história que nasce dos seus depoimentos. FÁVERI, Marlene de. 2004, op. cit. p. 25.

Ao estruturar esse trabalho cada capítulo enfocou um aspecto da construção nacionalista fortemente apoiada pelo Canto Orfeônico. Considerando que o período pesquisado foi marcado por essa modalidade de canto, mister se faz investigar os antecedentes desse movimento. Vários estudos enfocaram o nacionalismo do Estado Novo. Entretanto um olhar mais minucioso sobre a realidade catarinense elucida alguns hiatos que enriquecem o olhar crítico sobre esse período muito significativo da história brasileira.

Por isso, o primeiro capítulo enfocará a Primeira República e os antecedentes para os acontecimentos tanto em nível nacional, como estadual, pré-instauração do Estado Novo. Ver-se-á que os imigrantes já representavam um foco de preocupações diante dos ventos nacionalistas mundiais. Será apresentado ainda o contexto internacional de regimes fortes, que chamaram a atenção dos políticos brasileiros. O próprio Villa-Lobos trouxe ao Brasil apropriações externas para lançar-se ao grande projeto que o identificou Brasil afora como o mentor e executor do programa do Canto Orfeônico. É apresentada sua trajetória e os passos que foram dados para a consolidação desse projeto hegemônico de valorização da cultura musical, e sua imposição com objetivos políticos. As grandes concentrações orfeônicas que ele protagonizou potencializaram a implantação do programa nacional.

Houve a preocupação de apresentar também a posição e ações da intelectualidade nacional e catarinense nesse jogo político que produziu leis e decretos que afetaram milhares de crianças e seus pais. Essa pesquisa fixou-se nos acontecimentos em solo catarinense. O cenário da educação neste estado foi marcado pela figura dos inspetores escolares dessa época com destaque para João dos Santos Areão. Seus conceitos e atuação marcaram todos os rincões deste Estado, tanto por sua pertinácia voltada para a implantação do Canto Orfeônico quanto por seus relatórios dirigidos ao Ministro da Educação. Aparecem então aspectos até mesmo pitorescos da vida acadêmica sob sua responsabilidade

No segundo capítulo se verá que em Santa Catarina, como em todo o território nacional, a escola transformou-se num palco de brasilidade através de um projeto específico de nacionalização. Sua implantação se deu de forma coerciva visando a assimilação cultural dos imigrantes a partir dos estabelecimentos de ensino primário. A tarefa de solidificação do sentimento de brasilidade ficou, em grande parte, a cargo das escolas. A música foi habilmente utilizada e organizadamente introduzida via Canto Orfeônico, valendo-se da estrutura educacional como seu veículo propagador. Desta forma a escola consagrou-se como local de cantos cívicos, e foi devidamente fiscalizada por inspetores. Mas isso não seria



possível sem a força da Lei. Por isso, o decreto promulgado por Nereu Ramos, que norteou a segunda campanha nacionalizadora, é apresentado neste capítulo, sendo analisados os artigos pertinentes ao tema em estudo. Também são apresentados alguns resultados da aplicação de leis e regulamentos desse período. Houve exonerações e fechamento de estabelecimentos de ensino motivados pela negligência à orientação oficial quanto as músicas nacionalistas. Por outro lado nas entrevistas apresentadas nesse ponto da pesquisa permite dialogar sobre a força dos hinos pátrios e a influência de sua obrigatoriedade sob ameaças de penas severas. As fotos que acompanham esses relatos surpreendem pela confirmação pictórica dos relatos orais.

Com base na perspectiva das representações, práticas e apropriações propostas pela história cultural, foi analisado no terceiro capítulo o uso do canto nas cerimônias cívicas. Percebeu-se através dos diversos materiais consultados, secundados pelas entrevistas, a preocupação detalhista com que o governo preparou as cerimônias e desfiles em Santa Catarina. Essa foi a forma encontrada para se conseguir aqui o mesmo efeito que as grandes festividades patrióticas alcançavam no Rio e em São Paulo, nas quais participavam estudantes e trabalhadores. Este capítulo apresenta ainda a sutileza do interesse do governo no uso da música nas comemorações e desfiles. As programações eram minuciosamente organizadas e fiscalizadas com vistas à legitimação da ditadura. Neles, esperava-se que os participantes e espectadores se sentissem inebriados e formassem um imaginário de representações coletivas favorável aos interesses governamentais.

Nesse sentido tornou-se significativo para o presente estudo, considerar um viés para a apreensão do imaginário levantado por Bresciani<sup>42</sup>, que fala a respeito dos sentimentos e identidade nacional, apontando o interesse dos ocupantes do poder na tentativa de moldar o sentimento popular. As histórias contadas pelos entrevistados mostram ainda as diferentes reações provocadas pelas mesmas ações do governo autoritário, tanto de aceitação como de resistências. Muitos hinos cantados naquele período ditatorial, hoje contam diversas histórias. Apresenta-se então a fundamentação teórica para o estudo da memória inspirada em Pierre Nora<sup>43</sup> e Jacques Lê Goff<sup>44</sup>, que contribuíram para a compreensão do sentido de memória e

---

<sup>42</sup> BRESCIANI, Maria Stella. O poder da imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos. Germaine de Staël e as ficções literárias. In: SEIXAS, J. A.; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, Marion. **Razão e Paixão na Política**. Brasília, Ed. da UNB, 2002. p.31-46.

<sup>43</sup> NORA, Pierre. Op. Cit.

<sup>44</sup> LE GOFF, Jacques. 2005, op. cit.

história. É nesse ponto que ganham maior significação os achados fotográficos dessa pesquisa e que aparecem neste capítulo.

Já que a participação da escola foi um fator decisivo na proposta nacionalizadora do Estado Novo, tornou-se imprescindível considerar a formação dos professores e suas reações nesse processo. Por isso o quarto capítulo se volta para as instituições formadoras do quadro de professores, cuja responsabilidade atribuída, era de fazer a diferença na formação da identidade nacional. Parte deste último capítulo se detém no exame da forma como a disciplina de Canto Orfeônico esteve presente nos meios formativos do professorado catarinense, desde sua presença no currículo da Escola Normal. Depoimentos de ex-professoras e ex-alunos coincidem com os documentos na constatação do sentido de missão que animava a ação docente. As músicas compostas completam o quadro de nacionalismo exacerbado que ecoava pelo ambiente formativo desses professores

Completando o aparato montado para a consolidação do programa formador de docentes nacionalistas, esse capítulo fala sobre a atenção dada à formação continuada dos docentes já engajados na prática nacionalizadora. Apresentam-se as Semanas Educacionais, a Revista de Educação e a atuação dos inspetores nesse processo. O Canto Orfeônico aparece mais uma vez como um recurso de envolvimento cívico vivenciado no cotidiano formativo. Eram os sons de brasilidade na educação de educadores, mas também na consolidação dos valores cívicos nos moldes esperados por seus idealizadores.

Diversas pesquisas sobre o período do Estado Novo se desenvolveram no Estado de Santa Catarina, justamente por suas características populacionais e culturais, que exigiam um maior cuidado do governo. Em Florianópolis, as universidades públicas organizaram simpósio e colóquio alusivo ao tema<sup>45</sup>. Também há livros e teses que se referiram a esse período. Algumas foram consultadas e estão registradas nas referências desta pesquisa. A visão aqui discutida vem somar-se a esses importantes trabalhos já realizados, inter-relacionando com eles em pontos de convergência e abrindo novos ângulos de discussão. A abordagem específica dessa tese é o Canto Orfeônico, suas repercussões e contradições e implantação no cenário local.

---

<sup>45</sup> Simpósio Temático - **Muitas Faces de Uma Guerra**: 60 anos do término da Segunda Guerra Mundial e o Processo de Nacionalização no Sul do Brasil. UDESC, Florianópolis, 2005. Colóquio “**Variações sobre um tema – Interpretações do Brasil e do Estado Novo**”. UFSC. Florianópolis, 2007.

## 1. O PODER DO CANTO OU O CANTO DO PODER?

O Estádio do Vasco da Gama está vivendo uma tarde inesquecível. 30.000 crianças de nossas escolas tomam parte numa esplêndida demonstração de Canto Orfeônico, em homenagem ao Dia da Pátria. Grande massa popular enche as dependências da praça de sports, numa extraordinária vibração cívica. À chegada do presidente da República, as aclamações estrugiam aos últimos acordes do Hino Nacional.<sup>46</sup>

As vozes do imenso coral formado pelas crianças tanto das escolas primárias como secundárias do Distrito Federal, apresentaram-se cantando hinos cívicos e proclamando vivas ao Presidente como parte dos festejos cívicos do dia Sete de Setembro de 1939. Suas vozes ecoaram em todo o território nacional através das notícias radiofônicas e impressas como exemplo de patriotismo. O Presidente Getulio Vargas demonstrou sua apreciação a esta programação do dia 7 de Setembro, através de seu discurso publicado nos principais jornais dos estados brasileiros. Em Santa Catarina, este acontecimento foi notificado pelo Diário Oficial. Vargas elogiou esta manifestação orfeônica, dizendo: “Serenados os ruídos marciais das paradas, o espetáculo maravilhoso e simbólico se renova agora neste estádio, onde a juventude das escolas, cantando em coro, louva a generosa terra americana, exalta as glórias do seu passado e as esperanças do seu futuro”<sup>47</sup>.

Entre as décadas de 1920 e 1950, marcadas pelo apogeu do nacionalismo, grandes líderes políticos em todo o mundo ocidental promoveram megaeventos de massa na busca da afirmação de um sentimento de união nacional em torno de sua figura. Criavam nas pessoas que participavam e nas que assistiam a esses espetáculos, uma sensação de admiração, e ao mesmo tempo, profundo respeito perante o “chefe”, cuja figura, em diversas oportunidades, alcançava um avançado grau de divinização.

---

<sup>46</sup> JORNAL. *A Noite*. Rio de Janeiro. Ano XXIX – N.9.906. (7 de setembro de 1939) p. 1.

<sup>47</sup> Discurso do Presidente Vargas, publicado no **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**. Número 1.587-13/09/1939. p. 4.

Tentando explicar os mecanismos que pautavam o processo de identificação entre comando e comandados, firmados através desses grandes eventos na Alemanha nazista, Lenharo destacou que o objetivo desses grandes espetáculos era converter a própria multidão em peça essencial do sistema político autoritário. Tanto nas paradas e desfiles pelas ruas quanto nas manifestações de massa estática em praças públicas, a multidão era tomada de emoção contagiante, participando ativamente da produção de uma energia que carregava consigo após os espetáculos, reproduzindo-a no dia-a-dia. “Escapava assim da monotonia de sua existência e prolongava a dramatização da vida cotidiana”.<sup>48</sup>

O canto coral foi muito difundido internacionalmente. Em alguns países foi fortemente envolvido pela questão nacional, nos seus diversos matizes políticos: Alemanha, União Soviética, França, Estados Unidos, Hungria e Brasil, entre outros. Estados totalitários e autoritários também deram grande ênfase a esta modalidade de ensino musical; porém, com caráter disciplinador e doutrinário. Na Alemanha, durante a ascensão do nazismo, por exemplo, além de uma infinidade de orquestras e bandas militares, chegou a existir 40.000 corais e 400 compositores em atividade<sup>49</sup>. A organização de grandes corais foi uma das formas mais recorrentes desse tipo de manifestação de massa. Lenharo explica como a presença de fanfarras e as músicas cantadas pela multidão aumentavam o entusiasmo geral. “Enquanto a multidão cantava *Deutschland über alles* e *Hort Wessel Lied* (hinos oficiais do nazismo), os participantes eram tomados pelo sentimento de formar um todo único, um bloco coeso inquebrantável”.<sup>50</sup>

A arte musical foi diversas vezes utilizada por regimes totalitários como mecanismo transmissor de mensagens de caráter doutrinário. Com o auxílio da linguagem afetiva das artes, buscava-se criar um clima propício para recepção a medidas repressoras ou dos mecanismos de dominação. Wisnik diz que a música como possui uma capacidade intrínseca de atrair, por tanto, se presta múltiplas utilizações e manipulações, como: meio ambiente de dominação e de expressão de resistência, de compulsão repetitiva e de fluxos rebeldes, utópicos, revolucionários<sup>51</sup>. O movimento do Canto Orfeônico no Brasil em vez de ser um fenômeno isolado, insere-se num contexto mais amplo de reconhecimento do potencial da

---

<sup>48</sup> LENHARO, Alcir. **Nazismo: “O triunfo da vontade”**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1986. p. 39.

<sup>49</sup> CONTIER, Arnaldo. 1998, op. cit. p. 67.

<sup>50</sup> LENHARO, Alcir. 1990, op.cit. p.41.

<sup>51</sup> WISNIK, José Miguel. Algumas questões de música e política no Brasil. In: BOSI, A. (org). 1992, op. cit. p. 115.

música, em tocar os sentimentos e motivar as ações, principalmente quando envolve a afetividade, espontânea ou intencionalmente provocada, conforme se verá neste capítulo.

As grandes manifestações populares no Brasil, ampliadas e potencializadas pelo Estado Novo, embalando o autoritarismo de Getúlio Vargas, foram cuidadosamente planejadas e executadas por um grupo de intelectuais interessado em programar e solidificar um movimento nacionalista. Do seu ponto de vista, tinham a responsabilidade de criar uma identidade pátria para o povo brasileiro. Como parte desse grupo e idealizador do processo de popularização do Canto Orfeônico, bem como expoente das ações públicas, que viabilizou a implantação desta atividade artística no cenário educativo nacional, aparece Villa-Lobos. Ele havia sido influenciado por sua admiração por ações similares na Europa, principalmente na Alemanha e Hungria. O personagem que trouxe muita inspiração a Villa-Lobos nesta área foi Kodály<sup>52</sup>, grande educador e músico húngaro. Villa-Lobos, influenciado por estas concepções, afirmava que a música deveria ser universal, concebida e compreendida de forma que permitisse o desafogo dos mesmos sentimentos que afetam a todas as pessoas. “A música é a única expressão da arte que reúne os requisitos de força dominadora compreensível a todas as raças e por isso mesmo capaz de uma conciliação racional entre os povos”<sup>53</sup>. Essa capacidade inerente à linguagem artística de transmitir afetivamente uma mensagem, foi explorada tanto pelos regimes totalitários quanto pelas religiões, que muitas vezes, estudavam diversos mecanismos para aperfeiçoar a comunicação personalista de massa.

A música e em especial o canto coletivo tornou-se um forte canalizador e propagador de idéias necessárias à construção da brasilidade, e, como tal, um portador nato da idéia de congraçamento, consenso e união. Nas festas cívicas, vozes infantis entoavam músicas de exaltação à Pátria e a vultos nacionais. Toda a multidão que as observava, participava de um determinado êxtase, de certo furor cívico, que são alguns dos efeitos que a música pode

---

<sup>52</sup> Zoltán Kodály (1862-1967). Considerado um dos mais destacados músicos húngaros de todos os tempos. Foi compositor e etnomusicólogo, formado na Alemanha. Destacou-se por criar um bem articulado sistema de Educação Musical desde as creches até o ensino secundário, através do ensino do Canto Orfeônico. O objetivo deste programa era encontrar as raízes musicais do povo húngaro, através da música folclórica para unir o sentimento nacionalista, que estava disperso, como resultado de várias guerras. Kodály acreditava que a música deveria estar no coração do currículo escolar, e ser usada como base da educação, porque ela pode contribuir para o desenvolvimento da criança aplicado aos aspectos emocional, intelectual, e estético e físico. A característica do ensino musical na Hungria se encontra na importância de um plano centralizado, aplicável a todas as escolas do país, que buscou despertar unidade e a consciência coletiva de identidade àquela Pátria. SZÖNY, Erzsébet. **A Educação Musical na Hungria através do Método Kodály**. São Paulo: Sociedade Kodály no Brasil, 1996. p. 14 -19.

<sup>53</sup> VILLA-LOBOS, Heitor. **A Música Nacionalista no Estado Novo**. Rio de Janeiro: DIP. s/d. p. 10.

produzir. A sensação que se cria ao ouvir a potência da própria voz, em meio a milhares de outras vozes, ou mesmo num conjunto de cem vozes, é algo que sensibiliza, e cria uma atração pelo canto. O efeito sonoro dá a idéia de unidade, e torna o louvor cívico, aparentemente algo transformador. O sentimento de fazer parte de um todo grandioso, dava a todos uma satisfação e uma sensação de realização pessoal, que suplantava as desilusões e frustrações individuais. Nesse sentido é significativo observar os estudos de Bresciani quando aborda questões relativas aos sentimentos nacionais e o reforço da auto-estima e do orgulho pessoal dos membros de um coletivo dentro de uma dinâmica encontrada em grandes grupos. Notadamente nas múltiplas formas de nacionalismo que suprem suas necessidades de vínculo<sup>54</sup>.

Estados totalitários, com o objetivo de ter adesão popular integral do povo em torno do chefe, não hesitaram em empregar tais mecanismos de integração e comprometimento, ou ao menos de tolerância ou admiração. Lenharo comenta que todo esforço era concentrado para que fosse obtida uma participação eficiente das massas através de canais não convencionais de adesão. Estas se ligam preferencialmente pela exploração de formas inconscientes de desejo e de identificação de tal forma que o indivíduo olhe a nação como um catalisador de seus sonhos e da expectativa de que suas necessidades seriam supridas por ser parte de um todo idealizado e perfeito<sup>55</sup>.

Portanto se faz necessário um olhar mais demorado sobre as ações do governo promovendo o desenvolvimento musical durante o Estado Novo. Para analisar os interesses que motivaram a massificação do ensino do Canto Orfeônico, parte-se dos princípios da História Cultural. Ela apresenta questões relativas a representação do imaginário popular, provocando expectativas e sonhos na massa trabalhadora, através do envolvimento emocional, e afetivo com o sentimento de pertencer à grande pátria brasileira. Importa ainda avaliar o impacto das grandes concentrações cívicas na representação do que seria a Pátria almejada por todo cidadão nesse Novo Brasil, anunciado e prometido com toda a pompa e entusiasmo pelos discursos inflamados proferidos nessas ocasiões.

---

<sup>54</sup> BRESCIANI, Maria Stella. O poder da imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos. In: SEIXAS, J.A.; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (orgs.) Op. cit. p.33 - 46.

<sup>55</sup> LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1986. p. 53.

## 1.1. MANIFESTAÇÕES ORFEÔNICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

As manifestações orfeônicas na Primeira República já se faziam presentes em alguns estados brasileiros, principalmente onde havia concentração de imigrantes europeus. Eles trouxeram essa prática cultural de suas terras de além-mar. Há registro de canto orfeônico em associações e casas de ensino, embora essa prática estivesse em sua fase inicial. Algumas dessas ocorrências encontradas no decorrer desse trabalho são apresentadas a seguir.

Os primeiros relatos sobre as manifestações orfeônicas no Estado de Santa Catarina, antecedem o início do século XX e estão relacionadas às atividades sociais e recreativas dos imigrantes residentes neste Estado. “Eles se organizaram em colônias, de tal maneira que se apoiavam mutuamente, na construção de uma nova vida de progresso no território a ser desbravado”<sup>56</sup>. Uma das marcas distintivas destas colônias foi à criação de sociedades culturais e recreativas bem estruturadas com o objetivo de unificar os imigrantes. Nestes espaços sociais eram praticadas variadas atividades culturais que centralizavam e integravam a vida comunitária das colônias, mantendo o sentimento de amor à sua pátria de origem.

Essas associações se subdividiam em várias sociedades como: Atiradores, Teatral, Ginástica, Esportiva e Cantores. Cada uma destas sociedades promovia festas, como parte de seus objetivos culturais e recreativos. Nestas ocasiões, elas não se limitavam à sua própria atividade, mas interagiam e proporcionavam uma verdadeira festa popular aos seus sócios e membros de suas famílias. A sociedade dos atiradores, pertencente aos imigrantes alemães, por exemplo, oferecia múltiplas diversões, como barraquinhas de doces, bebidas, café, sorteio de prendas, carrossel para as crianças, museus humorísticos, e apresentações teatrais e de canto coral.

Em Blumenau nunca se realizou uma verdadeira festa popular sem música, danças e canções. O alemão não pode demonstrar sua alegria sem cantar o seu *‘lied’*, ou canção popular. Não faltava quem pudesse assumir o cargo de dirigente para ensaiar com os presentes as cantigas de geral agrado, revivendo, por meio dessas canções, os tempos felizes da velha pátria.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> COMISSÃO DE FESTEJOS. **Centenário de Blumenau** – 1850 -2 de setembro - 1950. Blumenau: Edição da comissão de festejos. 1950, p. 339. (Acervo particular da família Belz. Livro disponibilizado a autora da pesquisa no momento da entrevista, por Waldemar Belz. Blumenau, dia 16/06/2006.)

<sup>57</sup> Ibid. p. 341.

A sociedade de cantores era, entre todas as sociedades recreativas, a que mais intimamente tomava parte nos dias alegres e tristes de seus sócios. Nenhum aniversário, casamento, qualquer festa familiar, ou mesmo cerimônia fúnebre de um sócio ocorria sem a participação da respectiva sociedade de cantores. A primeira sociedade de cantores dos descendentes alemães em Santa Catarina, denominada Germânia, foi inaugurada na cidade de Blumenau, em maio de 1863, sob a regência e direção do pastor Oswald Hesse. Após a fundação da “Germânia”, à medida que a colonização progredia para o interior, foram surgindo outras sociedades. Em novembro de 1915, as sociedades de cantores do Vale do Itajaí se reuniram em Itoupava-Seca, pretendendo formar uma federação, mas tiveram que adiar seus planos, devido à Primeira Guerra Mundial. Somente em 1921 foi fundada a Federação dos Cantores do Vale do Itajaí. Ela tinha a incumbência de realizar anualmente a Festa dos Cantores, promovendo concursos de Canto Orfeônico, e premiando os vencedores com vários troféus, presentes e taças<sup>58</sup>.

Os clubes musicais foram organizados tanto nas grandes cidades como pequenas. Em todas as colônias possuíam tais clubes que cultivavam o Canto Orfeônico. Esta prática cultural herdada da Alemanha teve continuidade nas práticas cotidianas dos núcleos associativos desses imigrantes e seus descendentes aqui no Brasil. Até mesmo nas festas populares, que ocorria uma espécie de circo popular, com sorteios de prêmios entre os participantes, barracas de vendas de licores, havia freqüentes apresentações da Sociedade de Cantores que entoavam várias canções. Cynthia Campos menciona que nessas reuniões, “as apresentações de coro vocal acompanhados com banda de música num ritmo festivo, eram freqüentes. (...) A música contribuía para fixar a linguagem e os sentimentos de sua terra de origem”<sup>59</sup>. Muitas vezes, instrumentos musicais acompanhavam num ritmo alegre e marcial, potencializando o clima festivo do coro vocal. Os alemães tornaram-se notáveis por essa afeição especial ao canto. O canto coral estava presente em todas as suas comemorações, desde a liturgia religiosa até nas ocasiões populares.

Segundo Wisnik, “a música antes mesmo da linguagem falada, é considerada uma linguagem do sentimento e da sensibilidade. Uma linguagem que fala com mais eficiência aos

---

<sup>58</sup> Ibid. p. 344.

<sup>59</sup> “Um relatório do Consulado Alemão em Santa Catarina no ano de 1916 evidencia como, mesmo entre os alemães que falavam o português, quando se tratava de cantar, as canções entoadas eram em língua alemã”. CAMPOS, Cynthia. 2006, op. cit. p. 264-265.



sentidos e sentimentos do que a razão, com o poder de despertar emoções através dos sons”<sup>60</sup>. O envolvimento sentimental pelo ato de cantar coletivamente provocava a interação entre os indivíduos da colônia promovendo a desejada unidade e mantendo o vínculo de pertença à sua pátria de origem. Os estudos de Rambo indicam que os cânticos salvaguardavam os valores culturais desses imigrantes<sup>61</sup>. As letras dessas melodias discorriam sobre temas de solidariedade, fidelidade, heroísmo, camaradagem e a coragem, inserido num imenso e rico repertório de músicas populares que “contava a história das alegrias, das tristezas, das guerras e da paz. Ou então, as canções falavam das florestas com seus mistérios, das montanhas com seus encantos, dos rochedos com seus segredos, dos castelos com suas sagas”<sup>62</sup>. O canto imortalizava esse tesouro cultural entre os colonizadores alemães do além-mar. Esse sentimento deveria ser cultivado com ardor. Um dos eficientes métodos utilizados era através das melodias entoadas coletivamente.

A criança do ambiente colonial alemão, desde muito cedo, ouvia os pais e os irmãos repetirem, enquanto se dedicavam às tarefas diárias, as melodias mais comuns e mais apreciadas. Foi possível observar essa prática do cotidiano na vida dos teuto-brasileiros e o significado que o canto teve, através do depoimento de descendentes desse grupo. “*Quando eu era criança, ouvia meus parentes e vizinhos cantarem à tardinha. Muitas vezes eles vinham do trabalho cantando aquelas lindas músicas da nossa terra*”<sup>63</sup>. Essas canções, que faziam parte do dia-a-dia, tocavam fundo, podendo ser consideradas como elemento formador da personalidade, assim como os ensinamentos da escola e os preceitos da igreja. Waldemar conta que “*as músicas cantadas e tocadas sempre alegraram nossas festas, tanto em casa, como na igreja*”<sup>64</sup>. Leonor, outra descendente de alemães, revela que até os sete anos de idade só falava a língua alemã. Em relação à música ela contou: “*Era muito gostoso ir à igreja e cantar hinos infantis, ouvir o coral de homens, de mulheres ou misto; em casa também*

---

<sup>60</sup> “A música, sendo uma ordem que se constrói de sons, em perpétua aparição e desapareção, escapa à esfera tangível e se presta à identificação com uma outra ordem do real. Isto faz com que se tenha atribuído a ela, nas mais diferentes culturas, as próprias propriedades do espírito, dos sentimentos”. WISNIK, José Miguel. **O Som e o Sentido**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.28.

<sup>61</sup> Arthur Rambo ao estudar sobre o teuto-brasileiro e sua identidade, observou como vários elementos culturais contribuíram para manter a identidade dos colonizadores alemães no sul do Brasil. Entre os símbolos culturais responsáveis pelo elo de união deste grupo, ele destaca a música como mantenedor de valores culturais. RAMBO, Arthur Blasio. O teuto-brasileiro e sua identidade. In, FIORI, N. A.; et al. (orgs.) **Etnia e Educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres**. Florianópolis: Ed. UFSC; Tubarão: Ed. Unisul, 2003. p. 77.

<sup>62</sup> Ibid, p. 78.

<sup>63</sup> BELZ, Waldemar. (86 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Blumenau, 16 /06/ 2006.

<sup>64</sup> Idem.

*cantávamos muito, tanto as músicas folclóricas como os hinos”* <sup>65</sup>. Ao refletir sobre estes depoimentos, torna-se significativo observar as considerações de Wisnik, relacionadas ao apelo emotivo da música. Este autor vê a música como um foco de atrativos que se presta a variadas utilizações e manipulações. “Instrumento de trabalho, habitat do homem-massa, enfim, um meio metafísico de acesso ao sentido para além da comunicação verbal” <sup>66</sup>.

O ouvir música alemã despertava sentimentos e emoções favoráveis à pátria de origem e conservava a cultura imigrada. Cynthia Campos registra o depoimento de uma descendente de alemães de Panambi, Neu Württemberg - Rio Grande do Sul, cujos pais falavam o português em casa, no qual evidencia como a música contribuiu para que ela aprendesse as primeiras palavras do idioma alemão. “*Aprendi também um pouco da língua alemã através do canto e da música. Até hoje sei letras de cantos folclóricos, que cantava na infância, escutava inúmeros corais de homens ou de mulheres, e até mistos, que havia na cidade, e que quase só cantavam em alemão*” <sup>67</sup>. Portanto, percebe-se que através das canções folclóricas que ouviu e cantou na infância e de corais que escutou na cidade, aprendeu a língua, embora não falasse em seu lar. Estas melodias marcaram fortemente sua memória a ponto de conseguir até hoje reproduzir essas canções.

A prática musical representa uma das formas mais complexas e mais eficientes de se manifestar uma cultura. Não foram apenas os imigrantes alemães que procuraram perpetuar sua história e costumes através da música. O entrevistado Érico Moser<sup>68</sup>, de nacionalidade italiana, contou como as canções participavam do cotidiano popular de seu povo aqui no Brasil. Os cânticos italianos eram entoados em seus lares, escolas e festas folclóricas. “*Minha mãe sempre cantava as canções em italiano na casa da gente. Eu me lembro até hoje das músicas, que aprendia na escola com meu professor que só falava italiano. Também nas festas que aconteciam na rua, havia música para alegrar a gente*”. Hilário Berri<sup>69</sup>, outro

---

<sup>65</sup> BELZ, Leonor. (74 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Rio do Sul, 18 /11/ 2005.

<sup>66</sup> WISNIK, José Miguel. Algumas questões de música e política no Brasil. In: BOSI, A. (org) op. cit. p. 114.

<sup>67</sup> SCHEIBE, Leda. Entrevista concedida a Cynthia Campos. Florianópolis; 06/06/1988. Apud. CAMPOS, Cynthia. 2006, op. cit. p. 265.

<sup>68</sup> MOSER, Érico. (80 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Rodeio: 10/10/2006.

<sup>69</sup> BERRI, Hilário. (91 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Rodeio: 10/10/2006

depoente italiano, também contou sobre a presença da música nas festas. “*Colocavam uma alegre. A gente cantava e ouvia muita música de nossa Itália*”<sup>70</sup>.

Nos países de onde procedeu a grande parte dos imigrantes europeus, o canto e a música instrumental ocupavam um lugar muito especial, principalmente na Alemanha. Muitos dos grandes mestres da música clássica nasceram naquele país e ali viveram e compuseram suas peças imortais. Os conjuntos e corais alemães serviram de modelo a ser importado pelos regentes brasileiros, devido à perfeição técnica e a sua disciplina. Professores e compositores preocupados com o canto coral no Brasil nos anos 20 e 30, como Villa-Lobos, Mario de Andrade<sup>71</sup> e Fabiano Lozano<sup>72</sup>, costumavam enaltecer os corais alemães, e dizer que estes deviam servir de exemplos a serem seguidos pelos brasileiros preocupados com a nacionalização da música brasileira<sup>73</sup>.

O Canto Orfeônico na educação brasileira começou a ser conhecido e praticado desde as primeiras décadas do século XX. Segundo Contier<sup>74</sup>, nesse período, o ensino do canto coral prendia-se a uma diretriz romântica de conotações cívico-patrióticas, que visava despertar nas

---

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> Mário Raul de Moraes Andrade (1893 – 1945) nasceu na cidade de São Paulo e iniciou seus primeiros estudos nessa cidade. Formou-se em piano no ano de 1917 pelo Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Ainda em 1917 estreou na vida literária com o volume de versos na linha parnasiana Há uma gota de sangue em cada poema. Tornou-se crítico de arte em vários jornais e revistas paulistas. Em 1922, foi um dos organizadores da Semana de Arte Moderna. Naquele mesmo ano escreveu Paulicéia Desvairada, um dos principais livros do modernismo. Foi o primeiro a usar sistematicamente o verso livre no Brasil. De 1922 a 1945, tornou-se a figura mais completa e representativa das letras brasileiras. Musicista dirigiu seus estudos para pesquisas de nacionalização da música brasileira. Dedicou-se às críticas e às pesquisas folclóricas, principalmente musicais. Em 1928 escreveu, Ensaio sobre música brasileira e a rapsódia Macunaíma, herói sem caráter. Em 1935, fundou, juntamente com Paulo Duarte, o Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, órgão que exerceria larga influência na democratização da cultura e do qual foi o primeiro diretor. No ano seguinte, Mário e Paulo Duarte elaboraram um projeto de lei que dispunha sobre a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde. Em 1937, criou a Sociedade de Etnografia e Folclore de São Paulo; criou também os primeiros parques infantis e a discoteca pública de São Paulo. Organizou o Congresso de Língua Nacional Cantada que fixou a pronúncia padrão usada no teatro dramático e no canto do Brasil. Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1938, para dirigir o Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal e ocupou a cátedra de história e filosofia da arte. De sua vasta obra, merecem destaque, além dos trabalhos já citados, A escrava que não é Isaura (1925), Amar, verbo intransitivo, (1927), Cultura musical (1936), Pequena história da música (1942) e O movimento modernista (1942). Disponível: [www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/](http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/) (acessado em 21/11/2007).

<sup>72</sup> Fabiano Lozano nascido na Espanha na cidade de Tíjola. Formou-se professor no Sud Menucci e graduou-se em música no Conservatório de Madri. Veio para o Brasil juntamente com seu irmão Lázaro Lozano e ambos já tocavam no teatro piracicabano em 1906. Eles contribuíram para uma das primeiras formações da chamada Orquestra Sinfônica na cidade de Piracicaba em 1913. Lázaro retornou a Espanha na década de 20 e Fabiano continuou no Brasil. Ele exerceu a função de professor, músico e pianista. Também foi o responsável por introduzir o canto orfeônico (prática dos coros) nessa cidade, e foi o precursor da prática do canto junto com o maestro Villa-Lobos. Jornal de Piracicaba. Disponível: [www.jpjornal.com.br/news](http://www.jpjornal.com.br/news). (acessado em 21/11/2007).

<sup>73</sup> CONTIER, Arnaldo Daraya. 1998, op. cit. p. 12.

<sup>74</sup> Ibid.

crianças o amor à Pátria. Os primeiros relatos sobre o uso do orfeão na escola, apontam para Carlos Alberto Gomes Cardim<sup>75</sup>, que instituiu em 1910 essa modalidade de ensino musical em uma escola pública de São Paulo. Ele e João Gomes de Araújo Júnior<sup>76</sup>, professor da escola normal de São Paulo, foram os autores do método analítico<sup>77</sup> para ensino da música na escola. João Gomes Júnior formou grupos de orfeões compostos por normalistas da Escola Normal de São Paulo. Outro músico com participação importante no desenvolvimento dos orfeões no estado paulista foi o maestro João Batista Julião<sup>78</sup>. Ele organizou o Orfeão dos Presidiários na Penitenciária Modelo do Estado de São Paulo em 1912. Este coro orfeônico tornou-se famoso pelas audições através do rádio, por ocasião das festas de Natal, e ainda nas recepções de autoridades nacionais e estrangeiras. Também atuou na educação, reunindo “as alunas da escola normal Padre Anchieta, num disciplinado conjunto orfeônico, que teve

<sup>75</sup> Carlos Alberto Gomes Cardim (1875-1938), nasceu na cidade de São Paulo. Diplomou-se na Escola Normal em 1894. Foi Teatrólogo, historiador, professor diretor do Conservatório Dramático e Musical SP. COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. **Enciclopédia de Literatura Brasileira**. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Academia Brasileira de Letras, 2001: 2v. p. 35.

<sup>76</sup> João Gomes de Araújo Júnior, (1871-1963), compositor, natural de Campinas, SP, quando ainda jovem realizou seus estudos na Alemanha (Kassel, Leipzig) e posteriormente na Itália. Compôs óperas e músicas sacras com influencia de seus mestres alemães. Autor do hino patriótico "São Paulo de Piratininga", "Canto Patriótico: Ser Paulista". Procurou dar à sua composição uma solenidade quase que religiosa inspirada na concepção germânica de hinos pátrios. Foi uma das principais personalidades do ensino musical em São Paulo (Escola Modelo do Carmo, Escola Prudente de Moraes, Escola Normal Caetano de Campos). Autor de obras didáticas e um dos grandes nomes na história do movimento orfeônico no Brasil como introdutor do método do manossolfa em São Paulo Atuou como professor de música na Escola Normal de São Paulo e foi um dos fundadores do Instituto Musical de São Paulo. Disponível em <http://www.revista.akademie-brasil-europa.org/> (acessado em 21/11/2007)

<sup>77</sup> Método Analítico: Este método partia do geral para o particular, ou seja, iniciava com o que era mais próximo da realidade do aluno. No caso da música, primeiro se ensinava as canções e depois o conhecimento teórico musical. Kodály é considerado o grande precursor do método analítico. Ele o formulou enfatizando o uso da voz e elementos do folclore nacional (no seu caso, húngaro). No Brasil João Gomes Júnior e Carlos Alberto Gomes Cardim, os grandes responsáveis pela divulgação deste método, buscavam relacionar o ensino de música ao de outras disciplinas, especialmente da linguagem. Segundo eles esta disciplina mantinha uma relação muito estreita com a linguagem. CARDIM, Carlos Alberto.; GOMES JR., João. **O Ensino da Música pelo Método Analítico**. São Paulo: Typ. Siqueira, Nagel & Comp.1914. p. 13. (acervo do Centro de Artes, UNASP - Campus II. Engenheiro Coelho, SP.)

<sup>78</sup> João Batista Julião, (1886-1961). Professor e compositor paulista. Iniciou seus estudos musicais na capital paulista. Em 1912 graduou-se no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. Ao concluir seu curso, assumiu a função de mestre-de-capela da igreja matriz da cidade. Assumiu a cadeira de música e canto orfeônico da Penitenciária-Modelo do Estado de São Paulo. Tornou-se colaborador do maestro João Gomes Júnior, na preparação dos alunos de grupos escolares, por ocasião da comemoração do Centenário da Independência, em 1922. Por esse tempo, foi efetivado como professor da Escola Normal padre Anchieta, São Paulo. Em 1927, foi um dos fundadores do Instituto Musical de São Paulo. Na década de 40, exerceu a função de diretor do Instituto Musical de São Paulo, onde conseguiu autorização do Ministério de Educação e Saúde para funcionar o Curso de Canto Orfeônico, equiparada ao conservatório padrão que acabava de ser instalado no Rio de Janeiro, sob direção de Villa-Lobos. Em 1944, organizou um programa de Canto Orfeônico para ser usado nas escolas paulistas de acordo com as diretrizes propostas pelo Conservatório Nacional. Compôs músicas sacras para piano e violino. Esse dedicado pedagogo a serviço do Canto Orfeônico, compôs vários hinos e canções cívicas (Cantigas de minha terra, Hymno do Instituto Profissional Feminino, com letra de Hermes Fontes, Hymno à Bandeira, com letra de Mello Freire, Hymno à Mocidade, poesia de Olavo Bilac, entre outros). Disponível em: [www.revista.akademie-brasil-europa.org/](http://www.revista.akademie-brasil-europa.org/) (acessado em 21/11/2007)

grande repercussão, pelas brilhantes audições que constantemente proporcionava ao povo bandeirante”<sup>79</sup>.

Outro nome relevante nesse período foi Fabiano Lozano, que em 1915, organizou um conjunto orfeônico com alunos da Escola Normal da cidade de Piracicaba e na década de 20, fundou o primeiro coral orfeônico escolar no Brasil com 48 componentes<sup>80</sup>. Esse grupo denominado Orfeão Piracicabano, apresentou-se no Teatro Municipal de São Paulo, em julho de 1926 e no ano seguinte, na cidade do Rio de Janeiro. Suas apresentações foram muito bem recebidas pela crítica, devido à escolha do repertório que visava o enaltecimento da Nação. Mario de Andrade se manifestou em nota publicada no Diário Oficial, com as seguintes palavras: “com a festa linda de ontem à noite no Municipal, o Orpheão Piracicabano veio dar a São Paulo uma lição artística de civismo”<sup>81</sup>. Mário chamava a atenção sobre a importância do coral, sob o ângulo cultural. Dizia que essa forma musical poderia constituir-se no grande elo entre a arte culta e o povo. Ele acrescentou em seu discurso escrito: “O Orpheão Piracicabano, está dando uma lição formidável para o Brasil. Organizados, numa disciplina séria, sem diletantismo, sem vaidade, organizados por entusiasmo e por confiança, são um prodígio de união”<sup>82</sup>.

Importa notar que além de sua contribuição na formação dos primeiros orfeões escolares, Fabiano Lozano e João Gomes Júnior, foram grandes promotores deste estilo musical e alertavam sobre a importância da música para a formação cívica do educando. Defendiam esta prática educativa em seus discursos orais e escritos. Fabiano Lozano, em 1931, apresentou à diretoria Geral do Ensino de São Paulo um projeto de canto propondo o ensino do Canto Orfeônico nas escolas, dando ênfase à necessidade de despertar no aluno o sentimento estético e a utilização da música como instrumento de formação cívica. Ele dizia: “Não está fora de propósito insistir sempre, perante os alunos sobre a benéfica influência que a boa linguagem dos sons exerce no desenvolvimento de nobres sentimentos, por dirigir-se

---

<sup>79</sup> Yolanda de Quadros. **Elementos de Canto Orfeônico**. 22. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949. p. 191. (Acervo particular da entrevistada Leda Senise Varela)

<sup>80</sup> CONTIER, Arnaldo Daraya. 1998, op. cit. p. 13.

<sup>81</sup> ANDRADE, Mário, apud, CONTIER, Arnaldo Daraya. Ibid. p. 13.

<sup>82</sup> CONTIER, Arnaldo Daraya. Ibid. p. 14.

principalmente ao coração”.<sup>83</sup> João Gomes Júnior, por sua vez, deixou registradas as seguintes palavras em um manual de orfeão escolar elaborado por ele:

Não vos esqueçais de que deveis cantar com os vossos alunos as canções dolentes e melancólicas da nossa terra, que virão despertar neles o amor pelo Brasil. Sim! Cantai com eles a nossa terra, a opulência das nossas florestas, os arreboes sangrentos e cheios de saudade dos nossos crepúsculos, as glórias imorredouras da nossa raça, a pompa sempre risonha e florida da nossa eterna primavera. Os cantos tão cheios de doçura de um povo, que tendo nascido na mais formosa das terras, têm também no coração a mais ardente e a mais bela das paixões – a música. Tudo na nossa terra é musical.<sup>84</sup>

A posição do governo de São Paulo era francamente favorável ao ensino de música nas escolas públicas. A partir de 1921 o governo paulista trabalhou para a efetiva implantação do ensino de música nas escolas. Uma das ações significativas foi a autorização para as escolas normais realizarem ensaios de orfeão. Em 1925, foi instituído o Orfeão Infantil Paulista para todos os alunos que estivessem cursando o terceiro e quarto ano primários<sup>85</sup>. Desde o advento da república a educação paulista representava o pensamento pedagógico dominante e São Paulo era reconhecido, naquele momento, como, “o estado com os métodos mais aperfeiçoados do país”<sup>86</sup>. Por isto, o coronel Vidal Ramos<sup>87</sup>, quando assumiu o governo de Santa Catarina, contratou em 1911, o professor paulista Orestes Guimarães<sup>88</sup> para exercer a função de Inspetor Geral do Ensino, coordenando a instrução pública neste Estado. A escolha

---

<sup>83</sup> Ibid. p. 15.

<sup>84</sup> GOMES, João Júnior. **Orpheon Escolar**. Série terceira. São Paulo: Melhoramentos, 1921. p. 5. (Acervo particular da entrevistada Aracy Scherer Rocha).

<sup>85</sup> ARRUDA, Yolanda de Quadros. Op. cit. p. 192.

<sup>86</sup> Resoluções do Conselho Municipal de Joinville do Ano de 1907, apud, CRISTOFOLINI, Nilton José. **Nacionalização do Ensino: Estratégia para a construção da nacionalidade e sua contextualização em Joinville**. Dissertação (Mestrado em História) UFSC. Florianópolis, 2002. p. 99.

<sup>87</sup> Vidal José de Oliveira Ramos Júnior (1866-1956) Nasceu em Lages, SC. Político brasileiro, que atuou como governador do Estado de Santa Catarina Entre os anos 1910-1914. Foi senador pelo mesmo Estado nos anos de 1915 - 1929. Disponível: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Vidal>. (acessado dia 21/11/2007)

<sup>88</sup> Orestes Guimarães (1871-1931) – Paulista formado pela Escola Normal de São Paulo em 1889. Foi diretor do primeiro grupo escolar do Braz, na cidade de São Paulo. Por solicitação do governo paulista criou o grupo escolar do núcleo colonial Quiririm, na zona rural de Taubaté - SP. Exerceu o magistério por 16 anos nesse estado. Dirigiu o Colégio de Joinville entre os anos 1906-1909 e regressou ao seu estado natal. No ano de 1911, o governador Vidal Ramos, o convidou para regressar a Santa Catarina, e exercer a função de Inspetor Geral do Ensino com a atribuição de auxiliar na reorganização da Instrução Pública. Em 1918 passou a ser o Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, e exerceu essa função até o final de sua vida. REVISTA DE EDUCAÇÃO. Órgão do Professorado Catarinense - Ano I - nº 2 (março/abril), 1936. Florianópolis. p. 2. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.)

desse nome se deu por sua anterior atuação no trabalho de nacionalização do ensino no Estado de São Paulo e como diretor do Colégio Municipal de Joinville<sup>89</sup>.

O objetivo do governador, com a chegada desse educador, era solucionar o problema da educação pública. Segundo seu diagnóstico, esse era o mais grave problema de Santa Catarina. Os imigrantes e seus descendentes cresciam, prosperavam e criavam escolas particulares espalhadas pelas colônias do Estado, muitas vezes financiadas total ou parcialmente por seu país de origem<sup>90</sup>. Preocupado com a integração dos imigrantes, decidiu trabalhar exaustivamente na nacionalização do ensino. Por esse meio, pretendia transformar o educando em cidadão. Este foi o objetivo que alimentou o discurso educacional oficial do momento: “Escolher os livros didáticos, cadernos, mappas, em fim tudo que se chama material de ensino, certamente que é uma dura tarefa, porque é o primeiro bocado do pão de espírito atirado, como cimento de um alicerce, aos futuros cidadãos da Pátria”<sup>91</sup>.

A reorganização do ensino deflagrada no governo Vidal Ramos foi considerada uma das mais decisivas do setor nesse Estado. Guimarães seguiu as linhas básicas da escola pública de seu estado de origem. Para aplicar os conceitos educacionais nacionalistas em Santa Catarina, em 1912, esse educador convocou uma equipe integralmente paulista<sup>92</sup>. Entre os membros dessa equipe estava João dos Santos Areão<sup>93</sup>, sendo este, o único a permanecer em Florianópolis após o retorno da equipe de Guimarães.

---

<sup>89</sup> “Em 1906, Abdon Batista, prefeito da cidade de Joinville, o convidou para organizar e dirigir o Colégio Municipal dessa cidade a fim de implantar o modelo de ensino adotado na cidade de São Paulo”. Ibid.

<sup>90</sup> MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do Ensino: uma contribuição à História da Educação**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983. p. 55.

<sup>91</sup> GUMARÃES, Orestes de Oliveira, apud, NÓBREGA, Paulo. Escola Normal, Ciência e Nacionalidade na Primeira República. In: SCHEIBE, L.; DAROS, M. D. (orgs.) **Formação de Professores em Santa Catarina. Florianópolis: NUP/CED, 2002. p.123-133. p.123.**

<sup>92</sup> “Para introdução e orientação dos novos métodos de ensino, Orestes Guimarães trouxe seus colegas: Gabriel Ortiz, Antônio Reimão Helmster, Henrique Gaspar Midon, Pedro Nolasco Vieira, Arlindo Chagas, João dos Santos Areão, Gustavo Assunção e Posidônio Sales”. REVISTA DE EDUCAÇÃO - n.º2. 1936, op. cit. p. 3.

<sup>93</sup> O professor João dos Santos Areão, chegou a Santa Catarina logo após concluir seu Curso Normal em São Paulo, a convite de Orestes Guimarães, em 1912. Desempenhou várias funções no ensino e, em 1933, assumiu o cargo de Inspetor Geral das Escolas Subvencionadas pela União. O Decreto Federal n. 13.014 de 04 de maio de 1918 possibilitou à União subvencionar escolas primárias para populações de origem estrangeira. A região atingida pela influência direta dessas escolas passou a ser chamada de “zona de nacionalização”. Essas escolas eram fiscalizadas pelo Governo Federal mediante atuação, em âmbito estadual, do Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas. Este cargo foi ocupado primeiramente por Orestes Guimarães, tendo permanecido neste trabalho, até o dia de seu falecimento, 30 de dezembro de 1931. Depois de um ano, João dos Santos Areão substituiu Orestes Guimarães nesta função. FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da Evolução do Ensino Público**. Ensino Público e Política de Assimilação Cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano. 2.ed. rev. Florianópolis: EDUFSC, 1991. p. 107.

Na função de Inspetor Geral do Ensino cabia a Orestes Guimarães elaborar programas, Regulamento da Instrução e Regimentos à medida que se iniciavam as instalações dos primeiros grupos escolares do Estado. O trabalho fundamentou a remodelação educativa no ensino cívico e língua nacional. Buscou-se ensinar o civismo utilizando um programa sedimentado pelos cantos cívicos, pelo estudo de geografia e história do Brasil e pela educação cívica. O programa incluía homenagear os grandes vultos nacionais e comemorar as datas cívicas acompanhado da prática de entoar os cantos e hinos. As músicas indicadas para serem entoadas eram de cunho nacionalista: Hino Nacional, Hino de Santa Catarina, Hino a Tiradentes, canção ao trabalho, canção sou brasileiro, músicas da grande Pátria e ainda hino à Pestalozzi. Este pedagogo foi um dos grandes fundadores do método intuitivo<sup>94</sup>, por isso, segundo o pensamento da época, “merecia” uma homenagem. Quanto à língua nacional, havia certa tolerância à língua estrangeira, pois, ensinavam o português e o alemão nas escolas. Ao longo da atuação desse Inspetor Geral do Ensino, diversos Decretos e Leis foram promulgados em Santa Catarina, dando respaldo legal às mudanças pretendidas.<sup>95</sup>

Pode-se dizer que o professor Orestes Guimarães e sua equipe repetiram no plano estadual, ações anteriormente aplicadas no Colégio de Joinville, quando atuou como diretor

---

<sup>94</sup> O método intuitivo era referência para o pensamento pedagógico da época. A fundamentação deste método encontrava-se no desenvolvimento mental, cognitivo, tendo por princípio a experiência, isto é, a intuição. Pestalozzi define a intuição como a apreensão sensível das coisas pela observação. A intuição permite apreender as propriedades dos objetos, a forma, o número e o nome, que são as estruturas essenciais do mundo criado pelo Divino construtor. Pestalozzi propõe começar pela experiência intuitiva, concreta, não das palavras, como nos humanistas, ou das imagens, como em Comênius, mas das coisas: essa intuição ele chama de “lição das coisas”. Depois a criança passará à representação delas no desenho, na aritmética e na língua, procedendo gradativamente do mais fácil para o mais difícil, do mais próximo para o mais distante, do mais concreto para o mais abstrato. HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Pensando a Educação nos Tempos Modernos**. São Paulo: Edusp, 1998. p. 97. Pode-se dizer que o método analítico elaborado por João Gomes Júnior, fundamentou-se no princípio do método intuitivo proposto por Pestalozzi. ‘Parte do mais próximo da realidade do aluno, do conhecido para o desconhecido, a prática do canto por audição e depois a inserção do conhecimento teórico’. Portanto, os cantos aprendidos inicialmente por audição devem ser simples, de fácil apreensão, caminhando para o mais difícil, educando o ouvido, os sentidos, para depois chegar à representação gráfica, à notação musical. Gabriel Prestes, diretor da Escola Normal (década de 1890) propunha a utilização da música como uma educação sensorial, identificando-a com o método intuitivo e também com as definições de música que no momento estavam sendo construídas como linguagem do sentimento e da sensibilidade. A música por ser considerada linguagem dos sentimentos, foi divulgada num artigo publicado na Província de São Paulo como necessária para a educação das massas. “É considerando a música como linguagem do sentimento que se pôde facilmente explicar o grande prestígio que ella exerce sobre as massas compostas dos mais disparatados elementos”. (17/11/1892). Cf. MORILA, Ailton Pereira. No compasso do progresso: a música na escola nas primeiras décadas republicanas. **Revista Brasileira de História da Educação**. SBHE. Julho/dezembro 2006. n. 12. p. 78-80.

<sup>95</sup> A Lei Estadual nº. 1.187 de 1917, regulamentada pelo Decreto nº. 1.063 do mesmo ano; lei nº. 1.283 de 1919; Decreto nº. 1.321 de 1920; lei nº. 1.308 de 1921 e o Decreto-lei nº. 58 de 1931 determinaram medidas tendentes à nacionalização do ensino. Por eles tornou-se obrigatório, nas escolas particulares, o ensino de Português, História e Geografia do Brasil, Educação Cívica, Cantos e Hinos Brasileiros, fixando-lhes horários. OLIVEIRA, Carlos Gomes. **Nacionalização e Ensino**. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio. 1939. p. 106. (Acervo: Obras raras da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.)



daquela instituição. Propôs várias medidas pedagógicas, com a finalidade de forjar um perfil de brasilidade. A língua brasileira foi considerada fundamental para estabelecer a unidade; encarada como o primeiro elemento de constituição da identidade nacional. Sobre a importância dada a essa questão ele justificou nos seus relatórios:

O ensino da língua portuguesa nas nossas escolas particulares impõe-se como necessidade de alto alcance em obediência ao Regulamento de Instrução Pública do Estado. É com o seu ensino methodico e claro que se formará da infância de hoje, os cidadãos de amanhã, tornando-os aptos para as posições officiaes que tiverem de ocupar. É com o conhecimento da língua que se estabelecerá entre todos a desejada união e a harmonia que engrandece um povo. A língua nacional é o elo que irmaniza por si só sentimentos divergentes e uniformiza aspirações dispersas, ligando vontades, regularizando interesses, unificando idéias, consolidando afetos.<sup>96</sup>

Por isso a leitura em língua vernácula foi considerada como primordial nos estudos, e o livro didático tinha a tarefa de exercer este papel. Quanto à educação cívica, Orestes esclareceu que, “o propósito desta nova disciplina é complementar os ensinamentos dados pelo canto, pela leitura, pela geographia e pela história. É um resumo que deve saber aquelle que vae ser um cidadão, um eleitor, um patriota”<sup>97</sup>. A disciplina de história devia constar no currículo para despertar o amor à Pátria e a consciência patriótica brasileira nas crianças. “O principal da história é fundar e revivificar o sentimento nacional, o amor da Pátria, o patriotismo”<sup>98</sup>. Orestes Guimarães considerou o canto altamente didático e de grande importância. Então, as atenções foram direcionadas às aulas de canto. A música contribuiria para a cultura nacional e assimilação do idioma brasileiro, sobretudo aqueles cantos que exaltavam o sentimento de nacionalidade. Ele comentou que:

De facto, quem há que desconheça a profunda influência educativa do canto, e d’ahi como comprehender uma escola pública sem cantos nacionais? Esse meio educativo por excellencia, esse meio de disciplina, esse meio de descanso, esse meio de amor a escola, ao trabalho e a Pátria.<sup>99</sup>

Provavelmente, o valor atribuído à música, para este educador, se devia à influência de sua formação acadêmica obtida na Escola Normal de São Paulo, e seu contato com o pensamento pedagógico paulista. A música foi inserida nos currículos das escolas normais de

---

<sup>96</sup> GUIMARÃES, Orestes. Relatório do Colégio Municipal de Joinville, encaminhado ao Sr. Superintendente Municipal..Joinville, 1909. p. 53. apud. CRISTOFOLINI, Nilton José. Op. cit. p. 103.

<sup>97</sup> Ibid. p. 106.

<sup>98</sup> Ibid.

<sup>99</sup> Ibid.

São Paulo um ano após a Proclamação da República. Esta mudança política trouxe a necessidade de uma educação moderna. O ensino de música encontrava-se como um autêntico símbolo desta educação que buscava formar cidadãos adaptados às modernidades do mundo<sup>100</sup>. O caminho a ser traçado pelos republicanos, no que dizia respeito à educação moderna, deveria ser espelhado nos exemplos de países europeus. O Decreto de 1890 estabeleceu que o curso da Escola Normal, seria completado com as seguintes disciplinas: música, solfejo e canto coral durante o segundo ano dessa modalidade de ensino. A finalidade desta disciplina era garantir a integridade dos estudos, como processo importantíssimo de reprodução do pensamento e da possibilidade de expressão dos sentidos. No livro *Lições de Pedagogia*, destinado aos alunos da Escola Normal de São Paulo, publicado em 1899 encontra-se a seguinte justificativa para o uso da música na escola:

A música eleva o espírito, estimula a sensibilidade, sobre a qual se pode edificar todo o plano educativo. Sob o ponto de vista moral, a música apresenta para a juventude, uma poderosa couraça contra os perigos de outros prazeres, e isto pelo sentimento puro e elevado que ela cultiva. Finalmente sob o ponto de vista disciplinar, o canto que acompanha as marchas, os exercícios, as saídas e as entradas dos alunos, impede a desordem e o tumulto, ao mesmo tempo em que ministra um alimento salutar à actividade nativa dos alunos, distraindo-os, alegrando-os, facilitando-lhes poderosamente o seu trabalho. É por isso que até o ensino de ginástica costuma ser acompanhado dum canto bem ritmado.<sup>101</sup>

Segundo Guimarães, os cantos de conteúdo moral e cívico reforçavam a valorização do trabalho e da família, com acentuado enfoque na disciplina. Durante a Primeira República, embora Orestes Guimarães considerasse a música na escola um fator importante para a nacionalização, deixava transparecer sua postura liberal em relação ao canto nacionalista e o respeito aos estrangeiros. “Havendo crianças estrangeiras no estabelecimento, a estas sempre facultei cantarem ou deixar de cantar os hinos patrióticos, porque me parecia obrigar-as a um constrangimento”<sup>102</sup>. Nesse sentido Fiori argumenta que,

No ensino público catarinense, chegou mesmo a ocorrer à aceitação consciente de certos valores culturais, vigentes em grupos étnicos de origem estrangeira. Procurou-se estimular, nas escolas destinadas à nacionalização,

<sup>100</sup> CF. LEMOS JR, Wilson. **Canto Orfeônico**: uma investigação acerca do ensino de música na escola secundária pública de Curitiba (1931-1956). Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005, p. 12-15.

<sup>101</sup> CHASTEAU. *Lições de Pedagogia*. Tradução de Antônio Figueirinhas. Porto: Ária Figueirinhas, 1899. p.370. apud, LEMOS JR., Wilson. *Ibid.* p.19.

<sup>102</sup> GUMARÃES, Orestes, apud, NÓBREGA, Paulo. *Escola Normal, Ciência e Nacionalidade na Primeira República*. In: SCHEIBE, L; DAROS, M. D. (orgs.). *Op. cit.* p.127.

certos valores e atitudes que não se chocavam com a vida nacional e que eram especialmente apreciados pela cultura germânica: trabalhos manuais, ginástica calistênica, festas escolares e disciplinas semi-militarizadas. Este fato deu à escola catarinense certa ambivalência cultural, mas que não chegou a ser conflitante.<sup>103</sup>

Apesar dessa postura mais “branda” em relação aos estrangeiros, nota-se pela análise de suas declarações da época, sua previsão de um processo nacionalizador em curso como uma necessidade crescente. Esta prática permissiva não ocorreu posteriormente no período do Estado Novo, quando havia o medo do perigo alemão. Os hinos patrióticos passaram a ser, então, obrigados por Decretos e Leis a serem entoados por todos os alunos em todos os estabelecimentos de ensino, e o não cumprimento implicava em sérias sanções como se discutirá no capítulo seguinte.

Os mesmos hinos usados no cotidiano escolar eram entoados nas festividades, homenagens cívicas e solenidades que eram freqüentemente realizadas para divulgar e tornar conhecidas as datas cívicas. O programa de comemoração do Centenário da Independência<sup>104</sup> indicava detalhadamente como as escolas deviam prestar as homenagens nessa festa cívica. As músicas eram usadas para fomentar o evento, fornecer conhecimentos sobre esta terra que acolhia a todos os imigrantes e despertar neles o amor à pátria brasileira.

Tais festas, segundo Orestes Guimarães receberam críticas e ele se manifestou dizendo: “críticas injustíssimas, quase sempre são dirigidas contra estas festas – parte integrante da educação nacional”<sup>105</sup>. Afirmava ainda que em outros países sua realização também era bastante comum, e, devido a sua importância, não podem ser deixadas no esquecimento como aconteceu nos tempos do Império. Ele explica:

Na Alemanha, e creio que em todo o mundo, as datas nacionaes são entusiasticamente festejadas em todas as escolas, desde as primárias até as universidades. O governo decretou os dias de festas nacionaes. Não os deixemos cair em desuso, como na monarchia. Que não sejam apenas dias feriados, mas dias de festas e que todos os annos, constantemente, os

---

<sup>103</sup> FIORI, Neide Almeida. Op.cit. p.110.

<sup>104</sup> REVISTA DE ENSINO PRIMÁRIO. TYP da Livraria Moderna. Florianópolis, 1922. Anno I, n.1. (Fundada em 1922, para comemorar o primeiro centenário da Independência Nacional, e publicada pela Directoria da Instrucção Pública do Estado de Santa Catharina de 1922). p. 46-47. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.) (Ver Anexo 1.)

<sup>105</sup> GUIMARÃES, Orestes. Relatório. apud, CRISTOFOLINI, Nilton José. Op. cit. p. 108.

mestres recordem e rememorem ao povo os factos que tornavam taes dias beneméritos de nossa consagração.<sup>106</sup>

Entretanto, ao relatar o que acontecia em solo brasileiro, ele lamenta o fato de outras escolas realizarem somente as festas alemãs e não as nacionais. Segundo ele, no período de mais de dois anos em que esteve em Joinville, apenas o Colégio Municipal dirigido por ele comemorava os dias de festas da pátria brasileira.<sup>107</sup> Seu sentimento relatado era de pesar ao perceber que instituições educativas particulares não participavam das cerimônias cívicas brasileiras, e realizavam muitas festas que promoviam a cultura e civismo da pátria alemã.

A influência político-educacional liberal e nacionalista de Orestes Guimarães estendeu-se até o ano 1935. Resultou numa série de mudanças que vão desde a organização de um novo sistema de educação com a introdução e adoção de novos métodos de ensino, até a fundação de escolas, grupos escolares e escolas complementares nos municípios de origem colonial. Este educador contribuiu significativamente para as ações nacionalistas deste Estado. Embora tivesse uma postura nacionalista liberal, surgiram manifestações de ressentimentos<sup>108</sup> entre ele e os descendentes de alemães. Ansart esclarece que o regime democrático age de forma contrária aos regimes autoritários ou absolutistas. Possui a vocação de ouvir os ecos dos ressentimentos, proporcionando um determinado direito de expressão, nos limites das leis, e favorecendo a superação dos ódios pela discussão e pelas concessões. Os ressentimentos têm um lugar, um papel no mecanismo político. “A manifestação pública constitui-se em um procedimento legalizado de expressão dos descontentamentos e uma ameaça simbólica aos representantes que permanecem indiferentes a esta expressão.”<sup>109</sup>

Pode-se dizer, então que paradoxalmente, a própria postura liberal adotada por Guimarães, buscando o entendimento, foi o que propiciou vários ressentimentos e, conseqüentemente polêmicas.<sup>110</sup> Mas, apropriadamente se pode perceber que, mais do que o

---

<sup>106</sup> Ibid.

<sup>107</sup> Ibid.

<sup>108</sup> “É preciso considerar os rancores, as invejas, os desejos de vingança, as ameaças e os fantasmas do perigo e da morte. São exatamente estes os sentimentos e representações designados pelo termo ressentimentos”. ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, M. S.; NAXARA, M. (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2001. p. 15.

<sup>109</sup> Ibid. p. 28.

<sup>110</sup> Cynthia Campos cita alguns dos conflitos ocorridos entre o Inspetor Federal Orestes Guimarães e o Dr. Aldinger, descendente de alemães. Ambos tinham conceitos diferentes em relação à terminologia “pátria” e esta questão provocou grande polêmica, que se tornou pública. O Dr. Aldinger defendia o direito das escolas particulares continuarem ensinando aos alunos as definições de pátria já cristalizadas no imaginário dos teuto-

conflito com as colônias de imigrantes, o que ele buscou foi certa acomodação. Talvez, justamente porque o cenário político nacional se diferenciava dos contornos assumidos no período posterior. Importa lembrar que nessa época a Alemanha era vista mesmo como uma referência cultural. Afinal, tanto Kodály, personalidade que inspirou Villa-Lobos quanto à metodologia do canto coral nas escolas, como o próprio Villa-Lobos, devem muito de seu trabalho ao modelo alemão.

Nota-se, por exemplo, que o mesmo modelo de forte influência musical de folclore e nacionalismo vivenciado na Alemanha naqueles anos foi trazido pelos colonos às terras brasileiras. A esse respeito, Arthur Rambo comenta que a música e o canto eram bem representados nas festividades escolares alemãs. Ao ingressar o educando vivenciava a música de várias formas em todos os anos de atividade acadêmica. Havia o ensino básico de solfejo e em algumas escolas até mesmo técnicas elementares de educação vocal eram ministradas. Diariamente, pelo menos meia hora era dedicada ao ensaio de cantos. A grade curricular previa que durante os quatro anos de educação escolar as crianças aprendessem no mínimo quarenta e oito cantos, devendo a metade ser de caráter religioso<sup>111</sup>. Havia ainda a possibilidade do aprendizado de algum instrumento harmônico ou violino, de acordo com as habilidades dos próprios professores disponíveis na localidade. Nesse caso os momentos de canto tornavam-se ainda mais interessantes. O ambiente de aprendizado dos 48 cantos era lúdico resultando muitas vezes na superação da marca pretendida. Assim cumpria a escola alemã, mesmo na colônia, uma de suas funções como guardiã dos valores culturais, mantendo-os intactos e transmitindo-os às novas gerações.

Observando essas práticas dos imigrantes, os intelectuais brasileiros conscientizavam-se cada vez mais sobre a importância da música e do canto nas escolas. A íntima conexão entre a música e o civismo como componente imprescindível na formação do cidadão brasileiro já era defendida desde as décadas de 10 e 20, principalmente na cidade de São Paulo. Entretanto, apesar do apoio a essa modalidade de ensino nas escolas primárias e normais, o uso do canto era considerado deficiente e precário. “Sendo as canções mecanicamente executadas, quando não ensaiadas por audição, com repertório inadequado às

---

brasileiros. Também houve discussão entre eles, já colocada em 1921, em torno do material didático a ser utilizado nas escolas, tendo grande repercussão na imprensa local. Esses são apenas alguns exemplos das resistências que ora se apresentavam pelos teuto-brasileiros. Cf. CAMPOS, Cynthia. **A Política da Língua na Era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil**. 347p. Dissertação Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 1998. p. 202-203.

<sup>111</sup> RAMBO, Arthur Blasio. O teuto-brasileiro e sua identidade. In: FIORI, N. A.; et al. (orgs). Op. cit. p. 78.

vozes e possibilidades dos cantores”<sup>112</sup>. Foi somente na década de 1930 que o ensino do Canto Orfeônico, com o trabalho de Villa-Lobos, ganhou alcance e importância e generalizou-se por todo o país. Paulatinamente outros estados também efetuaram a organização do Canto Orfeônico nas escolas. Em Pernambuco, os orfeões escolares foram instituídos a partir de 1930. No Distrito Federal em 1932 e logo após no Rio de Janeiro. Outros estados como Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná<sup>113</sup> seguiram-lhes os passos. Em Santa Catarina, embora a música e o canto dos hinos Pátrios se fizessem presentes no currículo escolar desde a primeira campanha de nacionalização, o Canto Orfeônico foi introduzido efetivamente nas escolas catarinenses com essa designação no currículo apenas a partir de 1938<sup>114</sup> e no Curso Normal em 1939.<sup>115</sup>

Importa mencionar que no cenário nacional, esta pedagogia musical para a brasilidade, atingiu seu ápice graças à atuação de Villa-Lobos, iniciada em 1931 e culminada no período do Estado Novo, com o regime autoritário de Getúlio Vargas. Para este músico, o Canto Orfeônico era o meio eficaz de educação das massas, pois integrava a sociedade num sentimento coletivo e disciplinado de amor à Pátria. Neste momento, o nacionalismo brasileiro atingira um estágio mais alto e mais construtivo, tornando-se, na verdade, o próprio coração de um propósito de governo<sup>116</sup>. Isto é, saíra do plano dos debates intelectuais para a ação, através do poder político. Todas as iniciativas orfeônicas anteriores à década de trinta possuíam um cunho artístico e não uma finalidade educacional e cívica, como se notava naquele momento<sup>117</sup>. Horta menciona que foi apenas em outubro de 1931, no manifesto à Nação, que Getúlio Vargas relacionou pela primeira vez a educação do povo, com a glorificação da Pátria<sup>118</sup>. É importante destacar que neste momento - 1931 - durante o Governo Provisório, Vargas ainda não possuía uma forte base de sustentação política, necessitando, por esse motivo, conquistar de maneira rápida e efetiva o apoio popular.

<sup>112</sup> BARRETO, Ceição de Barros, apud, CONTIER, Arnaldo Daraya. 1988, op. cit. p. 11.

<sup>113</sup> ARRUDA, Yolanda de Quadros. **Elementos de Canto Orfeônico**. Op.. cit.

<sup>114</sup> Ver RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. (20-16; E.R. 1938s/ caixa) p. 393 – 395. Florianópolis, 1938. APESC. (anexo n. 5)

<sup>115</sup> DAROS, Maria das Dores; DANIEL, Leziany Silveira; SILVA, Cláudia (orgs). **Fontes Históricas: contribuições para o estudo da formação dos professores catarinenses (1883-1946)**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2005. 133p. (Série Pesquisa; 4). p. 16-17. (ver anexo 2)

<sup>116</sup> LAUERHASS JR, Ludwig. Op. cit. 132.

<sup>117</sup> Cf. ARRUDA, Yolanda de Quadros. Op. cit. p. 191-193.

<sup>118</sup> HORTA, José Silvério Baia. Op. cit. p. 146.

## 1.2. O CANTO ORFEÔNICO E VILLA-LOBOS

O Canto Orfeônico tornou-se um movimento massivo abrangente e obrigatório entre as décadas de trinta e quarenta, durante o governo de Getúlio Vargas, capitaneado por Villa-Lobos. As orientações e regulamentos que ele elaborou para aplicação de seu projeto pedagógico-musical, ecoaram por todo o país. Contier<sup>119</sup> comenta que este projeto visava transmitir conhecimentos musicais através de aulas de Canto Orfeônico nas escolas. Previa a criação de um curso para a formação de professores especializados nessa nova disciplina; a criação de um orfeão para cada escola; organização de discotecas e bibliotecas de especialidades, e a realização de grandes concentrações orfeônicas reunindo milhares de crianças e adolescentes.

O plano para o ensino do Canto Orfeônico nas escolas primárias e normais foi sendo concretizado, lentamente, durante os anos 30 e 40. O auge do esforço nacionalista de Villa-Lobos aconteceu com a criação do Conservatório Nacional<sup>120</sup>, tendo como atribuição por em prática e supervisionar seu projeto pedagógico-musical para todo o país. Este projeto foi inspirado nos exemplos alemães, por ocasião das visitas de Villa-Lobos a algumas cidades da Alemanha, nos anos 20. Lá, ele havia assistido a diversas concentrações corais, compostas, aproximadamente, de 20.000 pessoas. Com a ascensão do nazismo esta prática foi ampliada, e, se tornou fator de civismo e disciplina coletiva. Esta educação musical prendia-se a uma diretriz romântica de conotações cívico-patrióticas, que visavam despertar nas crianças, o amor à Pátria.

A influência de Villa-Lobos se estendeu além de suas orientações e regulamentos. Os hinários escolares organizados por ele foram espalhados por todo o país. Em Santa Catarina alguns deles foram encontrados nas mãos de professoras catarinenses e em bibliotecas de instituições de ensino<sup>121</sup>. Também outros livros de Canto Orfeônico ou hinários escolares<sup>122</sup>,

---

<sup>119</sup> CONTIER, Arnaldo Daraya. 1998, op. cit. p. 26.

<sup>120</sup> DECRETO-LEI 4.993 de novembro de 1942.

<sup>121</sup> Entrevistados que possuem hinário escolar organizado por Villa-Lobos são: professora Cacilda Miranda MOSER (82 anos) e professora Leda Senise Varela (85 anos). Bibliotecas de Instituições educativas visitadas: Colégio Coração de Jesus, Colégio Catarinense, Colégio Estadual Getúlio Vargas, Colégio Lauro Muller, Centro de Artes da Universidade Estadual de Santa Catarina. Os hinários escolares organizados por Villa-Lobos

organizados por outros autores, inseriram composições de Villa-Lobos. Portanto percebe-se que muitos hinos e canções cívico-patrióticas compostas por este músico tornaram conhecidas por grande parte da população brasileira.

Não é sem razão que Heitor Villa-Lobos é considerado o maior expoente do Canto Orfeônico nas escolas e de concentrações orfeônicas cívico-patrióticas. Vários historiadores, biógrafos e musicólogos estudaram e analisaram a vida e obra deste músico. Não é intenção deste trabalho, analisar pormenorizadamente sua atuação. O que importa aqui é relatar alguns aspectos, fundamentados em historiadores, como Arnaldo Contier<sup>123</sup>, Anália Chernoavsky<sup>124</sup> e José Miguel Wisnik<sup>125</sup>, referente a sua história que definiram as diretrizes propostas no âmbito da educação nacional. Sua proposta pedagógico-musical foi seguida no Estado de Santa Catarina. Suas orientações metodológicas chegaram via Departamento Estadual de

---

encontrados foram: Canto Orfeônico (1940), dividida em dois volumes. A coletânea de documentos Guia Prático, dividida em seis volumes. Alguns volumes foram publicados, ou republicados no ano de 1941.

<sup>122</sup> ALMEIDA, Judith Morisson. **Aulas de Canto Orfeônico**: para as quatro séries do curso ginásial. São Paulo: Companhia Editora Nacional. s/d. ( Este livro está dividido em quatro partes, as três primeiras partes contém princípios musicais, teoria, notação, justificativa do uso do orfeão, história de grandes músicos. A quarta parte é a sessão de hinos e canções patrióticas composta por vários músicos brasileiros como: José Vieira Brandão, Carlos Gomes, Heitor Villa-Lobos, Alguns hinos Villa-Lobos fez em parceria com outros intelectuais, como Hino à vitória- letra de Gustavo Capanema e música de Villa-Lobos, Desfile aos heróis do Brasil -letra de João de Barro, e a música criada por ele.) ARRUDA, Yolanda de Quadros. Op. cit. p. 191-192. Este livro contém estrutura similar à organização de Almeida, ou seja, a última sessão é dedicada a hinos pátrios e canções para coro orfeônico.

<sup>123</sup> Arnaldo Contier problematiza a questão da construção de uma nação brasileira, moderna através de um discurso musical, buscando discutir “as conexões entre a música e poder, tentando apontar as fortes marcas ideológicas que permeiam toda a produção musical brasileira nos anos 20 e 30”. CONTIER, Arnaldo Daraya. **Brasil Novo. Música, Nação e Modernidade**: os anos 20 e 30. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Livre Docência em História. São Paulo, 1988. No seu livro: **A Passarinhada do Brasil**: Canto Orfeônico, educação e getulismo, Contier direciona suas reflexões para o projeto do governo de Vargas em ressonância no campo musical, apontando compositores como Villa-Lobos que trabalhou na direção da implementação do Canto Orfeônico nas escolas. Pela análise deste autor, compreende-se de que forma a música atuou como elemento propagandístico durante o Vargasismo e, também no auxílio da deliberada política de valorização do trabalho.

<sup>124</sup> Anália Chernoavsky revisa em sua dissertação de mestrado, a memória do músico e compositor Villa-Lobos, recuperando sua trajetória como funcionário público (1932-1947) a serviço de um plano de educação cívico-artística baseado em princípios derivados de uma vertente do nacionalismo musical filiada ao movimento modernista. CHERNOAVSKY, Anália. Op. cit.

<sup>125</sup> José Miguel Wisnik fez uma reflexão sobre o lugar político-pedagógico da música entre as décadas de 20 a 40. O autor visou colher os sinais de um modelo, historicamente recorrente, de reconhecimento e controle do poder da música através da triagem do significativo, que discrimina a música aceitável e a música inaceitável. Inseridas no debate sobre o lugar político-pedagógico a ser ocupado pela música, começou a surgir manifestações de incentivo a um programa de educação musical nacional, cujo carro chefe seria o canto coletivo. Villa-Lobos, explica Wisnik, busca efetuar a passagem “do caos ruidoso do Brasil a um cosmos coral”, através do registro estético da obra musical e do registro político do programa pedagógico-autoritário do orfeão escolar. WISNIK, José Miguel. Getúlio da paixão Cearense. In: SQUEL, E.; WISNIK, J. M. (orgs.). Op. cit. (Prefácio.)



Educação<sup>126</sup> e através de contato pessoal com professores que fizeram curso de Canto Orfeônico na cidade do Rio de Janeiro e São Paulo.

O processo de expansão do Canto Orfeônico no cenário nacional pode ser identificado com o período do retorno de Villa-Lobos ao Brasil no início dos anos 30. Após ter permanecido alguns anos em Paris, dirigiu-se a São Paulo, onde promoveu uma série de concertos a fim de angariar fundos para voltar à Europa. Lá, ele vislumbrava maiores possibilidades de desenvolver sua obra, já que se sentia pouco compreendido pelo público brasileiro. Os concertos foram programados para São Paulo, onde Villa-Lobos acreditava que havia público menos conservador do que na cidade do Rio de Janeiro<sup>127</sup>. A recepção aos concertos dirigidos pelo compositor não foi muito calorosa. O público paulistano ainda se apresentava arredio às inovações modernistas.

A frustração pelo desinteresse do público aliado à incompreensão da arte, fez com que muitos artistas e intelectuais do período voltassem seus olhos para a problemática da educação artística e musical no Brasil. Começaram a pensar que a solução para o problema de falta de público interessado em música moderna, seria a formação de um público novo, com novas inquietudes, com novos interesses. Dada à situação, vários artistas e intelectuais brasileiros centralizaram sua atenção na juventude, grupo que formaria esse público aberto a novidades. Desta forma se dispuseram a escrever projetos ou sugestões para o desenvolvimento da música brasileira, endereçados ao governo federal. Estas propostas visavam, fundamentalmente, o fortalecimento da “música séria” através de novas bases para a educação musical<sup>128</sup>. Todas elas tinham pelo menos um ponto em comum: a organização da música no Brasil deveria ser pensada a partir de um projeto de natureza hegemônica e fortemente centralizadora.

Segundo Anália Cherñavsky, a música introduzida pelos compositores modernistas brasileiros, estava sendo cada vez menos solicitada pelo público. Este se mostrava mais apegado à tradição clássica-romântica, fechando-se às novidades. Além disso, havia ainda a concorrência com a cultura estrangeira, que sufocava o florescimento da arte nacional. Outro

---

<sup>126</sup> COLETÂNEAS E CIRCULARES. **Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1942-1945**. Secretaria de Justiça, Educação e Saúde, Departamento de Educação, Coletâneas e Circulares, Florianópolis, 1945. Circular n. 42 - Dirigida aos diretores de estabelecimento de ensino Florianópolis, 26 de abril de 1943. p. 27 - 30. APESC.

<sup>127</sup> CHERÑAVSKY, Anália. Op. cit. p. 68.

<sup>128</sup> CONTIER, Arnaldo. 1988, op. cit.. p.143.

fator que contribuía para agravar a situação do tipo de música defendido por essa elite intelectual, foi a explosão da música popular urbana<sup>129</sup> através de seu mais novo e mais eficiente veículo de propagação: o rádio, que aplicava duro golpe na chamada “música séria”. Mesmo Villa-Lobos, que já havia conseguido certo sucesso no exterior, amargava salas vazias em suas apresentações. Alguns anos depois durante o Estado Novo, o musicólogo Luis Heitor Correa de Azevedo, fazendo uma retrospectiva da significação dos anos 30 em termos de riqueza de avanço musical, escreveu:

Em 1930 o termômetro de nossa cultura musical havia descido quase a zero. A estagnação era de alarmar. Ausência completa de iniciativa. Ação corruptora de agentes poderosos, como a falsa ‘música popular’ e o seu temível aliado – o rádio, nessa época tão precariamente orientado, ainda, e em tumultuoso início de comercialização.<sup>130</sup>

A referência a uma ‘falsa música popular’ pressupõe a existência de uma ‘verdadeira música popular’, que, para a intelectualidade brasileira nacionalista, era o folclore. Muitos intelectuais acreditavam que o Estado seria o único agente que poderia penetrar na sociedade, sem interesses de classe ou partidários específicos, para atuar exclusivamente como unificador cultural, salvando a nação da “falsa” música popular ou da música erudita estrangeira. O Estado foi reconhecido por eles como a mais propícia e, em alguns casos, a única entidade capaz de manter, estimular e divulgar a produção da arte nacional. Para alguns compositores e intelectuais, somente o governo, através de seus agentes competentes poderia ser o divulgador e propagador da arte entre todas as camadas sociais. Essa foi a razão pela qual muitos deles procuraram participar da máquina burocrática e administrativa do Estado. Seria a maneira de concretizar sonhos acalentados desde os anos 20.

Portanto, segundo Contier<sup>131</sup>, Villa-Lobos empregou uma estratégia nunca pensada por outro artista envolvido com a questão da modernidade. Lançou-se numa maratona de viagens, visando promover a música nacionalista com a formação de um novo público. Seu objetivo era também, aproximar-se do “povo brasileiro”, distanciando-se, assim da elite burguesa dos teatros municipais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Durante essa excursão, Villa-Lobos

---

<sup>129</sup> Esse movimento cultural popular já vinha ganhando força desde o início do século XX, divulgado por meios como o teatro de revista e o disco. A partir de 1902 os discos de música brasileira começaram a ser gravados na Alemanha pela empresa Zonophone e comercializados no Brasil pela Casa Edison de Fred Figner. O sucesso foi imediato, levando a gravação a ser efetuada no Brasil já nos anos 1904/1905. FRANCESCHI, Humberto Morais. Registro sonoro por meios mecânicos no Brasil. Rio de Janeiro: Studio HMF. 1984. Apud, CHERŃAVSKY, Anália. Op. cit. p. 81.

<sup>130</sup> AZEVEDO, Luis Heitor Corrêa de. Música I. **Revista e Cultura Política**. Março de 1941. Ano 1, n. 1. p.280.

<sup>131</sup> CONTIER, Arnaldo Daraya. 1998, op. cit. p. 18 -20.

ocupou-se das mais diversas atividades, ora proferindo conferências, ora entrando em contato com os prefeitos das cidades a serem visitadas, discutindo os locais mais adequados à realização dos concertos, ora estudando suas músicas no violoncelo, ora compondo suas obras. Preocupando-se com os aspectos didáticos, antes de cada audição, ele tecia uma série de considerações e comentários sobre a vida e obra de cada compositor a ser executado ou ainda abordava questões sobre a morfologia e orquestração.

Villa-Lobos sentiu que a conjuntura política de 1930 era muito favorável ao desenvolvimento de suas idéias sobre a música brasileira. No dia 3 de maio de 1931, realizou uma grande concentração cívico-artística no parque Antártica da cidade de São Paulo, com o apoio e patrocínio do interventor João Alberto. O programa musical resumiu-se basicamente em quatro hinos: Nacional, Meu País, Brasil Novo e P'ra Frente ó Brasil, acrescidos de trechos de O Guarani, de Carlos Gomes. Villa-Lobos conseguiu canalizar o pessimismo dos paulistas em face da situação política do país, lançando as bases de um discurso mais otimista, mais idealista, preconizando o nascimento de um novo país. Nesse espetáculo cívico-artístico, estiveram presentes, aproximadamente 60.000 pessoas para assistir à programação. Este número foi bastante expressivo considerando o momento histórico cultural deste período. O sucesso de público e de crítica alcançado por Villa-Lobos nesse espetáculo, animou-o de tal maneira que, em fins de maio de 1931, ele repetiu esse evento no campo da Associação Atlética São Bento, um dos recintos mais amplos em ambiente fechado de São Paulo. O público presente a essa exortação cívica congregava segmentos representativos de todas as camadas sociais.

Lá estava 'todo S. Paulo' das grandes reuniões elegantes, (...) as arquibancadas do lado do rio estavam inteiramente tomadas por senhoritas. As escolas podiam ser reconhecidas pela cor dos uniformes de suas alunas. No campo propriamente dito, massa incontável de cantores e militares, munidos de bandeirolas.<sup>132</sup>

Assim Villa-Lobos foi se aproximando de um novo público, as massas urbanas, consumidor de suas músicas. No ano seguinte (1932), enviou ao Presidente Getúlio Vargas um memorando denunciando as péssimas condições da arte e dos artistas no Brasil e sugerindo a criação de um "Departamento Nacional de Proteção às Artes"<sup>133</sup>. Logo no

---

<sup>132</sup> Exortação cívica Villa-Lobos. 26 de maio de 1931. Doc. Arquivo Luciano Gallet - Escola nacional de Música. UFRJ, pasta n. 18. Apud: CONTIER, Arnaldo. *Ibid.* p. 21.

<sup>133</sup> VILLA-LOBOS, Heitor. Apelo ao Chefe do Governo provisório da República Brasileira. In: **Presença de Villa-Lobos**, v. 7. Rio de Janeiro: MEC/DAS/MUSEU/VILLA-LOBOS, 1972. p. 85-87.

primeiro parágrafo do texto, o autor vangloriou-se efusivamente de sua atuação no campo profissional, realizando uma discreta auto-propaganda, ao admitir “todas as suas funções especializadas, préstimos, profissão de fé e atividade, comprovadas pelas demonstrações públicas de capacidade, quer no Brasil, quer no estrangeiro”<sup>134</sup>. Porém, o mais interessante deste texto é que a mensagem que procurava transmitir estava relacionada com a eficaz propaganda do país que poderia ser realizada pela música brasileira, se valorizada.

Villa-Lobos aproximou-se bastante de Getúlio Vargas. Chamou-lhe a atenção para o fato de ter a música um alto potencial como veículo de propaganda, resultado de sua inerente capacidade de comunicação afetiva<sup>135</sup>. Ele queria que a música fosse assumida pelo Estado como sua prioridade, e que fosse percebida como um eficaz instrumento construtor da nação. Esta paixão de Villa-Lobos, por sua pátria e pela música, o motivou a empenhar-se em uma luta pela implantação. Ele a considerava imprescindível para fomentar sentimentos nacionalistas. Reiteradas vezes, Villa-Lobos tratou a música como linguagem universal. Ele afirmava que a música deveria ser universal, concebida e compreendida de forma a que permitisse o desafoço dos mesmos sentimentos que a criaram e que afetam a todas as pessoas de uma maneira geral<sup>136</sup>. Essa capacidade inerente à linguagem artística de transmitir efetivamente uma mensagem foi explorada tanto pelos regimes totalitários quanto pelas religiões<sup>137</sup>, que, muitas vezes, estudavam diversos mecanismos para aperfeiçoar a comunicação personalista de massa.

A preocupação nacionalista do maestro, fazia parte dos sentimentos dos intelectuais dos anos 25–40. Segundo Pécaut, eles mostraram-se preocupados com o problema da identidade nacional e das instituições. Era um pensamento corrente entre eles de que “organizar” a nação, era uma tarefa urgente que cabia às elites<sup>138</sup>. Na medida em que

---

<sup>134</sup> Ibid. p. 87.

<sup>135</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. (orgs.) Op. cit. p. 109

<sup>136</sup> CHERÑAVSKY, Anália. Op. cit. p. 89-91.

<sup>137</sup> “Assim como as religiões, para efeito de propaganda universal, se utilizaram da arquitetura, escultura, pintura e dança cujos monumentos documentários das primeiras, da mais alta expressão do artifício humano, são testemunhas da grandiosa civilização do passado do Egito, da Assíria, da Grécia, do Oriente, dos impérios Incaicos e Astecas e da Roma renascente. A educação cívica de nosso tempo necessita da Música para auxiliar a levantar o nível moral e intelectual das atuais e futuras gerações. A música é a única expressão da Arte que reúne os requisitos de força dominadora compreensível a todas as raças e por isso mesmo capaz de uma conciliação racional entre os povos”. VILLA-LOBOS, Heitor. **Guia Prático**. 2º vol. Rio de Janeiro: Irmãos Vitale. 1941. Prefácio (1932). s/p.

<sup>138</sup> PÉCAUT, Daniel. Op.cit. p.15.

constituía um fato indissolúvel cultural e político, aumentavam os motivos dos intelectuais para participarem do movimento para envolver o povo e traçar uma cultura capaz de assegurar a unidade nacional.

No caso da música, a prática política de alguns intelectuais envolvidos com a proposta de nacionalização da música brasileira voltou-se para o Estado. Para eles, as melodias nacionalistas serviriam como agente capaz de interferir no seio da sociedade. Sem interesse partidário ou de classe, poderia atuar exclusivamente como unificador cultural da nação, diante da intromissão da falsa música popular ou da música erudita estrangeira<sup>139</sup>. Heitor Villa-Lobos, respondia em grande parte às expectativas nacionalistas que procuravam definir a “nova música brasileira”. Na opinião de Mário de Andrade, este era o compositor que melhor exprimia as suas próprias idéias sobre o que seria a perfeita utilização das fontes folclóricas na composição erudita<sup>140</sup>. O autor dos “Choros” era considerado um dos mais importantes compositores do mundo contemporâneo. O próprio Villa-Lobos, assim define seu interesse pelo que poderia ser considerado como “parceria” entre seu projeto e o governo Vargas:

Era preciso por toda a nossa energia a serviço da Pátria e da coletividade, utilizando a música como um meio de formação e de renovação moral, cívica e artística de um povo. Sentimos que era preciso dirigir o pensamento às crianças e ao povo. E resolvemos iniciar uma campanha pelo ensino popular da música no Brasil, crentes de que hoje o Canto Orfeônico é uma fonte de energia cívica vitalizadora e um poderoso fator educacional. Com o auxílio do Governo, essa campanha lançou raízes profundas, cresceu, frutificou e hoje apresenta aspectos iniludíveis de sólida realização. O ensino e a prática do Canto Orfeônico nas escolas impõem-se como uma solução lógica, não só a formação de uma consciência musical, mas também como um fator de civismo e disciplina social coletiva.<sup>141</sup>

Parece que ele considerou a participação do governo como um auxílio para sua própria campanha. Por outro lado pode-se dizer que foi essa onda de inquietação da intelectualidade brasileira que preparou o terreno para a convivência entre o Estado Novo e os intelectuais. Pois os interesses de ambos coincidiam, embora, cada um com olhar diferenciado e motivação divergente. Para as barreiras ao incremento das artes e a um espírito nacionalista em relação à cultura, os intelectuais encontraram sua solução na parceria com Getulio Vargas. Miceli

---

<sup>139</sup> CONTIER, Arnaldo Daraya. 1988, op. cit. p. 134.

<sup>140</sup> CHERÑAVSKY, Anália. Op. cit. p. 62.

<sup>141</sup> VILLA-LOBOS, Heitor. Educação Musical. **Boletim Latino Americano de Música** - VI/6. 1946, p.502.

comenta que alguns atuaram senão como aliados, ao menos como coadjuvantes comprometidos com o projeto de governo Vargas, muito embora ditatorial<sup>142</sup>.

Poder-se-ia dizer, neste caso, que este conjunto de forças, apoiou e ao mesmo tempo foi apoiado pela ditadura Vargas. Juntos comporiam uma definição de poder encontrada no pensamento de Umberto Eco. Ele defende que “a multiplicidade de forças que interagem num movimento de apoio e contradições, de igualdades e diferenças, num jogo que através de lutas incessantes transforma-as, reforça-as, inverte-as, justamente porque não seriam estáticas, mas dinâmicas”<sup>143</sup>. Este conceito traz a idéia de que a uma força não se diz: não te obedeco, num confronto aberto, mas elaboram-se mecanismos e técnicas de refreamento, num sutil movimento de esvaziamento da resistência.

Pode-se analisar a migração da elite composta pelos intelectuais para se alinharem ao regime de Vargas, à luz de uma série de fatores que influenciaram este movimento aparentemente paradoxal. É explicado justamente pelo oferecimento de certas vantagens por parte do sistema de governo no sentido de controlar essa força importante na sua legitimação. Segundo Miceli, um destes benefícios era até de interesse próprio, porque “os intelectuais puderam tirar partido de uma correlação de forças extremamente favorável à produção de obras cujos reclamos reformistas coincidiam com os interesses de autopreservação da fração de classe a que pertenciam.”<sup>144</sup> Diante desta afirmação pode parecer que houve uma adesão total e irrestrita a toda a proposta do Estado Novo. Entretanto um olhar mais atento pode revelar que houve mais uma acomodação de interesses onde, apesar de suas discordâncias, convergem na reivindicação de um status de elite dirigente, em defesa da idéia de que “não há outro caminho para o progresso senão o que consiste em agir ‘de cima’ e dar forma à sociedade”.<sup>145</sup> Assim sendo os intelectuais acataram a prioridade do imperativo nacional e aderiram, explicitamente ou não, a uma visão hierárquica de ordem social. A política governamental passou a ser vista como decisiva para o desenvolvimento da música e das artes no Brasil. Como conseqüência, a música passou a servir também como propaganda do governo.

---

<sup>142</sup> MICELI, Sérgio. **Intelectuais e a Classe Dirigente no Brasil (1920 –1945)**. São Paulo: DIFEL/ Difusão Editorial S.A, 1979. p.13.

<sup>143</sup> ECO, Umberto. A língua, poder e força. In: **Viagem na Irrealidade Cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 314-330.

<sup>144</sup> MICELI, Sérgio. Loc. cit.

<sup>145</sup> PÉCAUT, Daniel. Op. cit. p.18.

Os próprios músicos acreditavam na força disciplinadora do Canto Orfeônico como veículo capaz de unir todos os brasileiros em torno de um único ideal de nação<sup>146</sup>. Avancini destaca que os textos das canções e hinos executados pelos orfeões estavam impregnados do ideal do trabalho e do patriotismo<sup>147</sup>. Parece que o Estado buscou interferir no campo cultural, em face de interesses político-ideológicos que o levariam até a tentativa de estruturação de um projeto hegemônico nessa área.

Durante a década de 30, a idéia da prática do canto coral como fator de coesão nacional defendida por intelectuais ligados ao nacionalismo musical, acabou sendo incorporado pelo governo em seu plano de educação. Um grupo selecionado de teóricos operou diretamente junto ao ditador, e cuidou da verdade doutrinária do regime. Esses intelectuais agiram como autênticos mediadores simbólicos entre o Estado e o social; tinham o papel fundamental de deslocar o real plano do abstrato para o sensível, convertendo a sua intelecção numa operação visual agradável, colorida, sonora, emotiva, sentida, espetacular. Entre esta elite envolvida com o governo esteve Mario de Andrade, um dos intelectuais expoentes, especificamente no campo da cultura. Ele expressava sua convicção da responsabilidade do Estado em relação à melhoria da arte nacional.

Ao assumir uma vocação nacional, os intelectuais conseguiram o reconhecimento como elite dirigente, desfrutando do privilégio de situar-se com o Estado. O Estado lhes reconhecia a vocação para se associarem, como elite dirigente, à afirmação da nação através de sua indispensável contribuição à cultura política nacional. Se os intelectuais aderiram a uma ideologia de Estado, o Estado aderiu a uma ideologia da cultura, que era também a ideologia de um governo “intelectual”<sup>148</sup>. O Estado só conhecia a expressão de opinião pública representada pelos intelectuais. Nacionalismo e ufanismo deram-se as mãos, e um discurso de modernização<sup>149</sup> ocupou o lugar do sentimento de estagnação e incapacidade. A cultura passou a ser ingrediente indispensável da política e da idéia de construção de um Estado Nacional no Brasil, originando uma identidade nacional baseada nos modelos culturais regionais de todo o país.

---

<sup>146</sup> CONTIER, Arnaldo. 1998, op. cit. p. 28.

<sup>147</sup> Ver AVANCINI, Elza Gonçalves. Op. cit. p. 113 -158.

<sup>148</sup> PÉCAUT, Daniel. Op. cit. p.73.

<sup>149</sup> O movimento moderno baseou-se na idéia de que as formas "tradicionais" das artes, literatura, música, organização social e da vida cotidiana tornaram-se ultrapassados, e que fazia-se fundamental deixá-los de lado e criar no lugar uma nova cultura.

O presidente Vargas foi convencido de que o Canto Orfeônico poderia um forte aliado no processo de unificação nacional. Como estava fortemente interessado na formação do senso de civismo e de brasilidade nas crianças, aprovou (1932) a criação da Superintendência da Educação Musical e Artística, (SEMA), ligada ao Departamento de Educação da Prefeitura do Distrito Federal, coordenado por Anísio Teixeira<sup>150</sup>. Villa-Lobos foi indicado como o primeiro Superintendente deste órgão. Como parte das atividades da SEMA foi estabelecido o curso de pedagogia da música e Canto Orfeônico, a orquestra Villa-Lobos e o orfeão de professores, que posteriormente passaram a se apresentar nos concertos para a juventude e para os operários, durante o Estado Novo. Em 1933, o Governo Federal já havia chamado a atenção dos Interventores e dos Diretores de Instrução dos Estados para as “vantagens que poderiam advir para a unidade nacional, da prática coletiva do Canto Orfeônico, calcada numa orientação didática uniforme” e solicitou o seu interesse para a atividade desenvolvida por Villa-Lobos no Distrito Federal<sup>151</sup>. O sucesso dessa superintendência e suas atividades decorrentes potencializaram-se no período do Estado Novo.

O Canto Orfeônico como disciplina obrigatória para todas as instituições do ensino primário e secundário do País, efetivou-se no ano de 1934, com normas estabelecidas pelo Governo Federal através do Decreto n. 24.794<sup>152</sup>. Para justificar esta medida, foi descrita no referido Decreto a utilidade do canto e da música como fator educativo, capaz de construir os sentimentos patrióticos do povo de forma muito eficaz. Mas, foi com o advento do Estado Novo, via sistema de clientelismo, marcadamente paternalista, que o projeto do Canto Orfeônico apresentado por Villa-Lobos consagrou-se como fator importante e necessário para a educação de todo o povo brasileiro. O governo endossou esse projeto de fácil execução

---

<sup>150</sup> Anísio Teixeira (1900-1971) Nasceu em Caitité/ BA. “Foi um dos mais destacados signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, documento que defendia uma escola pública gratuita, laica e obrigatória. Em 1931, trabalhou junto ao recém-criado Ministério da Educação e Saúde, dedicando-se à tarefa de reorganização do ensino secundário. Sendo Secretário de Educação do Distrito Federal, Anísio Teixeira, convidou Villa-Lobos para transferir-se para o Rio de Janeiro, com a missão de introduzir o ensino de música e canto coral nas escolas públicas secundárias do Distrito Federal. Ele valorizava a música como meio educativo e conhecia e apoiava as idéias de Villa-Lobos. Anísio Teixeira foi Íntimo colaborador do prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto Batista (1931-1936). Atuou como seu secretário de Educação e Cultura, promoveu mudanças na estrutura educacional da cidade. Durante a ditadura do Estado Novo, foi afastado de cargos públicos e retornou somente no ano de 1947, como Secretário de Educação da Bahia. Em 1963 foi nomeado reitor da Universidade de Brasília (UnB), mas foi afastado do posto em 1964, em virtude do golpe militar que derrubou o presidente João Goulart. Nos anos seguintes, lecionou em universidades norte-americanas.” Disponível: <http://www.cpdoc.fgv.br/> (Acessado dia 20/01/07).

<sup>151</sup> HORTA, José Silvério Baía. Op. cit. p. 182 -183.

<sup>152</sup> Decreto n. 24.794, promulgado no dia 14 de julho de 1934. **Coleção das Leis do Brasil**, v. IV, 1934. Este Decreto estende a todos os estabelecimentos escolares a obrigatoriedade do ensino de Educação Física e de Canto Orfeônico. (Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – Florianópolis.)



procurando organizar em profundidade, o ensino do Canto Orfeônico em todas as escolas do país, e adotou uma série de medidas amplamente favoráveis á divulgação da música brasileira<sup>153</sup>.

A SEMA consagrou seus resultados, no auge do Estado Novo, através da criação do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico no ano 1942, representando a vitória do modelo de educação musical idealizado e implementado por Heitor Villa-Lobos. Mais que isso, significou a aprovação a um projeto político que buscava “gloriosamente”, através da música, disciplinar e civilizar a população brasileira. De acordo com Villa-Lobos, o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico foi criado pelo Governo Federal porque o ensino desta disciplina havia se transformado numa “necessidade estreitamente identificada com a cultura do país”<sup>154</sup>. Impunha-se a necessidade da divulgação e do controle do ensino do Canto Orfeônico em todo o território nacional o mais brevemente possível, para evitar resultados indesejáveis. O estabelecimento de um Conservatório Nacional com o objetivo precípua de ensinar Canto Orfeônico e de formar professores que o ensinassem, denota o quanto o Estado Novo investiu para impulsionar esse tipo de música.

O Conservatório tornou-se um centro de pesquisa e estudos musicais de alto nível. O estabelecimento tinha a função de formar professores de Canto Orfeônico para o ensino primário e secundário e de orientar e fiscalizar todas as iniciativas dessa prática musical no país inteiro. Heitor Villa-Lobos foi nomeado diretor deste Conservatório; portanto concentrava em suas mãos todo o poder de decisão em relação a esta instituição. Como centro de estudos, o Conservatório incumbiu-se de promover pesquisas, visando à restauração das obras de música patriótica que tivessem sido no passado, expressões legítimas da arte brasileira. Deveria recolher formas puras e expressivas de cantos populares no país, no passado e no presente e ainda promover a gravação em disco de músicas para repertório do Canto Orfeônico. O material gravado precisaria conter o Hino Nacional, o Hino da Independência, o Hino da Proclamação da República, o Hino à Bandeira Nacional e as músicas patrióticas e populares que poderiam ser cantadas nos estabelecimentos de ensino do país<sup>155</sup>.

---

<sup>153</sup> CONTIER, Arnaldo Daraya. 1998, op. cit. p. 44.

<sup>154</sup> Documento arquivado no CPDOC – arquivo Gustavo Capanema – GC g 1937. 02.13.

<sup>155</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet,; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. (orgs.). Op. cit. p. 109-110.

Como centro de formação docente, era necessário oferecer curso de capacitação pedagógica, que visasse à criação de uma força especializada para a tarefa de condução da massa através da música. Mas, sobretudo, colocar profundamente nos alunos os sentimentos enobrecedores da nação. “A benéfica prática do Canto Orfeônico precisava ser monitorada pelo professor, que deveria compreender plenamente o conjunto formado pela unidade de movimento no ritmo, pela afinação e pela percepção exata do som”<sup>156</sup>. A função central do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico era orientar e fiscalizar todas as iniciativas do Canto Orfeônico em nível nacional. Este estabelecimento foi instituído como padrão. Nos anos seguintes outros institutos de música que tiveram interesse em ministrar curso de Canto Orfeônico, precisaram receber autorização do Ministério de Educação e Saúde e equiparar-se àquele conservatório, seguindo seus regulamentos, orientações e supervisão. Villa-Lobos, como diretor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, representava a autoridade máxima brasileira no assunto.

Devido ao ineditismo destes processos de ensino, surgiu a necessidade de instruir os professores das escolas de todo o país nas diretrizes traçadas por uma instituição oficial. As orientações destas diretrizes podem ser identificadas nas terras catarinenses pelos registros das circulares e coletâneas<sup>157</sup>. Os diretores de estabelecimentos de ensino de Santa Catarina foram notificados, sobre a elaboração das diretrizes técnicas que deveriam presidir o ensino de Canto Orfeônico em todo o país. Villa-Lobos encaminhou-lhes os programas, para esse Estado, no dia 26 de abril de 1943, através de uma circular contendo as seguintes palavras: “Tenho a satisfação de enviar a V. Exa. as instruções e programas, organizados por este Conservatório e aprovados pelo Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação deste Ministério, que deverão vigorar até ulterior deliberação”<sup>158</sup>. Portanto, era necessário que as escolas catarinenses acatassem tais instruções.

Villa-Lobos enviou, nesse mesmo documento, instruções detalhadas do programa do ensino pré-primário, de todas as séries do curso primário, ginásial e industrial. Elas incluíam a forma como os alunos deveriam ser distribuídos, bem como a quantidade por grupo e o tempo que deveriam dedicar ao estudo de Canto Orfeônico. Indicou até mesmo o horário para estas aulas por série. Pode-se perceber através deste registro a posição máxima que o maestro

---

<sup>156</sup> Documento arquivado no Museu Villa-Lobos. Pasta 66 – ed.civ./art/c.orf. – HVL 04.02.37. Apud: CHERŇAVSKY, Anália. Op. cit. p. 123.

<sup>157</sup> COLETÂNEAS E CIRCULARES. Florianópolis, 1945. Op. cit. p. 27 - 30. (Ver anexo n. 10)

<sup>158</sup> Ibid. p. 27.

assumiu em termos de ensino dessa modalidade de canto no país, com status de autoridade oficial, moral e artística.

Para instituir a obrigatoriedade do Canto Orfeônico, foi necessária uma vasta organização nas escolas para a efetiva aplicação desta prática no país. Efetivou-se um trabalho contínuo de ampliação do espaço da música cívica nas escolas, com a criação de orfeões e a formação de professores de Canto Orfeônico sob coordenação do Conservatório Nacional. Ao mesmo tempo foram organizadas grandes manifestações de canto coral. Também se realizou um esforço concentrado para que aumentasse a participação popular através de canais não convencionais de adesão, preferencialmente aqueles que traduzissem formas inconscientes de identificação. Nesse sentido Villa-Lobos defendia o Canto Orfeônico como:

Um fator poderoso no despertar dos sentimentos humanos, não apenas de ordem estética, mas ainda os de ordem moral. Sobretudo os de natureza cívica. Influi, junto aos educandos, no sentido de apontar-lhes, espontaneamente e voluntária, a noção de disciplina, não mais imposta sob a rigidez de uma autoridade extrema, mas novamente aceita entendida e desejada. Dá-lhes a compreensão da solidariedade entre os homens, da importância da cooperação, da anulação das vaidades individuais e dos propósitos exclusivistas.<sup>159</sup>

Chernñavsky nota que este intelectual, político e músico viu essa modalidade de canto como o mais poderoso e o mais eficiente instrumento para a educação popular, principalmente no que diz respeito à educação cívica e à valorização da Pátria. Ele acreditava que sua obra significava uma ação de legítima catequese, ao lançar as bases desse tipo de canto e procurar, através deste, “despertar as energias raciais e fortalecer o sentimento do civismo”<sup>160</sup>. Por isso, considerava-se quase um herói por haver iniciado a sua jornada em prol do desenvolvimento do Canto Orfeônico nas escolas.

Segundo Horta, o Ministro da Educação a princípio não compartilhava do mesmo entusiasmo de Villa-Lobos. Gustavo Capanema parecia hesitar entre a dimensão artística e a dimensão cívico-disciplinadora do Canto Orfeônico; finalmente prevaleu o aspecto cívico. Além disso, uma característica que pesou no fortalecimento desse tipo de enfoque, foi o fato de o canto patriótico e as músicas folclóricas poderem dar expressão viva e comunicativa às festas e solenidades oficiais da presidência da república<sup>161</sup>. Considere-se ainda o fato de o

<sup>159</sup> VILLA-LOBOS, Heitor. **O Ensino Popular da Música no Brasil**. 1937, op. cit. Prefácio p. VII – VIII.

<sup>160</sup> Idem. **Educação Musical**. Em Boletim Latino Americano de Música . VI/6, abril 1946. p. 505.

<sup>161</sup> HORTA, José Silvério Baía. Op. cit. p. 187

ministro estar convencido que “por meio do canto tornar-se-iam mais sólidos os vínculos de unidade moral dentro da Juventude Brasileira”<sup>162</sup>. Com base nessas convicções o Ministro Gustavo Capanema fez a defesa oficial da necessidade de se criar uma instituição governamental que fixasse uma espécie de estatuto para o ensino e a difusão do Canto Orfeônico. Este órgão também seria o responsável de fiscalizar o perfeito cumprimento destas regras em todos os estados brasileiros. Segue um trecho da carta que o Ministro enviou ao Presidente Vargas juntamente com o esboço do Decreto-Lei que deveria instituir o Conservatório Nacional do Canto Orfeônico:

A educação cívica da juventude tem, no Canto Orfeônico, um de seus meios mais adequados. Por isto, deverá esta prática educativa tornar-se obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino primário e nos de grau secundário.

É de considerar, por outro lado, que a Juventude Brasileira não poderá dar expressão viva e comunicativa às suas festas e solenidades sem o canto patriótico e de músicas populares. Por meio do canto, não só se tomam mais sólidos os vínculos de unidade moral dentro da Juventude Brasileira, mas ainda pode ela conseguir exercer, nas famílias e no meio do povo, uma forte influência cívica, criadora de entusiasmo, de coragem, de esperança, de fidelidade. Como, porém ensinar o Canto Orfeônico, dirigir a sua prática de maneira constante, por todo o país, nos estabelecimentos de ensino em que estudem crianças e adolescentes? Somente por meio de um corpo de professores devidamente preparados.

O projeto de Decreto-Lei, que ora tenho a honra de submeter á consideração de V.Excia, lança as bases de uma nova instituição federal de ensino, o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico. Ele deverá ser não somente o nosso estabelecimento padrão da didática do Canto Orfeônico, mas também o centro de pesquisas e de orientação destinado a indicar a forma legítima de que se deverão revestir os cantos patrióticos de nosso país. Apresento-lhe os meus protestos de constante estima e de cordial respeito.<sup>163</sup>

É possível perceber através desta carta, certa similaridade de argumentos entre o maestro Villa-Lobos e o Ministro de Educação. Esta carta tanto poderia ter sido escrita por Gustavo Capanema, como pelo maestro. Ambos defendem a importância do Canto Orfeônico para manter a organicidade e a decisiva educação cívica da juventude brasileira. As justificativas apresentadas conduzem à necessidade da existência de uma instituição de cunho oficial para estabelecer as diretrizes básicas nacionais do ensino dessa disciplina. É possível identificar certa comunhão de ideais em torno daquilo que a música, especificamente no que se refere ao dessa modalidade de canto, representava nesse contexto de formação e fixação da nacionalidade brasileira.

<sup>162</sup> Exposição de Motivos n. 35. CPDOC: Arquivo Gustavo Capanema, GgC37.01.05(VI). Apud. HORTA, José Silvério Baía. Ibid.

<sup>163</sup> Documento datado em 03 de agosto de 1942, arquivado no CPDOC – Arquivo Gustavo Capanema – GC g 1942.05.12/2. apud. CHERNÁVSKY, Anália. Op. cit. p. 124

Considerando que o ensino de Canto Orfeônico estava sendo estendido a todo o território nacional, o que exigia um número muito maior de professores especializados, o Decreto-Lei citado ainda previa que o Conservatório poderia ministrar cursos de emergência para a formação de professores que o ensinassem. O depoimento da irmã Corália, professora do Colégio Coração de Jesus na cidade de Florianópolis, deixa claro como estes cursos emergentes de Canto Orfeônico contribuíram para a formação de professoras de música que residiam em outros estados. Ela diz: “*Eu era professora de música, mas não tinha o curso de Canto Orfeônico, e nem poderia cursar, então, eu tive a oportunidade de ir ao Rio de Janeiro para fazer o curso de Canto Orfeônico durante as férias. Precisava me atualizar e entender da didática do canto*”<sup>164</sup>. Ela lembra, ainda, como o Estado dava todo o apoio necessário aos professores, inclusive passagens e hospedagem para que estes profissionais fossem formados adequadamente no Conservatório Nacional.

Quando fui ao Rio de Janeiro fazer o curso de férias de Canto Orfeônico, o governo pagou todas as despesas. Ele reconhecia a importância da música. O Canto Orfeônico é muito lindo. Este estilo musical contribui para a disciplina, os alunos aprendem a ser atentos, aprendem o valor do grupo, da interação coletiva, e as letras das canções ensinavam valores e civismo.<sup>165</sup>

Como veremos adiante, em outra seção deste trabalho, era do interesse do estado catarinense, a formação de professores que incorporassem não apenas os conhecimentos técnicos e a sistematização do ensino do Canto Orfeônico, mas também a motivação nacionalista que ele deveria transferir para os alunos durante as aulas e os ensaios. Por isso o governo se empenhou inclusive financeiramente para a consecução destes objetivos.

Este interesse em tornar o Canto Orfeônico uma das estratégias nacionalista, acima do interesse puramente musical ou cultural, é percebido pelo fato de que este empenho não era meramente o de apoiar iniciativas de professores engajados no processo, desejosos de aprimoramento profissional. Havia também a insistência na obrigatoriedade da participação nos cursos oferecidos pelo Conservatório, como um requisito prévio para o ensino do Canto Orfeônico. Isto porque, na ótica do governo catarinense, os conhecimentos puramente

---

<sup>164</sup> IRMÃ CORÁLIA - Maria Amália Weber. (85 anos). Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 24/04/2004. Maria Amália tornou-se conhecida como *Irmã Corália*. Era costume trocar de nome quando ingressavam na ordem e aceitavam seguir os postulados religiosos. Por isso que todas as vezes que mencionar seus depoimentos será citado apenas seu nome religioso. Irmã Corália ainda continua prestando serviços na área de educação musical no Colégio Coração de Jesus, na cidade de Florianópolis.

<sup>165</sup> Idem.

técnicos, embora, bastante aprimorados, não eram suficientes para habilitar ao ensino desse estilo musical.

A professora Leda Senise, é um exemplo bem consistente dessa união de interesses nacionalistas com as qualidades musicais. Seu ingresso no magistério aconteceu na cidade de Lages (SC), através de concurso para ser professora de Canto Orfeônico nos cursos ginásial e normal no Colégio Vidal Ramos. Ela conta que havia se formado em piano no ano de 1938, na cidade de Porto Alegre pela Escola de Música Maestro Léo Schneider<sup>166</sup>. Mesmo assim precisou fazer um curso emergente de Canto Orfeônico. “Eu tinha conhecimentos musicais, era pianista formada, mas precisava entender a metodologia do Canto Orfeônico”<sup>167</sup>.

Mais tarde (1953 e 1954), a professora Leda foi a São Paulo e fez o curso completo de Canto Orfeônico no Conservatório Paulista de Canto Orfeônico. A professora Leda exhibe o diploma, no verso do qual as disciplinas cursadas foram registradas<sup>168</sup>. Foi a Lei Orgânica do Ensino de Canto Orfeônico, decretada em 1946, que autorizou esta e outras instituições a receberem o *status* de conservatório. A partir deste Decreto-Lei, somente conservatórios poderiam oferecer o Curso de Canto Orfeônico. Para autorizar o funcionamento do referido curso, estas instituições precisariam se equiparar ao Conservatório padrão do Rio de Janeiro<sup>169</sup>. É interessante observar que mesmo depois do término do Estado Novo e de Villalobos ter deixado as atividades de caráter educativo, o Conservatório Nacional continuou sendo referência para o Canto Orfeônico. Os princípios e as diretrizes propostas pelo maestro também continuaram norteando esta disciplina. A sua importância e influência foi além das décadas de 30 e 40.

---

<sup>166</sup> Léo Schneider (1910-1978). Nasceu em Porto Alegre, em 1929 concluiu o curso de piano no Instituto Brasileiro de Piano, sob a orientação de João Schwartz Filho. Foi pianista, organista, compositor e regente. Primeiro Diretor Artístico do Orfeão Riograndense. Foi Regente Titular da Orquestra Club Haydn. Professor Titular da Cadeira de Prática de Orquestra na então Escola de Artes da URS. Disponível em: [/www.agendaliricapoa.com.br/mlLeoSchneider.htm](http://www.agendaliricapoa.com.br/mlLeoSchneider.htm). (Acessado em 14/02/2008).

<sup>167</sup> VARELA, Leda Senise. (85 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 27/07/2006.

<sup>168</sup> O programa curricular proposto para este curso tinha a duração de dois anos regulares, com as seguintes disciplinas na grade curricular: ditado rítmico, ditado melódico, teoria do Canto Orfeônico, prática de regência, didática do Canto Orfeônico, prática do Canto Orfeônico, psicologia da educação, biologia da educação, história da educação musical, filosofia da educação, técnica vocal, fisiologia da voz, apreciação musical, prosódia musical, didática da teoria musical, etnografia musical e pesquisa do folclore, terapêutica para música, educação esportiva, coordenação do orfeão escolar. **Diploma** conferido a Leda Senise Varela. São Paulo. Dezembro de 1954. (Acervo pessoal da entrevistada)

<sup>169</sup> ARRUDA, Yolanda de Quadros. Op. cit. p. 193.

Sua atuação tanto na parte técnica propriamente dita, quanto no cenário político marcou toda uma geração de alunos que semanalmente entoavam os hinos pátrios e hasteavam a bandeira em suas escolas e cantavam desfilando nas grandes festas dos dias nacionais ou de exaltação aos heróis da nação. No aspecto técnico, Villa-Lobos criou todo o cenário relativo ao Canto Orfeônico, bem como a preparação de material e orientações aos professores sobre a forma de aplicação do plano nacional da pedagogia musical para a brasilidade. Estes pareceres, hinários e sugestões serviram de referência a artistas-educadores por muitos anos. No aspecto político, soube valer-se de pessoas de influência junto a Getúlio Vargas, que habilmente influenciaram o presidente na direção de seus ideais em relação ao projeto musical, que ele considerava imprescindível para a grandeza da Pátria.

Villa-Lobos considerava a prática deste estilo musical nas escolas o único caminho para se conseguir moldar um verdadeiro sentimento nacionalista. Sobre a finalidade do Canto Orfeônico, ele deixava claro que o objetivo em vista, ao realizar este trabalho “era permitir que as novas gerações se formassem dentro dos bons sentimentos estéticos e cívicos, e que nossa Pátria, como sucede às nacionalidades vigorosas, possa ter uma arte digna da grandeza e vitalidade de seu povo”.<sup>170</sup>

Ao falar em nacionalidades vigorosas, Villa-Lobos se referiu nitidamente à sua influência européia, no período de seus estudos e posteriores apresentações no exterior. Jean Pierre Rioux<sup>171</sup> chama a atenção para o fato que a França teria se antecipado à Inglaterra, Alemanha e Itália, quanto à unidade nacional, justamente pela sua construção política, moral e cultural. O Estado havia modelado a sociedade, a economia, a administração, a língua e, conseqüentemente, a memória. Transplantando esta experiência francesa, seguida de perto pelos seus vizinhos europeus, para a realidade do Estado Novo, pode se notar a busca de resultados similares em território brasileiro pelo governo no período de Vargas. O objetivo não dissimulado, mas amplamente propagado pelos discursos inflamados do presidente, bem como pelas instituições por ele criadas, era justamente a formação de uma nação poderosa e coesa, a nova pátria brasileira. É nesse contexto e quase fazendo eco às palavras do ilustre maestro, que se situa o comentário de Lorenzo Fernandez:

---

<sup>170</sup> VILLA-LOBOS, Heitor. A educação artística no civismo. In: **Presença de Villa-Lobos**. Op.cit. p.29.

<sup>171</sup> Jean Pierre Rioux faz um paralelismo entre França Inglaterra, Alemanha e Itália, chegando a constatar que foi o Estado com todo o seu aparato de instituições, conjuntos de leis, glórias e antecedentes, que teria gerado a unidade nacional nesses países. RIOUX, Jean-Pierre. A Memória Coletiva. In: RIOUX, J.P.; SIRINELI, J.F. (orgs.) Op. cit. p. 324.

Todos os grandes cultos têm sido sempre incentivados e perpetuados pela música, e é por ela que sempre se procurou fazer despertar, principalmente na criança, o respeito e a veneração pela Pátria e seus símbolos. Não fosse pela música, seria muito mais difícil fazer nascer só pela palavra, o entusiasmo e a veneração pela Pátria, nos espíritos infantis, pois a declamação é muito menos acessível.<sup>172</sup>

Na ótica de Villa-Lobos, a arte que tinha a capacidade de doar ao povo os bons sentimentos estéticos e cívicos, necessários à formação de uma consciência nacional, era a que viria do Estado<sup>173</sup>. Direcionada e imposta por um projeto centralizador e tendo como propulsor, um governo forte que se valesse da música, utilizando-a com sutileza para induzir não apenas os estudantes, mas também o povo em geral. A música no período do Estado Novo desempenhou a função de conscientização ao nacionalismo com caráter autoritário. Ocupou um papel central nesse esforço educativo e de mobilização, onde a linha divisória entre a cultura e a propaganda tornou-se difícil de estabelecer.

Além de servir como um eficiente método de musicalização infantil em larga escala, o programa de ensino do Canto Orfeônico implementado por Villa-Lobos buscou funcionar como inteligente mecanismo de transmissão da doutrina política e estética oficial do Estado Novo. Atuando em todos os setores do ensino municipal, “o Canto Orfeônico, vigoroso propulsor de energias cívicas seria capaz de atingir um número muito maior de crianças e, conseqüentemente de famílias”<sup>174</sup>. Através dessas palavras percebe-se a intenção de Villa-Lobos em relação ao Canto Orfeônico, praticado pelas crianças. Assim seria por elas propagado até os lares, daria gerações renovadas por uma bela disciplina da vida social, em benefício do país, cantando e trabalhando, e, ao cantar, devotando-se à Pátria. Essa função de propagador de mensagens de sentimentos nacional-ufanista, assumida pelo Canto Orfeônico, que motivou o Governo, empenhado na construção de uma nova Nação Brasileira, a patrocinar esse projeto, transformando-o no maior investimento experimentado pelo Brasil em termos de educação musical e artística.

---

<sup>172</sup> FERNANDEZ, Lorenzo Oscar. O Canto Coral nas Escolas. **Revista Brasileira de Música**. Rio de Janeiro: Biblioteca da Escola Nacional de Música, s/d, p. 48.

<sup>173</sup> VILLA-LOBOS, Heitor. 1946, op. cit. p.19.

<sup>174</sup> Idem. 1937, op. cit. p.23.



### 1.2.1. MUITAS VOZES – UM SÓ SOM.

Eventos grandiosos de caráter cívico-nacionalista marcaram a entrada da atividade do Canto Orfeônico nas décadas de 30 e 40. Com o advento do Estado Novo, as manifestações orfeônicas se tornaram mais freqüentes e mais bem planejadas. Mas, foi a partir de 1939, que as grandes concentrações cívico-artísticas organizadas por Villa-Lobos foram se tornando cada vez mais gigantescas, disciplinadas e em rigorosa obediência a cronogramas e planos bastante minuciosos, elaborados pelos assessores do compositor<sup>175</sup>. A reunião de milhares de crianças exigia organização e coesão de esforços. Também era necessário realizar muitos ensaios para que se alcançasse um equilíbrio rítmico e sonoro, para apresentar o árduo trabalho e persistência de todos os envolvidos.

Embora as manifestações orfeônicas já ocorressem antes do período do Estado Novo<sup>176</sup>, estas, não possuíam o caráter obrigatório e propagandístico com o qual estavam imbuídas naquele momento. Com o regime de Vargas a música agregou ao seu caráter cultural e educativo aquele já utilizado em outros países, de mobilização popular a serviço de regimes políticos. Com objetivo bem definido em relação aos alunos em particular e à população em geral, grandes apresentações foram preparadas para causarem impacto na mente popular através do som de milhares de vozes de estudantes. A preocupação de Villa-Lobos como principal organizador desses corais era criar uma interação profunda entre a música e a ordem política da comunidade nacional. O maestro queria transmitir uma imagem positiva tanto aos espectadores presentes às apresentações, quanto àqueles que recebiam as informações através dos meios de comunicação. Principalmente o rádio que conseguia levar a emoção dos sons e dos discursos até os lares do povo.

Parada comenta que em 1939, 30.000 estudantes louvaram a terra brasileira; em 1940, 40.000 cantaram “Pra Frente Brasil”; em 1941, 30.000 cantaram “Canção Folclórica” e, em

---

<sup>175</sup> Na festa cívica ocorrida no ano 1939, Villa-Lobos reuniu no Rio de Janeiro, 30.000 estudantes que cantaram acompanhados por 1.000 músicos em uma arquibancada coberta por uma bandeira nacional de 25 metros. Na marquise, em cima da arquibancada, foi colocado “um dístico de cem metros com letras de 2 metros de altura reproduzindo um trecho do hino nacional: Oh! Pátria amada! Dos filhos deste solo és mãe gentil!” Correio da Manhã, 07/09/1939.

<sup>176</sup> Foi Villa-Lobos quem teve a iniciativa de aglutinar estudantes e organizar grandes manifestações orfeônicas. Em 24 de outubro de 1932, realizou no estádio do Fluminense, uma concentração de 15.000 crianças, que apresentaram diversas canções cívicas e folclóricas. Outras manifestações que merecem destaque é demonstração cívica de 1934 no estádio do Fluminense. Em 1935 durante a realização do 7º. Congresso Nacional de Educação, na cidade do Rio de Janeiro, no estádio Vasco da Gama compareceram aproximadamente 60.000 pessoas entre participantes e espectadores. Cf. CONTIER, Arnaldo Daraya. 1998, op. cit. p. 27-42.

1943 e 1944, 20.000 cantaram, respectivamente, “Dança da Terra” e “Santos Dumont”<sup>177</sup>. Essa impressionante sucessão de demonstrações de coesão e mobilização de massas não pode deixar de ser percebida, nem desconsiderada por um pesquisador atento. O projeto do Canto Orfeônico, ao dirigir-se às massas para a concretização de seus objetivos, operava por meio delas a organização de um conjunto que representasse a sociedade satisfeita e imersa no civismo, na disciplina e na beleza que neste momento se almejava para a nação. Estas festas orfeônicas de grandes concentrações populares foram intensas e tiveram um caráter ufanista de nacionalismo exacerbado. Estes eventos visavam dar significado no imaginário<sup>178</sup> popular um sentimento positivo de progresso e bem estar, igualmente distribuídos a todos os cidadãos, mascarando o caráter repressivo e autoritário do regime vigente. O Canto Orfeônico tornava-se fator de civismo e disciplina coletiva<sup>179</sup>, por envolver milhares de pessoas frente à comunidade política nacional. As atividades de caráter cívico-disciplinar dispersas no dia a dia escolar, tornavam-se coesas e sólidas na praça pública. Eram vistas pelos idealistas deste período autoritário como o instrumento apropriado para motivar nos operários e nos adolescentes, o senso de unidade, elemento essencial para incentivar um trabalho cada vez mais eficiente que beneficiasse a Nação, considerada como uma unidade orgânica.

A solenidade, promovida para a comemoração da Hora da Independência, dia 7 de setembro de 1940, representou o apogeu dessas manifestações. Participaram deste acontecimento 40.000 escolares e 1.000 músicos de banda, no estádio de futebol do Vasco da Gama, na cidade do Rio de Janeiro. O repertório visava enaltecer a nação brasileira. Foram executadas as seguintes músicas: Hino Nacional (bandas), Hino Nacional (bandas e coros) e Hino à Independência; Oração Cívica (saudação da juventude brasileira ao seu guia – Presidente Getúlio Vargas); Hino à Bandeira, Saudação Orfeônica à Bandeira, Invocação à Cruz (cívico religioso) Coqueiral (efeitos orfeônicos); Meu Jardim (canção cívico-folclórica) P’ra frente, ó Brasil! (canção cívica) e o Hino Nacional (banda e coros). O espetáculo ocorreu sob a regência do maestro Heitor Villa-Lobos. Ao término da programação os escolares

---

<sup>177</sup> PARADA, Maurício. **Demonstrações épicas**: cerimônias políticas em contextos autoritários. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual, PUC-Rio. (Acessado dia 20 de junho de 2002.)

<sup>178</sup> “Entende-se por imaginário, um sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens constroem para si, dando sentido ao mundo”. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 43.

<sup>179</sup> Disciplina coletiva, no contexto nacionalista do Estado Novo, significava conformar o estudante a uma determinada visão de identidade nacional comum a todo o país, moldada pelo sistema vigente. Portanto, disciplinar pode ser lido como homogeneizar.

saíram do estádio marchando e cantando<sup>180</sup>. Diante desse relato pode-se imaginar o impacto de tal cena na representação popular. Muitas vezes e apenas um som essa foi a poderosa experiência de unidade que esses jovens e grande parte da população brasileira, tiveram com a Hora da Independência<sup>181</sup>. Também pelo repertório escolhido, como se pode perceber, o que mais importava não era necessariamente o aspecto artístico, ou a qualidade vocal dos participantes, mas o resultado obtido de acordo com os objetivos propostos pelo regime vigente. O caráter grandiloqüente dessas celebrações orfeônicas colocava a música propriamente dita, numa posição secundária em relação ao discurso verbalizado.

Portanto, a verdadeira função da música neste período autoritário, seria inebriar os espectadores para que estes ouvissem os fortes apelos populistas assentados no nacionalismo. O momento da concentração orfeônica possuía um caráter de profunda religiosidade. Segundo Contier<sup>182</sup> Villa-Lobos acreditava que durante as grandes concentrações orfeônicas, o estádio de futebol transformava-se numa espécie de templo onde, confundindo-se com o coletivo, o indivíduo ouvia de uma só vez e de uma mesma maneira, o discurso proferido pelo chefe e também os cânticos cívicos e patrióticos entoados pela imensa massa coral. Milhares de pessoas de diferentes profissões, extrato social e idade, reunidas, cantando em coro canções em louvor à Pátria, devotando sua confiança em seus dirigentes, em seu chefe, em seu maestro. Inserido nesse clima, ressaltava-se o aspecto tribal ou das sociedades primitivas, quando a multidão silenciosa, deveria demonstrar o seu profundo respeito ao chefe ou caudilho, símbolo e representante máximo desse Brasil Novo.

Haroche ao discutir o assunto do nacionalismo dentro do pensamento de Arendt e Elias, levanta a questão de que a participação popular tornou-se tão intensa, que os induzia a sentirem-se orgulhosos por participar da força e da glória desse poder superior<sup>183</sup>. Esta

---

<sup>180</sup> CONTIER, Arnaldo Daraya. 1988, op. cit. p. 291.

<sup>181</sup> Hora da Independência encerrava à cerimônia cívica das atividades da Semana da Pátria no dia Sete de Setembro, às 4 horas da tarde. Data e hora alusiva ao grito da Independência do Brasil. A Hora da Independência ocorrida no Distrito Federal era transmitida via rádio, para que toda a nação pudesse participar deste “culto à Pátria”. Getúlio Vargas sempre comparecia a este evento e falava à Nação. Cultuar grandes vultos e momentos históricos como este, fazia parte da metodologia autoritária de Vargas. CHERÑAVSKY, Anália. Op. cit. p. 108-109.

<sup>182</sup> CONTIER, Arnaldo Daraya. 1988, op. cit. p. 263.

<sup>183</sup> “A coletividade aparecia como sagrada, superior aos indivíduos em questão: emoções ligadas á coletividade possuíam um caráter enigmático e obscuro, exterior e acima dos indivíduos.” HAROCHE, Claudine. Elementos para uma antropologia do ressentimento: laços emocionais e processos políticos. In: BRESCIANI, M. S.; NAXARA, M. (orgs) **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP, Ed. da UNICAMP, 2001. p. 333-349. p. 342.

intenção nacionalista esteve presente nas manifestações orfeônicas, por que, o indivíduo ao ver aquela multidão repetindo o mesmo refrão e tentando ouvir o som da própria voz, dissolvia-se num poder mais vasto. Elias fornece ainda considerações gerais sobre os fatores emocionais do nacionalismo, referindo-se a uma mistificação da coletividade. “Participando da fabricação de um ego grandioso, esta proporcionava um engrandecimento fantasioso para indivíduos frustrados, amargos e inferiorizados”<sup>184</sup>. Através do nacionalismo, ou por derivação dele, tinham suas emoções e sentimentos coletivos intensamente direcionados para um sentimento de orgulho, de sustentação emocional suplantando assim as aspirações individuais pela afirmação do todo, minimizando os gostos pessoais em favor da nação.

Por essa ênfase na maior importância do todo sobre os indivíduos se entende que o Estado Novo<sup>185</sup> teve certa orientação fascista<sup>186</sup>. Chauí considera a ditadura Vargas como de inspiração fascista e que o governo daquele período foi de estilo fascista e populista. Ainda que Chauí note semelhanças quanto ao cerceamento da liberdade individual, ela percebe que tanto do ponto de vista doutrinário como da realidade histórica, o Estado Novo brasileiro não reproduziu literalmente o fascismo nos moldes europeus.<sup>187</sup> Mesmo não sendo intenção deste trabalho, fazer uma incursão prolongada sobre a questão do fascismo, se tornou necessário

---

<sup>184</sup> Ibid. p. 343.

<sup>185</sup> “A expressão Estado Novo foi empregada pela primeira vez por Oliveira Salazar, no início da década de 1930, para justificar o regime autoritário português. Sua utilização alguns anos depois no Brasil, assim como a incorporação à Carta de 1937 de dispositivos das constituições de regimes totalitários da época, chegou a ser apontada como evidência da subordinação ideológica da ditadura de Vargas ao fascismo europeu. Se a matriz ideológica era a mesma, no sentido de que ambos os regimes se fundamentaram a partir de uma visão autoritária de governo e de organização de sociedade, distintas eram as dinâmicas históricas que os engendraram e as práticas políticas adotadas na Europa e no Brasil. O Estado Novo tinha em comum com o fascismo a mesma crítica à democracia parlamentar, à pluralidade de partidos e à representação autônoma de interesses, assim como tinha em comum com ele a mesma valorização do “Estado forte”, tutor da sociedade civil. Mas o Estado Novo diferia substancialmente do fascismo europeu no plano das práticas políticas concretas, como, por exemplo, na inexistência de partido único, e na não-uniformização da elite dirigente. (o plebiscito previsto na Carta de 1937 nunca chegou a ser realizado).” Disponível em: <cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\_htm/5863\_2.asp>. (Acessado em 10 de janeiro de 2007)

<sup>186</sup> “O fascismo italiano foi definido pelo próprio Mussolini, consistia na seguinte filosofia: *“Tutto nello Stato, niente al di fuori dello Stato, nulla contro lo Stato”* (Tudo no Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado). Esse regime é descrito como um sistema no qual o Estado não apenas é autoridade que governa e molda as vontades individuais com leis e valores da vida espiritual, mas também é o poder que faz com que a sua vontade prevaleça no estrangeiro. Para o fascista, tudo está dentro do Estado e nem indivíduos ou grupos estão fora dele. Para o Fascismo, o Estado é um absoluto, perante o qual os indivíduos ou grupos são apenas algo relativo. A ideologia fascista preconiza a implantação de um regime corporativista de natureza autoritária ou totalitária, comumente associada ao governo do primeiro ministro italiano Benito Mussolini (1922-1943). Entre suas principais características, destacam-se o culto à nação, a hostilidade ao marxismo e à democracia parlamentar, a admiração pelas virtudes militares e a obediência a um líder.” Disponível em: <cpdoc.fgv.br/nav\_historia/htm/anos37-45/ev\_poladm\_estadonovo.> (Acessado em 10 de janeiro de 2007).

<sup>187</sup> CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 5. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 38.

uma breve interlocução quanto a este modelo político que teria sido apropriado nesse período histórico nacional com desdobramentos para gerações futuras.

O Brasil não ficou imune a essa tendência política que marcou outros países da Europa. As práticas fascistas brasileiras sob a ditadura de Vargas, encontraram sua origem no momento histórico da política mundial, havendo certa apropriação do estilo fascista nas ações governamentais brasileiras. Foram utilizados alguns pressupostos adotados pelo regime europeu tais como: necessidade de um partido de massas; importância de obter o apoio entre a classe trabalhadora e ainda uso da propaganda.<sup>188</sup> Vale lembrar que a figura de Vargas era reverenciada, havendo gerado até mesmo hinos cantados pelos orfeões de forma entusiástica, em louvor à figura do líder, chamado frequentemente de “o pai dos pobres”. As grandes concentrações populares; o ufanismo nacionalista; o sentimento de ser parte de um todo grandioso; a exaltação de heróis pátrios, incluída aí a figura do presidente; a música gerada nos bancos escolares com hinos de exaltação à Pátria e inspiração cívica eram parte de um movimento intencional na direção do fortalecimento do Estado. Era o sonho da Pátria almejada por todos, que podia propiciar esse envolvimento. Ou seja, a representação da realidade se reveste de verossimilhança, levando o indivíduo a agir como se o que ele pensa ser a realidade, de fato o fosse. Mas para que todo um coletivo fosse envolvido nessa representação de um Brasil Novo, onde tudo é progresso e todos são beneficiados, as ações políticas deveriam ser cuidadosamente organizadas para criar essa representação na mentalidade popular.

Foi justamente essa idéia de identidade nacional que atraiu a adesão da população. Mas, evidentemente, não se pode esquecer também que a criação da comunidade nacional como comunidade subjetiva, não foi uma tarefa simples. A sua realização necessitou de estratégias que não se esgotaram no controle policial, na censura e na propaganda oficial - embora estas fossem estratégias poderosas. Foi preciso que os indivíduos tivessem experiências intensas nas quais esta idéia - a comunidade nacional - fosse dramatizada, cantada, “desfilada”. Certamente essas apoteóticas apresentações de estudantes jogaram um papel importantíssimo em calar na mentalidade popular a necessidade de mudanças. Parecia tão majestoso e a euforia tomava conta de muitos, embalados pela propaganda oficial. Desfiles patrióticos das forças armadas, comemorações de datas cívicas nas escolas, apresentações de corais, desfiles da mocidade e números de ginástica, completavam o quadro

---

<sup>188</sup> Ibid. p.37.

de aprimoramento moral e físico da ‘raça’ brasileira. A estratégia nessa linha de pensamento, era de que, ao participar de forma ativa de uma celebração, o indivíduo tornava-se parte da comunidade, assim como a comunidade tornava-se parte do indivíduo<sup>189</sup>.

A idéia de comunidade está evidentemente inserida no ideal de unidade nacional, e aquela só tem sentido quando formadora do corpo único da nação; uma nação que tem um só pensamento e um só sentimento. Ao considerar a valorização do coletivo sobre o individual, Lenharo lembra que os intelectuais perceberam claramente a importância coletiva do canto coral, pois o fato de cantarem juntos parecia igualar a todos criando um sentimento muito marcante que transcende a própria individualidade chegando a produzir a sensação de que todos têm a mesma alma<sup>190</sup>. Nesse contexto ganha importância o conceito defendido por Pecault, de que, os intelectuais teriam sido induzidos a voltar-se para o Estado a fim de obter apoio e recursos em nome da defesa da ‘cultura nacional’; com toda a naturalidade, julgavam – como Villa-Lobos em relação ao canto coral – que os investimentos nessa cultura, eram uma questão de Estado.<sup>191</sup>

O Estado autoritário teve interesse em criar uma comunidade nacional com espírito patriótico e unidade. Para tal, necessitou elaborar e aplicar estratégias poderosas que levassem a massa trabalhadora a sentir-se parte de um grande movimento progressista, e não apenas ser um espectador. O objetivo não era envolver nesse espírito nacionalista, somente o grupo de operários, o cidadão comum. Pode-se afirmar que o caminho da ocupação do poder passou obrigatoriamente pela educação popular, conseguida naquele momento pelo envolvimento massivo logrado pelo Estado Novo, com o apoio dos intelectuais. A música seria um dos dispositivos culturais no exercício desta função, através da melodia, da estética e de letras adequadas às doutrinas do regime. Do ponto de vista do governo de Getúlio Vargas o canto coral era uma excelente forma de propaganda, na qual se tentava certa legitimação.

Os regimes de força freqüentemente têm uma percepção apurada do poder arrebatador da música sobre as massas. Porém, há controvérsia de que o trabalho pedagógico de Villa-Lobos estava a serviço de uma causa política e não educacional<sup>192</sup>. Importa considerar o fato

---

<sup>189</sup> Sobre as relações entre o indivíduo e a comunidade nacional, ver Norbert Elias, **Os Alemães**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1997.

<sup>190</sup> LENHARO, Alcir. 1989, op. cit. p. 60.

<sup>191</sup> PECAULT, Daniel. Op. cit. p. 73.

<sup>192</sup> Ver HORTA, José Silvério Baía. Op. cit. p. 186 - 188. Ver também CHERŃAVSKY, Anália. Op. cit. p. 15.

de que o projeto do Canto Orfeônico foi implantado pelo Estado e tornou-se obrigatório por meio de Decretos. Caberia ao Estado, a responsabilidade de tutelar a juventude, modelando seu pensamento, ajustando-a ao novo ambiente político, preparando-a, enfim, para a convivência no Estado Autoritário<sup>193</sup>. O canto passou a participar do cotidiano popular, sobretudo infantil, para que, através do contato com a arte, se pudesse transformar e elevar o nível moral, espiritual, e, até mesmo físico da massa infanto-juvenil da nação.

Villa-Lobos regeu grandes concentrações orfeônicas nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Nos demais estados brasileiros, também ocorriam grandiosas comemorações cívicas envolvendo a população. O maestro não podia estar em todos os lugares e reger a massa estudantil, mas os alunos marchavam e cantavam de acordo com suas orientações transmitidas via Departamento de Educação. Eles ensaiavam canções patrióticas e uniam suas vozes nas festividades, acompanhados por seus professores. Jornais catarinenses e o Diário Oficial do Estado de Santa Catarina registraram eventos nacionalistas acontecidos nesse Estado. Nessas programações cívicas, os estudantes participavam através de marchas e cantos orfeônicos. Estas celebrações também se fazem presentes nas lembranças guardadas em álbuns de fotos e na memória dos entrevistados. Algumas dessas narrativas estão apresentadas nos capítulos seguintes, onde é feita uma análise detalhada.

Pode-se dizer que, no período do Estado Novo, o ensino do Canto Orfeônico, proporcionado pelo aparato da ditadura Vargas, sob a orientação de Heitor Villa-Lobos, transformou-se num movimento massivo, abrangente e obrigatório. As escolas transformaram-se em centros de difusão dos cantos de exaltação à Pátria, e em nicho de preparação dos encontros apoteóticos. Estes, por sua vez, transmitiam a idéia de um país grande e poderoso, com o ufanismo de que no Brasil tudo ia muito bem. Buscou-se criar um sentimento de “ordem e progresso” que realçasse a autoridade do presidente, valorizando a unidade para alcançar o progresso. Com o término do Estado Novo as mega-concentrações de Canto Orfeônico promovidas pelo Ministério de Educação e Saúde também tiveram fim. Villa-Lobos foi se afastando das atividades de caráter educativo para dedicar-se cada vez mais a atividades puramente artísticas, incluindo a composição de peças e a direção de orquestras e corais no mundo inteiro<sup>194</sup>.

---

<sup>193</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. (orgs.). Op. cit. p. 158 -159.

<sup>194</sup> CHERÑAVSKY, Anália. Op. cit. p.130.

### 1.3. OLHARES DOS DIRIGENTES CATARINENSES

Entre os anos 20 e 40, parte da intelectualidade catarinense viveu um período de efervescência, derivada do cenário nacional. A Academia Catarinense de Letras fundada em 1924, reunia escritores, literatos e políticos mostrando a preocupação política com a cultura. Também, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e o Instituto Estadual de Educação de Florianópolis se tornaram um ponto de encontro e referência da intelectualidade da capital, tendo em vista que essas instituições reuniam um número considerável de intelectuais e educadores. O tema sobre a formação moral e cívica do cidadão referenciada naquilo que se concebia enquanto nacionalidade brasileira era a principal pauta de discussão entre esses pensadores.<sup>195</sup> O intercâmbio com a intelectualidade nacional tornava-se mais candente devido à problemática enfrentada pelo governo estadual. Contrastando com o sentimento nacionalista e de unidade propagado por todo o território nacional, aparecia a questão dos “quistos raciais”.

Aproximadamente cinco milhões de imigrantes europeus ingressaram no Brasil até a década de 40 devido às políticas imigratórias da agricultura. A maioria fixou-se no sul do Brasil constituindo-o local de grande concentração de imigrantes e descendentes de imigrantes do país. Havia uma forte influência européia, com grupos espalhados pelo litoral e pelo interior. Alguns imigrantes se estabeleceram nas cidades formando bairros concentrados e identificados por etnia; outros se organizaram em forma de colônias em regiões afastadas do convívio direto com a sociedade nacional, mantendo uma identidade própria, com cultura diferente e linguagem distinta.<sup>196</sup>

Em Santa Catarina, os núcleos de origem estrangeira se localizaram em diversas regiões. Os descendentes de alemães concentravam-se, sobretudo na região do vale do rio Itajaí em Hamônia, Blumenau, Brusque, Gaspar, Indaial e Rio do Sul. No norte do Estado, fixaram-se nas cidades de Jaraguá, Joinville, São Bento, e um pequeno núcleo na cidade de Porto União. Na zona central se estabeleceram no município de Bom Retiro. Houve também

---

<sup>195</sup> NASCIMENTO, Carla D’Lourdes do.; DANIEL, Leziany Silveira. Instituto de Educação de Florianópolis e os intelectuais Catarinenses na década de 40. In: SCHEIBE, L.; DAROS, M. D. (orgs.) **Formação de Professores em Santa Catarina. Florianópolis: NUP/CED, 2002. p.53-70. p. 55.**

<sup>196</sup> FÁVERI, Marlene de. 2004, op. cit. p.39;



outros núcleos com menor densidade populacional espalhados por diversas cidades catarinenses, ou próximos a estas. Tal foi o caso de cidades do litoral como Itajaí, Palhoça, São José, Nova Trento e São Pedro de Alcântara. Nos municípios do oeste, os descendentes de alemães concentraram-se nas cidades de Cruzeiro (com uma colônia tirolesa), Concórdia (com uma pequena colônia no distrito de Ipira), Campos Novos (com uma pequena colônia no distrito de rio do Peixe), Chapecó (com várias e densas colônias à margem do rio Uruguai) e Caçador. No sul, uma pequena colônia fixou-se em Tubarão.<sup>197</sup>

A maior parte dos descendentes de italianos habitou no vale do Itajaí, mas houve outros grupos que se espalharam por várias regiões do Estado formando pequenos núcleos. Entre estas regiões destacam-se as cidades de Rio do Sul, Timbó, Rodeio e Indaial. Outros se concentraram no vale do rio Tubarão, em Urussunga, Tubarão, Criciúma, Jaguaruna e Orleães. No litoral, esses imigrantes se estabeleceram em Tijucas e Nova Trento. Algumas cidades do oeste, como Concórdia, Campos Novos, também foram habitadas por italianos, com colônias à margem do Rio do Peixe e no interior. Em Chapecó formaram colônias na linha limítrofe de Cruzeiro. Os imigrantes de origem polonesa e ucraniana espalharam-se nas cidades de Itaiópolis, Mafra, Porto União e Rodeio.<sup>198</sup>

Devido a essa forte presença de colônias européias em Santa Catarina, a necessidade de fomentar os sentimentos de brasilidade neste Estado, tornou-se foco de grandes atenções para os governantes da nação. As ações governamentais em prol da brasilidade neste período estão registradas em documentos oficiais, revistas e jornais da época. Também as histórias contadas por protagonistas que viveram este momento testemunham o autoritarismo do Estado Novo, voltado à imposição de restrições tanto quanto de propaganda pró-nacionalismo.

Os núcleos estrangeiros, na ótica do governo, eram ameaçadores aos ideais de unificação nacional, principalmente os de origem germânica pela vigorosa conservação de costumes e tradições da pátria de origem.<sup>199</sup> Esse isolamento cultural, político e até mesmo comunitário, somado à multiplicidade cultural, idiomática e de identidade pátria variável, se constituía no maior desafio do governo Vargas, potencializado pela Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>197</sup> D'AQUINO, Ivo. 1942, op. cit. p. 28.

<sup>198</sup> Ibid. p. 29.

<sup>199</sup> Ibid. p.30-31.

O perigo de uma invasão alemã na América do Sul passou a ser considerado real. As idéias imperialistas do Fuhrer não escondiam o desejo de tornar a Alemanha um império poderoso. Os estrangeiros e descendentes foram apresentados como inimigos do país e prováveis colaboradores do Eixo. Quase toda a preocupação foi concentrada nos núcleos de colonização estrangeira, e era o grupo alemão o que mais se prestava a essa estigmatização, pela proximidade sempre a ele associada com o nazismo.<sup>200</sup> Havia um clima de tensões políticas, tornando-se oportunas as questões da educação de uma consciência nacional, de sentimento patriótico e a confiança em um governo forte, cuja figura fosse o símbolo de um grande chefe paternalista que vela e protege seus filhos.

Dentro desse contexto, num esforço conjunto para a formação da consciência nacional, os Governos Federal e Estadual tomaram uma série de medidas, compelindo a integração dos imigrantes e seus descendentes aos valores político-culturais da nação brasileira. Segundo Schwartzman, Bomeny e Costa, não havia, em projetos nacionalistas como o do Estado Novo, espaço para a convivência com grupos culturais estrangeiros fortes e estruturados nas regiões de colonização.<sup>201</sup> Portanto, deveria haver um ou mais elementos catalisadores do sentimento de pertencer a uma pátria, a brasileira, minimizando ou mesmo anulando sentimentos de desagregação pela ligação emocional, cultural ou de qualquer outra ordem com a nação de origem. Coerente com essa preocupação, o governo Vargas, com apoio dos políticos dirigentes, atuou em duas frentes distintas. De um lado buscou a desagregação dos elementos que mantinham as colônias ligadas ao passado, tentando cortar os laços que pudessem representar a manutenção do sentimento de pertencer à pátria que um dia haviam deixado. De outro lado alimentou entre os colonos o mesmo sentimento que já se disseminava por todo o território nacional, de pertencer a esta Pátria, sua nova grande Pátria Brasileira.

A estratégia foi aplicada em relação aos mais fortes elementos de identidade dos colonos, com destaque para o idioma, que era um dos mais importantes fatores de unidade entre eles. Como já visto na sessão sobre a Primeira República, as escolas alemãs utilizavam abundantemente cantigas alemãs nas salas de aula para salvaguardar seus valores culturais. Assim sendo, nessa época em que o perigo alemão parecia real, tanto a língua alemã quanto as músicas entoadas nesse idioma foram associadas ao sentimento nazista. O poder do canto foi

---

<sup>200</sup> Cf. FÁVERI, Marlene de. 2004, op. cit. p. 41-42.

<sup>201</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet,; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. (orgs.). Op. cit. p.91.

considerado necessário para plasmar o poder nacionalista. Além de obrigar as escolas a praticarem os cantos nacionalistas, tornou-se proibido cantar e falar em outros idiomas, tanto nas escolas como nas comunidades. Os simbolismos culturais foram fortemente vigiados, impedindo-se pela força as apresentações, mesmo folclóricas<sup>202</sup>, que pudessem alimentar os sentimentos cívicos e pátrios dos antepassados dos imigrantes.

Além da repressão em relação ao idioma estrangeiro e simbolismos culturais, houve várias estratégias para despertar os sentimentos nacionalistas. Os intelectuais e os políticos dirigentes da sociedade catarinense elaboraram e colocaram em prática, ações que contribuíram de diversas formas para integrar a população à nova ordem. Campos identifica o consenso entre eles, em relação à escola como “lugar adequado para concretizar os dispositivos normatizadores e consolidar um projeto de regeneração social”<sup>203</sup> e referenciar os jovens nos princípios de brasilidade. Ivo D’Aquino<sup>204</sup> representando o pensamento dos dirigentes políticos desse Estado, aponta a educação como o principal pilar da defesa nacional:

A educação é o primeiro e fundamental capítulo da defesa nacional, por que é por ela que, nas primeiras madrugadas da razão, a criança aprende a querer e a sentir a Pátria e, com ela vibrar sintonizadamente nos seus anseios, nas suas lutas e nas suas glórias. Diz ainda, Pátria não é um termo vago e retórico: mas o patrimônio comum da história, as tradições, da religião, dos costumes da língua, da cultura, das esperanças, das lutas e dos ideais incorporados à Nação.<sup>205</sup>

A escola assumiu importante papel na formação da identidade do Estado-Nação. Esta foi vista como uma instituição que poderia formar a nova geração comprometida com a

---

<sup>202</sup> Marlene Fáveri conta que um grupo de alemães foi preso por cantar “Noite Feliz” em alemão na véspera de Natal durante uma reunião familiar. Este fato ocorreu na cidade de Bom Retiro no ano de 1942. FÁVERI, Marlene. **Memórias de uma outra Guerra**. 2004, op. cit. p. 243-245.

<sup>203</sup> CAMPOS, Cynthia Machado. As Intervenções do Estado nas Escolas Estrangeiras de Santa Catarina na Era Vargas. In: Brancher, A. (org.) **História de Santa Catarina: Estudos contemporâneos**. 2.ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas Oficina Editorial LTDA, 2004. p.149 - 166. p. 160.

<sup>204</sup> Ivo D’Aquino Fonseca (1896-1974). Político brasileiro, nascido em Florianópolis, SC. Foi prefeito de Canoinhas de 1919 a 1920. Professor da Faculdade de Direito de Santa Catarina. Deputado estadual em três legislaturas: 1922 a 1924, 1925 a 1927 e 1928 a 1930. Foi Secretário de Estado do Interior e Justiça em 1930 e da Viação, Obras Públicas e Agricultura em 1936. No período do Estado Novo exerceu a função de Secretário de Estado do Interior, Justiça, Educação e Saúde, atuando ao lado de Nereu Ramos, na função de colaborar na obra iniciada nesse governo a partir de 1938, em benefício da educação nacional. Ao término do Estado Novo, em 1945, elegeu-se simultaneamente a deputado federal e senador. Disponível: <http://pt.wikipedia.org/wiki/> (acessado em 10/11/07).

<sup>205</sup> D’Aquino, Ivo. **Estudos Educacionais**, ano 1, n.1, p.12, agosto, 1941. (Discurso proferido como paraninfo dos formandos do Instituto de Educação de 1939).

identidade da sociedade e, conseqüentemente reduzisse naturalmente o número de desleais. A educação seria capaz de traduzir em manifestações cívicas, brincadeiras e práticas esportivas a devoção patriótica, o progresso intelectual e o vigor físico que o Estado Novo pretendia imprimir, nos hábitos diários da população brasileira. “A educação de jovens estava associada ao civismo e à preocupação de imunizá-los contra influências exógenas”<sup>206</sup>. A nacionalização do ensino empreendida nos anos 1938 e 1939, capitaneada pelo interventor Nereu Ramos foi o grande passo importante nessa direção. Ele governou Santa Catarina a partir de 1935, e atuou como interventor entre os anos 1937-1945. Em sua gestão houve um movimento nacionalista ímpar na história catarinense. Este político priorizou a escola, no processo nacionalizador. Nesse período, a boa educação e um corpo saudável foram tomados como requisitos básicos para a formação da nacionalidade brasileira.

Através de Decretos e Leis impostos por esse legislador, devidamente aplicados e controlados pelos seus assessores e inspetores escolares, a escola tornou-se palco de brasilidade. Esse assunto é abordado com mais detalhes no capítulo seguinte dessa tese. Os procedimentos de nacionalização do ensino visavam atingir particularmente as comunidades estrangeiras, especialmente as mais organizadas. Os imigrantes poderiam representar, nesse momento, a expressão da vontade de seus países de origem no território nacional. Uma medida de segurança se juntava a um ideal de nacionalidade.

A esse respeito é significativo o artigo publicado na Revista Estudos Educacionais com as impressões do professor Roger Bastide,<sup>207</sup> sobre a problemática enfrentada no estado catarinense. Ele viajou a Santa Catarina para proferir aula inaugural dos cursos do Instituto de Educação de Florianópolis, e no seu regresso foi entrevistado por jornais de S. Paulo, desejosos de saber sua opinião sobre o tema germânico nesse Estado. Ele elogiou profusamente as ações do Governo do Estado dizendo que as autoridades de Santa Catarina souberam compreender com rara lucidez a gravidade extrema da problemática nacional. Bastide considerou o esforço do interventor Nereu Ramos em prol da nacionalização das

---

<sup>206</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. Op. cit. p.35.

<sup>207</sup> Através da reportagem notificada em São Paulo, percebe-se relevância dada ao assunto. Roger Bastide, no momento era considerado um grande mestre da moderna sociologia, com alta expressão da cultura francesa. Aceitou o convite do governo brasileiro para dirigir uma cadeira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de S. Paulo. Revista Estudos Educacionais. Junho de 1943, Ano III, n.4, , p.29.

escolas, como notável. A seguir afirma categoricamente: “não tenho dúvida em afiançar que essa política poderá acabar com a influência política alemã”<sup>208</sup>.

Era cada vez mais evidente para a elite pensante, a necessidade da educação cumprir um papel socializador e constituir-se num instrumento eficaz para aplacar impulsos de resistência popular. LeGoff<sup>209</sup> analisa o papel do intelectual e o identifica como o profissional que tem consciência de sua função e que reconhece as escolas como oficinas de onde as idéias são exportadas.

Entre os educadores e políticos catarinenses, coadjuvantes do interventor Nereu Ramos, no processo nacionalizador via educação destaca-se o intelectual e político Ivo D’Aquino. Ele atuou à frente da Secretaria do Interior, Justiça Educação e Saúde de Santa Catarina, à qual estava vinculado o Departamento de Educação Estadual. Porém, este Departamento, órgão máximo responsável pela orientação e administração do ensino público estadual, foi liderado pelos inspetores escolares João dos Santos Areão<sup>210</sup> (Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas), Luiz Sanches Bezerra da Trindade<sup>211</sup> (Inspetor Geral das Escolas Particulares e Nacionalização) e Elpídio Barbosa<sup>212</sup>, (Inspetor Escolar). O escalão superior da instrução pública era constituído por esses inspetores escolares. Devido à atuação conjunta e permanente desses três educadores, tornaram-se conhecidos como a “santíssima trindade da educação catarinense”<sup>213</sup>.

---

<sup>208</sup> Ibid. p.32.

<sup>209</sup> LE GOFF, Jaques. 2003, op. cit. p. 88.

<sup>210</sup> João dos Santos Areão atuava como Inspetor Geral das Escolas Subvencionadas pela União desde o ano 1933, mas, a partir do golpe do Estado Novo, essa nomenclatura foi alterada para “Inspetor das Escolas Subvencionadas pelo Governo Federal e Nacionalização do Ensino”. Mais que a mudança de nome, este assunto passou a ser orientado, em linhas gerais por um plano federal de nacionalização do ensino, comum para o sul do país. FIORI, Neide Almeida. Op. cit. p. 124.

<sup>211</sup> Luiz Sanches Bezerra da Trindade. (1892-1971) catarinense nato. Trabalhou com Orestes Guimarães desde 1912, do qual parece ter recebido grande influencia. Começou sua carreira como professor de curso primário e posteriormente ocupou os cargos de diretor de grupo escolar, inspetor escolar e diretor do Departamento de Educação. Ao exercer esta função, foi o mentor intelectual da reforma do ensino público catarinense de 1935, que ficou conhecida pelo seu sobrenome – Reforma Trindade. Em 1938, o Decreto-Lei n. 124 cria a Inspeção Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, e Trindade passou a exercer essa função. MONTEIRO, Jaecyr. Op. cit. p. 57; 66.

<sup>212</sup> Elpídio Barbosa (1909-1966) nasceu na cidade de Florianópolis, SC. Atuou na área da educação como diretor de grupo escolar, inspetor escolar, subdiretor técnico do Departamento de Educação do Estado (1935-1940). Na década de 40 foi diretor geral do Departamento de Educação. Nos anos 60, ocupou a Secretaria de Educação e Cultura, Também foi organizador e primeiro presidente do Conselho Estadual de Educação e co-fundador e primeiro reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina. DALLABRIDA, Norberto. **A Fabricação Escolar das Elites: O Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001. p.250.

<sup>213</sup> Ibid.

O poder que esses três inspetores escolares detinham em assuntos educacionais, era tão grande que, segundo Neide Fiori, incomodava a muitos, até o Interventor Federal Catarinense, Nereu Ramos. Então, para evitar constrangimentos, mas numa hábil tentativa de esvaziar a força daquele departamento, o governador em 1938, criou a Superintendência Geral do Ensino. A coordenação de todas as ações referentes à educação, inclusive o próprio Departamento de Educação, estava a sob responsabilidade desse cargo. O professor paulista Sebastião de Oliveira Rocha foi nomeado como primeiro superintendente, e permaneceu nessa função até 1940. Porém não foi muito bem sucedido em sua missão e retornou à São Paulo. Ironicamente justamente um dos três da “santíssima trindade” foi nomeado para sucedê-lo: Elpídio Barbosa. Logo depois esse órgão foi extinto voltando o Departamento de Educação a ser o responsável pela direção dos assuntos educacionais do Estado. Esse departamento foi coordenado pelo próprio Elpídio por quase dez anos<sup>214</sup>. Assim, a administração educacional do Estado ficou nas mãos desses educadores entre os anos 1935 e 1950.

Esses inspetores definiam a escola como o local onde se preparavam os novos brasileiros dentro do verdadeiro espírito de nacionalidade, através de professores orientados para este fim. Para eles a escola teria que ser uma oficina de caracteres adaptáveis ao regime político brasileiro. Coerente com essa visão, durante as inspeções às escolas, Areão focava três aspectos: a parte pedagógica, a escrituração e, sobretudo a nacionalização. Neste aspecto verificava a capacidade do professor com o domínio da língua vernácula, o conhecimento dos hinos pátrios, dos heróis da nossa história bem como a atenção com o culto às autoridades. A maneira como os professores eram orientados e a dinâmica das ações do magistério nessa direção se verão detalhadamente no decorrer desse trabalho, nos próximos capítulos.

O Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, João dos Santos Areão, considerou o Canto Orfeônico um fator primordial no processo nacionalizador. Por isso, ele assumiu a responsabilidade de orientar e fiscalizar essa modalidade de ensino em todo o território catarinense<sup>215</sup>. Sua concepção era que “através do canto seria possível levar às longínquas

---

<sup>214</sup> FIORI, Neide Almeida. Op. cit. p. 124.

<sup>215</sup> AREÃO, João dos Santos. **Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina:** Inspetor João dos Santos ao Ministro da Educação e Saúde - Gustavo Capanema. Florianópolis, 20/04/1939. Relatório, 1º trimestre de 1939. APESC. (ver anexo n. 6)

escolas espalhadas pelos sertões colonizados por ‘elementos alienígenas’, a palavra vivificadora da alma nacional”.<sup>216</sup>

Pode-se notar sua firme convicção da função que o Canto Orfeônico deveria desempenhar no processo de nacionalização e formação de uma nova consciência cívica nos alunos, por suas observações escritas no 21º relatório de inspeção dirigido a Gustavo Capanema, então Ministro da Educação do país. Entre outras informações que considerou relevantes, destacou o progresso alcançado pela educação catarinense no último quadriênio de 1938. Em seguida mencionou que sua Inspetoria assumiu a tarefa de orientar, organizar, promover e fiscalizar os orfeões nas escolas catarinenses. Quanto a este trabalho ele declarou: “tomando o encargo de orientar o ensino da música, o ‘Canto Orfeônico’, penso ter assumido um compromisso que não póde deixar dúvida quanto a vontade de ser útil a tão elevado desiderato”<sup>217</sup>.

Os relatórios da inspetoria federal das escolas subvencionadas dirigidos a Capanema, deixam transparecer o quanto Areão considerou importante acumular essa nova responsabilidade. Ele reafirmou seu compromisso com o Canto Orfeônico em todos os relatórios do ano 1939. Nestes documentos, destacou reiteradas vezes o valor do canto para elevar o espírito de civismo. No relatório do segundo trimestre de 1939, escreve:

No relatório correspondente ao primeiro trimestre deste ano (1939) tive a honra de apresentar a Vossa Excelência, disse que esta Inspetoria havia assumido o compromisso de orientar o ensino do canto nas escolas e organizar os orfeões. (...) É outro trabalho que esta Inspetoria tomou ao seu encargo, visando fazer com que as bocas infantis vocalizem as impressões de sua alma, moldando-as dentro do mais elevado espírito de civismo.<sup>218</sup>

No terceiro relatório trimestral, ao manifestar seu empenho patriótico junto aos escolares através da música, declarou: “É visando a parte cívica do canto com os conhecimentos do espírito que ela encerra que estou procurando nortear o seu encaminhamento”<sup>219</sup>. Também no último relatório trimestral deste mesmo ano encontrou-se declaração similar: “encarregado como estou de incentivar o cultivo da música em nossas escolas, (...) fiz várias aulas para orientar o ensino da música e Canto Orfeônico para despertar

<sup>216</sup> Idem. Relatório, 3º trim., 1939. fl. 228, p.9.

<sup>217</sup> O primeiro parágrafo desse documento registra que este foi o 21º relatório enviado ao Ministro Capanema. Idem. Relatório, 1º trim., 1939. fl 164, p. 2.

<sup>218</sup> Idem. Relatório, 2º trim., 1939. fl. 199, p. 5. (ver anexo n. 7)

<sup>219</sup> Idem. Relatório, 3º trim., 1939. fl. 229, p 7.

o espírito cívico”<sup>220</sup>. Desde a primeira notificação do referido cargo, Areão já especificou claramente sua posição quanto à função que o Canto Orfeônico deveria desempenhar nas ações relacionadas com os imigrantes alemães. Suas palavras textuais foram:

Com o compromisso de orientar o ensino da música nos grupos escolares, visamos melhorar o cultivo dessa arte que até então não vinha merecendo o devido cuidado que lhe devia ser dispensado. Como fator de nacionalização, o Canto Orfeônico virá preencher uma falha existente no ensino, mormente nos meios influenciados pelo espírito germânico.<sup>221</sup>

A exposição das opiniões de Areão sobre o Canto Orfeônico no contexto da formação de uma nova cultura, utilizando a escola como centro propagador, revela seus sentimentos a respeito da importância que música conferia na consolidação, do espírito nacionalista e patriótico das novas gerações. Neste sentido, o pensamento de Areão se coaduna com os estudos de Haroche, nos quais enfatiza que a cultura, a literatura, e a música constituem o fundamento da sensibilidade nacional, representando um papel essencial na maneira de sentir.<sup>222</sup>

Sua paixão pela música pode ser percebida antes do período do Estado Novo. Há observações registradas nos relatórios da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas, a partir de 1934, que apontam a necessidade do ensino dos cantos cívico-patrióticos nas escolas catarinenses. Também algumas composições de cunho nacionalista de sua autoria, foram publicadas em 1936 e 1937, na Revista de Educação de Santa Catarina. Entre as músicas de sua autoria disponibilizadas nestes periódicos, encontram-se hinos de homenagem a vultos que colaboraram com o progresso do estado catarinense. Ele compôs um hino dedicado ao patrono catarinense “José Boiteux”<sup>223</sup> e outro oferecido em memória ao grande mentor da reorganização do ensino em Santa Catarina “Orestes Guimarães”.<sup>224</sup> Também compôs outras canções escolares de caráter cívico-patriótico<sup>225</sup>. As músicas compostas por Areão visavam acrescentar peças a um hinário escolar de Canto Orfeônico já existente, elaborado por Villalobos. Mais adiante se detalharão as ações do professor Areão como inspetor e seu esforço

<sup>220</sup> Idem. Relatório, 4º trim., 1939. fl. 287, p. 10 -11.

<sup>221</sup> Idem. Relatório, 1º trim., 1939. fl 167, p. 4.

<sup>222</sup> HAROCHE, Claudine. O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX. In: SEIXAS, J.A.; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (orgs.) Op. cit. p. 85.

<sup>223</sup> REVISTA DE EDUCAÇÃO. Órgão do Professorado Catarinense - Ano I - nº 1 (janeiro/fevereiro), 1936. Florianópolis. p. 28 (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.)

<sup>224</sup> REVISTA DE EDUCAÇÃO - nº 2. 1936, op. cit. p.19.

<sup>225</sup> (Ver anexo n. 15.)



em levar avante o projeto musical no qual acreditava. Pode-se dizer que ele foi uma das figuras notáveis no processo nacionalizador efetuado em território catarinense, enfatizando o poder do Canto Orfeônico. Suas ações direcionadas ao fortalecimento dessa modalidade musical foram intensas e os registros, inclusive fotográficos, são testemunhas desse empenho.

O forte entusiasmo com a homogeneização cultural, pode não ter sido causado unicamente pelo projeto de nacionalização implantado no Estado. Os registros históricos mostram que existia entre os Ramos e os Konder uma polarização política. Estas famílias eram inimigas políticas<sup>226</sup>. Esta situação pode ter sido uma das condições para o agravamento da repressão no processo nacionalizador. Talvez esta seja a ressalva que se deva fazer sobre o processo estadual em relação ao federal, quanto à posição do governo. Aparentemente aqui houve mais que uma acomodação de interesses entre intelectualidade e governo. Percebe-se que, já na primeira campanha de nacionalização, Vidal Ramos buscou fora de suas fronteiras nomes que pudessem realizar a tarefa pretendida e idealizada. Na segunda campanha, seu filho Nereu Ramos, interventor do Estado, contou com a colaboração dos educadores que receberam influência do pioneiro Orestes Guimarães. Por isso, para o grupo de educadores diretamente envolvido com as ações nacionalistas, preferi denominar de elite dirigente, já que era composto não apenas por intelectuais, no sentido adotado por essa pesquisa.

Importa mencionar que o mesmo espírito pragmático em relação à ditadura, que atuou entre a intelectualidade nacional pautou também as ações dessa elite dirigente em Santa Catarina. A intervenção de Nereu Ramos, ao mesmo tempo em que foi dura em relação aos imigrantes e opositores, apoiou o grupo que representava o pensamento cultural do regime. Nesse sentido seguia o procedimento do poder central em relação ao jogo de poder com o conjunto de forças existentes. Pode-se, entretanto, afirmar que o processo de nacionalização foi tão marcante quanto o verificado em território nacional. Talvez até mais intenso, em função da maior concentração de imigrantes em relação ao restante do país, surgindo maior empenho para a unificação do sentimento de amor à Pátria – a Pátria brasileira.

Na esfera nacional, entretanto, se faz necessário mencionar que este quadro de exaltação cívica, de busca das nossas raízes para a formação de uma identidade nacional, de culto às virtudes morais e de incentivo a uma produção intelectual dirigida, contrastava com a

---

<sup>226</sup> “A família Ramos pertencia a sociedade tradicional de Lages e os Konder representavam a nova sociedade, formada por imigrantes, em especial pelos alemães do Vale do Itajaí.” GERTZ, René Ernani. Apud, PEREIRA, Vera Bacha. Op. cit., p. 31.

liberação do jogo nos cassinos e com requintados shows de vedetes. O povo construía o progresso na ordem, e a elite divertia-se na noite. Por outro lado, nos subterrâneos do Estado Novo, ‘os inimigos do regime’ sofriam torturas e espancamentos<sup>227</sup>.

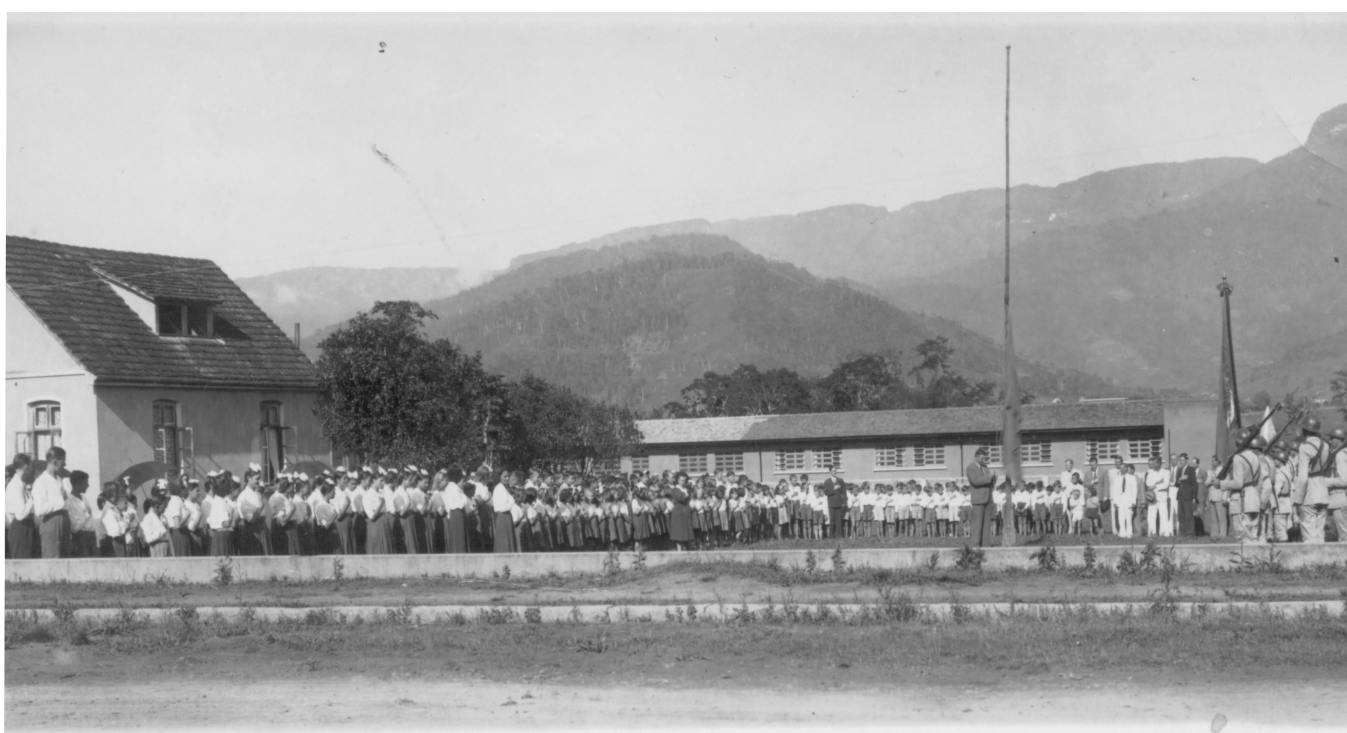
Foi por essa razão que o regime de Vargas direcionou mui fortemente suas ações, usando todos os artifícios e estratégias, no sentido de levar o imaginário popular a ver o Brasil Novo como um lugar onde todos igualmente lutavam pela grandeza da Pátria e para o progresso nacional. Apenas esse sentimento de pertencer a esse todo grandioso podia gerar um movimento popular coeso que minimizasse a resistência. O Canto Orfeônico desempenhou um papel de destaque na educação das massas, como parte desse conjunto de procedimentos estratégicos. Ao ser divulgado e imposto com o uso dos hinos pátrios e de exaltação à Pátria, propagava a educação de sentimentos cívicos e disciplina coletiva. Pode-se dizer que as eventuais dificuldades na aplicação dos princípios do Estado Novo foram minimizadas com auxílio do poder do canto. Foi o entoar de vozes juvenis encantando os pais e familiares, unido ao conjunto de cerimônias e desfiles aplaudidos pela população entusiasmada com a grandiosidade dessa Pátria, os possíveis elementos efetivos a serviço do regime vigente.

Durante os anos de vigência do Estado Novo, desenhou-se todo o arcabouço legal bem como o aparato de repressão a eventuais resistências à implantação do Canto Orfeônico em todo o sistema de ensino brasileiro. O que antes do período da ditadura era apenas um projeto de apoio pedagógico com fortes conotações cívicas, apoiado nos reconhecidos benefícios da música, tornou-se um projeto hegemônico cultural e um dos pilares do projeto de hegemonia política de Vargas. Pois, para fazer prosperar sua política nacionalista, deveria haver um ou mais elementos catalisadores do sentimento de pertencer a uma pátria, a brasileira, minimizando ou mesmo anulando sentimentos da diversidade cultural de qualquer outra ordem. O foco nas emoções, aparece nas ações do governo para lograr o êxito pretendido. A discussão apresentada nesse capítulo conduz à reflexão do quanto a estratégia do governo em utilizar a música, entre outros meios, foi efetiva. Pode-se afirmar que o poder do canto foi utilizado de forma proposital como o canto do poder.

---

<sup>227</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil Contemporâneo**. 2.ed. Porto Alegre: ed. Universitária, 1994. p. 52.

## 2. ESCOLA CATARINENSE, PALCO DE BRASILIDADE.



Comemoração do Dia da Independência – Rodeio – SC, 1943.<sup>228</sup>

O registro fotográfico acima permite uma aproximação das práticas do cotidiano escolar presentes nas décadas de 30 e 40. Cada detalhe observado nessa imagem está carregado de significações e representações da realidade, no sentido utilizado por Roger Chartier<sup>229</sup>. Essas práticas visavam tornar as datas cívicas uma atividade escolar, pois esses

---

<sup>228</sup> Acervo de Geraldino José Ochner. Imagem cedida à autora da pesquisa. Rodeio, 2006.

<sup>229</sup> “A representação é um produto, resultado de uma prática, historicamente produzida pelas práticas articuladas, (políticas, sociais, discursivas) que constroem suas figuras. Esta proposta deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido: é um produto cultural, resultado organizado de informações, julgamentos, atitudes de seu sujeito”. CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: DIFEL, 1990. p. 27.

eventos faziam parte de um movimento intencional orquestrado pela política do período, na direção da construção social, que valorizava certa cultura cívica.

Alguns protagonistas<sup>230</sup> que vivenciaram esta cerimônia cívica, ao observar esta imagem, reviveram o momento e com emoção relataram que um frenesi de entusiasmo pátrio permeava o ambiente quanto todos os presentes uniram suas vozes entoando o Hino à Bandeira. A posição corporal era simbólica de reverência, com a mão direita sobre o peito esquerdo, lado do coração, enquanto a bandeira nacional era hasteada pelo prefeito. Era sete de setembro de 1943, e a cidade de Rodeio também precisava estar unida nessa festa nacional. O prédio maior que se observa ao fundo é a parte principal das instalações do Grupo Escolar. Na casa à esquerda funcionou a primeira tipografia da cidade<sup>231</sup>. Toda comunidade se reuniu nessa ocasião, na praça em frente ao Grupo Escolar Osvaldo Cruz.

Esta escola foi inaugurada um ano antes dessa festa fotografada e apresentada na abertura dessa sessão. Ou seja, iniciou suas atividades acadêmicas no ano de 1942, sob a direção do professor Abelardo de Souza<sup>232</sup>. Esse professor é lembrado por Érico Moser como um professor dedicado, inteligente, e um grande músico. Ele lembra quando Abelardo, nos

---

<sup>230</sup> MOSER, Érico (80 anos) Entrevista concedida à autora desta pesquisa. Rodeio, 20/07/2006; Érico participou dessa cerimônia como aluno.

CANI, Iracema MOSER. (62 anos) Entrevista concedida à autora desta pesquisa. Rodeio, 20/07/2006. Também foi estudante desse Grupo Escolar. Hoje ocupa o cargo de Secretária de Cultura do município, e uma das pesquisadoras da cultura italiana.

MOSER, Cacilda Miranda (82 anos). Entrevista concedida à autora desta pesquisa. Florianópolis, 17/12/2006. Cacilda iniciou sua carreira como professora primária nesse Grupo Escolar no ano de 1943. É possível ver sua imagem, a extrema direita da professora Semíramis Duarte da Silva Bosco, diretora do grupo. Ambas estão posicionadas em frente ao pelotão das alunas, sendo a professora Cacilda a que está entre o pelotão das alunas da escola e as estudantes catequistas, que aparecem de boina branca, como parte do uniforme.

OCHNER, Geraldino José. (59 anos). Entrevista concedida à autora desta pesquisa. Rodeio, 20/07/2006. Geraldino é natural de Rodeio, atualmente exerce a função de editor gráfico e jornalista. Ele cedeu esta fotografia, que foi publicada no único jornal da cidade, "O Corujão", do qual é editor. Contribuiu para esta investigação com histórias sobre esse evento e possibilitou o contato com pessoas que vivenciaram as práticas do período do Estado Novo nessa região.

<sup>231</sup> Atualmente esta moradia pertence à professora Iracema MOSER Cani.

<sup>232</sup> Abelardo de Souza (1920-1986). Nasceu em Florianópolis, SC. Em 1937 completou seus estudos do Curso Normal Superior Vocacional, no Instituto de Educação Dias Velho, nessa cidade. Em 1940 foi para o interior iniciando sua carreira de professor na Escola Isolada Estadual da Velha Central, no município de Blumenau. Em 1942 assume a direção do recém inaugurado Grupo Escolar Osvaldo Cruz em Rodeio, SC. No ano de 1943 retorna a Blumenau e ocupa o cargo de diretor do Grupo Escolar Pedro II, no ano seguinte foi transferido para o Grupo escolar Luis Delfino desta mesma cidade. Estas foram suas funções educacionais durante o período do Estado Novo. Após essa época continuou no exercício do magistério, chegando a atuar como Inspetor Escolar, Diretor da Subdiretoria de Educação Musical, Diretor de Ensino (Antigo Departamento de Educação), Inspetor Geral do Ensino e Secretário do Governo Jorge Lacerda e de Heriberto Hülse. Neto de José Brasilício de Sousa, filho de Álvaro de Sousa, seguiu os passos de seus progenitores, como educador, músico e poeta. SOARES, Maura. **A Biblioteca e seus Patronos:** Francisco Barreiros Filho, Abelardo Sousa, Doralécio Soares: vida e obra. Florianópolis: Papa-Livro, 1999. 174p. p. 89; 98-100.

dias festivos, levava o piano para o para o pátio para acompanhar os alunos entoando as canções sobre as belezas da terra brasileira. A inauguração desse Grupo Escolar, como outros desse período, esteve intimamente ligada aos objetivos do Estado no processo nacionalizador. Esta ação não apenas proporcionou uma educação nacionalista, como também visou eliminar as escolas mantidas pelas comunidades de imigrantes.

É possível observar por meio desta imagem a união do Tiro de Guerra com os escolares formando um semicírculo em torno do símbolo nacional, que, claramente é o centro da atividade. Nota-se que os professores dão o exemplo com seu gesto corporal e atitude respeitosa, servindo de referencial aos alunos, posicionados à frente ao grupo. É perceptível que o batalhão do Tiro de Guerra postado ao lado direito em frente à bandeira nacional, não representa uma atitude coercitiva, antes, uma postura de integração. Um evento com tão forte característica nacionalista mobilizava diferentes segmentos sociais e políticos importantes. A presença da força militar, com suas armas ao ombro. A autoridade municipal, representada por seu líder máximo, o prefeito Silvio Scoz. Pessoas influentes da sociedade, como o médico da região. O vigário com a força da igreja e todo seu simbolismo. O delegado representando a lei e a ordem. Estes personagens foram identificados na foto por Érico, Geraldino e Iracema, como parte desse ato cívico memorável para a pequena Rodeio. Tantas personalidades juntas, o cuidadoso cerimonial e finalmente o prestígio dos próprios pais e demais moradores postados como espectadores em solene atitude respeitosa tinham um objetivo. Buscava-se registrar no imaginário do educando o simbolismo pretendido pelos mentores de tais eventos.

O modo de se posicionar no espaço físico, os gestos e a posição dos corpos segundo Claudine Haroche, está carregado de significados, indicando determinada ordem, ou hierarquia de forma a identificar a precedência do indivíduo dentro do quadro político definido pelo regime<sup>233</sup>. Para a autora o poder se instala, exteriorizando-se, inscrevendo-se no corpo e na psique dos governados. O objetivo desta ação simbólica, durante o Estado Novo era imprimir respeito à Pátria, à comunidade presente representando a nação brasileira, da qual o aluno era parte integrante. A impressão que permanecia no estudante, era marcada por

---

<sup>233</sup> “Os corpos coletivos ou não, são governados pela noção de ordem, que define ao mesmo tempo uma hierarquia e suas leis. A ordem inscreve-se assim nos corpos e entre os corpos. (...) A posição, o lugar que cada um ocupa no sentido simbólico e também literal do termo são governados por regras, protocolos em particular: Há um uso político de repartição dos corpos no espaço, da distancia ou, ao contrário, da proximidade entre homens. Em uma ordem hierárquica, tais comportamentos são institucionalizados segundo regras estritas de protocolo. Convém marcar assim uma posição, para manifestar sujeição”. HAROCHE, Claudine. **Da Palavra ao Gesto**. Campinas, SP: Papirus. 1998. p.83 - 84.

essas imagens cuidadosamente planejadas e executadas em cada data cívica. O local escolhido era o próprio pátio da escola, quando o lugar comportava, ou muito próximo a ela, como na foto acima<sup>234</sup>. O conjunto que formava o todo desses eventos induzia os educandos e a população em geral à formação de um sentimento de brasilidade que de outra maneira seria difícil conseguir.

Barthes se refere à fotografia como um objeto real, que não pode ser contestado quanto a sua existência. Pode se dizer que ela possui uma condição imutável, intrinsecamente ligada a sua natureza. Nesse caso, se torna a referência testemunhal de um ‘aconteceu assim’<sup>235</sup>. Apesar disso, não pode ser considerada algo estático, por estar sujeita a diferentes interpretações e interações. Portanto, a expressão fotográfica não é a reprodução fiel da realidade, mas uma mediação inserida num contexto que dialoga com a memória. Le Goff considera a fotografia como um aporte significativo para a memória, capaz de revolucioná-la, multiplicá-la e democratizá-la<sup>236</sup>. Esse e outros momentos, captados pelos mais diferentes tipos de lentes e olhares, fixaram os instantes congelados do tempo como únicos e peculiares. Tais registros de memória são verdadeiros baús de riquezas de múltiplas leituras. Explicações e interpretações acerca do passado têm levado a pesquisa histórica a se interessar por questões a respeito das diferentes realidades. Por mais ricas e complexas que possam ser, apresentam de modo consciente, um olhar que conduz a uma aproximação fragmentada dessa realidade, o que impossibilita ao historiador trabalhar na clave de certezas complexas e universais.

A imagem fotográfica exposta na abertura deste capítulo remete à lembrança de práticas nacionalistas intensificadas nas escolas por meio de Decretos e Leis, durante o período do Estado Novo em Santa Catarina. Época em que as escolas se tornaram alvo de políticas nacionalizadoras, desencadeadas principalmente a partir de 1938, concentradas prioritariamente em regiões onde residiam muitos imigrantes. Parece ter sido o consenso entre

---

<sup>234</sup> As grandes festas cívicas, segundo os depoentes: Geraldino, Érico, Iracema e Cacilda, aconteciam na praça principal (atual praça dos pracinhas) da cidade de Rodeio, em frente à escola, porque era um local que comportava a comunidade de toda a cidade. As cerimônias semanais, realizadas aos sábados, eram efetuadas no próprio pátio da escola. Muitas vezes o piano era levado para o pátio, para acompanhar as músicas entoadas pelo coro orfeônico da escola.

<sup>235</sup> BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**: notas sobre a fotografia. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1984, p. 26.

<sup>236</sup> Entre as manifestações importantes ou significativas da memória coletiva, encontra-se o aparecimento de dois fenômenos, (no final do século XIX e no início do século XX). O primeiro é a construção de monumentos (...) O segundo é a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e a democratiza. Dá-lhe uma precisão e uma verdade visual nunca antes atingida, permitindo, assim, guardar a memória do tempo e da evolução cronológica. LE GOFF, Jacques. 2005, op. cit. p. 460.

os líderes da educação e demais políticos dirigentes, que a escola poderia ser o lugar adequado para concretizar os dispositivos normatizadores e consolidar um projeto de regeneração social. Portanto, cabia ao Estado a construção da Nação que significava, sobretudo, dizer ao povo quem era ele. Isto é, formá-lo, incorporando-o à realidade nacional, identificando-o com a imagem do cidadão trabalhador. Por fim, provendo-lhe a educação através do ensino da língua portuguesa e da cultura lusitana herdada de Portugal. A constituição da nacionalidade deveria ser a culminação de toda a ação pedagógica do Ministério de Educação e Cultura. Segundo Schwartzman esta ação compreendia três aspectos

- a. O estabelecimento de um “conteúdo nacional” para a educação transmitida nas escolas ou em outros instrumentos de formação cultural. Este conteúdo incorporou certos aspectos do modernismo relacionados ao ufanismo, ao verde amarelismo, a história mitificada dos heróis e das instituições nacionais, bem como o culto às autoridades;
- b. Padronização do ensino em todo o país;
- c. Erradicação das minorias étnicas, lingüísticas e culturais, cuja assimilação passou a ser vista como questão de segurança nacional.<sup>237</sup>

A assimilação das minorias, que é o terceiro aspecto, se referia às populações imigrantes que aportaram no Brasil nas décadas que precederam o Estado Novo. Nacionalistas como Silvio Romero e Afrânio Peixoto, já chamavam atenção para o descaso e o abandono cultural desse grupo de pessoas. Diziam que o governo brasileiro deixava as colônias de imigrantes relegadas à própria sorte no que tange à organização do ensino e de sua vida cultural, a ponto de alguns governos estrangeiros mandarem livros para alfabetização dos seus nacionais que viviam no Brasil. Sobre esta situação, Afrânio Peixoto em 1917 demonstrava preocupação: “Vivemos um século a discutir o direito de a União intervir nas províncias e nos estados, melindrosos de sua autonomia, e não temos brios nem melindres de soberania para impedir que países estrangeiros, em nosso território, transformem em nacionais os nossos patrícios”<sup>238</sup>.

Essa preocupação avolumou-se e na década de 30. Os dirigentes catarinenses assumiram que o problema da assimilação cultural via educação não havia sido resolvido, devido à flexibilidade das leis anteriores. Para Ivo D’Aquino, houve “concepções errôneas e

<sup>237</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. (orgs.). Op. cit. p. 158 -159.

<sup>238</sup> PEIXOTO, Afrânio. “Memória em Cem anos de ensino primário”. Livro do Centenário da Câmara dos Deputados, p.497. Apud. SCHWARTZMAN, Simon; Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. (orgs.). Op. cit. p.90.

até certo ponto ingênuas impediram a resolução do problema da nacionalização”<sup>239</sup>. A partir da Constituição de 10 de Novembro de 1937, com a instalação do Estado Novo, o trabalho para resolver o problema da nacionalização do ensino se intensificou. Santa Catarina foi considerado o Estado “com o problema de caráter mais alarmante devido à grande concentração de imigrantes, principalmente de origem germânica”<sup>240</sup>. Portanto, para a liderança política, este era o momento propício para a aplicação de normas firmes.

A segunda campanha de nacionalização encontrou no regime ditatorial, o clima adequado para leis mais severas, impondo assim, uma assimilação coerciva e imediata. Não era possível manter o princípio de liberdade de ensino, enquanto as escolas desintegradas do sentimento nacional estivessem agindo contra a comunidade moral e política da nação. Por isso, as escolas das zonas de imigração estrangeira tornaram-se novamente o foco das ações. Essa campanha da nacionalização do ensino atingiu seu auge em 1942, ano em que as reformas educacionais, promovidas pelo então Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, ganharam maior vigor<sup>241</sup>. Findou suas atividades por volta do ano de 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial e foi referenciada como ação do poder público de importância singular para a construção do sentimento de brasilidade e consolidação de noções de trabalho nos indivíduos.

Foi com essa motivação que Nereu Ramos, interventor federal do Estado de Santa Catarina, investiu com veemência nesse segundo projeto de nacionalização do sistema escolar. Ele concretizou uma série de medidas como a proibição do uso da língua estrangeira nas instituições educativas e a criação da Superintendência Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino. As diversas ações enfocadas na educação foram levadas a cabo pela homologação do Decreto-Lei nº. 88 de 31 de março de 1938, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, em 02 de abril do mesmo ano. Composto de vinte e sete artigos estabelecia normas relativas ao ensino primário impondo-lhe um rígido controle. Na

---

<sup>239</sup> D’AQUINO, Ivo. 1942, op. cit. p. 27.

<sup>240</sup> “Quando se deu o advento do Estado Novo, com a decretação da constituição de 10 de Novembro de 1937, a situação político-social dos núcleos de descendência germânica e italiana podia resumir-se assim: Gerações adultas educadas por largos anos em ambiente totalmente indiferente, e muitas vezes hostil, a qualquer tentativa que lhes contrariasse os hábitos e sentimentos sociais, às quais era impossível reeducar. Gerações novas em idade escolar, descendentes de alienígenas, às quais cumpria educar nos sentimentos brasileiros, subtraindo-os às influências dos elementos interessados em desnacionalizá-las. Não havia mais hesitar, para o início da obra de nacionalização do ensino.”. OLIVEIRA, Carlos Gomes. Op. cit. p. 43.

<sup>241</sup> Ver LUNA, José Marcelo Freitas de. A política governamental para o ensino de Português a imigrantes alemães no Brasil: geradora e destruidora da experiência da escola teuto-brasileira. **Revista da ANPOLL** 8. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000. p.59-86.



exposição de motivos para a execução deste dispositivo legal, o interventor Nereu Ramos deixa claro que é direito do Estado orientar, dirigir e tutelar a formação moral e cívica dos nascidos no Brasil.<sup>242</sup>

Essa legislação impunha várias condições, inclusive para a contratação de professores e dirigentes dos estabelecimentos de ensino particular que desejassem obter a licença obrigatória de funcionamento. O segundo artigo prescrevia que “Nenhum estabelecimento particular de ensino primário poderá funcionar, no Estado, sem prévia licença da Secretaria do Interior e Justiça”. A concessão dessa licença dependia de um requerimento que, de acordo com o artigo quarto, devia ser acompanhado de documentos como: prova de que o diretor ou responsável, e os demais professores são brasileiros natos ou naturalizados; prova de serem os professores diplomados por estabelecimentos de ensino oficialmente reconhecido; declaração expressa do responsável de que o estabelecimento não seria mantido nem subvencionado por instituição ou governo estrangeiro. O Decreto previa ainda a proibição do uso de língua estrangeira nos estabelecimentos particulares de ensino primário e que todas as aulas precisavam ser dadas em português, com exceção do ensino de idioma estrangeiro.

Portanto houve uma rigorosa fiscalização sobre a organização e funcionamento das escolas para que se efetivasse a execução destes Decretos e Leis do ensino. A campanha nacionalizadora estabeleceu-se em todo o ambiente escolar, desde as salas de aula, recreio e qualquer atividade extra-classe, visando intervir na prática cotidiana do professor junto aos alunos. Para concretização desses propósitos governamentais, foi necessário o acompanhamento constante deste plano pelos inspetores escolares. Repousava sobre eles o poder da ação, ou seja, a aplicação e fiscalização do cumprimento das leis estabelecidas. Os inspetores cuidavam da parte burocrática com a eficiência esperada; mais que isto, eles verificavam *in loco* o trabalho realizado pelos professores. Este trabalho minucioso está registrado nos relatórios da Inspeção, tanto Federal como Estadual.

Nessa tarefa estiveram associadas as Secretarias de Educação e as forças policiais. Há afirmações de parlamentares da época que indicam a união destes órgãos para a efetivação da nacionalização em relação aos estrangeiros. Eric Hobsbawm chama a atenção para o depoimento do militar Cordeiro de Farias, feito na época: “Todos os documentos que tenho

---

<sup>242</sup> No texto introdutório do Decreto-Lei n. 88, consta a justificativa exposta por Nereu Ramos para a execução destas medidas. Coletâneas e Circulares. Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1930-1941. Secretaria de Justiça, Educação e Saúde. Departamento de Educação. Florianópolis, 1942. p. 93 - 95. APESC. (Ver anexo n. 4)

hoje foram apanhados pela polícia, a quem cabiam as ações mais violentas de prisão e apreensão de documentos. Eram ações complementares à política de nacionalização e de mudança de mentalidade realizada pela Secretaria de Educação”<sup>243</sup>. Declarações, depoimentos, análises e avaliações dos dirigentes da nação, indicam como ponto de chegada para a solução do problema, as seguintes ações: urgente reformulação da organização do ensino primário, oficialização das escolas primárias, criação de escolas nacionais. Enfim, uma investida agressiva para sustar o “progresso” dos núcleos de colonização. Assim, entre 1938 e 1939 foram tomadas a maior parte das medidas mais drásticas relativas à proibição da iniciativa estrangeira na área educacional das zonas de colonização.

Se por um lado o Estado controlava rigidamente suas próprias instituições e os diretores e professores brasileiros, por outro, agiu de forma sutil, mas bem definida no sentido de eliminar as escolas particulares estrangeiras, seus professores e diretores imigrantes. Esta tática exercida por meio de Decreto, não obrigava o fechamento destas escolas, mas estabelecia condições tais que as induzia a isso. No ano 1938, quarenta e oito solicitações de licença de escolas particulares foram indeferidas pela Secretaria do Interior e Justiça. Dezenas de outras sequer chegaram a formular seu pedido<sup>244</sup>, sendo assim, impedidas de iniciar ou continuar suas atividades. A legislação exigiu a adoção de livros oficialmente aprovados, ensaio e canto de hinos oficiais, realização de homenagens á bandeira, organização de biblioteca com obras nacionais. Esse interesse na inclusão dos hinos cívicos se devia ao interesse do poder dominante em usar a força inerente da música no processo nacionalizador.

A força da lei determinou “a obrigatoriedade do uso da língua vernácula<sup>245</sup>” em tudo que se relacionasse com o ensino. No trato com os professores e alunos, ou destes entre si, dentro e fora da sala de aula, enfim em todo o ambiente escolar. Porém, o inspetor Federal das Escolas subvencionadas, percebia que não era suficiente ler, escrever e falar o português, “seria necessário que a escola ensinasse a criança a gostar, a ‘sentir o Brasil’. Mas como uma criança ‘sentiria o Brasil’, em um ambiente não nacionalizado?”<sup>246</sup> Com esse argumento, Areão defendeu a importância das canções nacionalistas, pois dizia que “a música que grupa

---

<sup>243</sup> HOBBSAWMN, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 169.

<sup>244</sup> MONTEIRO, Jaecyr. Op.cit. p. 62.

<sup>245</sup> Decreto-Lei Federal n. 406 de 04/05/1938, Art 85, 2º & proibiu o ensino do idioma estrangeiro nas escolas rurais a menores de 14 anos. O Decreto Federal n. 3010 de 20/08/1938, considerou para seus efeitos zona rural toda porção do território nacional, o território não compreendida pelos limites do Distrito Federal, das capitais dos Estados e dos portos de entrada de estrangeiros.

<sup>246</sup> AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório, 4º trim. 1939.

todos os afetos da alma”<sup>247</sup>. Portanto, esse elemento como linguagem dos sentidos, ao ser praticado nas salas de aula, com letras apropriadas, poderia ser a solução para conduzir os estudantes imigrantes ou descentes, a sentirem-se brasileiros. Mas, essa tarefa só teria o alcance pretendido, se ensinada por professores brasileiros natos.

Esse Inspetor Federal, antes mesmo do Decreto Estadual n. 88, já havia colocado o Ministro da Educação a par da necessidade “de contribuir com todas as forças para que a nacionalização dos elementos estrangeiros ou estrangeirados seja um fato”. Seus comentários eram contundentes a respeito da nacionalização e às vezes soavam como uma velada acusação, como quando relatou: “Para mim, é o problema que deve preocupar bastante a atenção dos que assumiram a responsabilidade de sanar os males legados pelos nossos antepassados, isto é, o de ter negligenciado assistência escolar aos filhos dos imigrantes”<sup>248</sup>.

Através do Decreto-Lei n. 88, o interventor Nereu Ramos resolveu em parte o problema da nacionalização do ensino. Isto porque muitos estrangeiros não matricularam seus filhos nas escolas oficiais do Estado<sup>249</sup>. Para solucionar o problema dessa resistência passiva, e tornar possível aos estrangeiros à assimilação cultural, esse estadista instituiu a obrigatoriedade da frequência das crianças, às escolas instaladas pelo Estado. No ano 1939, foi criado um atestado de “quitação escolar”<sup>250</sup>, que permitia à população catarinense exercer seu direito de cidadania. Com esse documento o cidadão poderia ser admitido ou promovido em serviço público, ter contrato com o Estado ou receber dinheiro público. Portanto, todos deveriam obter junto à escola mais próxima de sua residência, esse comprovante de que suas crianças freqüentavam a escola brasileira. Mesmo assim, a complexidade do problema da nacionalização do ensino não foi resolvida. “Não depende somente das medidas legais decretadas, mas da força dinâmica para executá-las. Houve pais que resistiram em mandar seus filhos à instituição educativa do governo, e mantiveram escolas clandestinas”<sup>251</sup>.

Os diretores de grupos escolares e os professores das escolas isoladas passaram a visitar as casas dos imigrantes em busca de alunos. Esses educadores precisavam enviar ao

---

<sup>247</sup> Ibid.

<sup>248</sup> Idem. Relatório, 1º trim., 1934.

<sup>249</sup> D’AQUINO, Ivo. 1942, op. cit. p.51.

<sup>250</sup> Decreto-Lei n.301 de 24/02/39 estabelece normas para a obrigatoriedade do ensino primário e constitui a quitação escolar e cria registro do senso escolar. COLETÂNEAS E CIRCULARES. 1942, op. cit. p. 95.

<sup>251</sup> D’AQUINO, Ivo. 1942, op. cit. p. 56.

inspetor, os nomes dos pais que não enviavam seus filhos à escola oficial. A professora Isabel Lins conta que “às vezes ia à casa dos alunos para resgatá-los para freqüentar a escola. (chora emocionada) *Que missão! Era um trabalho lindo!*”<sup>252</sup> Muitas foram estabelecidas para os que ministrassem ensino primário ou pré-primário individual ou a domicílio. Qualquer pessoa que cedesse sua residência para este fim ficaria sujeita a mesma penalidade.<sup>253</sup> Mais uma vez se confirma a estratégia de tornar a escola o espaço nacionalista por excelência. Estando na escola o educando não teria como esquivar-se à educação que os despertaria a cultura cívica pretendida. Na ótica dos dirigentes, as atividades curriculares colaborariam para a apreensão das qualidades morais, intelectuais e disciplinamento necessário à formação do cidadão brasileiro.

O Hino Nacional e os cantos patrióticos faziam parte do cotidiano escolar e de todo e qualquer cerimonial cívico. Além da preocupação com os aspectos intelectuais, morais e desenvolvimento das sensibilidades do ser humano, a música foi usada como instrumento de imposição de brasilidade sobre os estrangeiros, juntamente com o culto à bandeira nacional. A prática dos cantos cívicos nas escolas foi estabelecida e divulgada, com apoio incondicional do Decreto-Lei 88. Ele aponta no artigo 7º, parágrafos cinco e seis, a obrigatoriedade de ensaiar e cantar os hinos pátrios. O artigo 17º, primeiro parágrafo, determina que um dos motivos para exoneração do diretor ou professor seria sua negligência quanto ao canto de hinos oficiais em todos os cursos, e ao ensino obrigatório de música, entre outros. A importância da música é notável; este artigo enfatiza a obrigatoriedade e seriedade quanto aos ensaios dos hinos oficiais, bem como sua explicação e interpretação. O mesmo Decreto, artigo 18º parágrafo seis, impõe o fechamento temporário do estabelecimento de ensino que não tomasse parte nas comemorações cívicas através de marchas e cânticos, tanto as promovidas na localidade, quanto aquelas de amplitude nacional, referentes aos dias de festas nacionais recomendadas pelo Departamento de Educação Estadual.

Também foi estabelecido um culto à Bandeira Nacional. Todo o sábado era obrigatório seu hasteamento com as homenagens conforme previsto no artigo 7º, parágrafo sexto. Esta prática envolvia recitar a oração à bandeira fornecida pelo Departamento de Educação, bem como entoar hinos cívicos e declamar poesias alusivas à Pátria. Portanto houve um cuidadoso trabalho de valorização dos símbolos pátrios, tornando-os um referencial

---

<sup>252</sup> LINS, Isabel da Silva. (81 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 13/12/2005.

<sup>253</sup> D’Aquino, Ivo. 1942, op. cit. p. 53.

de patriotismo e brasilidade. A eles se acrescentou o Canto Orfeônico, com suas características de disciplina e suas letras carregadas de exaltação à Pátria, aos valores morais, à natureza, bem como à figura do presidente. Quanto ao uso dos símbolos pátrios como forma de despertar atitudes de respeito e subordinação. Para Pierre Bourdieu as práticas cotidianas incorporam os símbolos como instrumentos de integração social e estes, favorecem a construção e instituição do real<sup>254</sup>. Ele define o símbolo como um campo de lutas “efetivamente reais”, lugar de construção do real e transformação da realidade<sup>255</sup>. Nesta mesma linha de argumentação Baczko mostra que através da apropriação e controle dos símbolos pode haver dominação<sup>256</sup>. Esta dominação se percebeu através das diversas medidas que favoreceram a imposição de Decretos-Leis, repressão e construção de sentimentos nacionalistas estimulados no cotidiano da comunidade escolar.

As medidas governamentais de nacionalização do ensino visavam principalmente as comunidades alemãs, por formarem quistos étnicos no país. Elas eram vistas sob o espectro do temor de que pudessem servir de base à penetração do *III Reich* em território nacional, devido ao clima político gerado pelos conflitos mundiais. A política de nacionalização do ensino atingiu de forma direta as escolas comunitárias, principalmente, as de origem étnica. Estes locais de ensino, geralmente, se fixavam nas colônias mais distantes onde o poder público não havia se preocupado com a construção destes estabelecimentos.

---

<sup>254</sup> “Os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação (...) eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição da integridade ‘moral’. BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2005. p. 10.

<sup>255</sup> “É preciso romper com o economismo – marxismo ou qualquer outro – que reduz o regionalismo à paixão, ou mesmo á patologia, porque, por não reconhecer a contribuição dada à construção do rela, ele não pode compreender a real contribuição que a transformação coletiva da representação coletiva dá à transformação da realidade. Mas sem esquecer com isso que há uma economia do simbólico que é irredutível à economia (em sentido restrito) e que as lutas simbólicas têm fundamentos e efeitos econômicos (em sentido restrito) efetivamente reais”. Sobre o poder simbólico como construção de um real Bourdieu diz: “O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo, supões aquilo a que Durkheim chama de *o conformismo lógico*, quer dizer: ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências’. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante, (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros) para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização das classes dominadas. Idem. p. 9 -10; 129.

<sup>256</sup> “Os dispositivos de repressão e os poderes constituídos os põem de pé (os símbolos), a fim de preservarem o lugar privilegiado que a si próprios se atribuem no campo simbólico. Provam se necessário for, o caráter decerto imaginário, mas de modo algum ilusório, dos bens assim protegidos, tais como os emblemas do poder, os monumentos erigidos em sua glória, o carisma do chefe”. BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social. Enciclopédia Einaudi*, V. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985 p. 299.

Contudo Schwartzman salienta que, por mais verdadeira que fosse a ameaça nazista no Brasil, seria ingênuo pensar que ela sozinha explica todo o sentido da repressão nacionalizadora que recaiu sobre os grupos estrangeiros naquele período. Por trás da conjuntura internacional, havia uma outra relativa à conjuntura interna da formação do Estado-Nação, e ao confronto entre a preservação de um grupo étnico emigrado frente às pressões homogeneizadoras do governo central<sup>257</sup>. A nacionalização do ensino mostra bem o conteúdo autoritário e excludente do projeto nacionalista depois de 1937. Avesso a qualquer manifestação pluralista e diversificada, o projeto partia do pressuposto de que antes de 30 não havia integração nacional e que nacionalizar era agregar o que estava descomposto. Este projeto nacionalista valorizava, em outras palavras, a uniformização, a padronização cultural e a eliminação de quaisquer formas de organização autônoma da sociedade que não fosse aquela de corporações rigorosamente perfiladas com o Estado. Observa-se, portanto, seu caráter excludente e repressor.<sup>258</sup>

A formação do Estado Nacional demandava ações que direcionassem à homogeneização cultural da língua, dos costumes e da ideologia. Buscava-se transformar a Nação num ‘todo orgânico’, uma entidade moral, política, social e econômica cujos fins se realizariam no Estado. Porém, percebe-se que quase toda a preocupação com a nacionalização foi concentrada nos núcleos de colonização estrangeira. Era o grupo alemão que mais se prestava a essa estigmatização, pela proximidade, sempre a ele associada, com o nazismo.

Houve consenso dos dirigentes catarinense no sentido de estabelecer uma unidade educativa no país, que firmasse a unidade espiritual, unidade de pensamento brasileiro. Através de um ensino comum a todos os brasileiros, colocou-se o público infantil desde cedo em contato com os sentimentos nacionalistas, impondo a língua portuguesa – o idioma tido como oficial da Nação<sup>259</sup>. As atividades escolares como a Liga Pró-língua Nacional<sup>260</sup>, clubes

---

<sup>257</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet,; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. (orgs.). Op. cit. p.170-172.

<sup>258</sup> Ibid. p.181.

<sup>259</sup> “Desde a constituição de 1934, se procurou dar forma legal as equações sociais da nação. E dentre estas de resolver o problema da unidade e da nacionalização do ensino. Deu competência à União para fixar o Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos comuns e especializados e coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do país. Entre outras medidas preceituou o ensino primário nos estabelecimentos particulares, no idioma pátrio. O Plano Geral de Educação foi responsável pela criação de um sistema educativo único e nacional.” D’AQUINO, Ivo. 1942, op. cit. p. 21.

<sup>260</sup> A liga Pró-língua Nacional foi criada com a finalidade de incentivar o uso da língua portuguesa. A posposta nasceu em 1915, pelo poeta Olavo Bilac, no momento dos embates de alinhamento na Primeira Guerra Mundial. Tinha por objetivo a ordem, o patriotismo, a instrução, o asseio. Um pouco esquecida, a Liga de Defesa Nacional

agrícolas<sup>261</sup>, comemorações cívicas, desfiles patrióticos e Canto Orfeônico, fizeram parte do currículo nacionalista, visando despertar o amor à pátria brasileira. O aprendizado dos hinos e canções patrióticas era efetivo e dinâmico. Esteve integrado em quase todas as programações curriculares. Também buscava auxiliar na aprendizagem de várias disciplinas como história e geografia do Brasil, ensino de educação cívica, português, ciências naturais, moral e até educação física<sup>262</sup>. As letras e melodias carregadas de conteúdos nacionalistas eram entoadas no ambiente escolar, com o objetivo de serem gravadas na mente infantil e levadas aos lares.

A escola transformou-se num palco de brasilidade através de um projeto específico de nacionalização, atuando de forma coerciva visando à assimilação cultural dos imigrantes a partir dos estabelecimentos de ensino primário. A padronização do ensino, com conteúdos nacionalistas para todos os cursos e outras atividades curriculares, foi determinada pelos sistemas federal e estadual de educação. Todo o esforço oficial materializado através dos Decretos e da normatização de procedimentos, denota a preocupação e o interesse do poder dominante em estabelecer uma estrutura legal eficiente para garantir a execução das atividades idealizadas. Além disso, percebe-se através dos documentos deste período, que a música ocupou um lugar preponderante na vida nacional. A música foi habilmente utilizada e organizadamente imposta via Canto Orfeônico, valendo-se do sistema educacional como seu veículo propagador. Desta forma a escola consagrou-se como local de cantos cívicos, visando construir o sentido de brasilidade no imaginário infantil.

---

ressurgiu na época da Segunda Guerra Mundial, com objetivo defender o país da “quinta-coluna”, estar ao lado dos aliados e revigorar o patriotismo. Em Florianópolis, capital do estado catarinense, o seu diretório foi instalado em julho de 1942, numa pomposa cerimônia, e com o costumeiro discurso proferido por Nereu Ramos, reproduzido em jornais do Estado e do País. As Ligas foram instaladas na maioria dos municípios catarinenses, principalmente nas escolas, e empenhavam-se na produção de espetáculos. Esse programa foi organizado com a colaboração dos alunos das classes mais adiantadas, sob a orientação de uma professora e o cargo de orientação geral foi confiado ao Inspetor Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino – professor Luis Sanches Bezerra da Trindade. “As crianças filiadas à liga, ficavam obrigadas a falar e a corrigir as faltas de seus colegas, quer na escola ou fora dela”. Mensalmente o Inspetor Trindade percorria as áreas onde eram desenvolvidos esses trabalhos, “fazia palestras exaltando o esforço dos componentes da Liga para manter acesa a chama do espírito nacional, primordial para a pátria em formação”. As atividades e funcionamento da liga serão comentados em outra sessão. Ver AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório, 1º trim., 1939. fl 175-177, p. ; Ver também seu Relatório do 4º. trim., 1939.

<sup>261</sup> “O Clube Agrícola era um trabalho realizado nas escolas brasileiras em todo o território nacional, tendo como patrono Alberto Torres. Em Santa Catarina o inspetor João dos Santos Areão foi escolhido para ser o delegado da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. Os clubes agrícolas através do plantio realizado pelos alunos, “favorecia a linguagem oral, porque através dos novos termos, as crianças enriqueciam o seu vocabulário, especialmente nas zonas rurais”. As crianças poderiam utilizar livros, folhetos, almanaques e revistas agrícolas. Os Clubes Agrícolas nas escolas tornavam-se um centro pedagógico em favor da brasilidade.” Idem. Relatório, 3º trim., 1938. fl. 165, p 10.

<sup>262</sup> A Revista de Educação informa sobre a importância das atividades físicas executadas com marchas e canções, como forma de motivação e disciplinamento. REVISTA DE EDUCAÇÃO - nº1. 1936, op. cit. p. 23.

## 2.1. ESCOLA, LOCAL DE CANTOS CÍVICOS.

Durante o Estado Novo o projeto do Canto Orfeônico, elaborado e defendido por Villa-Lobos, consagrou-se como um aspecto importante e necessário na educação de toda criança e juventude residente no Brasil. Wisnik aponta que a música foi tomada como elemento de contribuição efetiva para “reverter a rica e perigosa desordem do país-novo em ordem produtiva, calando a múltipla expressão das diferenças culturais numa cruzada monocórdica”<sup>263</sup>. Assim sendo, o governo teve interesse em fazer com que o canto nacionalista participasse do cotidiano popular, sobretudo infantil, para que através do contato com a arte se pudesse transformar e elevar o nível moral, espiritual, e, até mesmo físico da massa infanto-juvenil da nação.

Para instituir a obrigatoriedade do Canto Orfeônico, realizou-se uma vasta organização nas escolas para a efetiva execução desta prática no país. Desenhou-se o arcabouço legal, bem como o aparato de repressão a eventuais resistências à implantação do Canto Orfeônico em todo o sistema de ensino brasileiro. As justificativas encontradas para viabilização dessas práticas legais, basearam-se na capacidade pedagógica e educativa da música. Os hinos patrióticos e a música nacionalista, executados nos orfeões escolares, ocupariam uma parte importante no processo pedagógico do novo Estado Nacional, pois realizariam a tarefa de promoção do civismo e da disciplina coletiva.

O sentido disciplinador implícito no projeto para a oficialização do ensino do Canto Orfeônico nas escolas, interessava aos educadores e agentes políticos, uma vez que a música poderia trazer as massas à cena política onde os políticos assumiriam o papel de sepultar a República Velha, instaurando, no lugar desta, a República Nova (1930) e o Estado Novo (1937). Wisnik declara que, o Canto Orfeônico no Estado Novo se destinava a imprimir disciplina e civismo ao povo deseducado<sup>264</sup>. Tomando como ponto de partida o tom patriótico e hínico buscou-se a transformação do projeto musical através de um plano político-pedagógico, justamente onde interessava ao poder central, ou seja, na questão da autoridade e da disciplina.

---

<sup>263</sup> WISNIK, José Miguel. Getúlio da paixão Cearense. In: SQUEL, E.; WISNIK, J. M. (orgs.). Op. cit. p. 174.

<sup>264</sup> Ibid. p.173.



Villa-Lobos com apoio da elite dirigente, visava plasmar nos educadores brasileiros, o paradigma de que a boa música (a música nacionalista) seria um elemento poderoso para a formação do espírito e do caráter da criança. O Governo Federal, convencido deste meio nacionalizador chamou a atenção dos interventores e dos diretores de instrução dos estados para as vantagens da prática coletiva do Canto Orfeônico, que poderiam advir para a unidade nacional, calcada numa orientação didática e uniforme<sup>265</sup>. Com o estabelecimento do regime autoritário de Vargas, as atividades referentes ao Canto Orfeônico foram firmemente monitoradas, pois, a nacionalização da educação efetivou-se, implicando um profundo controle de todos os currículos, de todas as atividades em todas as escolas, nos recantos mais remotos do país. A escola nacionalizada e fiscalizada pelo governo seria a porta de entrada para a nacionalidade, para a homogeneidade nacional e controle de tendências exógenas que pudessem advir da multiculturalidade<sup>266</sup>. Tais preocupações, que não eram novas, encontraram no Estado Novo o campo fértil para prosperarem e se tornarem realidade.

Os dirigentes da educação do Estado de Santa Catarina, atendendo as orientações do Governo Federal, exerceram esse controle através da atuação dos Inspectores Escolares. Esta e outras atribuições dos inspetores escolares, foram decididas em uma reunião no ano 1937.<sup>267</sup> As medidas tomadas nessa comissão foram endossadas na nova legislação referente ao ensino primário, decretada em 1938 por Nereu Ramos.<sup>268</sup> Como parte do programa curricular nacionalizador, o Canto Orfeônico foi sistematizado, orientado e fiscalizado nas escolas catarinenses sob a coordenação do inspetor João dos Santos Areão. Com essa responsabilidade, teve autoridade de impor a prática do repertório nacionalista e impedir que as escolas estrangeiras entoassem outras canções que exaltassem sua pátria de origem inclusive o Hino Nacional alemão. Esta era uma de suas grandes preocupações, pois constatou que em áreas coloniais estrangeiras, os colonos cantavam as músicas de sua a terra de origem nas escolas particulares. Essa prática dificultava assimilar os sentimentos nacionalistas da pátria que os acolheu - o Brasil.<sup>269</sup>

---

<sup>265</sup> Ibid p. 182.

<sup>266</sup> Cf. ARAUJO, Maria Celina Soares D'. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000. p. 37.

<sup>267</sup> O diretor do Departamento de Educação Luiz Sanches Bezerra Trindade e o Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas convocaram a presença dos quinze inspetores escolares do estado catarinense, para debater suas atribuições escolares. AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório, 1º trim., 1937.

<sup>268</sup> Decreto-Lei nº. 88 art. 23º. (ver anexo n. 4)

<sup>269</sup> AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório, 1º trim., 1938.

A prática de cantar o hino da Alemanha, e o Hino Nacional brasileiro, está guardada na memória de muitos filhos de descendentes alemães, que tiveram esta experiência. O Sr. Ingo, filho de imigrante alemão, um dos depoentes colaboradores desta pesquisa, lembra claramente das aulas que freqüentou na escola alemã de Alto Benedito. Ele estudou até o quarto ano do ensino primário como aluno de seu pai, professor Guilherme, que ministrava as aulas em alemão, porque os alunos só sabiam falar esse idioma. Mas, o professor Guilherme ensinou seus alunos a cantarem o hino nacional brasileiro. Todas as semanas, conforme depoimento de Sr. Ingo, cantavam o Hino Nacional em obediência às leis do país tanto quanto o hino de sua pátria de origem. “*Nós cantávamos o Hino Nacional Brasileiro e também o hino da Alemanha*”<sup>270</sup>. O entrevistado freqüentou a escola na década de trinta, antes da implantação do Estado Novo.

Desde o ano 1936, o canto do Hino Nacional tornou-se obrigatório<sup>271</sup> nos estabelecimentos públicos e privados de ensino primário, normal, secundário e técnico-profissional e em todas as associações com finalidade educativa, em todo o país. Em termos de legislação, o ensino do Canto Orfeônico foi conquistando seu espaço nacionalmente desde a reforma de Francisco Campos, em 1931, quando incorporado ao currículo oficial do curso secundário. De acordo com essa reforma, o recém implantado programa de música e canto apresentava forte ênfase nacionalista, devendo “*inspirar o amor e orgulho pelo Brasil, forte e pacífico, e inculcar o desejo pela ação enérgica e constante em prol do engrandecimento nacional.*”<sup>272</sup>

Antes mesmo dessa medida nacional, já era costume nas escolas catarinenses, entoar com certa regularidade o Hino Nacional brasileiro. Neste Estado, as escolas regulamentaram a disciplina de Cantos Pátrios por determinação do Decreto Estadual nº. 58, promulgado dia 28 de janeiro de 1931. Essa normativa legal fixava e indicava o número de aulas semanais a serem dadas tanto para essa disciplina, como para português, história, geografia e educação cívica. Também proibiu às municipalidades subvencionar escolas que negligenciassem esse requisito do Decreto. O mesmo regulamento estabeleceu que as escolas que ministrassem uma ou mais disciplinas em língua estrangeira seria considerada escola estrangeira primária. O programa de ensino e horário das escolas estrangeiras deveria ser idêntico ao das escolas

---

<sup>270</sup> LUBITZ, Ingo. (82) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Rio do Sul, 18/11/2005.

<sup>271</sup> Lei nº. 259, decretada dia 01 de outubro de 1936. Coleção de leis do Brasil, Poder Legislativo, 1936. p. 173.

<sup>272</sup> Decreto-Lei nº. 19890, promulgado no dia 18 de abril de 1931.

oficiais do Estado, e também foi exigido que esses estabelecimentos de ensino usassem a língua portuguesa nos exercícios físicos e na escrituração da escola. Os diretores das escolas estrangeiras deveriam falar corretamente o português.<sup>273</sup>

Ivo D'Aquino, em 1942, fez uma análise do Decreto-Lei nº. 58 promulgado no ano 1931, pelo governo provisório, Plótomeu de Assis Brasil<sup>274</sup>. Embora o Decreto visasse regularizar o funcionamento das escolas de acordo com os objetivos nacionalistas, observaram-se várias falhas que causaram dificuldades para a concretização do processo nacionalizador no estado catarinense. D'Aquino identificou e denunciou a falta de unidade ocorrida na escola primária, como conseqüência de descuidos na elaboração e execução da referida medida legislativa. O então Secretário da Justiça, Educação e Saúde de Santa Catarina, também considerou um grave erro da legislação, “não ter coibido as músicas estrangeiras nos meios escolares”<sup>275</sup>. Os hinos pátrios ficaram contemplados no Artigo 2º do Decreto nº. 58, no entanto, a proibição das músicas estrangeiras foi esquecida. Essa atitude foi apontada por D'Aquino, como um descuido inconsciente do legislador. “Nem com o ambiente nacional da escola o legislador se preocupou; esquecido de que entregava gerações inteiras de crianças brasileiras para serem educadas por professores convictamente alheios aos sentimentos brasileiros”.<sup>276</sup>

Os relatórios do inspetor João dos Santos Areão, entre os anos de 1934 e 1938, também indicavam preocupações quanto à legislação vigente. No seu entender, esta parecia ineficiente para a concretização do processo de nacionalização do ensino. Ele não via justificativa para uma escola funcionar no território brasileiro, tendo professores estrangeiros, que conseqüentemente negligenciavam a pronúncia correta do português<sup>277</sup>. O currículo previa aulas da língua estrangeira com duração de quarenta minutos diários, assim sendo, Areão em suas visitas instruíu que tais aulas não ultrapassassem o horário estipulado e que as demais aulas fossem dadas exclusivamente na língua portuguesa. Incentivava o ensaio dos

---

<sup>273</sup> Decreto-Lei Estadual, N. 58. Florianópolis, 28/01/1931. (Ver anexo n.3)

<sup>274</sup> Interventor Federal do Estado de Santa Catarina. (1930-1932).

<sup>275</sup> “Disciplinas básicas para a formação social, política, cívica e moral da criança eram ministradas como assessórios do curso, e podiam ser ministrada tanto por brasileiro, como por estrangeiros. Diretor da escola podia ser estrangeiro, desde que falasse o português. As crianças eram obrigadas a aprender os cantos Pátrios, mas não estavam proibidas de cantar os hinos e canções estrangeiras, nem usar no curso a língua estrangeira”. D'AQUINO, Ivo. 1942, op. cit. p. 15 -16.

<sup>276</sup> Ibid. p.16.

<sup>277</sup> AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório, 1º trim., 1934.

hinos do hinário oficial que foram distribuídos para as escolas do Estado e recomendava para a leitura e linguagem oral os livros da Série Fonti, a começar com a Cartilha. Ele dizia que,

...se trabalhasse com abundantes exercícios de linguagem oral, assim em breve, as crianças estariam falando com desembaraço a nossa linguagem. Também os professores deveriam corrigir com brandura, mas com zelo e perseverança a pronúncia dos alunos, não só nas aulas de leitura e linguagem, mas toda a vez que se oferecer oportunidade.<sup>278</sup>

Nesse período, ainda não havia uma pessoa designada para orientar os cânticos patrióticos nas escolas do Estado. Mas, o Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, em suas visitas já instruída que o canto coletivo deveria ser trabalhado como fator de civismo e disciplinamento. Talvez, o fascínio deste educador pela música, possa ser atribuído aos seus conhecimentos musicais, sua formação pedagógica e a influência do seu antecessor e mestre Orestes Guimarães. No relatório do inspetor Areão enviado ao Ministro de Educação Gustavo Capanema, referente ao mês de outubro do ano 1934, aparecem comentários sobre o ‘hinário escolar’, que foi elaborado para as escolas subvencionadas. Ele descreveu a visita a várias escolas e suas ações diante do programa de nacionalização do ensino. Destacou a Escola Particular do Salto Weissbach. Elogiou a atuação dessa escola em relação às disciplinas de canto, geografia, história e educação cívica, embora tenha considerado a língua portuguesa deficiente. Ele notou que as crianças não pronunciavam fluentemente o idioma brasileiro, mas justificou esta falha argumentando que o professor era novato e ensinava bem os cantos cívicos. Ele descreveu que, “além dos hinos oficiais, os alunos entoaram uma série de canções nacionais, a duas e três vozes. Não é possível exigir melhores cantos, executados com verdadeira afinação e gosto”<sup>279</sup>.

A Escola Mista Pomerana recebeu semelhante comentário. Ele elogiou o bom conhecimento de todos os cantos oficiais por parte dos alunos, embora tenha considerado os alunos atrasados nas matérias do programa. Já ao visitar a Escola Municipal de Laranjeiras, ficou indignado com a negligência dos professores em relação aos cantos cívico-patrióticos. Areão verificou que as crianças conheciam apenas o Hino Nacional e da Bandeira, e não praticavam os cantos oficiais que foram distribuídos a todas as escolas do Estado.<sup>280</sup> Era seu desejo que as escolas cumprissem fielmente o seu papel nacionalizador. Exigia dos

---

<sup>278</sup> Ibid.

<sup>279</sup> Idem. Relatório, 3º trim., 1934. p. 15.

<sup>280</sup> Ibid. p. 14.

professores o ensino da língua vernácula e dos hinos oficiais. João dos Santos Areão encerrou este relatório mencionando que “através do canto seria possível levar às longínquas escolas espalhadas pelos sertões colonizados por alienígenas a palavra vivificadora da alma nacional”<sup>281</sup>. Esse educador parecia acreditar no valor educativo do canto associado aos programas escolares de cunho nacionalista.

Alguns dos entrevistados concluíram seus estudos na escola primária antes da instalação do Estado Novo, e se lembraram das canções praticadas no ambiente escolar. Isabel Lins, diz que na década de trinta já cantavam na escola, e este tempo foi anterior à guerra. Ela fala também do folheto com hinos que deviam aprender na escola: “*Os temas das canções que aprendemos, referiam-se ao descobrimento do Brasil, homenagem à natureza, música dos pássaros, canção do estudante*”<sup>282</sup>.

Os cantos cívico-patrióticos faziam parte do programa de ensino indicado no Decreto-lei nº. 58, de 1931. Até meados da década de 30, a normatização estabelecida no referido Decreto, foi considerada uma das mais severas e minuciosas. Mas, ao ser comparado com o Decreto-Lei nº. 88, de 31 de março 1938, baixado pelo Interventor Nereu Ramos foi tido como ineficiente e liberal. D’Aquino comentou que as ações permitidas pelo Decreto nº. 58, favoreceram o seguimento de duas linhas: escolas nacionais e estrangeiras, resultando no incentivo de diferenças raciais. Segundo o autor, “a convivência com a duplicidade de nacionalidade por meio de canções, brincadeiras e conversas em outro idioma na hora do recreio, na sala de aula, na rua, na igreja e no ambiente familiar dificultava a formação dos sentimentos de brasilidade”<sup>283</sup>.

Importa observar que tanto um Decreto como o outro se inserem no contexto do interesse do governo em influir no cotidiano escolar com objetivos bem definidos. Pode-se afirmar que uma das formas empregadas para modificar as práticas de conduta no ambiente escolar, foi justamente a imposição dos Decretos estadual e federal. Eles propiciaram a instrumentalidade necessária ao governo para agir de cima para baixo, de forma até truculenta, na busca de seus objetivos nacionalistas e homogeneizadores tanto dos alunos quanto dos pais através deles. Assim a força da lei era, na ótica do governo, a garantia de

---

<sup>281</sup> Ibid.

<sup>282</sup> LINS, Isabel da Silva. (81 anos.) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 06/12/2005.

<sup>283</sup> D’AQUINO, Ivo. 1942, op. cit. p. 17.

êxito na questão nacionalista, pois abria caminho para ações concretas legitimadas pela legislação.

A lei, segundo Hannah Arendt, só tem sentido através da ação humana, de manifestação no mundo das aparências por meio das palavras, atos e fatos do homem<sup>284</sup>. Portanto, à promulgação de uma lei devem seguir-se ações respaldadas por ela, num processo de auto-alimentação que também lhe confira autoridade. Foi justamente essa força da lei que tornou possível as ações do Interventor ao criar a Inspeção Geral de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, para que por sua vez tornassem efetivas e ágeis as medidas estabelecidas por estas mesmas leis federais e Decretos estaduais relativos à orientação e fiscalização das escolas. Essa nova Inspeção foi confiada ao professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade<sup>285</sup>. Ela veio unir forças aos trabalhos de nacionalização da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas, dirigida por Areão. Sob a supervisão de Trindade, houve uma ação constante e incansável dos inspetores escolares, seguindo rigorosamente o que a lei determinou. Para Arendt, “o burocrata em geral se apega às normas não como orientação, mas como dogmas inquestionáveis e pré-fixados de conduta”<sup>286</sup>. Esses inspetores estiveram atentos às áreas de colonização estrangeira visando sanar o problema de nacionalização do ensino.

Inspetor Federal João dos Santos Areão em alguns relatórios dirigidos a Gustavo Capanema descreveu várias irregularidades frente ao projeto nacionalizador do Estado Novo e comentou de sua dedicação para alcançar os objetivos do Estado. Em uma de suas visitas a um colégio particular de Timbó, no primeiro trimestre de 1938, Areão notou que o corpo docente daquele colégio não podia merecer a confiança do Estado. Indignado denunciou que os professores desse colégio cultuavam a língua alemã e desconsideravam a língua brasileira. Assim concluiu, porque os alunos compreendiam o português, mas não tinham a pronúncia correta. Também identificou que os professores e alunos daquele colégio consideravam o

---

<sup>284</sup> ADEODATO, João Maurício. O Problema da legitimidade: No rastro do pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1989. p. 184 -185.

<sup>285</sup> O professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade passou a comandar a Inspeção Geral de Escolas particulares e nacionalização do Ensino, determinado Decreto nº. 124 de 18 de junho de 1938. O artigo 2º deste Decreto aponta as atribuições do Inspetor Geral, e são: Efetuar com auxílio dos inspetores escolares, diretores e docentes, zelando pelo fiel cumprimento das leis estaduais, referentes ao ensino; tornar efetivas as exigências do Decreto-lei nº. 88 e das leis federais, no tocante a nacionalização do ensino e propor aos órgãos superiores as medidas que para este fim julgar necessárias, especialmente, quanto ao afastamento de professores e interdição de estabelecimentos escolares'. Coleção de Decretos-Leis de 1938. Florianópolis. Imprensa Oficial, 1938. p. 64.

<sup>286</sup> ADEODATO, João Maurício. Loc. cit.

Brasil como segunda pátria, pois entoavam o hino alemão após o Hino Nacional brasileiro. Observou ainda a propaganda de ideologia estrangeira. Enfim, relatou diversas falhas e disse que estas não mais se repetiriam, graças às leis em vigor, que corrigiriam aquelas distorções. Areão descreve assim seu parecer:

Em qualquer escola de lugar onde predomina o elemento germânico observa-se respeito religioso a coisas e a personagens da Alemanha, sobressaindo-se a do ditador daquele país, enquanto que de brasileiro encontram-se apenas algumas apagadas gentilezas, ou absolutamente nada. Fazem que nossos pequenos patrícios se interessem mais pelas coisas da Alemanha que pelas de nossa pátria, os **cantos escolares** e de esportismo feitos em alemão, (...) e o ensino de história da Alemanha feito com clareza e concisão, como propaganda organizada especialmente para as crianças alemãs que residem no estrangeiro.<sup>287</sup> (grifo meu)

Areão considerou tais atitudes praticadas nesse colégio e outros que mantinham educação similar, como “infiltração nazista nas escolas”<sup>288</sup>. Afinado com a proposta do Interventor Nereu Ramos, Areão mostrou-se disposto a lutar em prol da nacionalização do ensino e combater este sério problema. Ele chamou a atenção para a utilidade da música como prática nacionalizadora, indicando o exemplo de países mais avançados como China e Japão. Fez elogios a esses países que obrigam as crianças a cantar pelo menos três hinos nacionais nas escolas, sob pena de castigos aos pais. Areão reafirmou: “nós descuidamos dessa forma nacionalizadora”<sup>289</sup>. Depois de reconhecer a falha de medidas anteriores, deixou transparecer seu entusiasmo diante da firme legislação recém adotada pelo Interventor Federal de Santa Catarina.

Medidas de puro caráter nacionalizador vêm o Sr. Dr. Interventor Nereu Ramos pondo em prática no Estado. Dentre estas medidas, destaco pelo cunho altamente patriótico, o Decreto-Lei nº. 88 de 31 de março do ano vigente. Diante desse movimento sem precedentes na vida administrativa do Estado visando, na forma definitiva, corrigir os erros de outrora. Consequentemente era esperada a cura maior dos males que vinham solapando o corpo de nossa Pátria<sup>290</sup>.

<sup>287</sup> AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório, 1º trim. 1938. fl. 8. p.5.

<sup>288</sup> “Merece referência especial a obra antipatriótica de certos elementos que se dedicam a desnacionalizar os pequenos patrícios das zonas coloniais alemãs, destacando-se, sobretudo a infiltração nazista nas escolas particulares mantidas pelas populações dessas mesmas zonas, custeadas ou auxiliadas pelo governo alemão, e que fazem propaganda da Alemanha através de seus cânticos e histórias de sua terra. As forças do governo e as forças armadas se harmonizaram no sentido de combater a praga que como planta daninha, visava a devastação do sentimento nacional com a formação de verdadeiros quistos difíceis de deliberar.” Ibid. Relatório 1º trim., 1938. fl. 9. p. 6.

<sup>289</sup> Ibid. fl. 06, p. 3

<sup>290</sup> Ibid. fl. 05, p. 2.

O movimento de nacionalização dirigido por Nereu Ramos foi considerado eficiente, pois interferiu na prática cotidiana de um grande número de imigrantes. Na busca por modificar comportamentos e sentimentos, procurou fechar as brechas jurídicas que anteriormente permitiam certa abertura. Carlos Gomes Oliveira<sup>291</sup> ao comentar sobre esta normativa governamental, afirmou que tal legislação “tocou de perto à própria defesa nacional, no sentido mais elevado, pois tinha por objeto resguardar as novas gerações brasileiras de toda e qualquer tutela hostil ou estranha aos sentimentos de brasilidade”. Jaecyr Monteiro, analisando a história da educação catarinense, considerou este Decreto como a mola propulsora da nova política de nacionalização posta em prática no estado catarinense<sup>292</sup>. A campanha nacionalizadora de Nereu Ramos alcançou não só as escolas particulares, mas diversos segmentos sociais, como família, igreja, associações esportivas e os demais espaços de lazer e trabalho dos colonos.

Segundo Areão, a prática do Canto Orfeônico contribuiria significativamente para penetrar nesses espaços. Ele dirigiu-se a Gustavo Capanema, ministro de educação com a categórica afirmação: “Ninguém hoje contesta o valor educativo do canto integrado nos programas das escolas. O canto forma cidadãos mais completos. Ao mesmo tempo em que, é um recreio para o espírito, o canto aprimora os sentimentos, descansa e instrui<sup>293</sup>”. Ele anunciava que o Canto Orfeônico poderia combater a invasão do espírito de germanidade<sup>294</sup>. Nesse sentido, as palavras da entrevistada Leonor Belz, de origem alemã estão em consonância com a afirmação de Areão. Ela lembra:

Quando fui para a escola eu não sabia falar nada o “brasileiro”. As canções me ajudaram a aprender o brasileiro. A professora ensinava o Hino Nacional, a canção das árvores, dos passarinhos, da primavera e do trabalho. É bom aprender a cuidar da natureza. Também cantava em casa as músicas que aprendia na escola. Eu cantava o dia todo. Minha mãe também foi aprendendo as músicas que falavam do Brasil de tanto me ouvir cantar<sup>295</sup>.

A música, mais especificamente o Canto Orfeônico, foi considerada como mediador estratégico na relação entre o Estado e as maiorias iletradas do País. “Lugar a ser ocupado

<sup>291</sup> OLIVEIRA, Carlos Gomes de. Op. cit. p. 49.

<sup>292</sup> MONTEIRO, Jaecyr. Op. cit. p. 60.

<sup>293</sup> AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório, 2º trim., 1939, fl 199. p. 6.

<sup>294</sup> Ibid.

<sup>295</sup> BELZ, Leonor. (74 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Rio do Sul, 04/02/2006.



pela prática disciplinadora cívico-artística do orfeão escolar”<sup>296</sup>. Assim sendo, quase que em um efeito cascata, ia infiltrando-se nas camadas mais resistentes dos imigrantes, através das inocentes vozes de seus descendentes. Além disso, carregava em si o mérito de minimizar quase por completo a resistência ao efeito a que se propunha. Era elogiosa a habilidade dos “estrangeirinhos” de cantar aquelas lindas melodias no idioma desconhecido em suas casas. Logo, vozes adultas estavam cantarolando louvores e exaltações à pátria que os havia acolhido, disseminando assim as sementes de um novo Brasil, impulsionado igualmente por nacionais e estrangeiros.

As afirmações de Areão dão conta ainda de outro valor dos cantos, pois além dos méritos já mencionados criavam um ambiente lúdico e positivo, evitando o brusco sentido do obrigatório, do exigido, para apresentar o caráter vibrante de uma comemoração agradável e desejável a que acorriam habitantes locais e estrangeiros, buscando cada qual um melhor lugar, uma visão mais privilegiada do *show* a ser apresentado. Por isso não havia evento cívico sem a participação de grupos orfeônicos, que entoavam diversas canções patrióticas. Fixavam nos alunos e na população valores e construía uma memória coletiva que de outra forma perderiam sua força e cairiam no olvido rapidamente. Mais ainda, quando se percebe que aquela era uma sociedade que não contava com os modernos meios de comunicação.

Nesse sentido importa lembrar as questões do imaginário social discutidas por Baczko. O autor fala que um poder simbólico necessita duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio.<sup>297</sup> Assim, os cantos nacionalistas entoados nos lares, poderiam ser apropriados pelo imaginário dos colonos, predispondo-os à lealdade aos princípios do Estado Novo. Areão anunciava que “através dos cantos os fatos interessantes da história brasileira poderiam ser realçados, as tradições seriam avivadas e se motivaria a criança a vibrar nas ocasiões em que se põem em destaque as coisas cívicas”<sup>298</sup>. Através desta afirmação nota-se o quanto ele considerava a música como um aliado indispensável no processo nacionalizador.

---

<sup>296</sup> WISNIK, José Miguel. Getúlio da paixão Cearense. In: SQUEL, E.; WISNIK, J. M. (orgs). Op. cit. p. 135.

<sup>297</sup> “Os dispositivos de repressão e os poderes constituídos os põem de pé (os símbolos), a fim de preservarem o lugar privilegiado que a si próprios se atribuem no campo simbólico. Provam, se necessário for, o caráter decerto imaginário, mas de modo algum ilusório, dos bens assim protegidos, tais como os emblemas do poder, os monumentos erigidos em sua glória e o carisma do chefe”. BACZKO, Bronislaw. Op. cit. p. 299.

<sup>298</sup> AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório, 2º trim., 1939, fl 201, p. 7.

Um povo que não canta é um povo talhado a desaparecer, visto estar sempre inundado de pessimismo e coberto de tristeza. (...) A graça que hoje temos no canto nacional, é bem uma demonstração da alma jovial de um povo que se evolui sem as peias que tolhem a manifestação do espírito, graças à índole, à grandeza d'alma, particulares à pátria em que vivemos, mercê de Deus.<sup>299</sup>

Foi com uma auto-motivação como essa que o inspetor federal se desdobrou na tarefa de vigiar e, ao mesmo tempo, motivar escolares, e docentes a fazerem do canto um instrumento de cultura e civismo. Antes mesmo de ser o guardião e orientador do Canto Orfeônico no Estado, suas ações davam conta de que era a pessoa talhada para a função. Isto notado por quem de direito, tornou realidade sua designação oficial para algo que na prática já estava realizando. Assim que o inspetor Areão acumulou a tarefa de orientar o Canto Orfeônico, percorreu vários estabelecimentos de ensino das cidades de Joinville, São Bento, Campo Alegre, Jaraguá, e Blumenau. Esteve em 91 salas de aulas, com o objetivo de ensinar na prática o processo do Canto Orfeônico a alunos e professores. Nessas escolas visitadas, além de 'orientar o ensino da música', buscou mostrar às crianças a necessidade de falar a língua nacional, dentro e fora dos limites escolares<sup>300</sup>. Suas visitas continuaram com tal intensidade que no terceiro trimestre já havia voltado às escolas anteriormente visitadas, e pode assistir a estréia do orfeão escolar de Joinville. Nas escolas de outras localidades continuou o trabalho de observar e ensinar como trabalhar com esta disciplina:

No decorrer deste trimestre visitei os seguintes estabelecimentos: em Palhoça: Professor Venceslau Bueno. São José: Francisco Tolentino; em Florianópolis: GE Lauro Muller, Silvio Amorim, Colégio Rio Branco; em Laguna: Jerônimo Coelho, Ana Gondin, Henrique Lage, Colégio Stela Maris; em Joinville: Conselheiro Mafra e Olavo Bilac; em Blumenau: Colégio Pedro II e Sagrada Família. Observei o encaminhamento do ensino, tanto no estabelecimento do Estado, como particular. **Também fiz várias aulas para orientar os cantos orfeônicos.** (...) Nos municípios de Blumenau e Joinville realizei várias aulas. Em Joinville, tive a oportunidade de *assistir a estréia do orfeão escolar*, bem como a inauguração da biblioteca infantil daquela cidade. Encarregado como estou de incentivar o cultivo da música em nossas escolas, foi com particular satisfação que observei como o senhor Diretor do grupo escolar Conselheiro Mafra se interessou por essa organização que vem dando demonstrações do seu valor. (...) Continuando a série de visitas a que me propus ainda este mês, pretendo percorrer um bom número de escolas, não só para observar o seu funcionamento, como para dar a orientação do ensino do Canto Orfeônico,

<sup>299</sup> Ibid.

<sup>300</sup> “Com a última viagem que fiz pelo interior do Estado, tive oportunidade de percorrer vários estabelecimentos de ensino e **expor o processo do Canto Orfeônico**, não teórica, mas praticamente. (...) Nesses estabelecimentos, não me limitei a orientar o ensino da música”. Idem. 1º trim., 1939. fl 168, p.5. (grifo meu)

por todos os meios de grande alcance educativo e nacionalizador.<sup>301</sup> (grifo meu)

No relatório do 4º trimestre de 1939, redigido no dia 15 de janeiro de 1940, relata o retorno a várias escolas bem como a implantação do programa em outras que não haviam sido visitadas anteriormente. Com o objetivo de encaminhar o Canto Orfeônico, ministrou várias aulas para orientar os cantos orfeônicos, bem como assistiu a diversas estréias dos grupos orfeônicos como resultado da implantação já realizada anteriormente.

Em São Francisco observamos o encaminhamento do ensino, tanto no estabelecimento do Estado, como particular. Fiz várias aulas para **orientar os cantos orfeônicos**. O colégio particular regido pelas Irmãs da Divina Providência deixou-nos uma ótima impressão do seu trabalho. Em Jaraguá percorremos todas as salas do grupo escolar Abdon Batista. É graças aos esforços, tanto da direção, como do corpo docente desse educandário, que a nacionalização do ensino vem se desenvolvendo, com a eficiência desejada. (...) Também assisti a estréia de grupos orfeônicos nesta cidade. (...) Em Salto Grande visitei o grupo escolar Santo Antônio, **e tive o prazer de ministrar aula para orientar o ensino da música e Canto Orfeônico**, e observar o serviço ali realizado no tocante à nacionalização. Embora o meio já fosse hostil à nacionalização, devido ao colégio particular que alimentou por muitos anos entre a população o espírito germano, não encontramos ali mais os entraves de outrora, estando o grupo escolar prestando um ótimo serviço a essa causa.<sup>302</sup> (grifo meu)

Reporta-se ainda o fato que em uma dessas viagens chegou a Rodeio onde se organizou um *pic-nic* para todos os alunos e professores. Era um momento de alegria e confraternização típicos do modo como Areão julgava que deveriam ser a vida das crianças e sua vivência escolar. Mas a parte mais significativa foi contada por Cacilda Moser com muita emoção e nostalgia, quando lembra que em meio ao *pic-nic*, o professor Areão reuniu o grupo para cantar.<sup>303</sup> A nova canção aprendida naquele passeio escolar, intitulava-se “Patriotismo da Vovó”. A letra da primeira frase da música, já provoca sentimentos nostálgicos e saudosistas, pois assim começa: “quando estamos no campo em repouso, recordamos as lindas histórias que vovó contava do Brasil, seus heróis, suas glórias”. Também cantaram outra canção que já haviam estudado na sala de aula, intitulada “Eco”. Ambas as canções são de autoria do próprio inspetor Areão<sup>304</sup>.

<sup>301</sup> AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório, 3º trim., 1939. fls. 257, 258, p. 33-34.

<sup>302</sup> Ibid. Relatório, 4º trim., 1939. fls. 287; 288; 291, p. 9 - 13.

<sup>303</sup> MOSER, Cacilda Miranda. (82 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 15/11/2006.

<sup>304</sup> As músicas pertencem ao acervo de Sueli de Sousa Septiba. (ver anexo 15)

Figura 2.

Pic-nic do Grupo Escolar Osvaldo Cruz – Rodeio- SC, 1943.<sup>305</sup>

A professora Cacilda guarda carinhosamente estas fotografias. Ela cantou enquanto observava esses retratos. A entrevistada ainda se lembra das palavras e da melodia, com uma nitidez surpreendente. Foi com muita facilidade que as palavras das canções saíram de seus lábios, tornando os fatos tão vívidos, que ela dizia sentir-se naquele momento.

Figura 3.

Alunos cantam no pic-nic sob regência de Areão – Rodeio – SC, 1943.<sup>306</sup>

<sup>305</sup> Acervo de Cacilda Miranda MOSER. Imagem cedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 2007.

Esses retratos antigos permitem notar que houve certo empenho para moldar sentimentos e condutas. Inclusive espaços sociais e recreativos foram utilizados para imprimir o sentimento de brasilidade através dos cânticos, assim todos participavam igualmente. Na imagem fotográfica acima, percebe-se que os docentes e discentes estão posicionados para cantar canções de cunho cívico, mesmo em um ambiente recreativo. Todos estavam em pé, olhares atentos ao regente, indicando uma postura física adequada às normas de conduta de respeito à Pátria. Cacilda lembra que era imprescindível prestar atenção à regência para ter um bom resultado final na execução das canções, e mostrar para o inspetor, que os professores sabiam ensinar obediência, ordem e civismo aos alunos<sup>307</sup>. A fotografia como estratégia induz o informante a uma rede de lembranças, como um elo de união com seu passado, ou a representação de um passado<sup>308</sup>. Nesse sentido, importa lembrar que a memória está relacionada a funções psíquicas, podendo atualizar os momentos já vividos.

A professora Cacilda relatou que o coro da canção “Patriotismo da Vovó” foi entoado a duas vozes. *“Ninguém conhecia a música; aprendemos ali mesmo e uma parte nós fizemos a duas vozes, ficou muito bonito. O inspetor era simpático e ensinava bem”*<sup>309</sup>. Ao examinar a partitura desta canção, percebe-se que sua composição possui melodia e harmonia fáceis de serem assimiladas. Como quase todas as músicas nacionalistas, a extensão vocal era própria para as vozes infanto-juvenis. A estrutura musical também permite rápido aprendizado. Esta canção foi escrita em compasso quaternário. As estrofes estão na tonalidade de dó menor, evocando certa nostalgia, mas, quando entra na parte do coro, há modulação que transpõe a música para tonalidade de Dó Maior, tornando-a alegre e vibrante, animando as palavras da canção: “Pois vovó mesmo sendo velha, sentia o dulçor da canção prazenteira/Que há de sempre sentir a mulher que por sorte nasceu brasileira”<sup>310</sup>. A letra do coro evoca o sentimento de pertença e orgulho para os nascidos no Brasil. Este fato ocorreu no ano de 1943, ano em que a professora Cacilda iniciou seu magistério. Ela havia concluído o curso normal em

---

<sup>306</sup> Idem.

<sup>307</sup> MOSER, Cacilda Miranda. Entrevista já citada.

<sup>308</sup> “As imagens do passado evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados, porque se vê um fator de unificação nos monumentos de sua unidade passada ou, o que é equivalente.” BOURDIEU, Pierre. Apud, LE GOFF, Jacques. 2005, op. cit. p. 460

<sup>309</sup> MOSER, Cacilda Miranda. Entrevista já citada.

<sup>310</sup> A professora Cacilda cedeu à autora desta pesquisa, um caderno para tirar fotocópia, contendo várias poesias e letras de canções que usavam nas programações cívicas e aulas. Esta música está escrita neste caderno. A letra desta canção também foi localizada numa caderneta da professora Nívea Cunha Bacha. Ver: PEREIRA, Vera Regina Bacha. Op. cit. p. 176.

Florianópolis, e o professor Elpídio Barbosa, Diretor Geral do Departamento de Educação, a convidou para trabalhar no interior do Estado, na cidade de Rodeio, no Grupo Escolar Osvaldo Cruz.

Esta informação apenas vem confirmar o cuidado que se tinha com a nomeação das professoras para os grupos escolares. As entrevistadas comentam com orgulho que o próprio diretor do Departamento de Educação do Estado se encarregava do convite para que trabalhassem em alguma escola do interior. Como se verá no capítulo quatro, havia um sentimento de missão nesse período passado em escolas às vezes carentes de tudo. Mas também em outros casos os grupos escolares eram recém inaugurados com todas as facilidades para o bom desempenho do processo de ensino-aprendizagem, conforme relato de Isabel Lins:

Comecei a missão de professora na Escola de Rio do Sul. O grupo escolar em que trabalhei foi obra do interventor Dr. Nereu Ramos. A escola era ótima em todos os sentidos, possuía salas amplas, arejadas e o pátio com gramado onde no reuníamos para as comemorações semanais com o canto do Hino Nacional, saudação à bandeira, cantos, hinos e poesias diversas. Sabe, a gente usava muito o palco - **O canto sempre estava presente, a música enobrece a nossa alma!** Toda semana havia uma comemoração; a escola era muito ativa. Fazia parte da Escola Nova e da brasilidade. **O aluno precisava interagir, precisava participar para colocar dentro do seu coração o amor à terra, à sua Pátria.** Pena que estas coisas desapareceram, é pena que o que é bom morre! Era uma delícia, a escola era viva, atuante<sup>311</sup>. (grifo meu)

As palavras da professora Isabel, remetem aos trabalhos de Wisnik, sobre o som e o sentido, no qual ele reconhece que a música tem um poder mediador, hermético, como um elo comunicante do mundo material com o mundo espiritual e invisível<sup>312</sup>. Era com esta finalidade e entusiasmo que a entrevistada ensinava os cânticos pátrios a seus alunos. Nesse sentido, é significativo, para o presente estudo, considerar as reflexões de Claudine Haroche sobre a consciência nacional de um povo. Ela analisa o modismo do paradigma referente à principal função da escola, abordada por pedagogos e políticos de vários países no final do século XIX e início do século XX, que atribui à escola o dever de assegurar a formação escolar, mas, sobretudo a educação moral do cidadão<sup>313</sup>. Quanto ao depoimento da professora

<sup>311</sup>LINS, Isabel da Silva. Entrevista já citada.

<sup>312</sup> WISNIK, José Miguel. Op. cit. p.27.

<sup>313</sup> Claudine Haroche discorre sobre o fato de que vários pensadores se preocuparam com o comportamento coletivo dos povos. Ela aborda a concepção de nação e pátria encontrada em P.Bert, G. Bruno, e E. Lavissee, responsáveis políticos ou pedagogos, autores de manuais destinados à juventude francesa. Com similar

Isabel, descrito acima, ainda é possível perceber o sentimento de patriotismo, enraizado em seu coração, pela emoção que transparece em sua voz. Seus relatos a respeito daquele tempo, a transportam saudosamente para aqueles dias vividos. Mesmo considerando-se o período autoritário e algumas atitudes questionáveis, ela entusiasma-se em contar sobre o trabalho em prol do nacionalismo, durante aqueles episódios educacionais. Evidentemente que a subjetividade está presente nos depoimentos, importando estar ciente de que a memória é uma representação do passado. Mas, diante dos depoimentos e escritos oficiais, parece que as ações do governo empenharam-se em transmitir e fazer interiorizar nas educadoras recém formadas esse sentimento de amor à Pátria e à causa educacional.

Olhando álbuns fotográficos, narrando histórias daquele tempo, relembrando hinos, folheando antigos hinários ou cancionários escolares, às vezes solfejando a melodia, foi comum ver que as lágrimas vinham saudosas aos olhos, cansados pelo tempo. As entrevistadas atuaram como professoras na missão de servir à Pátria, embaladas pelos sons orfeônicos dos cânticos nacionalistas. O passar dos anos não conseguiu apagar o sentimento individual, que direciona a memória nos relatos, ora em lágrimas de alegria, ora em um saudosismo que gostaria de ver o tempo retrocedendo para que os pátios escolares pudessem ecoar novamente as vozes juvenis em fervor cívico. As comemorações semanais mencionadas por Isabel, são relatadas por outras professoras. Elas aconteciam aos sábados e seguiam o mesmo programa sugerido pelo Departamento de Educação. Elza Ribas lembra que toda semana havia festa no pátio e elas aconteciam aos sábados. Além disso, seu depoimento apresenta um fato interessante que era a preocupação de haver um piano em cada escola.

A gente organizava o programa, os alunos apresentavam recitativos e canções. Havia hasteamento da bandeira; todos os alunos cantavam o Hino Nacional, e cantavam as canções aprendidas com a professora Glorinha, professora de música da escola. O professor Américo Vespúcio dizia que o ensino só é completo quando se aprende música. Tinha piano na escola em Biguaçu, quer dizer todas as escolas tinham piano. Nós encaminhávamos os alunos para a aula de música e a professora de música ensinava para eles. Isto acontecia duas vezes por semana.<sup>314</sup>

---

preocupação em regenerar a consciência nacional, profundamente abalada pela derrota de 1871, estas personalidades apontam a escola como a responsável em recuperar a consciência nacional. “É preciso ensinar uma moral social na qual se reforcem mutuamente a solidariedade entre as pessoas e o amor pela pátria”. HAROCHE. Claudine. O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX. In: SEIXAS, J. A.; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (orgs.) Op. cit. p.88.

<sup>314</sup> Elza Pessoa iniciou sua carreira no ano de 1935, no Grupo Escolar José Arantes na cidade de Camboriú. No ano seguinte transferiu-se para o Grupo Escolar Professor José Brasilício, em Biguaçu. Lá permaneceu até o ano

Dilma Livramento formou-se no colégio Coração de Jesus em 1943, lembra com lágrimas nos olhos de seu tempo de estudante e diz que *“os cantos cívicos enchiam a alma com uma emoção indescritível, era como se estivesse no ar”*<sup>315</sup>. No ano seguinte (1944), foi ministrar aulas na cidade de Blumenau, e de acordo com seu depoimento, sentia-se muito bem como professora, apesar de ter pouca idade. Era amiga das crianças e gostava muito do seu trabalho. Quando proibiram o uso da língua estrangeira explicava para seus alunos: *“Olha vocês aprendam a nossa língua, porque a gente não sabe quantos anos esse movimento vai durar. Eu sei que vocês em casa aprenderam a língua de vocês, mas vocês precisam apreender o português para não sofrerem mais tarde”*<sup>316</sup>. Também se recorda que a inspeção era muito rigorosa, e como as professoras se preocupavam com os programas de sábado. *“Cada sábado uma turma era responsável pela programação e a gente se esmerava ao máximo para fazer tudo direitinho e bonito”*.<sup>317</sup> Pelo seu relato percebe-se que o programa era idêntico ao vivenciado pelas demais depoentes. Consistia no hasteamento da bandeira, saudação à bandeira, hino à bandeira, Hino Nacional. Depois a turma responsável pela programação apresentava o programa cívico que havia preparado. *“Os alunos sempre entoavam cânticos, declamavam poesias e recitativos. Usavam neste dia uniforme de gala e o clima era sempre festivo”*.<sup>318</sup>

Zenilda Lins, que iniciou seu trabalho de professora em Ituporanga, acrescentou um detalhe interessante, sobre o momento cívico escolar. Para que os alunos de toda a escola estivessem reunidos na hora cívica no mesmo horário, estabeleceu-se que aos sábados o horário das aulas seria diferenciado dos demais dias, justamente para que a cerimônia cívica ganhasse ares de grandiosidade. Foi decidido que a turma da manhã teria aula das 8 às 10H e a turma da tarde, nesse dia, das 10 às 12H. Então a hora cívica seria realizada às 10H para que toda escola pudesse participar. Assim haveria um maior número de alunos juntos. Os familiares também eram convidados a assistirem o momento cívico, o que animava os alunos já que a programação era dividida por turmas, cabendo a cada uma delas um sábado para se apresentarem, conforme relatado sobre a programação de Biguaçu. Esse era o dia de prestar homenagem à bandeira. Zenilda lembra que:

---

de 1943. Em 1944 foi para o Grupo Escolar Meireles na cidade de Itajaí. PESSOA, Elza Ribas. (89 anos) Entrevistas concedidas à autora da pesquisa. Florianópolis, 07/06/2005; 21/06/2005; 04/08/2005; 18/08/2005

<sup>315</sup> LIVRAMENTO, Dilma. (81 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 7/9/2005.

<sup>316</sup> Idem.

<sup>317</sup> Idem.

<sup>318</sup> Idem.



A programação cívica dos sábados era muito bonita e envolvente. A comunidade participava, havia um verdadeiro esmero; os pais da turma responsável pela apresentação também participavam destas cerimônias. Tocavam instrumentos como violino e violão. Lembro-me de um dia em que uma avó de aluno, imigrante alemã, cantou um hino de saudação à bandeira, sua voz era um soprano muito lindo, embora cantasse com sotaque alemão, era possível entender a letra. Ela era viúva e durante um tempo morei em sua casa.<sup>319</sup>

As considerações apresentadas, como parte dos depoimentos colhidos, parecem demonstrar um cenário positivo, progressista, lúdico e de encantamento pelas atividades. Entretanto, vale lembrar o que a própria Dilma informa sobre o caráter obrigatório e impositivo dos cantos e das cerimônias: *“Na escola a gente tinha por obrigação cantar o Ouviram do Ipiranga, o Hino à Bandeira e o Hino à Pátria. A gente sabia direitinho e cantava; hoje essas crianças nem sabem mais cantar os hinos; a gente também declamava”*.

O parecer de Wisnik em relação ao Canto Orfeônico sobre esse período, avança na direção de que o projeto do Canto Orfeônico queria fazer com que o corpo social se expressasse, desde que não fizesse valer seus direitos ou se insurgisse contra a ordem estabelecida, mas que se submetesse ao culto e às ordens de um chefe<sup>320</sup>. Percebe-se isso de forma clara quando vem à tona a maneira como a obrigatoriedade do ensino do canto era levada a sério, incluindo o culto a personalidades pátrias, bem com à figura do ditador-presidente. Isto fazia parte de um todo, como já dito anteriormente, incluindo as demais exigências relativas ao idioma português, corpo docente nacional e currículo voltado ao fortalecimento dos símbolos pátrias. As ações se dirigiam à preservação desses valores e ao sentimento nacionalista.

O canto foi incentivado nas escolas e também no rádio. Havia os programas de calouros e outros musicais. Para evitar a divulgação de músicas com letras impróprias, as canções antes de serem apresentadas deveriam passar pelo controle e censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)<sup>321</sup>. Quem não se sujeitasse às suas normas ficava no limbo e não tinha suas composições executadas nas rádios, de forma que os compositores buscavam sujeitar-se a elas para não perder oportunidades. Enquanto o DIP

<sup>319</sup> LINS, Zenilda Nunes. (74 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 08/02/2006.

<sup>320</sup> WISNIK, José Miguel. Getúlio da Paixão Cearense. In: SQUEL, E.; WISNIK, J. M. (orgs.). Op. cit. p.189.

<sup>321</sup> Este departamento foi criado em 1939, subordinado diretamente à Presidência da República. SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet,; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. (orgs.). Op. cit. p.107.

controlava o rádio, a propaganda, e outras atividades cívicas, o sistema educacional valeu-se de uma bem formada rede de inspetores que vigiavam todo o processo pedagógico, mas, sobretudo, a atividade cívica e musical nas escolas. Esses inspetores tinham poder de fiscalizar, corrigir e impor o civismo e música podendo até recomendar o fechamento de uma instituição educacional. Sua chegada a uma escola trazia o temor do que pudesse ocorrer. Principalmente para os estrangeiros, a visita de um inspetor era sempre uma ameaça.

A professora Isabel Lins, sendo brasileira, elogiou muito o ambiente escolar, mas deixou a informação que atesta o caráter repressivo e ditatorial da época ao dizer que “um aluno não saia da 4ª série se não sabia cantar de cor o Hino Nacional.” Mesmo apreciando todo o esforço nacionalista do governo, lembra seu temor diante da ação repressiva que havia através do braço controlador dos inspetores:

Os alemães mal pronunciavam o Hino Nacional, mas o importante era que cantavam. Eu gelava quando chegava o inspetor. Eles eram como fiscais e não orientavam nada, só fiscalizavam. Morria de medo que ele percebesse que algum aluno alemãozinho não soubesse cantar direito o Hino Nacional.<sup>322</sup>

Sem dúvida alguma Santa Catarina teve inspetores que se destacaram nas suas responsabilidades de fiscalizar a nacionalização do ensino. Foram bastante rígidos quanto a qualquer atitude que pudesse lembrar o idioma estrangeiro. Eles inspecionavam tudo, desde o conteúdo proposto no programa, ensaio dos hinos patrióticos, enfim, o cumprimento integral das determinações da Secretaria de Educação, inclusive as atitudes nacionalistas do professor, ou seus estrangeirismos. Todo o material didático era revisado, qualquer influência estrangeira era devidamente anotada e o material era confiscado. O relatório de Areão evidencia essa realidade ao indicar que havia sido apreendido o material didático em escolas regidas por estrangeiros:

Dentre o material que temos apreendido nas escolas regidas por professores estrangeiros, há livros, bandeiras e cadernos. Dois deles se destacam pela sua maior importância: o primeiro é um livro destinado à leitura dos escolares, trazendo na página inicial **a letra do hino alemão** e em seguida o clichê do Fuhrer, com a seguinte legenda: “*Ihr seid Blut von unseren Blut*” (sois sangue de nosso sangue)<sup>323</sup> (grifo meu).

---

<sup>322</sup> LINS, Isabel da Silva. Entrevista já citada.

<sup>323</sup> AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório, 4º trim., 1938.

Embora o Decreto nº. 88 já estivesse em vigor, muitas escolas particulares regidas por professores estrangeiros, ignoravam a legislação como ato de resistência aos sentimentos de brasilidade e davam continuidade a sua cultura de origem na educação de seus descendentes. A desobediência ou o descaso a estas normas legislativas, quando flagradas, como no caso da escola citada no relatório de Areão, resultavam em punições indicadas no artigo 17º e 18º do referido Decreto. As medidas punitivas conduziam ao fechamento da escola e impedimento do exercício da função pedagógica do infrator. Essas sanções foram registradas em atas da inspetoria local e federal, também publicadas no Diário Oficial do Estado. Registros minuciosos observados em documentos oficiais remetem ao pensamento de Certeau. Ele argumenta que a política cultural age como um conjunto mais ou menos coerente de objetivos, de meios e de ações que visam à modificação de comportamentos, segundo princípios ou critérios explícitos<sup>324</sup>. Neste caso sendo explícito o objetivo nacionalista de proibição do idioma estrangeiro, obrigatoriedade do Canto Orfeônico, nacionalização do ensino, entre outros.

A imposição das ordens governamentais induziu muitas escolas particulares da sociedade catarinense encerrar suas portas durante os primeiros anos do Estado Novo. Segundo dados oficiais em 1937 havia seiscentos e sessenta e um educandários particulares, quase todos situados nas zonas de colonização alemã ou italiana. Com a aplicação das medidas de nacionalização, os números reduziram significativamente. Em 1938 havia somente cento e treze escolas, e em 1939 o número de escolas baixou para sessenta e nove. As poucas que restaram mantidas por comunidades religiosas naquelas zonas, foram rigorosamente fiscalizadas. D'Aquino escreveu que a cada escola fechada correspondeu imediatamente a instalação de outra, pelo poder público estadual ou municipal por imperativo da própria lei<sup>325</sup>. Entre o período de 1937 e outubro de 1942 foram criadas duzentas e quarenta e quatro escolas estaduais isoladas<sup>326</sup>, vinte e dois grupos escolares<sup>327</sup> foram

---

<sup>324</sup> CERTEAU, Michel. **A Cultura no Plural**. Campinas, SP: Papirus, 1995. p. 195.

<sup>325</sup> D'AQUINO, Ivo. 1942, op.cit. p. 50.

<sup>326</sup> São consideradas escolas isoladas aquelas que possuem uma só turma de alunos, regidos por um só professor.

<sup>327</sup> A construção dos edifícios que abrigariam os grupos escolares deveria localizar-se na parte central da cidade, com localização e orientação que garantisse aos alunos ar puro e salubre, bastante luz solar, com aspecto risonho, porém modesto, sóbrio e sem ornamentos; com ajardinamento na frente e arborização nas áreas dos recreios. Os grupos escolares eram feitos mais ou menos com a mesma planta: o pavilhão, o jardimzinho interno, pátios, estrutura ampla de simetria bilateral, de modo que as seções masculina e feminina ficassem em lados opostos e separados por um pátio interno. Possuíam salas internas com capacidade de comportar até 50 alunos. As classes da seção masculina podiam ser regidas por professores/as. Já as femininas, apenas por professoras. O curso tinha duração de quatro anos, com 5 horas de aulas diárias, de segunda a sábado. SILVA, Vera Lúcia Gaspar.

construídos e instalados, sendo oito deles com o auxílio do Governo da União. Foram ainda estabelecidos trinta e seis cursos complementares<sup>328</sup>, quatrocentas e sete escolas isoladas municipais e um grupo escolar municipal. Portanto, o Estado de Santa Catarina pode contar com setecentos e dez novos estabelecimentos educacionais para educar a criança e juventude nos parâmetros nacionalistas<sup>329</sup>. Segundo o relato oficial todo o processo foi executado com eficiência. Entretanto esse tema pode ser motivo de outras pesquisas.

Os imigrantes e seus descendentes haviam organizado a educação de seus filhos a partir das escolas independentes atendidas por professores e clérigos de sua nacionalidade. A partir do momento em que as autoridades educacionais começaram a exigir uma série de critérios para a continuação do funcionamento das escolas particulares, muitas delas fecharam suas portas, porque perceberam serem incapazes de cumprir as novas normas estabelecidas. Alguns imigrantes procuraram incluir-se no contexto nacional brasileiro. Muitos professores estrangeiros procuraram naturalizar-se e fazer exame de português para poderem continuar ministrando aulas. Os inspetores preocuparam-se com este grupo de professores, porque sua pronúncia deixava a desejar. Outros professores estrangeiros recorreram a táticas que pudessem contornar os regulamentos originados do poder governamental, a fim de continuarem sua tarefa de ensinar.

Annelise<sup>330</sup>, uma professora germânica, chegou a se casar com um brasileiro tendo o único objetivo de manter uma escola aberta. Sua história pode ser assim resumida. No ano de 1937, ela foi professora na escola evangélica de Jaraguá, mas primeiro, o inspetor escolar lhe fez um exame de português, e foi aprovada. No ano seguinte foi transferida para a escola particular de Canoinhas, ligada à Igreja Evangélica Luterana. Ela conta que no mês de maio de 1938, veio um inspetor, e proibiu o pastor Weeger e sua esposa D. Ana de continuarem dirigindo e lecionando na escola, porque usavam a língua alemã. Para a escola não fechar, ela

---

Vitrines da República: Os Grupos Escolares. In: VIDAL, Diana Gonçalves; (org.). **Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da primeira infância no Brasil (1893 – 1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 352.

<sup>328</sup> Cursos Complementares. Anexos aos principais grupos funcionavam cursos complementares de dois anos. O programa destes cursos correspondia aos dois primeiros anos ginasiais. Relatório do Interventor Federal de Santa Catarina Nereu Ramos referente ao exercício de 1939, apresentado ao presidente Getúlio Vargas em setembro de 1940.

<sup>329</sup> D'AQUINO, Ivo. 1942, op.cit. p. 50 – 52. Ver também: PEREIRA, Vera Regina Bacha. Op. cit. p. 157-158.

<sup>330</sup> ROESEL. WEL, Annelise. (87 anos) Entrevista realizada por Claudete Beise Ulrich. Jaraguá, 2005. Autorização dada a autora dessa pesquisa para usar esse depoimento: Florianópolis, 08/03/2006.

tentou se naturalizar brasileira, mas os papéis demoraram um ano para chegar e quando retornaram não estavam corretos.

Não consegui a nacionalidade brasileira. Como tinha nacionalidade alemã, não pude mais dar aulas. Eu trabalhei como professora até outubro de 1938. Neste tempo também me arranjaram um casamento com o novo diretor da escola. Embora ele fosse brasileiro, precisava ser casado para assumir esta função. O nome dele é Frederico. Eu sempre pensava em ajudar os outros, por isso concordei com o casamento. Nosso casamento também tinha como objetivo o não fechamento da escola<sup>331</sup>.

Annelise relata que ela e seu esposo, sempre estiveram atentos à determinação da legislação. Realizavam as cerimônias cívicas conforme indicação dos dispositivos legais, mas mesmo assim, em 1942 a escola de Canoinhas foi fechada definitivamente. Com ressentimentos ela relata:

Em 1939 iniciou a 2ª guerra mundial. Meu marido era o diretor da escola. As aulas já estavam acontecendo em português. Como eu não podia mais lecionar, eu fazia todo o trabalho de secretaria em casa. Cuidava dos boletins e das chamadas. Em 1942, a escola foi fechada definitivamente. A alegação foi que não era desenvolvido o patriotismo brasileiro, com a devida realização das cerimônias cívicas. A escola particular de Jaraguá do Sul, na qual trabalhei em 1937, também foi fechada em 1938, por que a bandeira brasileira não estava hasteada<sup>332</sup>.

Esse depoimento fala de um tempo de autoritarismo, de guerra, momento que o Canto Orfeônico e cerimônias cívicas se tornaram o referencial de patriotismo e motivo para exoneração de professores e diretores e até mesmo fechamento de estabelecimentos de ensino. O sucesso dessa empreitada nacionalista não dependia somente da presença da Lei, mas da força dinâmica dos que iriam executá-la, cujo objetivo seria ajudar os estrangeiros a vencerem as dificuldades herdadas e assim assimilarem a cultura brasileira. O principal obstáculo era a língua; vocalizar a letra dos cânticos contribuiria para a aprendizagem e fixação do idioma pátrio – o português. Areão anunciou sua preocupação com a pronúncia e compreensão da linguagem no relatório dirigido ao Ministro de Educação. Assim descreveu: “ao lado da simplicidade dos motivos, precisamos cuidar com desvelo da linguagem. Fácil será a pronúncia e fácil a compreensão do tema dos cânticos”<sup>333</sup>. Também, argumentou que os sons eram capazes de despertar com maior eficiência a sensibilidade dos indivíduos. Diante desses escritos oficiais, nota-se a importância que o Inspetor dava à música. Ele esperava que a

---

<sup>331</sup> Idem.

<sup>332</sup> Idem.

<sup>333</sup> AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório, 2º trim., 1939.

prática dos cantos pátrios nas escolas, levasse o educando a entrar em contato mais íntimo e profundo com o sentimento nacionalista.

Considerando a efetivação dos cânticos cívicos como prática obrigatória e sendo que esta pesquisa está voltada ao uso do canto e sua prática pedagógica, se torna relevante apontar algumas escolas que sofreram a sanção máxima. Ou seja, o encerramento de suas atividades, por descumprimento do artigo do Decreto-Lei Estadual nº. 88 de 31 de março de 1938, relacionado ao descuido dos cantos pátrios. O relatório do Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, enviado no mês de outubro de 1938, informa o fechamento da escola paroquial do distrito Getúlio Vargas. Esta escola não cumpriu as exigências do Decreto-Lei Estadual nº. 88 quanto aos cantos cívicos. Também falhou no cumprimento do Decreto-Lei Federal número 406 de 04/05/38, artigo 84 parágrafo único. A comunicação que gerou o Decreto de fechamento da referida escola foi feita pelo Inspetor Escolar Sr. Adolfo Silveira. Ele informou que essa escola ministrava aulas de canto no idioma alemão<sup>334</sup>. Novamente a força dos inspetores escolares pode ser percebida.

A escola de Caçador, mantida pelos padres Antonio Lazarie e José Beti, de nacionalidade italiana, têm uma história similar. O Decreto nº. 2.230 de 20/05/1942 cita que os professores dessa escola transgrediram disposições expressas no artigo 2º e 7º do Decreto-Lei Estadual nº. 88. “Esta escola não possui a bandeira nacional e os alunos mal sabem cantar os hinos pátrios”<sup>335</sup>. Além destes aspectos mencionados, também houve outros motivos relacionados aos propósitos nacionalistas do governo. O inspetor constatou o uso do idioma estrangeiro em sala de aula, livros didáticos em italiano, sotaque fortemente estrangeiro dos professores e a negligência aos hinos pátrios. Diante do descumprimento das leis do ensino nacionalista, o inspetor também determinou o fechamento desta escola.

Outra instituição educacional que negligenciou o ensinamento dos hinos pátrios foi o Colégio Bom Jesus da cidade de Joinville. Esse educandário foi alvo de muitas inspeções, devido a desconfianças e denúncias que indicavam a negligência do Decreto-Lei nº. 88. O descaso a essa normativa culminou com o fechamento do jardim da infância da escola primária, conforme a penalidade prevista no artigo 17º e 18º da referida legislação. A notícia do encerramento dos anexos do Instituto Bom Jesus foi publicada várias vezes nas páginas do

---

<sup>334</sup> Idem. Relatório, 3º trim., 1938.

<sup>335</sup> Decreto 2.230. Publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. 20/05/1942.

Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. Muitas páginas dessa publicação expõem os motivos notificados pelo inspetor escolar da 6ª circunscrição, Manoel Coelho. E, entre os problemas apontados, o inspetor escolar destacou que os alunos do 3º e 4º ano do ensino primário deste Instituto de Educação, não foram capazes de escrever a próprio punho o Hino Nacional e/ou o Hino à Bandeira. “Depois de decorridos 20 minutos, mais ou menos, foram recolhidas as folhas assinadas pelos respectivos alunos, constatando-se o lastimável resultado, como pode ser observado por todos os interessados”<sup>336</sup>. A letra destes hinos oficiais escrita pelos alunos desse Instituto está publicada no Diário Oficial, com a respectiva assinatura dos alunos. A publicação dessas redações faz parte do processo de clausura já referenciado. Vinte alunos tiveram seu nome exposto no Diário Oficial, como prova do desconhecimento da escrita correta destes hinos<sup>337</sup>. Pelo sobrenome, observa-se que todos são descendentes de alemães. Como exemplo, seguem abaixo algumas cópias das letras dos hinos conforme publicado no Diário Oficial.

A aluna Anni Alling, filha de alemães escreveu o Hino Nacional da seguinte maneira: “Ouviram doi Piranga mages plasido/ de um povo reubado repondante/ sopilhaho de sigualdade, sonsiguimos com estamos braços fortes/ enteseu a liberdade desafio nosso peito a própria morte”. O aluno Edgar Harger escreveu o mesmo hino desta forma: “Ouviram do Ipiranga as margens plácidas/ De um povo eroi talvado retombrante./ Seu penhou desigualdade/ desabia nosso peito a prapria morte./ Ó Pátria amada idolatrada salve salve./ Brasil em sonho tenso de um raio vivido,/ de maor e de esperança terra desse”. Como os alunos poderiam optar entre escrever o hino nacional ou o hino á bandeira, o aluno Harry Stch, decidiu escrever o hino à bandeira. Também não conseguiu escrever correto: “Salve lino pendão das pesança/ Salve símbolo augusto da paz./ Tua nobre sembrança a grandeza da Pátria nos trans./ Braba gente brasileira/ longe vai temos servi./ Ou ficaria pó”.<sup>338</sup> O fato de

---

<sup>336</sup> Diário Oficial do e Estado de Santa Catarina. Dias: 04, 06, 07, 10 e 13 de outubro de 1939. Também, o relatório do Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, referente ao 3º trimestre de 1939, notifica o fechamento do jardim da infância e curso primário, anexos do Instituto Bom Jesus, por transgredir as leis federais e estaduais sobre a nacionalização do ensino. A falta cometida em relação aos hinos pátrios é destacada neste documento. AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório, 3º trim., 1939. fl. 228.

<sup>337</sup> Anni Alling; Arnaldo Douat; Armin Niemeyer; Arno Mielke; Dorita Humlehn; Edgar Harger; Edmundo Harger; Fritz Gögel; Gerhard Ravache; Harry Stch; Harry Schmidt; Henrique Miranda; Haraldo Birckhoz; Hildegard Luckow; Norma Klix; Norma Böehler Nayde Calasans; Melmuth Henmg; Roland Kumlehm; Silvia Jürgensen; Waldrudes Behnke. Estes alunos que cursavam o quarto ano primário tiveram suas redações publicadas para demonstrar seu desconhecimento com os hinos pátrios: DOESC. (04/10/1939)

<sup>338</sup> Ibid. p. 4 – 8.

não saber escrever correto os Hinos Pátrios foi caracterizado como prática anti-nacionalista. Esses dados evidenciam a estratégia de tornar o poder do canto em o canto do poder.

É importante considerar que depois de 20 minutos as folhas foram recolhidas, o que dificultou a realização da tarefa e muitos alunos deixaram frases incompletas. Mas o destaque fica por conta do processo de punição do Instituto. Observa-se nas declarações do inspetor Coelho, em relação ao descaso desta instituição escolar, não apenas o zelo pelos hinos, mas também a reclamação nada velada de que sua autoridade foi desrespeitada. Ele reclamou e denunciou que foi recebido “com hostilidade e grosseria”. Esta atitude foi sentida como “sabotagem ao nacionalismo”. Já que o inspetor levava a sério seu trabalho, ele precisaria expurgar as más escolas, suspendendo seu funcionamento, ou apresentando outras soluções recomendadas, que na verdade eram resoluções punitivas. Ciosos de sua autoridade manifestavam claramente em suas atitudes o caráter coercitivo e contundente de sua ação.

O professor Manoel Coelho, relata um caso de extremo desacato a sua autoridade, por parte de uma das professoras daquela escola de Joinville. O clima estava tenso no colégio, e o inspetor Coelho ao entrar na sala da professora Juergensen, dirigiu-se à mesa dessa educadora e passou visto nos cadernos de linguagem. Ela considerou a atitude do inspetor como espionagem. A professora mencionada abriu a gaveta e jogou para cima da mesa todos os demais cadernos com a seguinte exclamação: “parece que está desconfiado, aqui não tem nada não; pode ver tudo”. A forma como ela o fez e como falou foi considerada atrevida e com patente brutalidade pelo inspetor, que reagiu imediatamente dizendo: “guarde-os. Quando quiser vê-los, irei eu mesmo buscá-los, porque sou um inspetor, e enquanto estiver aqui, mando e a senhora me obedece”.<sup>339</sup> O professor Oto Dreer, diretor do Grupo Escolar “Germano Timm”, acompanhou o inspetor Coelho ao “Bom Jesus”. Ele considerava o nacionalismo como a questão máxima do momento. Este sentimento transparece nas anotações que fazia, enquanto o inspetor escolar questionava os alunos e professor.

Percebe-se que os relatórios que alimentaram o processo de encerramento das atividades educacionais mencionadas, eram pormenorizados. Incluíam situações corriqueiras como olhar cadernos, argüir alunos, fiscalizar matérias curriculares, observar recreios. Os

---

<sup>339</sup> “O professor Manuel Coelho foi indicado para a 6ª circunscrição como funcionário da inteira confiança do Governo do Estado para regularizar os serviços de nacionalização e, entre estes, uma inspeção nos cursos primário e normal do Instituto Bom Jesus”. AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório, 3º trim., 1939. fl. 244, p. 20.



relatos eram enviados ao Secretário do Interior e Justiça do Estado e chegavam até o Ministro da Educação do país. Era uma forma de denúncia derivada de preconceito, que era o catalisador de todo o processo de controle em todas as esferas da hierarquia do poder. Sem dúvida nenhuma a figura do inspetor era o elo determinante na remoção dos embaraços que entravavam a nacionalização.

Embora tenha sido registrado que o fechamento dos anexos do Colégio Bom Jesus se deu por uma série de irregularidades apontadas, é digno de nota que a questão dos cantos foi um dos destaques do processo. Hannah Arendt considera o poder da força como “o resultado do usufruto da autoridade personificada e corporificada, na perseguição dos que ousam pensar diferente e, até mesmo na eliminação física de oponentes”.<sup>340</sup> É o poder inibindo o homem de agir, de pensar. Esse tipo de poder foi utilizado por Getúlio Vargas e por derivação, pelos interventores, chegando ao braço executivo dos inspetores. Eles agiam por delegação de autoridade direta de seus superiores hierárquicos chegando até ao próprio Ministro da Educação, através de relatórios minuciosos.

Ao examinar documentos particulares, cadernos de registro e relíquias guardadas pelo professor Abelardo de Souza, foi encontrado um caderno de controle referente às aulas de Canto Orfeônico ministradas nas escolas da capital do estado catarinense. O termo de abertura registra: “Este livro servirá para o registro das aulas de Canto Orfeônico e música, ministradas nos grupos escolares da Capital”<sup>341</sup>. Dentro deste livro, há uma tabela de registro das canções entoadas nas escolas; ela viabilizava apontar o nome das escolas visitadas, o respectivo dia, horário e atividades afins, como: música ensaiada, seleção de vozes, apresentações cívicas. Este caderno de registro fazia parte do controle da Subdiretoria de Educação Musical e Artística do Estado. Esta prática, organizada em todas as escolas brasileiras nos anos trinta, intensificada impositivamente durante o Estado Novo como forma de propaganda política, ultrapassou o período ditatorial, fazendo parte do currículo escolar, continuou visando formar o sentimento patriótico no cidadão brasileiro. A disciplina do Canto Orfeônico prosseguiu até a década de sessenta<sup>342</sup> mas, não com o mesmo sentido que teve durante o período autoritário, no governo Vargas.

---

<sup>340</sup> ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>341</sup> Caderno de registros, guardado em arquivo particular de Abelardo de Souza. Cópia concedida por seu neto, SEPTIBA, Théo Souza. (30 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 20/06/2004.

<sup>342</sup> Ver AVANCINI, Elza Gonçalves. Op. cit. p. 9-12; LEMOS JR., Wilson. Op. cit. p. 1-6; 98 - 102.

Em Santa Catarina, a Subdiretoria de Educação Musical e Artística foi instituída pela primeira vez em 1935, com a reforma de Luiz Sanches Bezerra Trindade. Nesse ano houve uma reorganização geral no setor educacional catarinense sendo criado o Departamento de Educação no lugar da tradicional Diretoria da Instrução Pública. Esse Departamento de Educação seria constituído por institutos e subdiretorias<sup>343</sup>. A Subdiretoria de Educação Musical e Artística foi criada, mas não organizada neste ano<sup>344</sup>. No ano de 1939, o Superintendente Geral de Ensino, Sebastião de Oliveira Rocha, chama a atenção de Dr. Ivo D’Aquino para a necessidade de organizar uma subdiretoria encarregada de levar o ensino de música às escolas<sup>345</sup>. Nesse mesmo ano, o trabalho de estruturar e orientar a educação musical se tornou efetivo nas escolas através do Inspetor Areão que assumiu esta função.

A prática da música nas escolas catarinenses, voltada ao incentivo à cultura cívica, também se encontra evidenciada em outras pesquisas que estudaram a historiografia catarinense, mas esta temática não foi o foco central desses estudos. Maria Teresa Santos Cunha, pesquisadora da história da educação catarinense, encontrou nos relatórios de um inspetor escolar, o registro de sua visita ao colégio Coração de Jesus de Florianópolis, no qual destaca de forma elogiosa as atividades curriculares de caráter cívico. Há um elogio especial em relação ao desempenho do civismo ministrado pelo colégio: “Quero ressaltar um dos motivos da minha profunda satisfação em inspecionar o estabelecimento em tela. È o modo como se ministra a educação cívica. Observei e venho observando isso nas aulas de canto e declamações e, principalmente, nas festas e comemorações”<sup>346</sup>. A autora também comenta

---

<sup>343</sup> “O departamento de Educação do Estado de Santa Catarina fica constituído dos Institutos e Subdiretorias com as seguintes atribuições: a) Instituto de Educação – responsável pela formação do magistério e funcionalismo técnico de educação; b) Subdiretoria administrativa – encarregada do expediente, contabilidade, pessoal e arquivo; c) Subdiretoria técnica- – responsável pelo estudo e elaboração de planos, programas, métodos e processos de ensino e inspeção escolar; d) Subdiretoria de cultura e divulgação – responsável pelos trabalhos de recenseamento, matrícula, frequência e estatística escolar e publicações; e) Subdiretoria de saúde e higiene escolar – encarregada do serviço médico escolar e assistência dentária; f) Subdiretoria de educação física, recreação e jogos; **g) Subdiretoria de educação musical e artística**; h) Subdiretoria de bibliotecas, museus e radiodifusão. (...) Enquanto não forem definitivamente organizadas as subdiretorias das alíneas F, G e H, os serviços já existentes, e a elas afetos, ficarão a cargo da Subdiretoria técnica.”. REVISTA DE EDUCAÇÃO - n° 2. 1936, op. cit. p. 35.

<sup>344</sup> Neide Fiori verificou que esta reorganização do ensino, apesar dos propósitos de seus idealizadores, não teve bons resultados por ter sido basicamente uma superestrutura administrativa e por nada ter introduzido de novo nos currículos escolares, redistribuindo-os somente. FIORI, Neide Almeida. Op.cit. p. 125.

<sup>345</sup> RELATÓRIO do Departamento de Educação do Estado de Santa, apresentado ao Exmo. Sr, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Justiça – Dr. Ivo D’Aquino, Pelo professor: Sebastião de Oliveira Rocha, Superintendente Geral do Ensino. (20-16; E.R. 1939s/ caixa) p. 513 – 514. APESC. (anexo n. 8)

<sup>346</sup> CUNHA, Maria Teresa Santos. Uma visita do senhor inspetor: cultura cívica em relatórios escolares. In: MIGNOT, A. C. V. ; CUNHA, M.T. (org.) **Práticas de Memória Docente**. São Paulo, editora Cortez: 2003. p. 57.

que estas atividades cívicas eram sempre elogiadas pelos inspetores. Elas constavam de homenagens semanais à bandeira; participação nos desfiles cívicos em datas como 7 de setembro, 1º de maio e apresentações em feriados nacionais no pátio do colégio. Para as atividades realizadas dentro do Colégio Coração de Jesus, as autoridades civis e religiosas eram convidadas, além dos familiares das alunas. A preparação para tais eventos era intensa, com ensaios rigorosos para que tudo saísse perfeito na apresentação pública. Esta cultura cívica, de acordo com a autora, constava no regulamento interno desta instituição desde 1936.

Marcelo Téó<sup>347</sup> estudou as tendências artísticas e ensino da música em Florianópolis, durante o Estado Novo. Os relatórios do Ginásio Catarinense foram fundamentais para a elaboração de seu trabalho. Ele aponta, como a música fazia parte do cenário deste colégio, inclusive em atividades recreativas, como *pic-nics*<sup>348</sup>. O colégio oferecia classes de instrumentos musicais, havia orquestra, banda musical, coro de meninos e homens, com ensaios regulares. O ginásio apresentava uma estrutura destinada ao ensino de música, mais especificamente a música erudita. Com a instalação do Estado autoritário, houve uma preocupação exacerbada de caráter cívico-patriótico. O Ginásio afinou-se com precisão ao Estado Novo e teve participação efetiva no Terceiro Congresso de Brasilidade. As atividades musicais, sempre presentes nos relatórios do Ginásio, foram intercaladas aos intermináveis textos de exaltação patriótica, históricos das festas de homenagens à ex-alunos que alcançaram sucesso servindo a Pátria<sup>349</sup>. O canto permeou todas as comemorações por meio de hinos patrióticos principalmente o Hino à Bandeira e o Hino Nacional. Norberto Dallabrida<sup>350</sup> e Rogério Luiz de Sousa<sup>351</sup>, também pesquisaram a mesma escola e expõem

---

<sup>347</sup> TÉO, Marcelo. **O Musicar das Ordens:** Da trilha sonora disciplinar do Estado Novo em Florianópolis. Florianópolis, Santa Catarina. 2002. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharel em História). Universidade do Estado de Santa Catarina.

<sup>348</sup> Marcelo Téó expõe em seu trabalho a foto de um pic-nic do colégio, no qual mostra os alunos com seus instrumentos, como cavaquinho, violão. Idem p. 57.

<sup>349</sup> Ibid. p. 62.

<sup>350</sup> “O curso de canto, a chamada “schola cantorum”, porporcionava ensino de canto profano e litúrgico, preparando cantores para o coro ginásial, que abrihantava solenidades católicas e profanas, sendo acompanhada pela orquestra do Colégio Catarinense. (...) A quarta edição de “Hinos e Canções escolares”, colecionados pelo regente de música do colégio, foi publicada em 1930”. A banda, orquestra e coro eram acompanhados com interesse e aplicação pelos alunos. A educação musical visava civilizar e enobrecer, as elites catarinenses. O regente de música do ginásio aponta os motivos do Ginásio Catarinense cultivar a música vocal e instrumental fundamentando-se nas palavras de Rui Barbosa, citando-as no seu relatório de final do ano: “A música produz na alma uma verdadeira cultura interior e faz parte da educação do povo. Tem por efeito desenvolver os órgãos do ouvido e da palavra, adoçar os costumes, aligeirar as fadigas do trabalho e proporcionar um inocente prazer, em vez de distrações muitas vezes grosseiras e arruinadoras”. Norberto Dallabrida também comenta sobre as festas de formaturas e reuniões pedagógicas quando estas apresentações musicais faziam parte do programa desta instituição. DALLABRIDA, Norberto. Op. cit. p. 122;123-127;168 - 169.

fotos de orquestras e corais do Ginásio. Ambos destacam que a música era um dos ingredientes no currículo desta instituição, motivadores à exaltação do Brasil e amor a Deus.

Essas instituições religiosas faziam parte da educação da elite catarinense, soma-se a estes colégios o Instituto de Educação de Florianópolis. Esses educandários seguiram rigorosamente o ideário educativo nacionalista do Estado Novo e das autoridades educativas catarinenses servindo de modelo para o Estado. Nessas escolas, a música era parte integrante do processo de nacionalização do ensino e da formação de uma geração fortemente influenciada pelos cantos de exaltação à Pátria.

A entrevistada, Isabel Lins, que estudou no Instituto de Educação e trabalhou em outras escolas do interior do estado, lembra com muita nitidez da prática dos cantos no ambiente escolar entre as décadas de trinta e quarenta. Ela menciona que a escolas era um local bem diferente, com muita música no ar, que o tornava alegre e festivo. *“Sempre na entrada os alunos ficavam enfileirados, cantavam e depois entravam para a sala de aula com muita ordem e disciplina. Tinha hino de entrada, hino de saída, e ainda havia aulas de música e Canto Orfeônico”*<sup>352</sup>. Além destes cânticos regulares, Isabel menciona o nome de vários outros hinos. *“Cantávamos o Hino Nacional, Hino à Bandeira, Hino do Estado de Santa Catarina, Hino do Colégio, hinos que homenageavam à Pátria e à natureza”*<sup>353</sup>. O Hino Nacional, hinos cívicos e música nacionalista entoados pelos orfeões escolares, ocupavam um lugar de destaque no processo pedagógico do Estado Novo, realizando a tarefa de promoção do civismo e disciplina coletiva.

Com a prática do Canto Orfeônico o aluno era avaliado nos aspectos sociais e disciplinares, passando, portanto, por um registro contínuo. Este, porém tinha como única utilidade à perfeita inserção do indivíduo na coletividade, devendo estar em consonância com os demais membros do conjunto orfeônico. O olhar do regente deveria controlar atitudes, perceber os

---

<sup>351</sup> Rogério Luiz de Sousa, também aponta a música como uma atividade de destaque na vida estudantil desta instituição (Colégio Catarinense). Ele expõe fotos de grupos instrumentais e menciona alguns eventos. Quanto à década de trinta e quarenta, o autor lembra do forte nacionalismo e menciona que o colégio “deveria trilhar os caminhos gloriosos da História, dos Cantos Cívicos e da Língua Nacional, onde se ensinaria às crianças e à mocidade, mesmo aquelas de origem estrangeira, o afeto pela pátria brasileira”. A instrução deveria fomentar um ideal de homogeneização capaz de integrar e promover uma identidade cristã, moral e ética. “O controle social tinha que começar desde cedo, educando e alertando a criança e o jovem para o perigo a que estavam sujeitos, para que não se tornassem futuros traidores da pátria, pervertendo a moral e os bons costumes.” SOUSA, Rogério Luiz de. **Uma História Inacabada** – Cem anos do Colégio Catarinense. São Leopoldo. RS: Editora Unissinos. 2005. p. 42; 133-135.

<sup>352</sup> LINS, Isabel da Silva. (81 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 07/03/2006.

<sup>353</sup> Idem.

erros, manter a harmonia, quase que reger os sentimentos. A forma de comportamento adequado, bem como as atitudes que deveriam assumir no orfeão, é encontrada nos programas registrados no Diário Oficial do Estado e Circulares.<sup>354</sup> A proposta relativa ao Canto Orfeônico como um dos conteúdos nacionalistas foi conduzida de acordo com as regras e métodos orientados e exigidos pelo poder central.

Os egressos das escolas primárias, tendo-a concluído ou não, passaram a formar o imenso exército industrial de mão de obra não especializada do país. A distância entre a proposta de política educacional veiculada pelo Estado e a prática social estabelecida garantiu ao sistema uma perversa funcionalidade. Os excluídos do sistema escolar permaneceriam dentro dele, tempo suficiente para aprender o próprio nome, o nome do seu país, as regras de disciplinamento social veiculadas pela hierarquia e a formação cívica escolar. Nesse sentido, matérias com conteúdos disciplinadores, formadores da identidade nacional como História, Geografia, Canto e Educação Física tornaram-se fundamentais. Essas disciplinas, as tradições, o folclore, a música, a literatura, a arte, tudo deveria acender a inspiração nacionalista e o propósito comum de construir um país próspero e moderno.

Mesmo para os que não fossem aprovados nas séries iniciais do ensino primário, os dois ou três anos que permaneciam na escola repetindo a série, eram suficientes para imprimir-lhes os sentimentos mínimos necessários para a formação de pertencimento à Nação e do lugar que nela ocupavam. As escolas transformaram-se em centro de difusão dos cantos de exaltação à Pátria. Aproveitavam todo o momento para despertar a paixão pela nação brasileira, até nos *pic-nics*. Era um nicho de preparação de encontros comemorativos cívico-patrióticos, que por sua vez transmitiam a idéia de um país grande e poderoso, com o ufanismo de que tudo ia muito bem. Buscava-se criar um sentimento de “ordem e progresso” realçando a autoridade do presidente, num contexto de unidade para o progresso.

---

<sup>354</sup> Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1930 -1941, Secretaria de Justiça, Educação e Saúde, Departamento de Educação, Coletâneas e Circulares, Florianópolis, 1942.

### 3. CERIMÔNIAS CÍVICAS, MÚSICA E IMAGINÁRIO.



Cerimônia Cívica em Santa Catarina: Escolares cantam e marcham - Década de 40.<sup>355</sup>

Através da imagem fotográfica acima, pode-se observar que os alunos cantam e marcham num ato simultâneo durante o desfile de rua. Esta é uma das muitas fotografias de desfiles guardadas no álbum da professora Izoete Elisa Gouveia<sup>356</sup>, que mais tarde repassou essa herança a sua sobrinha Isabel Lins. Esta relíquia está repleta de retratos escolares e postais colecionados por essa professora, referente aos tempos de Getúlio Vargas, durante a vigência do Estado Novo. Registros semelhantes foram encontrados em casas de outros entrevistados que participaram dessa pesquisa. Essas imagens são representações do mundo

<sup>355</sup> Acervo Isabel Lins. Imagem cedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 2005.

<sup>356</sup> Izoete Elisa Gouveia Müller (1897-1966). Catarinense, natural de Itajaí, graduou-se em 1915 na Escola Normal Catarinense. Ela iniciou sua carreira como educadora em 1916, no Grupo Escolar Lauro Muller. Exerceu o magistério em várias escolas de Santa Catarina. Atuou como professora e diretora. Na década de 40 foi auxiliar de inspeção na cidade de Blumenau. Conhecida como “tia Lili”, por sua sobrinha Isabel Lins. A entrevistada relata que na década de 30 e 40, sua tia professora trabalhou com muito esmero, na região de Blumenau e Joinville, em prol da nacionalização do ensino. Em 1938, quando diretora do Grupo Escolar Luiz Delfino, cidade de Blumenau, foi presentada com um álbum fotográfico por seu aluno Nelson Gaertner no dia de seu aniversário (03/10). O aluno Nelson cursava o quarto ano masculino do curso primário, nessa instituição escolar. Este álbum contém fotografias das atividades escolares que ela participou ou promoveu. Também guardou postais, enviado semanalmente p que Getúlio Vargas enviava diretamente para ela, semanalmente. Essas informações foram retiradas da dedicatória escrita na contra capa desse álbum.

elaborado que objetivaram serem vistas. Os retratos dessas comemorações guardadas pelos protagonistas revelam o envolvimento do universo escolar com as práticas cívicas em determinados momentos da história, nos quais a música se fez presente como parte do rito de unificação daquele imaginário social.

Ao estudar as cerimônias cívicas, os cantos cívicos que delas faziam parte e formavam um determinado imaginário, considere importante estar atenta ao sentido de imaginário social adotado pelo historiador Bronislaw Bazco. Ele se refere ao imaginário social com determinadas características, considerando-o histórico e datado. Ou seja, em cada época os homens constroem representações para conferir sentido ao real. Para este historiador é difícil estabelecer separações entre instâncias do real e do imaginário, porque através da apropriação e controle dos símbolos pode haver dominação. Os símbolos fabricados pela sociedade, poderão entrar em confronto traduzindo-se em lutas, que passarão a dominar um campo simbólico.<sup>357</sup> Um olhar sobre o período do Estado Novo, permite observar muitas comemorações de caráter cívico e nacionalista pontilhando o calendário anual brasileiro na busca da fabricação de símbolos para obter controle da sociedade. As comemorações das datas cívicas por meio de desfiles, canções e festas apoteóticas, efetivaram-se nas ruas das cidades e lugares catarinenses. Essas práticas foram divulgadas no Diário Oficial do Estado Catarinense, relatórios de educação. Também estão registradas em inúmeras fotografias guardadas por protagonistas que se sentiram envolvidos na participação desses eventos.

A próxima sessão desse capítulo busca refletir sobre essas representações que tiveram a finalidade de orquestrar os sentimentos da população. Le Goff se refere a essa prática, como formas conservar a memória coletiva. Eventos festivos e controle do calendário fazem parte do interesse dos sistemas de governo, sendo notório em todos os tipos ou estilos de liderança

---

<sup>357</sup> “O imaginário social é cada vez menos considerado como uma espécie de ornamento de uma vida material considerada como a única ‘real’. (...) Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência ‘real’, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido de poderio. Os bens simbólicos, que qualquer sociedade fabrica, nada tem de irrisório e não existem efetivamente, em quantidade ilimitada. Alguns deles são particularmente raros e preciosos. A prova disso é que constituem o objeto de lutas e conflitos encarnizados e que qualquer poder impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar as outras. Os dispositivos de repressão e os poderes constituídos põem de pé, a fim de preservarem o lugar privilegiado que a si próprios se atribuem no campo simbólico, provam se necessário fosse, o caráter decerto imaginário, mas de modo algum ilusório, dos bens assim protegidos, tais como os emblemas do poder, os monumentos erigidos em sua glória, o carisma do chefe, etc”. BACZCO, Bronislaw. **Imaginação Social**. Enciclopédia Einaudi, Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. V. 5. p. 298-299.

política<sup>358</sup>. Evidentemente cada festa cívica, ou mesmo aquelas que tiveram caráter religioso, traziam sempre um não dissimulado objetivo de manter vívida na memória dos cidadãos os grandes feitos dos seus heróis. É o mesmo caso das datas significativas que recordavam mudanças importantes. No sentir dos ocupantes do poder, representariam o sucesso daqueles acontecimentos, ou ainda a evocação no imaginário popular de que, a partir daquela data, tudo seria melhor. A realidade comemorada nas datas cívicas ou de culto aos heróis, fez parte de uma construção social, num determinado espaço repleto de significações e representações inerente aos seus atores. Essas representações são condicionadas pelo ponto de vista do agente histórico que seleciona os dados do real, pinçando-os de modo consciente ou inconsciente. Portanto, “a História Cultural se torna uma representação, com a incumbência de construir uma representação sobre o já representado”<sup>359</sup>. Assim, os fatos relatados pelos protagonistas de determinado incidente são percebidos não como algo revestido de semelhança, mas de “verossimilhança”. Chartier menciona que a representação tem a capacidade de se substituir à realidade que representa, construindo o mundo paralelo de sinais, no qual as pessoas vivem<sup>360</sup>.

Pesavento analisa a leitura que o historiador faz de uma época e percebe que “é um olhar entre os possíveis de serem realizados”<sup>361</sup>. Ou seja, ele realiza uma interpretação sobre outra interpretação. Ao fazer isso, sua tarefa seria a de reimaginar o imaginado, oferecendo uma leitura plausível e coerente do passado. Portanto, o exame das grandes festas cívicas e grandes concentrações populares no período do regime de Vargas, só pode ser efetuado com esse olhar do que representou para o povo naquele momento a convocação para cada feriado nacional, cada parada militar, cada desfile escolar, ou a visita do “grande” presidente Getúlio Vargas. Esta possibilidade da apropriação do imaginário popular está presente nas ações do governo do período estudado. Percebe-se a disposição do poder em utilizar os meios

<sup>358</sup> LE GOFF lembra que no final de 1872, Gambetta escreveu no *La République Française* de 15 de julho que “uma nação livre tem necessidade de festas nacionais”. Também constata que se os revolucionários querem festas comemorando a revolução, os conservadores também não abrem mão de suas datas festivas, mas os nacionalistas superam a ambos em seu afã por estas cerimônias. Para eles, a necessidade de comemorações é maior, por se considerar a memória como um objeto e instrumento de governo. LE GOFF, Jacques. 2005, op. cit. p. 458.

<sup>359</sup> “A proposta da História Cultural seria decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas. (...) A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização, de produzir reconhecimento e legitimidade social. As representações se inserem em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade”. PESAVENTO, Sandra Jatahy. 2003, op. cit. p. 43.

<sup>360</sup> “O real assume assim um novo sentido: aquilo que é real efetivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele o cria, na historicidade de sua produção e na intencionalidade de sua escrita.” CHARTIER, Roger. 1990, op. cit.. p. 63.

<sup>361</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: Imaginando o Imaginário. **Revista Brasileira de História**, v. 15, no. 29, 1995. p 47.



disponíveis para essa ação proposital de transformar o indivíduo em agente ativo nas comemorações cívicas, levando-o a sentir-se parte desse todo. Isso só seria possível através da educação do imaginário coletivo.

Importa notar, entretanto, que os ocupantes do poder no período do Estado Novo se preocuparam com o imaginário social coletivo, como maioria. O sentido de imaginário remete à compreensão de um conjunto dotado de relativa coerência e articulação, que trabalha na chave de um sistema de representações coletivas<sup>362</sup>. Para eles, num primeiro momento, a minoria composta por imigrantes era o grupo a ser nacionalizado. Num segundo momento, com a ascensão do nazismo no cenário mundial, esses mesmos indivíduos tornaram-se o grupo perigoso a ser vigiado, coibido e mesmo reprimido pela ameaça real que, no entendimento dos ocupantes do poder nesse tempo, passaram a significar desafio para a integridade nacional. Por isso as ações de nacionalização, o espírito de valorização do sentimento pátrio e a exaltação do nacionalismo em todas as suas formas, que já se desenhava antes mesmo da guerra, tornavam-se urgentes. Preconizando ações específicas e estratégias bem elaboradas que conduzissem ao objetivo desejado pela política dominante.

Entre as ações e estratégias destacou-se o uso dos cantos cívicos. Muitas destas canções entoadas nas programações cívicas nas praças, ruas e em ambiente escolar, foram lembradas e cantadas por entrevistados. Suas melodias contribuíram para evocar as histórias daquele passado, agora construídas e transformadas pela releitura do presente. Muito do que aparece nas recordações dos depoentes, foram memórias construídas pelo regime de Vargas. Histórias contadas, evocadas pelos hinos cantados por protagonistas que contribuíram com esta pesquisa, estão reladas na última seção deste capítulo. Porém importa lembrar que essas recordações extraídas da memória se diferenciam na medida em que sua representação de certa realidade dá um novo rumo ou interpretação dos acontecimentos.

Não há dúvida que contar a história é marcar o tempo, sincopá-lo, estabelecer-lhe ritmo, criando, inventando uma unidade de sentido para o seu contador e seu interlocutor. Mas esse relatar a história passa pelo filtro da representação da realidade que cada narrador possui e que, por sua vez se reescreve à medida em que o tempo avança. Cada época numera e descreve, narra o seu tempo inventando-o. E nessa criação a própria memória é afetada,

---

<sup>362</sup> “A referência de que se trata de um sistema de representações coletivas tanto dá a idéia de que se trata da construção de um mundo paralelo de sinais que se constrói sobre a realidade, como aponta para o fato de que essa construção é social e histórica”. PESAVENTO, Sandra Jatahy. 2003, op. cit. p. 43.

tomando uma forma determinada, uma concepção, com seus antecedentes e conseqüentes, princípio, meio e fim, presente, passado e futuro. Mas, uma construção é sempre feita a partir do momento presente. Porém, importa lembrar que a construção oficial está presa à ótica dos grupos ou classes sociais vitoriosos no confronto das forças sociais. Esta é inventada ou articulada a partir do imaginário social comum a uma determinada sociedade. Os valores se impõem exatamente por aqueles que no momento dominam, ditam essas regras e forjam esse mesmo imaginário. Nesse sentido, que Bazco observa a dominação dos símbolos através do carisma, que no seu pensamento é a propaganda<sup>363</sup>. Michel de Certeau também discute como as organizações políticas buscam instituir o real articulando nossas existências e ensinando-nos o que devemos ser através de informações fabricadas<sup>364</sup>.

É dessa forma que se pode tentar entender e buscar as razões mais profundas para o “furor” cívico que motivou as vozes orfeônicas dos estudantes catarinenses a aglutinarem-se em torno de si, dos familiares e da população em geral, nos desfiles e saraus com forte apelo cívico e nacionalista. Essas concentrações de massa buliçosas, mas reverentes; sofridas, mas esperançosas; oprimidas, mas otimistas, que se alimentavam de discursos inflamados que eram mais um instrumento de apropriação de um novo imaginário. Ele foi forjado pela música habilmente propagada e imposta via Canto Orfeônico, utilizando-se do aparato escolar. Hoje faz parte de relatos e rastros deixados por aqueles dias e que chegam até o presente, propiciando ao historiador a possibilidade de acessá-las e transformá-las em imagens sensíveis, que propiciem a construção da memória de um tempo. Nele, os sons de milhares de vozes contribuíram para a consolidação do projeto nacionalista brasileiro sonhado pelo regime político varguista.

---

<sup>363</sup> “A invenção de novas técnicas, bem como seu refinamento e diferenciação, implicavam a passagem de um simples manejo dos imaginários sociais à sua manipulação cada vez mais sofisticada e especializada. A partir desse momento, a história do *savoir-faire*, no domínio dos imaginários sociais, confundem-se em grande parte com a história da propaganda, isto é, a evolução das suas técnicas e instituições, a formação do seu pessoal, campo este que continua ainda mal estudado. O desabrochar das técnicas de propaganda nos tempos modernos e a importância cada vez maior que esta ganhava no conjunto da vida pública estimularam consideravelmente a reflexão teórica e sistemática. Só no decurso do último meio século é que o *savoir-fair* e as técnicas mais ou menos artesanais da propaganda acenderam ao nível da cientificidade.” BACZCO, Bronislaw. Op. cit. p. 300.

<sup>364</sup> “Só se vêem por todo o lado notícias, informações, e sondagens. Apresentam-se como mensageiros de um ‘real’. O real contado, dito interminavelmente, aquilo que se deve crer e aquilo que se deve fazer. E quem se pode contrapor aos fatos? A pessoa tem que se inclinar e obedecer àquilo que ‘significam’, como um oráculo de Delfos. A fabricação de simulacros fornece assim o meio de produzir crentes. E, portanto praticantes. Esta instituição do real é a forma mais visível de nossa dogmática contemporânea. Articulam nossas existências ensinando-nos o que elas devem ser.” CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. 11. ed. Petrópolis, RJ:Voices, 2005. p. 287.

### 3.1. IMAGENS PRODUZIDAS, SENTIMENTOS ORQUESTRADOS.

“Apenas a imaginação pode atingir os lugares  
mais inacessíveis dos seres humanos”.  
(Germaine Staël)<sup>365</sup>

As décadas de 30 e 40 estiveram marcadas pela presença de muitas comemorações cívicas. Para levar avante esse projeto nacionalista foram estabelecidas normas relativas à participação das cerimônias cívicas. Foi decretado a participação obrigatória de todo o estudante nesses eventos, tanto promovidos na localidade, quanto os dias de festas nacionais, recomendados pelo Departamento de Educação<sup>366</sup>. Estes eventos deveriam ser comemorados por meio de marchas, cânticos e recitativos. O investimento neste tipo de formação, ou educação, do cidadão buscou “atingir os lugares mais inacessíveis dos seres humanos”, ou seja, seus sentimentos. Através de intensas manifestações cívicas e festas populares com finalidade patriótica, buscou-se difundir valores e condutas, de acordo com o ideário nacionalista. O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Santa Catarina, (subordinado ao DIP) unido ao Departamento de Educação, (vinculado ao MEC) empenhou-se produzir essa cultura nacionalista, com postura favorável ao regime do Estado Novo. Esse Departamento investiu com veemência numa ação pedagógica propagandística veiculada pela cultura e educação. Cabia a esse órgão estadual a responsabilidade de

Promover, organizar, ou patrocinar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, concertos, conferências, demonstrações das atividades do Governo, bem como exposições de arte brasileira, além de outras funções de âmbito cívico-cultural.<sup>367</sup>

---

<sup>365</sup> Esta é a clave do argumento de Germaine Staël, escritora política francesa. Ela presenciou o período agitado da Revolução Francesa (anos de 1790). Foi educada no espírito da Luzes, e acreditava que uma nova França iria se formar sob a égide da Razão. Ela manifestou uma confiança inquebrantável nos governos constitucionais convencida da primazia da razão e do pensamento filosófico. Staël defendeu o princípio de que o aperfeiçoamento das pessoas, das instituições e das nações, poderia ser alcançado em uma explícita aliança entre imaginação e paixão. BRESCIANI, Maria Stella. O poder da imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos. Germaine de Staël e as ficções literárias. In: SEIXAS, J. A.; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M (orgs.) Op. cit. p. 33.

<sup>366</sup> Cf. D'ARAUJO, Maria Celina Soares. Op. cit. p. 35 e 36.

<sup>367</sup> Decreto n. 996, Florianópolis, 19/06/1941.

Tanto o totalitarismo<sup>368</sup> como o autoritarismo<sup>369</sup>, regimes políticos antidemocráticos consideravam a propaganda e as comemorações cívicas, um fator imprescindível para o êxito de seu programa. Hannah Arendt, menciona que a propaganda foi utilizada frequentemente pelos movimentos totalitários para ganhar as massas para si. Buscavam agir de diversas formas para conquistá-las para um mundo de ficção e fantasia. Esta autora enfatiza que o totalitarismo não se esgota na mentira e na propaganda. “A obsessão com a unanimidade em torno da verdade oficial exige o terror que, pelo emprego da coerção e pela atuação da política secreta, obtém a conformidade dos comportamentos”.<sup>370</sup> D’Araújo informa que nesses regimes, a obediência política cega é traduzida como civismo e a discordância é interpretada como traição à Pátria.<sup>371</sup> Nesses regimes, as comemorações cívicas são muito importantes e necessárias.

Com graus e nuances particulares, foi isso o que aconteceu no Brasil, durante o período do Estado Novo, devido a tendência das doutrinas políticas dos países europeus. Nestes regimes antidemocráticos, o Estado tinha e deveria ter qualidades superiores às do indivíduo e às da sociedade. A liberdade individual e a livre iniciativa não seriam mais prioridades e os interesses nacionais seriam sobrepostos aos interesses individuais. O governo e a comunidade estariam unidos através de um partido ou de um líder. No caso do Brasil, Vargas era o líder representante, e assim sendo, devia fixar sua imagem como pai da nação.

---

<sup>368</sup> Totalitarismo é um regime político baseado na extensão do poder do Estado a todos os níveis e aspectos da sociedade - Estado Total, Estado Máximo -. Os regimes totalitários são violentamente opressores. Podem ser resultado da incorporação do Estado por um Partido único e centralizador, ou da extensão natural das instituições estatais. Geralmente, é um fenómeno que resulta de extremismos ideológicos e uma paralela desintegração da sociedade civil organizada. <http://pt.wikipedia.org/wiki>. Acessado 03/03/2007. Hannah Arendt descreve que o regime totalitário tem como “inimigo objetivo, aquele que pertence ao grupo que independentemente de sua conduta, pode a critério da liderança totalitária, eventualmente discordar da verdade oficial e, por isso, deve ser discriminado, isolado, punido e eliminado. ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. 1989, op. cit. p. 5.

<sup>369</sup> O autoritarismo é um regime político em que é postulado o princípio da autoridade, sendo aplicada com frequência em detrimento das liberdades individuais. Para se manter no poder, o autoritarismo, lança mão das seguintes estratégias: exclusividade do exercício do poder; agressividade à oposição, controle do pensamento, censura às opiniões, cerceamento das liberdades individuais, cerceamento das liberdades de movimentação, emprego de métodos ditatoriais e compulsórios de controle político e social. Na prática os regimes baseados nesses pressupostos foram e são ditaduras, pois ao apregoarem o fim do conflito político como caminho para a paz e o desenvolvimento, usam o poder do Estado para suprimir outras formas de poder. Cf. D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. op. cit. p. 12 - 14.

<sup>370</sup> “Essas questões, até mesmo os boatos, o totalitarismo extrai de diversas maneiras da vida social para transformá-las e dar a elas uma dimensão superior, de escândalo público ou de ficção”. ARENDT, Hannah. **O Sistema Totalitário**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978. p. 402.

<sup>371</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. loc. cit.

Getúlio Vargas percebia a necessidade da identificação com a imagem para a boa organização da nação e deixava claro que, só os povos bem organizados, de vigilante espírito nacionalista subsistem<sup>372</sup>. Assim, as imagens nacionalistas entraram em cena, garantindo simultaneamente identidade ao sujeito (o brasileiro) e ao objeto (a nação brasileira). Pécaut lembra que as imagens veiculadas pelo discurso nacionalista, passavam a ter uma força persuasiva e ao mesmo tempo constrangedora. Essa metodologia visava criar no destinatário, não só o sentimento da necessidade de agir de maneira determinada, mas também convencê-lo de que aqueles que proferem o discurso podem ser os condutores da ação.<sup>373</sup> Este procedimento possuía um efeito de cunho psicológico. Era importante estabelecer o espírito de família e nação rumo ao Estado Novo.

Ainda mais que no Brasil se reuniam povos das mais diversas origens, constituindo-o lugar da diversidade cultural, herança da tradição de povoamento heterogêneo. Neste lugar e momento, a definição do conceito de Pátria, tanto para imigrantes quanto para brasileiros, parecia ser de importância essencial. Evidentemente Vargas queria unificar os sentimentos pátrios da grande nação chamada Brasil. Havia uma forte preocupação em “abrasileirar o brasileiro”. A esse respeito Mario de Andrade, demonstrou sua preocupação em uma carta a Carlos Drummond, escrevendo: “Não há civilização, há civilizações, cada uma se orienta conforme as necessidades e ideais de sua raça”<sup>374</sup>. A prioridade era identificar e construir o verdadeiro espírito da nacionalidade que estaria difuso e disperso no inconsciente da nação. Transformar tal diversidade em uma coesão de ideais em busca de uma identidade nacionalista tornava-se imprescindível no Estado de Santa Catarina, já que se constituía local de grande concentração de imigrantes com identidade própria, culturas<sup>375</sup> diferentes e linguagem distinta.

---

<sup>372</sup> PÉCAUT, Daniel. Op. cit. p. 63

<sup>373</sup> Ibid.

<sup>374</sup> “Era preciso impedir que a nacionalidade, ainda que fosse tão incipiente de construção, fosse ameaçada por agentes abertos ou ocultos de outras culturas, outras ideologias e outras nações”. Esta era a preocupação de Mario de Andrade e de outros intelectuais que atuavam neste período. Cf. SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet.; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. (orgs.). Op. cit. p. 98.

<sup>375</sup> Prost explica que é a cultura que estabelece a comunicação entre os indivíduos compõe o grupo e sua comunidade, mas a cultura é também mediação entre o indivíduo e sua experiência; é o que permite pensar a experiência, dizê-la a si mesmo dizendo aos outros. PROST, Antonie. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOX, J.P.; SIRINELLI, J.F. (direção). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editora Estampa. 1998, p. 123.

Através do exame de documentos oficiais<sup>376</sup> publicados nesse período, no Estado Catarinense, é possível perceber o esforço dos dirigentes em explorar as emoções. A brasilidade procurou traduzir-se em sentimentos atuando sobre os indivíduos pela literatura veiculada, pela poesia, pelos discursos, pela pintura, pela música e outras formas artísticas. Com esses meios buscou-se conseguir uma identificação com os ideários do poder central, aparentemente impossível de se alcançar.

Portanto, para o presente estudo, é significativo considerar o sentido de apreensão do imaginário, levantado por Bresciani, quando aborda os sentimentos de identidade nacional. Ela analisa as ficções literárias da Madame Staël do período da Revolução Francesa. Observa que, já nessa época, esta escritora política defendia a idéia da necessidade de despertar as paixões públicas através da educação das emoções. Staël considerava que o amor pela glória, o apreço aos deveres, à dignidade e às virtudes republicanas constituiria a alavanca que impulsionaria o homem a sair de si mesmo e a procurar a estima na opinião de seus semelhantes. “Somente o sentimento de pertença à pátria, enraizado no ‘foro íntimo’ de cada um, confere garantia de unidade diante da evidente diferença individual, e até mesmo da desigual condição dos cidadãos”<sup>377</sup>. Esta escritora, assim como muitos outros intelectuais da época, lembra Bresciani, acreditavam que, para fixar o equilíbrio exigido pela estabilidade das instituições democráticas, seria preciso aperfeiçoar os costumes pela educação do foro íntimo<sup>378</sup>. Nesse sentido, ganha particular importância sua afirmação de que os governantes podem e devem fazer com que os sentimentos e a imaginação de cada cidadão coincidam com o desígnio da Pátria. Há um reconhecimento de um espaço direto para a paixão e os sentimentos. Portanto, se a influência do espírito sobre a conduta, é o único dos pensamentos

---

<sup>376</sup> Diário Oficial do Estado de Santa Catarina; Relatório do Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas dirigido ao Ministro da Educação – Gustavo Capanema; jornais e periódicos deste período; Coletâneas e Circulares. Florianópolis, 1942 e 1945. Livro de Ivo D’Aquino sobre a nacionalização do ensino e os aspectos políticos.

<sup>377</sup> “Neles se expressam a certeza de que as convicções racionais devem penetrar o ‘foro íntimo’ de cada um de modo que o comportamento exteriorize espontaneamente os julgamentos da consciência. Os sentimentos racionalizados são assim para ela, decisivos para a adesão espontânea aos valores políticos de respeito às leis e amor à pátria”. BRESCIANI, Maria Stella. O poder da imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos. Germaine de Staël e as ficções literárias. In: SEIXAS, J. A.; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (orgs.) Op. cit. p. 32.

“Foro íntimo aparece, neste contexto, como uma espécie de tribunal interno e secreto no qual a consciência atuaria como juiz. Sendo por natureza subjetiva, essa consciência pode ser afetada pelas emoções, que por sua vez não estão sob os ditames da razão. Germaine Staël define o ‘foro íntimo’ como o “habito de se curvar continuamente sobre si mesmo, uma característica dos povos cristãos”. É exatamente nesse ponto que ela vê o encontro da generalidade da regra com a multiplicidade dos indivíduos, onde as exceções e as diferenças são inevitáveis”. Ibid. p. 33 e 44.

<sup>378</sup> Ibid. p. 46.

humanos que demanda um outro regulador além do cálculo da razão, é importante a formação dos sentimentos coletivos pela educação moral de um povo.

Balandier também considera que o poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada, teria uma existência constantemente ameaçada. O poder exposto exclusivamente pela razão teria pouca credibilidade<sup>379</sup>. Isto significa que deve haver envolvimento emocional induzido por uma simbologia que trabalha uma aspiração concreta, mesmo que utópica, e que ganha ares de realidade na manipulação do imaginário coletivo. Isto convinha a um regime autoritário, pois os valores e crenças que poderiam representar uma reação ao poder dominante, são substituídos por outros, implantados sutilmente pelo uso de apelos à emoção, às sensações e a outros mecanismos de manipulação das massas<sup>380</sup>.

O projeto nacionalista de Vargas fez um forte apelo nesse sentido, evitando a idéia de imposição, o que geraria sentimentos de aversão ou rejeição. A tentativa de envolver o indivíduo num sentimento de parceria e não de sentir-se dominado, pode ser percebido nas ações governamentais desse período. As imagens produzidas pelo aparato governamental, durante o Estado Novo, buscaram educar o imaginário das pessoas, através de manifestações e solenidades, cuja dimensão propagandista tinha a função essencial de sugerir uma impressão de unidade e comunhão coletivas e de gerar estados de tensão emocional.

Portanto, o calendário de comemorações cívicas a partir de 1937, tornou-se objeto de rigorosa atenção por parte do Estado brasileiro. Excesso de festas e performances que, encenadas por milhares de brasileiros como uma massa ornamental, tornava-os parte da obra que representavam, tirando-os da contemplação passiva. Os espetáculos realizados em presença de multidões visavam anestesiar o senso crítico dos receptores, tomando-os mais permeáveis às mensagens emitidas. Assim a massa seria incorporada ao sentido inquestionável dos valores cívicos do Estado, diante dos limites entre o espectador e o entusiasta.

---

<sup>379</sup> BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1982. p. 05–78.

<sup>380</sup> Hannah Arendt aborda o termo “massas” no sentido de um grupo de pessoas que falta aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massas só se aplica quando lidamos com pessoas que simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes. Os regimes totalitários sempre comandam e se baseiam no apoio das massas. ARENDT, Hannah. **O Sistema Totalitário**. Op. cit. p. 392-399.

As comemorações oficiais iniciadas no Estado Novo criavam o tempo festivo visando aproximar o poder público do povo e construir a “alma” brasileira, a brasilidade. As paradas cívicas, representações da ordem social e comemorações obrigatórias fizeram parte do calendário oficial. Lê Goof menciona que a multiplicação de comemorações, em prol da sedução da memória coletiva, foi conduzida pelos governantes, durante o século XIX e início do século XX<sup>381</sup>. Este autor chama atenção para o fato de que nas sociedades desenvolvidas, os novos arquivos de memória coletiva não escaparam à vigilância dos governantes e buscaram controlar esta memória<sup>382</sup>. Nesse sentido, o pensamento Jean Pierre Rioux assemelha-se as idéias de Le Goff. Esse autor percebe que a memória coletiva é organizada pelo Estado, escola, organizações políticas ou sindicais. Enquanto que uma memória comum, constantemente é refrescada por narrativas que marcam a coesão do grupo e tornada comum pela repetição<sup>383</sup>. Já Pierre Nora observa que, “a memória coletiva esgota sua função comemorativa utilizando elogios, significações simbólicas, bandeira nacional, circuito de festas, peregrinações”.<sup>384</sup>

As datas comemorativas, celebradas em todo o território nacional, possibilitaram a construção da memória coletiva dos cidadãos brasileiros, bem como um estado de cumplicidade entre todos os indivíduos que passaram a compartilhar desse “espírito cívico”. Isto representou a criação de um tempo em padrões cíclicos, característico da modernidade propagada nessa época. Responsável por agregar o passado, o presente e o futuro, num mesmo módulo, de forma eficiente no oferecimento de uma conservação duradoura, já que, sua força residiria em não ser facilmente modificável. Neste caso, o passado assegura as referências míticas, o presente as atualiza através de ritos, responsáveis por gerar um futuro seguro. O Estado Novo buscava atingir, através das comemorações cívicas, que eram verdadeiras propagandas do governo, a legitimidade necessária à sua manutenção. Composto o conjunto das cerimônias cívicas, comemorava-se a Semana da Pátria, o aniversário do presidente e do Estado Novo, o dia do trabalho, de Tiradentes, de Duque de Caxias, da Bandeira, da Raça, do Soldado, e outras datas impostas pelos Estados e Municípios. Em Santa

---

<sup>381</sup> LE GOFF, Jacques. 2005, op. cit. p 461.

<sup>382</sup> “Nas sociedades desenvolvidas, os novos arquivos de memória coletiva (arquivos orais e audiovisuais) não escaparam à vigilância dos governantes, buscando controlar esta memória, tão estreitamente como novos utensílios de produção, através dos meios de comunicação. (...) O historiador deve trabalhar de tal forma que, a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. Ibid. p. 471.

<sup>383</sup> Rioux exemplifica a memória coletiva dos operários metalúrgicos. Eles possuem memória partilhada ativa, militante. RIOUX, Jean-Pierre. A Memória Coletiva. In: RIOUX, J.P.; SIRINELI, J.F. (orgs.) Op. cit. p. 320.

<sup>384</sup> NORA, Pierre. Op. cit. p. 27.



Catarina além destas datas, festejava-se o aniversário do interventor Nereu Ramos e das cidades. Aproveitava-se também para tornar dias festivos e declarar feriado facultativo, as inaugurações de retratos de personalidades e visitas de autoridades. Nestas situações organizavam-se programas cívico-patrióticos que favoreciam a aglomeração de gente.

Importa inserir nesse contexto um novo elemento para fortalecer os esforços de produção do sentido de brasilidade. A partir do ano 1941, Congressos de Brasilidade foram realizados anualmente até 1944. As diretrizes para sua realização eram impostas pelo governo federal e encaminhadas aos estados. A programação ocorria durante dez dias consecutivos. Iniciava no dia que antecedia o aniversário da instalação do Estado Novo, 10 de novembro, e concluía no dia da Bandeira. Ou seja, esses Congressos eram festejados nos dias 09 à 19 de novembro. O encerramento acontecia no dia da Bandeira por ser o ícone de uma nação. A culminação dessa seqüência de comemorações levava o indivíduo refletir sobre os detalhes da Bandeira Nacional brasileira e sua representação para o cidadão. Cada cor, traçado, estrela, frase ou detalhe repleto de significados, exigia respeito e atenção do cidadão que aqui vivia.

As escolas prestavam homenagens a este símbolo nacional todos os sábados, em obediência ao Decreto Estadual. Nessas comemorações sempre cantavam o Hino Oficial da Bandeira e proferiam a oração fornecida pelo Departamento de Educação. Tanto a poesia do Hino como da oração foram escritas pelo poeta Olavo Bilac. Inspirado nesse ícone brasileiro, alguns músicos catarinenses compuseram canções de louvor. Isabel lembra com emoção da canção “Bandeira do Brasil ninguém te manchará” e “Brisa”. Esta última canção é de autoria do Inspetor Areão. As associações e repartições públicas costumavam hastear a bandeira regularmente e participavam da homenagem do encerramento do Congresso de Brasilidade.

Quando o I Congresso de Brasilidade aconteceu em Florianópolis, no ano de 1941, realizaram-se nove conferências. Todas convergindo para a unidade política, cultural, histórica, moral, social, geográfica, econômica e patriótica. Estas conferências foram publicadas no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, para que o cidadão pudesse reviver estes momentos. Durante esses Congressos, além das conferências e programações noturnas, havia comemorações alusivas à Pátria durante o dia. Em todos esses dias a bandeira era hasteada nas escolas e repartições públicas. A programação diurna era variável e animada com apresentações das bandas de música da Força Policial, e 14º B. C no Jardim da Praça 15 de Novembro e outras atividades cívicas. O dia 10 de novembro era comemorado com o desfile dos escolares nas principais ruas da cidade. Havia um cuidado minucioso montado

pelo aparato estatal em relação à mobilização popular, e também à obrigatoriedade da participação no ideário nacionalista.

O Diário Oficial do Estado de Santa Catarina publicava o planejamento detalhado dessas festas, bem como a descrição das performances alusivas a comemorações cívicas. Apareciam também os nomes das instituições participantes, dos colégios, associações, comerciários, bem como a ordem e o momento da participação cívica. Em cada dia comemorativo, além das autoridades que proferiam conferências visando despertar o sentimento patriótico nos seus ouvintes, havia apresentações de escolares e militares. Bandas tocavam hinos pátrios, escolares declamavam recitativos e entoavam hinos de louvor à Pátria. Para exemplificar a participação dos escolares, descrevo como esse fato aconteceu no I Congresso de Brasilidade, na cidade de Florianópolis. Os seguintes estabelecimentos de ensino: Grupo Escolar Padre Anchieta, Grupo Escolar Silveira de Souza, Grupo Escolar Lauro Muller, Grupo Escolar São José, Grupo Escolar Modelo Dias Velho, Liceu Industrial, Ginásio Catarinense, Instituto de Educação Coração de Jesus e Instituto de Educação de Florianópolis, foram convocados para homenagear o dia a instalação do Estado Novo (10/11/1941). Com certa antecedência, os nomes dessas instituições de ensino, e a ordem em que deveriam se apresentar foram publicados no Diário Oficial.<sup>385</sup>

Em todos os anos em que os Congressos foram realizados, seguiu-se o mesmo procedimento. O Diário Oficial publicava reiteradas vezes os detalhes da participação de cada instituição. Os escolares, além de participar através de marchas, recitativos, canções e hinos pátrios, realizavam homenagens ao presidente. Assim o evento se constituía de um profundo caráter simbólico, ao aproximar a inocência e a sinceridade infantil do comandante supremo da Nação. O 2º Congresso de Brasilidade, ocorrido em novembro de 1942, inaugurou suas programações no dia dez de novembro, no Teatro Álvaro de Carvalho, com a participação da banda de música da Força Policial, e de escolares que abrilhantaram o programa entoando hinos cívicos e canções patrióticas<sup>386</sup>. Através do registro desses eventos, pode-se perceber nitidamente a importância da música para o projeto de nacionalização. Wisnik analisa a música como “um foco de atrativos que se presta a variadas utilizações e manipulações. Instrumento de trabalho, habitat do homem-massa, meio metafísico de acesso ao sentido para

---

<sup>385</sup> DOESC. (04/11/1941)

<sup>386</sup> Idem. (11/11/1942) As notícias e programações relativas aos Congressos de Brasilidade, ocorrido nos meses de novembro de 1941 a 1944, estão disponíveis no Diário Oficial Catarinense.

além do verbal, recurso de fantasia e compensação imaginária. Meio ambiente de dominação e de expressão de resistência, de compulsão repetitiva e de fluxos rebeldes, utópicos, revolucionários”<sup>387</sup>.

Congressos de Brasilidade também foram realizadas nos municípios do interior do Estado, seguindo as mesmas diretrizes nacionais. Os programas que ocorriam concomitantemente às comemorações cívicas eram enviados a Nereu Ramos, para serem controlados. Importa notar que, para que essa estratégia pudesse alcançar o êxito pretendido, o método utilizado foi nitidamente o da persuasão por Decreto, e o conseqüente acompanhamento ‘policinado’ para garantir a execução. Também se percebe através das determinações emanadas dos Decretos e Portarias naquele período do Estado Novo, o registro de um cuidado excessivo na centralização até mesmo de detalhes de uma programação cívica conforme se pode notar através dos Diários Oficiais de Santa Catarina e circulares daquela época<sup>388</sup>. O anúncio do horário e local das programações das cerimônias de outras cidades, também estava presente no Diário Oficial do Estado, descrevendo como os escolares deveriam participar destas programações. Destacavam a importância das ‘marchas, recitativos, hinos e canções patrióticas’. Depois de cada evento esbanjavam-se notícias como estas: “De acordo com o programa previamente elaborado, houve no dia 18 de novembro, em todos os estabelecimentos de ensino, preleções sobre o culto e o significado do pavilhão nacional, além de cantos e recitativos alusivos á Pátria.”<sup>389</sup>

De Campos Novos – Tenho a honra de comunicar na V.Excia. que ficou organizado o seguinte programa comemorativo do 2º. Congresso de Brasilidade: dia 10 às 8 horas, hasteamento da Bandeira Nacional, na Praça Lauro Muller; às 14 horas desfile dos educandos, às 20 horas oradores falando sobre as grandes realizações do Estado Novo, instituído e orientado sabiamente pelo grande Presidente Getúlio Vargas e logo após os escolares entoarão hinos e canções patrióticas.<sup>390</sup>

As autoridades estaduais e locais, padres, professores, alunos, funcionários públicos, comerciantes e toda população em geral recebiam convites para estarem presentes nessas

<sup>387</sup> WISNIK, José Miguel. Algumas questões de música e política no Brasil. In: BOSI, A. (org) Op. cit. p. 115.

<sup>388</sup> O Decreto-Lei n. 76, art.2º do dia 04/03/1938, determinou o controle nas programações de comemorações cívicas e escolares. Era solicitado antecipadamente o envio do programa de cada atividade comemorativa ao Departamento de Educação. Um exemplar do programa deveria ser remetido para ser examinado para aprovação de sua execução nas comemorações. Este poderia ser desaprovado no todo, ou em parte, se não correspondesse às exigências daquele departamento.

<sup>389</sup> DOESC. (20-11-1942)

<sup>390</sup> Idem. (17-11-1942)

festividades. Conectavam-se aos ideais de unidade, juventude, raça e brasilidade, bem como na afirmação do corpo da Pátria: “um corpo saudável, higiênico, produtivo”.<sup>391</sup> Divulgações similares de outros lugares também marcavam as páginas dos jornais e Diário Oficial Catarinense. Entre as várias cidades catarinenses, as mais citadas foram: Canoinhas, Itajaí, Jaguaruna, Hamônia, Meleiro, Joinville, Rio do sul, Rodeio, Timbó, Tubarão, Urussunga, Rodeio, Porto União, Porto Belo, Blumenau e Joaçaba. Após a descrição da programação seguia-se uma nota de louvor e exaltação ao Presidente Getúlio Vargas. Também não faltam elogios à obra grandiosa dos interventores, à Pátria e a glória dos heróis. Pode-se perceber que estas são localidades – cidades – que abrangem todas as regiões do Estado.

Tanto estes Congressos quanto as demais comemorações alusivas à Pátria, costumavam ser publicadas nos principais jornais de circulação, como Gazeta, Diário da Tarde, e Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. Estes periódicos anunciavam as cerimônias cívicas com dez dias de antecedência, repetindo diariamente a notícia até o dia do evento. Quando se tratava de parada cívica, a ordem da programação e o local de encontro dos que desfilariam, eram publicados com todos os detalhes. Outras comemorações cívicas ocorridas nos teatros ou bailes também eram anunciadas. Após o evento, essas programações também eram noticiadas reiteradas vezes por muitos dias. A participação da imprensa na divulgação da programação e no registro dos desfiles pode ser entendida como um profundo envolvimento na construção de mitos de nacionalidade, atenta para o fato de que as festividades cívicas eram importantes para fomentar sentimentos nacionalistas.

Os cantos orfeônicos faziam parte dos eventos cívicos, acontecendo muitas vezes em praças públicas. Isabel Lins se recorda de muitas canções que cantava na Praça XV de Novembro em Florianópolis. “Nós marchávamos e cantávamos ao mesmo tempo”. Assim que termina de falar, canta partes da canção em homenagem à Bandeira, gesticulando simultaneamente: “*Bandeira do Brasil, ninguém te manchará...; Marchar, marchar para frente, lutar incessantemente*”<sup>392</sup>. Zenilda Lins, outra depoente, também lembra que havia muitos desfiles na cidade:

A fanfarra ia à frente do pelotão de alunos. Estes acompanhavam o desfile marchando, quando chegavam perante o palco, na presença das autoridades, as crianças cantavam hinos pátrios, e canções como “estudante do Brasil,

---

<sup>391</sup> Idem.

<sup>392</sup> LINS, Isabel da Silva. Entrevista já citada.

tua missão é a maior missão”. A canção da mocidade brasileira, e as solenidades sempre encerravam com o Hino Nacional.<sup>393</sup>

Ela continua em sua narrativa entusiástica falando que tanto participantes como espectadores pareciam estar envolvidos pelo programa cívico. Também conta que todos participavam sem reclamar ou criticar. Afinal, diz ela, “*não havia espaço nem para pensar em não cumprir as normas estabelecidas para a realização desta programação. Claro que era muito rígido, mas hoje foi para outro extremo e houve perda da identidade brasileira*”.<sup>394</sup>

O Inspetor Federal, João dos Santos Areão, que viajava por todo estado catarinense, trabalhando *in loco* nas escolas em prol da brasilidade. No último trimestre de 1939, esse educador relatou que fez várias viagens em companhia do Sr. Superintendente Geral do Ensino, professor Sebastião de Oliveira Rocha. Entre as cidades visitadas ele destacou a visita à cidade de Joinville, onde houve uma linda manifestação de patriotismo, “deixando transparecer muito da ordem e disciplina impostas aos educandos”<sup>395</sup>. O inspetor Federal relata que após percorrer todos os estabelecimentos de ensino primário daquela cidade, e assistir á várias reuniões de alunos, professores e inspetorias de ensino, tiveram “a oportunidade de apreciar o desfile de 2.400 crianças todas uniformizadas, no qual marchavam e cantavam com muito garbo e entusiasmo, como as fora uma verdadeira parada”.<sup>396</sup>

Todas estas festividades cívicas e atividades populares utilizaram à música e os cantos nacionalistas, com a finalidade de moldar o imaginário, buscando a unidade do regime Vargas. Os dirigentes educacionais e políticos se empenharam em trabalhar exaustivamente com os estudantes do Brasil. Nota-se que, uma das estratégias foi à exaltação da figura do presidente de várias formas e utilizando todos os recursos disponíveis. O objetivo era tornar Getúlio Vargas o mais próximo possível da população, a fim de imprimir sua imagem como “Pai da Pátria”. Por isso sua presença em cada local que visitava e em qualquer cerimônia na qual discursava conferia um ar de encantamento entre participantes e expectadores. Sua agenda de visitas o levou a estar em vários estados e cidades do Brasil. Em março de 1940,

---

<sup>393</sup> LINS, Zenilda Nunes. Entrevista já citada.

<sup>394</sup> Idem.

<sup>395</sup> AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório, 4º trim., 1939.

<sup>396</sup> Ibid.

Santa Catarina foi privilegiada, com a primeira visita oficial do excelentíssimo presidente Getúlio Vargas<sup>397</sup>.

Durante esta visita no Estado, o Presidente da República inaugurou algumas obras e retratos de sua imagem, em locais públicos. São Francisco, Florianópolis, Joinville e Blumenau receberam o ilustre Chefe da Nação. Houve grande preparo para recepcioná-lo com muita pompa. Os cidadãos entusiasmados com o progresso e idealismo do Novo Brasil organizaram uma grande festa cívica, com a participação de escolares, comerciários, sindicatos, sociedades esportivas, associação de classe e militares. Em Blumenau, local de forte concentração germânica, o presidente Getúlio Vargas, pronunciou um discurso inflamado e ufanista, elogiando o espírito empreendedor dos “brasileiros” das colônias. Depois enlaçou carinhosamente duas crianças louras de olhos azuis, e ao se afastar, lhes afagou a cabecinha<sup>398</sup>. A foto desse gesto foi publicada em jornais de circulação local e estadual com os dizeres: “Chefe acariciando uma menina loura”<sup>399</sup>. O propósito era apresentar a imagem de um Getúlio democrata, com gestos de simpatia e bondade, o legítimo “Pai da Nação”.

Isabel, Zenilda, Dilma e Mauro Gil, lembram da visita de Getúlio Vargas à Florianópolis. Eles contam que foi um dia muito chuvoso e que apesar do mau tempo, a programação seguiu seu curso normal. Eles lembram que todos os alunos ‘cantavam e marchavam’. Embora suas roupas estivessem encharcadas, continuavam ‘cantando e marchando’. O fato que aconteceu com a depoente Zenilda, ilustra a rigidez mantida durante o ato cerimonial. Ela conta que devido à chuva e ao frio, sua mãe preocupada com sua saúde, mandou levar um casaco azul da mesma cor da saia do uniforme para colocar por cima da blusa de uniforme. Mas, quando Getúlio Vargas chegou e todos os alunos já estavam alinhados no pátio, a professora a fez tirar o casaco. “*Era imprescindível estarmos todos devidamente uniformizados. Eu era pequena, (7anos mais ou menos), senti muito frio e nem tinha vontade de cantar, mas cantei baixinho, para a professora não brigar comigo*”. Zenilda lembra que a professora só devolveu o casaco no outro dia. O fato a entristeceu, pois teve que ir para casa molhada e com frio. Esta situação é apenas um exemplo da rigidez do programa

---

<sup>397</sup> “Pela primeira vez Santa Catarina vai ter a oportunidade de manifestar diretamente à pessoa ilustre de Getúlio Vargas o seu reconhecimento por tudo que tem feito”. DOESC. Ano VI, n. 1720. (09/03/1940).

<sup>398</sup> Jornal Cidade de Blumenau, n. 23. (13/03/1940).

<sup>399</sup> Jornal Gazeta. Florianópolis. Ano VI, n. 1682. (12/03/1940).

cívico e o respeito ao chefe da nação num regime autoritário. Percebe-se também o lugar que o canto cívico ocupava neste cenário, porque os alunos não podiam parar de cantar e marchar.

Já, Isabel Lins lembra-se daquela visita do presidente com muita saudade. Com lágrimas nos olhos, ela nos disse que toda vez que olha para o Palácio, lembra como se fosse hoje, daquele dia festivo e emocionante. O dia em que teve o privilégio de conhecer o grande chefe da nação, Getúlio Vargas. Com muito entusiasmo Isabel relatou que a banda da força militar ia à frente de todo o pelotão da escola, e todos os alunos marchavam e cantavam com muito entusiasmo as músicas; “Estudante do Brasil” e “Mocidade do Brasil”. O apogeu dessa festividade ocorreu em frente ao Palácio do Governo, e a depoente menciona que *“ali em frente ao Palácio, todos os alunos e professores, cantaram o Hino Nacional com uma reverência enorme, e nem nos importamos com chuva que nos deixava bem molhados”*<sup>400</sup>. Dilma outra entrevistada, contou-nos como vivenciou esse dia: *“nós cantávamos com muito fervor e não havia nada que nos fizesse parar de cantar na hora indicada de uma cerimônia cívica”*. Depois de uma pausa Dilma comenta que ela com muitos colegas, marchavam e cantavam em frente ao Palácio do Governo. *“Chovia, as gotas de chuva nos deixavam molhados, mas não parávamos de cantar e marchar. Era uma emoção muito grande! Nós cantamos para louvar o Brasil!”*<sup>401</sup>.

O Diário Oficial noticiou este episódio, e destacou que “apesar da chuva que caía sobre a cidade de Florianópolis, houve às 17 horas, do dia 10 de março de 1940, uma grande manifestação recepcionando o excelso Chefe da Nação, com participação das forças de terra e mar, escolares, sociedades esportivas, associação de classe e sindicatos”<sup>402</sup>. Também nesse documento é relatado que a Banda da Força Pública ia à frente dos sub-grupamentos de escoteiros e escolares, seguindo as orientações determinadas. A programação foi anunciada com detalhes, indicando a ordem e a posição dos grupamentos<sup>403</sup>. As manifestações públicas, com detalhe de programação, visavam atestar a impressão de unanimidade dessa comunhão nacional, desse bem estar político e dessa aceitação às diretrizes impostas, sem a possibilidade de contestação. Entre as datas cívicas determinadas pelo calendário oficial, destacava-se a Semana da Pátria, tendo como ponto culminante o Dia Sete de Setembro, dia de comemorar a

---

<sup>400</sup> LINS, Isabel da Silva. Entrevista já citada.

<sup>401</sup> LIVRAMENTO, Dilma. Entrevista já citada.

<sup>402</sup> DOESC. (17/03/1940)

<sup>403</sup> Ibid.

Independência do Brasil. Nesta data havia um envolvimento massivo de todos os setores públicos e privados. Nos dias próximos ao Sete de Setembro, jornais de vários estados traziam garbosas manchetes sobre as comemorações da “Semana da Pátria”, principalmente a respeito da grande demonstração orfeônica e do discurso do presidente, na Hora da Independência que ocorria no Distrito Federal<sup>404</sup>.

Este evento esteve a cargo do Ministério da Educação e Saúde, envolvendo também na sua organização a Prefeitura e os órgãos de propaganda do Ministério da Justiça. Essa festa foi concebida para ser o encerramento da “*Semana da Pátria*”. Schwartzman, Bomeny e Costa, comentam que a exibição musical de Canto Orfeônico fazia parte desta comemoração cívica. As músicas eram freqüentemente hinos de exaltação à nacionalidade, como: “Luar do Sertão”, o “Hino da República” e a marcha “Sete de Setembro”<sup>405</sup>. O Canto Orfeônico era executado como uma ação metafórica de integração do indivíduo em um todo harmônico, representado nesse caso pelas músicas nacionais. A criação de uma harmonia nacional através da canção era o ponto central daquela cerimônia. Após o concerto musical apresentado pelos escolares, o presidente Getúlio Vargas pronunciava seu discurso. As notícias referentes a essa programação, enchiam as páginas dos jornais de vários estados do Brasil. Os representantes de Santa Catarina também apresentavam comentários elogiosos aos espetáculos cívicos.

Senhores, as festas cívicas dos países americanos ampliam cada vez mais a sua significação, transpõem fronteiras, ecoam por outras terras e se tornam motivo de conagração e exaltação dos ideais de concórdia, de labor fecundo e recíproco apoio. Neste Sete de Setembro evocador da magna data da nossa história. (...) O espetáculo maravilhoso e simbólico se renova neste estádio, onde a *juventude das escolas cantando em coro*, louva a generosa terra americana, exaltando as glórias do seu passado e as esperanças do seu futuro.<sup>406</sup>

O canto em coro dos escolares para louvar a terra brasileira, marcou o ponto alto dessa programação. Esse espetáculo carregado de simbologia exaltava o trabalho e a disciplina

---

<sup>404</sup> “A Hora da Independência terá lugar no dia 7 de setembro, às 16horas, no estádio do Clube de Regatas Vasco da Gama e constituirá numa demonstração cívico-orfeônica, na qual tomarão parte 30 mil crianças das escolas primárias e secundárias e 11 bandas militares do Exército, da Marinha, da Polícia e do Corpo de Bombeiros, sob a regência do maestro Villa-Lobos... “As comemorações do dia da pátria no Estádio do Vasto da Gama”. A Noite. Rio de Janeiro. (08 /09/1939.) O Ministro da Educação vem desenvolvendo grande atividade no sentido de dar o maior brilho possível, a solenidade da Parada da Mocidade, e de dar a Hora da Independência, que se realizarão por ocasião dos festejos comemorativos da Semana da Pátria, a transcorrer nos primeiros sete dias de setembro próximo entrante”. Correio Paulistano. São Paulo. Ano LXXXVI – no. 25.609, p. 2. (30/08/1939)

<sup>405</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet,; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. (orgs.). Op. cit. p. 108.

<sup>406</sup> DOESC. n. 1587. (13/09/ 1939)



como sustentáculo do Brasil Novo. Wisnik percebe que a música muitas vezes “foi usada como recurso de fantasia e compensação imaginária”<sup>407</sup>. O autor considera o som diferenciado dos demais objetos concretos que povoam o nosso imaginário, porque por mais nítido que seja o som, ele é invisível e impalpável. “O seu valor de uso mágico reside exatamente nos sons organizados que informam sobre a estrutura oculta da matéria no que ela tem de animado”.<sup>408</sup>

Em 1939, ano em que o espetáculo das vozes estudantis ecoou no Estádio do Vasco da Gama, sob regência do maestro Villa-Lobos, para todo o Brasil, Santa Catarina também teve uma grande noite de arte. Esta foi ofertada pelo Interventor Nereu Ramos à sociedade florianopolitana no Teatro Alvaro de Carvalho. Esta programação, foi considerada um acontecimento marcante nas solenidades da passagem do dia Sete de Setembro, ‘data magna da nacionalidade’. “As figuras mais representativas da alta sociedade, viveram horas de intensa vibração artística, com a exibição do esplendido conjunto musical-vocal da Sociedade Dramático-Musical Carlos Gomes de Blumenau, sob a impecável regência do maestro Heinz Geyer”<sup>409</sup>. Esse concerto musico-vocal, como parte do protocolo, foi anunciado com antecedência divulgando sua programação. Após a apresentação, os jornais continuavam noticiando o sucesso do concerto musico-vocal, que homenageou a Semana da Pátria:

As 20:30 horas teve início o concerto, com a execução do Hino da Independência, pela orquestra, seguindo-se a abertura da ópera “Guarani” de Carlos Gomes. Logo após, orquestra e coro davam cumprimento à segunda parte do programa com a suite sinfônica “Brasil”, de autoria do maestro Geyer. dividida em três partes, a primeira em andamento *adágio*, intitulada-se Minha Terra, calcada em motivos do célebre poema Gonsalves Dias. (...) A segunda parte em serve a motivos cheios de beleza pictórica, onde aparece o nosso tropeiro rude, de alma simples, entoando uma canção, muito bem interpretada pelo sr. F. Brak. Do *moderato* da segunda parte, passa a suite para um *allegro finale*, denominado A Bandeira, uma expressiva alegoria ao pavilhão nacional. O concerto finalizou com o Hino Nacional para grande coro e orquestra. Neste momento todos puderam participar, elevando suas vozes em louvor a nossa grande Pátria. A maneira feliz com que o consagrado maestro Heinz Geyer viu a terra brasileira para transportá-la à pauta musical valeu-se os aplausos prolongados da assistência seleta do serão artístico da quarta-feira última.<sup>410</sup>

<sup>407</sup> WISNIK, José Miguel. Algumas questões de música e política no Brasil. In: BOSI, A. (org) Op. cit. p. 114.

<sup>408</sup> Idem. 1989, op. cit. p. 29.

<sup>409</sup> DOESC. (09/09/1939)

<sup>410</sup> Idem. (12/09/39)

Os estudantes também marcaram sua presença nesta festa cívica. No intervalo entre a segunda e a terceira parte, alunas do Instituto de Educação e do Colégio Coração de Jesus homenagearam o maestro Geyer, em nome do Sr. Interventor do Estado Federal, ofertando-lhe linda corbelha de flores naturais. A senhorinha Solange Mazarakis pronunciou então, palavras de agradecimento e exaltação à Pátria<sup>411</sup>. “Os escolares participaram dessa apoteose patriótica, fazendo parte do grande coro na consagração final do pavilhão brasileiro”<sup>412</sup>. O Inspetor Federal das escolas subvencionadas, João dos Santos Areão, diante da magnitude do espetáculo, percebeu a importância de registrar esse episódio no relatório da inspetoria, dirigido a Gustavo Capanema, Ministro da Educação:

As comemorações levadas a cabo no Estado em honra ao dia da Pátria, assumiram proporções dignas de nota. S. Excia, o Sr, Interventor Federal procurou dar um brilho invulgar a essa data, elaborando um programa jamais visto. No dia 6 de setembro, a orquestra da cidade de Blumenau, acompanhada de um bem organizado coro de vozes, exibiu-se no teatro “Álvaro de Carvalho”, com um programa que satisfaria a mais exigente platéia Foi uma noite de arte que deixou viva reminiscência aos espectadores, dando destarte, uma demonstração extraordinária do incremento que vem tomando a música em nosso meio. Para terminar, houve no Palácio do Governo uma festiva recepção, tendo comparecido um multidão que foi levar a S. Excia., o senhor Interventor Federal, Nereu Ramos, os cumprimentos de congratulações pela passagem da grande data. Seguiu-se à recepção, um grande baile de gala.<sup>413</sup>

É digno de nota que Areão elogiou o extraordinário programa musical, que fez parte das festividades oficiais, em favor do nacionalismo do ano 1939. No ano anterior durante as comemorações da Semana da Pátria, também houve destaque musical em uma sessão cívica realizada no salão nobre do Instituto de Educação. Esta cerimônia foi prestigiada pela presença do Sr. Interventor Nereu Ramos acompanhado de altas autoridades civis e militares. Um grande número de pessoas de destaque na sociedade de Florianópolis e inúmeras famílias de pais de alunos marcaram sua presença nesse evento.

Na abertura usou a palavra o prof. Sebastião de Oliveira Rocha, superintendente do Departamento de Educação. A parte musical do programa constou de Maria Bonita, Ainda Lembrará, Hino da Escola Normal, Cantiga de Ninar e Abraçando Minha Terra e Gentile parte do Guarani de Carlos Gomes. Essas músicas foram entoadas por um grupo de alunas, acompanhadas ao piano pela profa. Judite Simone. Encerrou-se a

---

<sup>411</sup> Idem. (09/09/39)

<sup>412</sup> Idem. (10/09/39)

<sup>413</sup> AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório, 4º trim., 1939. fl. 253 e 254, p. 34 e 35.

sessão com o Hino Nacional. Durante a festa, tocou em frente a Escola, a afinada banda de música da Força Pública.<sup>414</sup>

Percebe-se nos registros e memórias que além da música, outros elementos eram utilizados nas festividades e concentrações populares. Tudo era feito de tal maneira a expressar grandiosidade e ufanismo com o propósito de impressionar o público em geral e até mesmo as autoridades participantes. Cada detalhe recebia importância e era cuidadosamente executado para compor um todo majestoso. No ano 1942, por exemplo, o Diário Oficial de Santa Catarina relata a apoteótica chegada do Fogo Simbólico dos festejos comemorativos à Semana da Pátria. Foi anunciada com o repicar dos sinos e aguardada na ponte Hercílio Luz pelas principais autoridades. Em frente à sacada do Palácio do Governo, alunos atletas e a multidão aplaudem os discursos inflamados, dirigidos à alma brasileira. Esta programação é enriquecida com o brilho das vozes dos escolares que entoam hinos alusivos a Pátria.<sup>415</sup>

O maestro Villa-Lobos chamava a atenção para o uso do canto coletivo. Ele enfatizava que a música utilizada desta forma, possuía um poder de socialização, predispondo o indivíduo a substituir a noção egoísta da individualidade excessiva, pela integração na comunidade. “O canto coletivo valoriza o espírito de renúncia e desperta a disposição da solidariedade humana, que requer da criatura uma participação anônima na construção das grandes nacionalidades”<sup>416</sup>. Essas palavras do grande maestro fortaleciam os ideais dos dirigentes catarinenses, principalmente Areão, que muito se interessava pela união dos imigrantes ao sentimento de brasilidade. Ele acreditava no poder do canto. Por isso os cantos nacionalistas eram entoados pelos estudantes nos desfiles de rua e nas escolas. Também havia espetáculos musicais à noite, que alegravam e exaltavam a Pátria. Estes concertos ocorriam em recintos fechados e nobres como o Teatro Álvaro de Carvalho e salão nobre de instituições educativas.

A Professora Dilma nos conta com indisfarçável saudosismo sobre os desfiles da cidade Blumenau. “Era lindo! Hoje não existe mais brasilidade, não existe mais amor à Pátria; existe talvez no coração das pessoas, mas naquele tempo se manifestavam, vibravam, compreendeu? Cantavam com a mão no peito sabe, com sentimento!” Leonor Belz também lembra de sua infância. Conta de uma viagem de caminhão para participar de uma

---

<sup>414</sup> DOESC. Ano V, n. 1296. (06/09/1938)

<sup>415</sup> Idem (13/09/1942)

<sup>416</sup> VILLA-LOBOS. *A Música Nacionalista no Governo de Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Dip, s/d. p.10.

comemoração cívica do dia 7 de setembro. Ela foi com seus colegas prestar as homenagens cívicas, com canções e marchas na Rua XV de Novembro, nessa mesma cidade.

Lembro-me do dia 7 de setembro que o caminhão do exército veio nos buscar para marchar e cantar na Rua XV. Eles iam nos levar da escola até lá, porque era longe. A gente ia em pé, na carroceria. Lá em cima era fácil se desequilibrar e cair, e de repente as crianças me empurraram e me derrubaram lá dentro daquela carroceria, só por causa da minha origem, eu cheguei toda suja e machucada para me apresentar (enche os olhos de água). Os meninos brasileiros tinham muito preconceito, não respeitavam a gente<sup>417</sup>.

Outro relato, da mesma cidade, publicado pela imprensa, conta que: “pela manhã em Garcia, na cidade de Blumenau, houve concentração de escolares e escoteiros. Alunos de escolas públicas fizeram belas demonstrações de educação física, e entoaram hinos patrióticos perante autoridades e grandes números de populares”<sup>418</sup>. Os festejos cívicos envolviam a população até a noite. Fazendo parte das comemorações deste dia da Pátria, na região de Blumenau, foi inaugurado em Itoupava-Seca, o retrato do iminente Presidente da República no salão da Sociedade de Atiradores. Nessa cerimônia “as crianças e jovens das escolas da localidade recitaram poesias patrióticas, e cantaram músicas cívico-patrióticas. Todos os presentes entoaram o Hino Nacional ao ser descerrado o retrato do homenageado”<sup>419</sup>

Como em Blumenau e Florianópolis, em todas as cidades de Santa Catarina, a Semana da Pátria era comemorada e anunciada com muito entusiasmo. A prática das cerimônias cívicas, encenadas com marchas, cânticos, recitativos de escolares e discursos de autoridades civis e militares, representando a brasilidade se fazia presente nos feriados nacionais, bem como noutros momentos cívicos indicados por autoridades locais. O Sr. Ivo D’Aquino - Secretário do Interior e Justiça - recebia a comunicação de tais práticas via telegrama e eram publicadas no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, repetidas vezes. De Gaspar chegaram as seguintes palavras: “encerramos ontem brilhantemente a Semana da Pátria, constituindo uma nota empolgante o desfile composto por 2.000 crianças, que marcharam e elevaram suas vozes infantis entoando canções patrióticas”<sup>420</sup>. De Imaruí chegou o relato assim publicado:

<sup>417</sup> BELZ, Leonor. Entrevista já citada.

<sup>418</sup> DOESC. n. 1319. (13/09/1939)

<sup>419</sup> Idem. (18/09/1939)

<sup>420</sup> Idem. n.1584, p. 4. (09/09/1939)

Com a colaboração dos srs. professores das escolas da sede e localidades circunvizinhas fez-se executar o seguinte programa: às 7 horas, hasteamento da bandeira nacional no edifício da Prefeitura com comparecimento de escolas da sede. Às 10 horas nova concentração, comparecendo todas as escolas da sede e localidades vizinhas, sendo ouvidos muitos recitativos. A seguir as escolas desfilaram pelas ruas da cidade entoando canções patrióticas. À tarde houve demonstração de educação cívica, à qual compareceram todas as escolas, e à noite houve sessão cívica com pronunciamento do Prefeito Municipal, focalizando a sugestiva data. A seguir foi encerrada a sessão sob acordes do Hino da Independência executado pela banda musica local e pelo povo.<sup>421</sup>

Em todas as cidades e povoados de Santa Catarina a programação do dia da Pátria era intensa. Ao examinar os arquivos da APESC, encontrei vários relatos destas festividades escritas à mão por professores nacionalistas. Esses documentos revelam como os cantos faziam parte deste cerimonial. A escola de Costeira do Ribeirão, da cidade de Florianópolis, por exemplo, registrou que iniciou suas festividades patrióticas às 9 da manhã com o Hino Nacional, logo em seguida entoaram muitos cânticos patrióticos, encerrando esta sessão com a Canção dos Pássaros. Também foi relatado que apresentaram alguns números de ginástica. Após estas apresentações, os alunos saíram perfilados, cantando e marchando os hinos cívicos usados na escola, até chegarem à praia Francisco Martins, onde os alunos se divertiram com bola, saltos e corridas. Às 16 horas houve uma passeata nas ruas próximas da escola, “*com grande entusiasmo da ‘piazada*<sup>422</sup>*, entoavam cânticos patrióticos e, davam vivas a gloriosa data Sete de Setembro*”<sup>423</sup>! Também é relatado que á noite, houve mais saudações sobre a com diversas declamações pelos alunos mais hábeis e músicas entoadas pelo Coro Orfeônico da escola. Logo após esta programação, houve um animadíssimo baile. A festa teve seu encerramento às 24 horas com o Hino Nacional.

Relatórios semelhantes chegaram ao Departamento de Educação, tanto de escolas da capital como do interior do Estado, detalhando minuciosamente sua programação. O nome das músicas cívico-patrióticas, recitativos, oração pela Pátria, números de ginástica e outras atividades que engrandeciam a pátria brasileira foram registrados. Também era costume informar, por meio do Diário Oficial de Santa Catarina, além do nome das escolas que prestavam homenagens no Dia da Pátria em diversas cidades, as inaugurações do retrato do

---

<sup>421</sup> Idem. n.1587. (13/09/1938)

<sup>422</sup> Termo usado para os meninos e adolescentes.

<sup>423</sup> Relatório do Diretor da Escola Costeira do Ribeiro, 08 de setembro de 1939. APESC. fl 29.

Presidente da República<sup>424</sup>. É bem comum encontrar notícias das festividades cívicas ocorridas nas cidades de Florianópolis, São Francisco, São Bento do Sul, São Joaquim, Tijucas, São José, Biguaçu Chapecó, Generasópolis, Canoinhas, Itajaí, Jaguaruna, Hamônia, Meleiro, Joinville, Jaraguá, Indaial, Blumenau, Joaçaba, Rio do Sul, Ituporanga, Rodeio, Timbó, Tubarão, Urussunga, Porto União, Porto Belo e Rodeio. Alguns depoentes conservaram a imagem dessas festividades em álbuns fotográficos. Isabel Lins é uma dessas pessoas. Ela guarda com carinho o álbum fotográfico que pertenceu a tia Lili. Muitas vezes ela contempla aquelas imagens congeladas do passado que constrói o eterno presente.

Figura 5.



Desfile de Sete de Setembro – Joinville – SC, 1940.<sup>425</sup>

Pode-se perceber neste registro fotográfico, que todos os alunos estão alinhados e devidamente uniformizados com seus jalecos brancos, celebrando o dia da Pátria. Esta imagem fotográfica, quando ampliada, mostra a boca dos estudantes semi-abertas indicando que estão cantando enquanto marcham. *“Tia Lili está acompanhando o pelotão dos estudantes. Ela está ao lado direito do grupamento; há duas professoras na frente dela, que também estão cuidando dos alunos.”*<sup>426</sup> Conta a entrevistada Isabel. As professoras acompanhavam o desfile ao lado dos alunos, enquanto os espectadores participavam deste

<sup>424</sup> DOESC. Ano V. (outubro, 1938)

<sup>425</sup> Acervo de Isabel da Silva Lins. Imagem cedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 2006.

<sup>426</sup> LINS, Isabel da Silva. Entrevista citada.

espetáculo do outro lado da rua. Essas paradas cívicas ritualizadas pela população estudantil contribuíram para unificar um imaginário social. Bencostta lembra que “esses rituais cívicos foram capazes de estabelecer distinções no interior e no exterior do *universus scholaris*”.<sup>427</sup> As imagens fotográficas dos desfiles, inseridas nesta sessão, permitem observar este detalhe.

Figura 6.



Desfile de Sete de Setembro – Blumenau – SC, 1939.<sup>428</sup>

Ao ritmo da banda militar os escolares marchavam e cantavam festejando o dia da Pátria. Também se pode ver por essas fotos, a participação numerosa de pessoas envolvidas no cerimonial. Quem não estava marchando, estava assistindo. O comparecimento da população era voluntário. Os espectadores tinham interesse em assistir seus filhos, amigos e parentes. Mas, a presença de escolas públicas e particulares, forças armadas, polícia militar, bombeiros, comerciantes e associações era obrigatória. Esse fato mobilizava um grande número de participantes, especialmente nas grandes cidades. Essas comemorações favoreciam

<sup>427</sup> “As crianças uniformizadas identificadas pela dupla fila indiana posicionada na rua, estabelecem fronteiras instituídas pelo ritual da celebração com as demais crianças e adultos espectadores, que de certo modo, também foram ali para festejar. Poderemos interpretar a existência de grupos diferenciados, entre aqueles aptos a exercer a função do desfile e os demais. Contudo, os limites e os níveis dessa relação são, de modo geral, bastante tênues, a ponto de não possibilitarem com precisão, a fronteira determinada pelos papéis que cada um dos grupos possuía”. BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles Patrióticos: Memória e cultura cívica dos Grupos Escolares de Curitiba (1903 -1971). In: VIDAL, D. G. (org.) **Grupos Escolares: Cultura Escolar primária e Escolarização da Primeira Infância no Brasil (1893 – 1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 304.

<sup>428</sup> Acervo de Isabel da Silva Lins. Imagem cedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 2006.

o estreitamento dos laços de comunhão e de solidariedade cívica entre alunos, professores funcionários e familiares. A professora Izolete, como educadora nacionalista tinha interesse em guardar através de retratos a participação dos alunos de sua escola nesse evento. Esse era um momento importante para sua instituição, por isso deveria ser eternizado por imagens fotográficas.

Figura 7.



Desfile de Sete de Setembro – Blumenau – SC, 1939.<sup>429</sup>

Esse recurso também permite uma leitura da parte do contexto histórico e social das cidades no período do Estado Novo. Os desfiles patrióticos dos grupos escolares foram usados como uma forma de imprimir sentimentos cívicos. As autoridades de ensino eram responsáveis pela organização dessas celebrações. Nesse sentido, os diretores, professores e demais funcionários, sentiam-se co-participantes diretos dessa festa nacional. Colaboravam para que a comunidade escolar participasse da vida social da Pátria. Esses momentos eram propícios à propaganda de valores educacionais, e culturais. É interessante observar como os grupos escolares da periferia da cidade, ou de pequenos núcleos urbanos, também tinham interesse em organizar seus pequenos desfiles. Talvez, não somente por querer estabelecer conexões simbólicas com os grandes desfiles, mas por julgar importante a participação de sua população estudantil nesses momentos de manifestação de uma cultura cívica.

---

<sup>429</sup> Idem.



Figura 8.

Desfile de Sete de Setembro – Região de Blumenau – SC, 1937.<sup>430</sup>

A figura acima retrata a comemoração do Dia da Independência do Brasil, ocorrida no ano da instauração do Estado Novo. A professora Izolete trabalhou intensamente levando o espírito nacionalista na região de Blumenau. Anos mais tarde, sob administração de Celso Ramos, em homenagem póstuma, o Departamento de Educação, inaugurou um Grupo Escolar, localizado no Bairro Garcia, da cidade de Blumenau com o seu nome<sup>431</sup>. Nos desfiles, ela se preocupava em preparar os alunos para representar bem a escola. Sua sobrinha Isabel não cansava de tecer comentários: “*Precisava ver como ela ensinava os alemães a cantar o Hino Nacional e os cânticos da mocidade do Brasil. Eles aprendiam direitinho e nas comemorações cívicas cantavam essas canções e marchavam*”<sup>432</sup>.

Geralmente o clímax da programação acontecia em torno da praça principal. Nesse local se posicionava o palanque para as autoridades civis e militares prestigiarem as homenagens prestadas pelos escolares e demais associações da comunidade. A música executada através de bandas e canções dos escolares marcava o ápice dessas festividades. Em todas as cidades, lugarejos e povoados, o ritual do desfile acompanhado de canções cívicas, aprendidas no

---

<sup>430</sup> Idem.

<sup>431</sup> A escola continua na ativa. Atualmente chama-se EEB Prof Izolete Eliza Gouveia Muller.

<sup>432</sup> LINS, Isabel da Silva. Entrevista já citada.

cotidiano escolar, reforçava um conjunto de atitudes, objetivando a apropriação da prática cívica. A escola foi seu principal agente.

Figura 9



Desfile de Sete de Setembro – São Miguel do Oeste – SC, 1944.<sup>433</sup>

A fotografia acima mostra que a comemoração do dia da Independência era festejada até nas cidades menores. Pode-se observar como a comunidade de São Miguel do Oeste prestigia o desfile realizado pelos escolares. Estes estão devidamente uniformizados, e usando calçados. Há um pelotão que transporta a bandeira Nacional, símbolo da Pátria. Essas imagens fotográficas são portadoras de significações que somente elas são capazes de transmitir no presente. Tais registros são suportes de memória, capazes de múltiplas leituras. Bencostta comenta que “as fotografias são capazes de resignificar os momentos retratados, como forma de representação da realidade”<sup>434</sup>.

O Interventor Nereu Ramos e sua equipe costumavam visitar as cidades do Estado, para fortalecer os laços de solidariedade entre as autoridades e a comunidade, visando à unificação da cultura do povo para a construção de um grande Brasil. Nessas visitas havia

<sup>433</sup> Acervo de Marisa Martins Rocha. Imagem cedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 2007.

<sup>434</sup> BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles Patrióticos: Memória e cultura cívica dos Grupos Escolares de Curitiba (1903 -1971). In: VIDAL, D. G. (org.) p. 305.

apresentações cívicas e desfiles. A festa de recebimento do Interventor à cidade de Rodeio está gravada na imagem abaixo.

Figura 10.



Campanha em prol da Unificação Cultural do Povo – Rodeio – SC, 1944.<sup>435</sup>

Este fato, segundo professora Cacilda<sup>436</sup>, ocorreu em 1944. As autoridades civis, militares e eclesiásticas ali estiveram para apoiar a defesa da unificação da cultura. Em frente ao palanque oficial, que era localizado ao lado da Prefeitura, houve apresentações cívicas, como: números de ginástica, recitativos e canções patrióticas. Os escolares cantaram e marcharam. A comunidade estudantil tinha a obrigação de participar desse tipo de atividade. Cacilda, conta que ela estava lá com todos os alunos.

Ao olhar a fotografia, vem a sua memória alguns daqueles momentos. Ela lembra que haviam ensaiado com seus alunos uma música para apresentar a Nereu Ramos, porque depois ele iria visitar seu Grupo Escolar, mas houve um incidente feio que atrapalhou esta visita. *“Mataram o italiano Hercílio Tambose, e foi aquela confusão. A programação encerrou e Nereu nem pode ir à nossa escola ouvir a música que fizemos para ele”*, E continua: *“ah, mas eu vou cantar para você a música. A compositora desta canção foi a professora*

<sup>435</sup> Acervo de Geraldino José Ochner. Imagem cedida à autora da pesquisa. Rodeio, 2006.

<sup>436</sup> MOSER, Cacilda Miranda. (82 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 20/01/2007.

*Semíramis, nossa diretora*”. Logo começou a cantar: “*E Nereu Ramos, um grande renome/ Brilhará entre os imortais/ E neste Grupo será seu nome/ Homenageado cada vez mais*”.<sup>437</sup>

Novamente me reporto ao álbum da tia Lili, para apresentar o registro fotográfico de seus alunos cantando o Hino Nacional em determinada cerimônia cívica. Eles entoaram hinos pátrios em atitude de reverência, tendo a mão direita posta sobre seu peito esquerdo, lado do coração.

Figura 11.



Cerimônia Cívica: Em Santa Catarina, alunos cantam com mão do peito – década de 40.<sup>438</sup>

Eles estão devidamente uniformizados e perfilados, utilizando o gesto indicado pelo Departamento de Educação. Eram diversas as saudações e posturas que deveriam executar dependendo da ocasião e da cerimônia. Havia um detalhamento sobre cada tipo de saudação, sobre cada posição exata das mãos, dos braços, dos dedos, do corpo em cada uma delas e ainda a significação patriótica de cada gesto. Encontra-se escrito sobre um desses movimentos da mão espalmada na saudação, que ela “mostra sinceramente a generosidade brasileira, sempre ‘mão aberta’<sup>439</sup>”.

<sup>437</sup> Idem.

<sup>438</sup> Acervo de Isabel da Silva Lins. Imagem cedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 2006.

<sup>439</sup> DEPARTAMENTO de educação do Distrito Federal. **Programa do Ensino de Música**. Rio de Janeiro: Oficina gráfica da secretaria geral de Educação e cultura, 1937. p. 17.

Zenilda Lins lembra que havia uma forma de reverenciar a bandeira, desde como puxar o cordão para hasteá-la até para baixar e dobrar a bandeira. Era um ritual que envolvia esta cerimônia. Afinal, comenta a depoente, “a bandeira é o símbolo da nossa Pátria”. Ela também fala dos gestos para cantar os hinos pátrios, com a mão no peito demonstrando profundo amor pela Pátria. Claudine Haroche comenta sobre a questão dos rituais de civilidade na política absolutista e se pode perceber certa similaridade com esta situação.

O poder busca ter ao alcance da vista o gesto, o comportamento, o olhar de cada um para assegurar-se, por meio de signos visíveis de reverência e de respeito, da obediência de corpos e almas. A atenção dedicada pelo poder aos corpos, aos gestos, às posturas e aos olhares, para neles desvendar toda falta de deferência, é, pois, um elemento crucial na política absolutista de corpos e almas.<sup>440</sup>

Ao trabalhar com a voz e os gestos sincronizados do conjunto de milhares de crianças, o Estado buscava imprimir ainda seus signos, suas formas, seus anseios. Assim buscava inculcar o gosto pelos ideais que ele mesmo perseguia, atuando no imaginário do povo, garantindo assim a permanência dos seus objetivos enquanto poder de Estado. Multidões infantis louvavam a Pátria com sua voz e seu corpo. Cada ação dos alunos na massa coral recebia uma grande relevância na organização da sua totalidade, imersa num simbolismo que busca o louvor da Pátria em cada detalhe de seus gestos. A música e os gestos sincronizados atuaram em favor da política do Estado Novo.

Nos programas das festividades cívicas era destinada uma parte para a saudação orfeônica, ou saudação da juventude brasileira ao seu guia – Presidente Getúlio Vargas. Era executada com “um gesto simbólico de mão aberta, colocada á altura do ombro ou da cabeça, numa continência rápida que serve para precisar o início da rigorosa disciplina que se requer de todos os orfeonistas nas escolas”<sup>441</sup>. Percebe-se na saudação orfeônica um signo de reverência, de obediência de corpos e almas, no qual se expressa de maneira organizada e sincronizada, a obediência à nação e a tudo que a representa, tais como, a bandeira, hino nacional, datas comemorativas de heróis e outras festividades cívicas.

Diante da euforia nacionalista, repleta de cerimônias cívicas, vista nesta sessão, fico a pensar como as pessoas construíam os sentidos diante da avalanche de homenagens apoteóticas! Que símbolos as melodias e letras desses hinos e canções cívicas representaram?

<sup>440</sup> HAROCHE, Claudine. 1998, op. cit. p. 54.

<sup>441</sup> DEPARTAMENTO de educação do Distrito Federal. Op. cit p. 16.

Note-se, por exemplo, os depoimentos contrastantes que foram apresentados. Dependendo do lugar social, ou origem étnica, as representações foram diferentes, sendo algumas vezes até mesmo opostas. Os homens e mulheres de diferentes gerações, etnias, classes sociais, ou cultura, que moravam em qualquer lugar do estado catarinense durante o Estado Novo, estavam produzindo sentidos, através de seu imaginário. A forma como estes receberam sensações, produziram símbolos. Estes são significados nas representações de si, do mundo, do outro. Portanto os sentimentos e reações dos diferentes grupos vivendo a realidade do Estado Novo em Santa Catarina variavam de acordo com o imaginário coletivo aceito e vivenciado pelo grupo do qual eram originários. Se percebe que apresentavam representações diversas da realidade.

As representações também são portadoras do simbólico. Ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram, ou enunciam. Carregam sentidos ocultos que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. Pesavento observa que:

A força das representações se dá não pelo seu valor de verdade, ou seja, o da correspondência dos discursos e das imagens com um real, mesmo que a representação comporte a exibição de elementos evocadores e miméticos. A representação tem a capacidade de se substituir à realidade que representa, construindo o mundo paralelo de sinais, no qual as pessoas vivem.<sup>442</sup>

De acordo com este conceito as representações formam uma realidade paralela à existência dos indivíduos, expressas por normas, discursos imagens e ritos, que fazem os homens viverem por elas e nelas. Elas são matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa de um certo real dado. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.

Foi por isso que, o governo usou todos os meios para apropriar-se do imaginário da população residente no Brasil. Utilizou a escola, rádio, imprensa e a força do exército para moldar os sentimentos segundo os pressupostos do poder dominante. O regime autoritário acreditava que era necessário fazer desabrochar sentimentos nacionalistas na população, que por sua vez dariam sustentação à própria representação pretendida.

---

<sup>442</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. 2003, op. cit. p. 41.

Para Baczko a construção de sentido é ampla, e pode ser chamada de imaginário. Este se constrói e se expressa por palavras, sons, imagens coisas materiais e por práticas, ritos e performances. Também comporta crenças, mitos ideologias, conceitos, valores, construindo identidade e exclusões. O autor defende a idéia de que “é por meio do imaginário que se atinge não só a cabeça, mas, de modo especial, os sentimentos”<sup>443</sup>. Ou seja, aspirações, medos e esperanças de um povo. É através do imaginário que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. Nesse sentido, “o imaginário atua como uma forma de realidade, construindo representações que induzem e pautam as ações”<sup>444</sup>.

A música nacionalista expressada por palavras e sons, adquiriu um significado ímpar, indo além dos ritos e performances presentes nas cerimônias cívicas públicas e no cotidiano escolar. Essa linguagem portadora de muitos significados buscou apropriar-se dos sentimentos e enalteceu a língua pátria. O nacionalismo no Estado Novo tinha como finalidade despertar a brasilidade nos sentimentos mais íntimos dos indivíduos. Muitas daquelas canções patrióticas ficaram gravadas para sempre na memória dos escolares e professores, resultado do grande trabalho pedagógico em favor de sua aprendizagem. Aquele momento foi vivenciado por professores e alunos açorianos, brasileiros, alemães, poloneses, italianos e outros.

Este poder simbólico proposto pelo Estado, através do Canto Orfeônico sustentado por um sistema educacional repressivo, atuou nas emoções de professores e alunos. Tinha maior força por tornar-se obrigatório através de Decretos e Leis. As reações dos pais dos estudantes e outros espectadores que ouviram constantemente aquelas melodias nacionalistas indicaram o impacto emocional provocado, ora com alegrias, ora com ressentimentos. E, aqueles hinos cantados guardam muitas histórias.

---

<sup>443</sup> “O princípio que leva o homem a agir é o coração, são suas paixões e os seus desejos. A imaginação é a faculdade específica em cujo lume as paixões acendem, sendo a ela, precisamente, que se dirige a linguagem enérgica dos símbolos e dos emblemas. Rousseau esboça uma teoria da utilização desta linguagem no âmbito de um sistema de educação pública cuja pedra angular é constituída pelos ritos e pelas festas cívicas. É desse modo que se propõe instalar, no coração da vida coletiva, um imaginário específico, que traduziria os princípios legitimadores do poder justo, do povo soberano e dos modelos formadores do cidadão virtuoso. BACZKO, Bronislaw. Op. cit. p. 301.

<sup>444</sup> Ibid.

### 3.2. HINOS CANTADOS, HISTÓRIAS CONTADAS.

Era um dia de festa para a pequena cidade de Rodeio. Todas as pessoas importantes do lugar se reuniram no Grupo Escolar Osvaldo Cruz, naquele mês de março de 1942. Afinal, era o dia da inauguração dessa escola, primeiro estabelecimento oficial de ensino do município. A implantação dos grupos escolares fazia parte do processo de nacionalização do ensino. Antes disso, toda a educação daquela região dependia de escolas particulares, principalmente confessionais. Foi uma bonita festa, relembram alguns participantes, e a presença do próprio interventor do estado, Nereu Ramos, fazia subir o tom de importância do evento. “*A comemoração foi tão importante que até de Florianópolis trouxeram a banda da polícia militar*”, lembram Érico Moser e Enedina Moser<sup>445</sup>. Havia barracas de vendas de comidas e de outras guloseimas. Outras vendiam produtos diversos. O prefeito, o vigário e todas as autoridades civis e militares estavam no palanque oficial na hora do discurso do interventor; considerado ponto alto da solenidade. Como parte do discurso, Nereu Ramos fez a advertência de que todas as crianças na escola deveriam falar o português: “*se o menino não aprendia o idioma português, sua língua seria queimada. Isso ele falava para forçar o menino a falar o português, e a gente acreditava.*” Quem ouviu essa advertência com os olhos arregalados foi o menino Érico Moser, de 12 anos de idade, então cursando o primeiro ano complementar, e que seria um dos alunos da nova instituição. O espanto vinha por ser ele um descendente de italianos e que só falava o italiano. Os anos passaram e hoje ele relata aqueles acontecimentos depois de haver desempenhado vários cargos públicos, inclusive vereador por várias legislaturas.

O que se destaca no depoimento de Érico, é que ele se recorda com saudades dos cantos cívico-patrióticos entoados na escola: “*aquelas músicas empolgavam a gente que só*”. Lembra que Abelardo de Souza, diretor do grupo escolar naquele ano, tocava piano para os alunos cantarem. Nos dias de festa levava o piano para o pátio da escola; “*era um piano de cauda, e mesmo assim o levavam para o pátio. O professor Abelardo, homem*

---

<sup>445</sup> MOSER, Érico. (80 anos) Entrevista já citada;

MOSER, Enedina. (77anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Rodeio, 10/09/2006.



*inteligentíssimo, tocava que um colosso; era um grande músico e nos ensinava lindas canções da terra brasileira*". Também recorda com saudosismo das comemorações cívicas e festas públicas, onde se apresentavam hinos patrióticos, às vezes acompanhando as marchas pelas ruas da cidade, entusiasmando os alunos, e alegrando aos assistentes. Tão forte foi a impressão daqueles momentos de civismo e brasilidade, bem como dos hinos e canções patrióticas, que ele chega a lamentar a pobreza dos atuais programas cívicos e festas nacionais. Suas palavras são de que deixassem por sua conta essas festas e o povo veria o que era uma verdadeira cerimônia cívica, expressiva e empolgante. Outro detalhe notável é o fato de que na varanda de sua casa, de frente para a avenida principal da cidade, em qualquer dia do ano se pode observar em um mastro, a bandeira do Brasil. Isso nos faz perceber o quanto foi assimilado por aquela criança, em seu imaginário, o sentimento de brasilidade e de pertencer a uma nova pátria, em que pese toda sua infância ter sido marcada pelo idioma dos pais e pelas reminiscências familiares da pátria de origem.

O processo de nacionalização do ensino, embalado aos sons das canções patrióticas está guardado na memória dos que vivenciaram aquele momento. Para alguns como Érico, apesar da apreensão inicial, passaram por esse processo da forma como o idealizaram seus proponentes. Apesar de manterem suas tradições familiares, incorporaram o sentimento patriótico brasileiro como natural; até hoje tem saudades daqueles tempos. O senso de pertencer a esta Pátria, a brasileira, foi estabelecido pelo conjunto de atitudes imposto pelas autoridades educacionais, respaldadas pelas forças policiais. Para outra depoente, entretanto, as marcas são outras, muito fortes e doloridas até hoje. Talvez por ser descendente de alemães, que foi o núcleo imigrante mais hostilizado, provavelmente pelo desenrolar da guerra. Leonor Belz viveu a sua infância e juventude na cidade de Blumenau. Lembrou-se das canções associando-as aos sentimentos de dor e discriminação que viveu nessa época. Ela conta que gostava muito de cantar, mas ficava triste porque não sabia pronunciar direito as palavras em *brasileiro*, e com tristeza revelou, "*eu não cantava como devia, pronunciando correto, por isso alguns colegas me empurravam e riam de mim, me chamavam de quinta coluna e criticavam meus olhos azuis. Ai como eu tinha vontade de arrancar meus olhos, ou mudar de cor!*"<sup>446</sup>. Ela cobre os olhos com as duas mãos e quando tira as mãos do rosto, pode-se observar que seus olhos estão vermelhos, mareados de lágrimas.

---

<sup>446</sup> BELZ, Leonor. Entrevista já citada.

Muitas histórias como esta, poderiam ser relatadas, dada à persistência com que as autoridades lidaram com o assunto da nacionalização do ensino. Entretanto se faz necessário observar que nem todos os relatos se referem a pessoas que se ajustaram ao projeto governamental. Por isso as recordações se diferenciam de acordo com a subjetividade própria de cada indivíduo. O que para um imigrante ou filho de imigrantes era considerado uma intromissão desmedida e truculenta, para um brasileiro nato era a opção legítima de um governo na busca do estabelecimento de regras e atitudes, tendentes a solidificar a Pátria e garantir o bem estar de seus cidadãos, bem como a integridade de seu território e a soberania da nação.

Essas recordações extraídas da memória ocorrem conforme seu modo de inscrição, e são tocadas pelas circunstâncias, conforme o pensamento de Michel de Certeau. Ele compara o fenômeno da rememoração com a execução de uma música ao piano, que produz sons ao toque das mãos<sup>447</sup>. E acrescenta que “a memória é regulada pelo jogo múltiplo da alteração, se constrói, e está longe de ser um relicário, ou lata de lixo do passado”<sup>448</sup>. Le Goff também considera a memória como seletiva e sujeita a alterações. Este autor chama a atenção para o fato de que a memória é capaz de conservar certas informações, remetendo-as em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, nas quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas<sup>449</sup>. Portanto, o ato de rememorar se diferencia na medida em que sua representação da realidade dá um novo rumo ou interpretação do ocorrido. Neste sentido, convém observar o argumento de Pierre Nora, quando discute a tensão entre memória e história. Para ele os lugares de memória escapam da história, sendo este, um lugar duplo, fechado em si mesmo, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações<sup>450</sup>. Entretanto se o lugar da memória, mesmo que tente não

---

<sup>447</sup> A memória prática é regulada pelo jogo múltiplo da alteração, não só por se constituir apenas pelo fato de ser marcada pelos encontros externos e colecionar esses brasões sucessivos e tatuagens do outro, mas também porque essas escrituras invisíveis só são claramente ‘lembradas’ por novas circunstâncias. O modo da rememoração é conforme ao modo da inscrição. Essa escritura originária e secreta “sairia’ aos poucos, onde fosse atingida pelas circunstâncias, como o piano que ‘produz’ sons ao toque das mãos. CERTEAU, Michel. 2005, op. cit. p. 163.

<sup>448</sup> Idem. p. 162.

<sup>449</sup> LE GOFF, Jacques. 2005, op. cit. p. 419.

<sup>450</sup> “Diferentes de todos os objetos da história, os lugares de memória não tem referentes na realidade. Ou melhor, eles são eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que não tenham conteúdo, presença física ou história; ao contrário. Mas o que os faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história. (...) Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações”. NORA, Pierre. Op. cit. p. 27.

consegue congelar ou homogeneizar significações, seria impossível afirmar que o processo de nacionalização enlaçou a todos com os mesmos significados.

Estas diferenças evidenciaram-se ao se colherem os relatos dos entrevistados. Alguns apresentavam o brilho nos olhos de uma época feliz e risonha, vislumbrando um tempo dourado que deveria retornar, trazendo de volta o mesmo sentimento que embalava os sonhos. Outros sentem o alívio de saber que aqueles acontecimentos ficaram para trás, como pesadelos que a memória teima em esquecer. O máximo que conseguem em seus relatos é alimentar a esperança de que esse tempo não volte nunca mais. A lembrança daqueles episódios se torna dolorosa, mesmo com o passar do tempo, deixando muitas vezes, transparecer esse sentimento através dos olhos embaçados de lágrimas. Pierre Ansart ao analisar a memória dos ressentimentos, percebe que “freqüentemente o indivíduo tem a tendência a evitar seus próprios ódios quando a história os torna caducos”<sup>451</sup>. Por outro lado, percebe-se que, nas pessoas valorizadas ou beneficiadas de alguma forma naquele momento, também aparecem lágrimas durante os relatos, mas estas evidenciam as boas recordações, prazerosamente relatadas. A memória seleciona o que lembra, tem cunho afetivo. “Fica o que significa”, elucidada Ecléa Bosi<sup>452</sup>. O que está armazenado na memória vem (re)significado de sentidos.

Cantar os hinos nacionais, e canções pertencentes ao repertório do Canto Orfeônico, transformava o indivíduo em participante das práticas da brasilidade. Tornava-o alguém importante aos seus próprios olhos, bem como das autoridades e até mesmo de seus pares. Estas canções lembradas, cantadas no momento das entrevistas provocavam um efeito interessante. Ao falarem sobre aquelas músicas, ou mesmo cantá-las, os entrevistados eram levados a recordar e iam relatando outras histórias que marcaram o contexto daquele momento. Percebeu-se claramente, entretanto, a diferença da maneira como os relatos fluíam, tanto no seu foco, quanto na ênfase apresentada. Em alguns casos a narrativa era diametralmente oposta à outra, embora se referisse ao mesmo momento. Isso pode ser compreendido se não nos esquecermos que essas músicas do repertório do Canto Orfeônico e cerimônias cívicas, guardadas na lembrança dos entrevistados, passam pelo prisma das

---

<sup>451</sup> Por mais diversos e contraditórios que tenham sido os sofrimentos de cada um, pode-se afirmar que o indivíduo não esquece os fatos dos quais foi vítima, mas aferra-se bem menos às lembranças dos ressentimentos. (...) A tentação do esquecimento dos ressentimentos, também é uma estratégia de apaziguamento. ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, M. S. & NAXARA, M. (orgs.) Op. cit. p. 31.

<sup>452</sup> BOSI, Ecléa. Op. cit. p. 66.

representações coletivas. O mesmo fato que traz à memória recordações alegres e prazerosas para uns, pode transformar-se em lembranças dolorosas para outros que podem ter sofrido perdas nesse período.

Ingo Lubitz, descendente de alemães, lembra com muita mágoa daqueles tempos, o auge do nacionalismo (1937-1945). A razão desse ressentimento decorre do fato que seu pai (senhor Guilherme) embora tenha sido um bom professor, por causa da campanha de nacionalização não pode mais cumprir sua vocação. O professor Guilherme amava ensinar e ministrava aulas em duas escolas. Andava horas a pé para atender ambas as escolas. Seu Ingo conta que todos os alunos de seu pai aprenderam a cantar em português o Hino Nacional e as músicas do cancionário escolar, mesmo sem falar o idioma brasileiro. Ele justificou que os alunos não entendiam o português, portanto era necessário ministrar as aulas no idioma que as crianças pudessem entender para aprender. Apesar dessa explicação, de acordo com as políticas governamentais da época, suas escolas foram fechadas<sup>453</sup>. Ingo também foi aluno de seu pai e relata como cumpriam as exigências do patriotismo brasileiro:

Eu estudei até a 4ª série do ensino primário com ele. O idioma usado nas aulas era a nossa língua o alemão, mas ele sabia um pouco do português, e realizava as cerimônias cívicas de exaltação ao Brasil semanalmente, conforme a solicitação governamental. Meu pai até nos ensinou a cantar o Hino Nacional brasileiro; também hasteávamos a bandeira e cantávamos o hino de saudação à bandeira. É claro que, sem dúvida, a nossa pátria era a Alemanha, mas não fazia diferença alguma cantar ou deixar de cantar o Hino Nacional brasileiro. Não entendíamos nada mesmo, era como papagaio, não significava nada, a gente sabia que precisava cantar aquelas músicas em português. Nós não sabíamos se falava palavra bonita ou feia. (risos). A gente hasteava a bandeira brasileira toda semana, e cantava em português uma música para saudar a bandeira<sup>454</sup>.

---

<sup>453</sup> O Doutor Nereu Ramos, Governador de Santa Catarina, considerando que as escolas mistas particulares da Serra de São João e Benedito Alto (São João), no município de Rodeio, ambas regidas pelo professor Guilherme Lubitz, vem funcionando em franco desrespeito às leis e a constituição da República, conforme verificou o inspetor escolar da 13ª circunscrição;

Considerando que nestas escolas se ensina unicamente, a língua alemã, tanto que de acordo com o relatório do citado inspetor, não são matriculadas crianças que não saibam falar alemão;

Considerando que com o fechamento das escolas nitidamente estrangeiras, os alunos matriculados nestes estabelecimentos, não podem prescindir da instrução que compete ao Estado facultar-lhes, na forma da legislação em vigor.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam fechadas as escolas mistas particulares da Serra de São João e Benedito Alto (São João), no município de Rodeio, regidas pelo professor Guilherme Lubitz.

Art. 2º - Ficam criadas duas escolas mistas, nas localidades a que se refere o artigo anterior. Decreto n. 337. Publicado no Diário Oficial n. 1.108 de 31/08/1937.

<sup>454</sup> LUBITZ, Ingo. (82 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Rio do Sul, 04/02/2006.

O depoente se recorda das cerimônias cívicas ocorridas semanalmente, visando homenagear exaltar a Pátria brasileira. Com lágrimas nos olhos, ele fala que este “patriotismo” não foi suficiente para garantir a estabilidade da profissão de seu pai, porque ele era alemão. Por sugestão do pastor da igreja, o professor Guilherme continuou ministrando aulas, fazendo de conta que eram aulas de Bíblia, já que ensinamento religioso era permitido. Mas, mesmo nessas aulas clandestinas, ocorridas na igreja, os alunos cantavam o Hino Nacional, Hino à Bandeira e hasteavam a bandeira. Porém, alguém delatou que seu pai não ensinava só Bíblia, mas ministrava todas as disciplinas de uma escola regular. Por isso seu pai foi perseguido e até preso. Depois do incidente teve que trabalhar na roça para sustentar a família.

Eles foram lá e prenderam meu pai, o colocaram num caminhão de lixo e o levaram para Florianópolis. Eu o vi sendo preso eu deveria ter uns treze anos na época. Ele era um homem simples, só queria ensinar. Não se envolvia com nada de política, não era nazista e não fazia mal algum para o Brasil. Depois que prenderam meu pai, colocaram aquelas professorinhas brasileiras que não sabiam nada, para darem aulas, algumas só haviam estudado até a quarta série do ensino primário. O governo usou o prédio, com toda a mobília, estrutura que a gente tinha organizado.<sup>455</sup>

Até hoje Ingo fala que sua Pátria é a Alemanha. Ele demonstrou ressentimentos<sup>456</sup> por retirarem de seu pai a oportunidade de ensinar. Esse sentimento levou-o a desqualificar o trabalho das professoras nacionalistas. Seu pai, professor Guilherme em atitude de resistência velada, continuou ensinando de forma mascarada em aulas de religião e a tentativa de sobrepujar as restrições impostas pelo poder dominante por parte do professor alemão Guilherme, nos reportam aos estudos de Certeau . Para ele os mecanismos de resistência são os mesmos, de uma época para outra, de uma ordem para outra, pois continua vigorando a mesma distribuição desigual de forças. “Os mesmos processos de desvio servem ao fraco como último recurso, como outras tantas escapatórias e astúcias presentes na memória, relativas a tantas outras situações semelhantes que repetem os mesmos quadros de dominação”<sup>457</sup>. Areão denunciou professores que atuavam nas escolas dos imigrantes,

---

<sup>455</sup> Idem.

<sup>456</sup> “Ressentimento, no sentido de Nietzsche, é um conjunto de sentimentos em que predominam o ódio, o desejo de vingança e por outro lado, o sentimento, a experiência continuada da impotência, (...) o ódio recalado dos dominantes quando se encontram em face da revolta daqueles que consideram inferiores. Ressentimento reforçado pelo desejo de reencontrar a autoridade perdida e vingar a humilhação experimentada. (...) Os ressentimentos, os sentimentos compartilhados de hostilidade, são um fator eminente de cumplicidade e solidariedade no interior de um grupo, e suas expressões, as manifestações podem ser gratificantes.” ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, M. S. & NAXARA, M. (orgs.) Op.cit. p. 18.

<sup>457</sup> CERTEAU, Michel. 2005, op. cit. p. 19.

apontando que estes eram contratados e subvencionados pelos governos de sua pátria de origem. Formavam um verdadeiro quisto étnico, cuja eliminação se impunha para a formação de um Brasil maior<sup>458</sup>. Ingo confirma que seu pai, professor alemão, recebia subvenção, mas com a ressalva que esta era pequena e que por isso muitas vezes passavam privações.

Antes de o meu pai ser preso (1937), trabalhava em duas escolas, uma em Benedito Alto, e outra em Alto Benedito Novo. Andava uns quinze quilômetros por dia a pé. A Alemanha, nosso país, lhe enviava uma pequena subvenção. Mas como ele ganhava pouco, os pais dos alunos completavam seu salário. Um dia acabou a querosene e ele não recebia o salário, e nós precisávamos desse combustível em casa. Então ele foi visitar uns alunos, e veja que benção: ele recebeu em litros de querosene, justo o que precisávamos.<sup>459</sup>

As dificuldades contadas por Ingo revelam um desejo de superação de obstáculos relativos ao ato de ensinar, e endossam a existência da resistência como mecanismo de oposição à imposição de normas que contrariavam o modo de ensinar trazido de além mar. Até hoje seu Ingo fica indignado quando fala sobre a perseguição ao seu idioma materno, ocorrida nas décadas de 30 e 40. Hoje a família enfeita a parede de sua sala com dois quadros com texto em alemão. São quadros que sobreviveram àqueles tempos difíceis, porque foram guardados numa parede falsa na casa da família de sua esposa, também de origem alemã.

Casei com a Leonor, que também é descendente de alemão. Tivemos nossos filhos, ensinamos o alemão e eles aprenderam o português somente quando entraram para a escola. A minha filha nasceu em 1960 e ensinei a falar alemão; ela foi aprender o português só com seis anos de idade. Ela aprendeu a cantar a falar e a orar em alemão. Nós os alemães contribuimos para o progresso do Brasil, não justificava sermos perseguidos assim. Conhecer muitos idiomas é cultura, é importante<sup>460</sup>.

Este depoimento permite muitas leituras e interpretações sobre a campanha de nacionalização desse período autoritário. Neste trabalho, porém, o olhar volta-se para a questão da música na escola. Ingo lembra que obedeceram às exigências brasileiras quanto aos cânticos e cerimônias cívicas. Mas, mesmo assim isto não foi suficiente; seu pai perdeu o emprego e foi preso. As canções, segundo seu relato, “não significavam nada”. Este não significar nada, possui significado, está carregado de ressentimento causado pela perseguição

<sup>458</sup> AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório, 4º trimestre de 1937.

<sup>459</sup> LUBITZ, Ingo. Entrevista já citada.

<sup>460</sup> Ingo, cansado da roça e interessado em mudar de atividade, foi a Rio do Sul na casa de um tio que era marceneiro. Com ele aprendeu a profissão, tornando-se depois um empresário moveleiro, até sua aposentadoria. Idem.

de seu povo, prisão de seu pai e anulação de seu idioma e o conseqüente desenraizamento<sup>461</sup> de sua pátria, a Alemanha. Nesse sentido, a análise sobre a questão do poder da consciência, fundamentada nos escritos da madame Staël, discutida por Bresciani, ganha importância. Pois, a autora opina que esse seria um espaço de liberdade, que não poderia ser penetrado pela violência, mas poderia tornar-se um espaço aberto à educação e aos argumentos da razão<sup>462</sup>. Os sentimentos de amor do sr. Ingo, continuaram unidos à sua pátria de origem, a Alemanha, paixão essa, inculcada em seu coração por seus pais. O movimento estadonovista não o tornou brasileiro emocionalmente.

As palavras proferidas pelo sr. Ingo: “*É claro, que sem dúvida, a nossa pátria era a Alemanha; não fazia diferença alguma cantar ou deixar de cantar o Hino Nacional brasileiro; não entendíamos nada mesmo, não significava nada*”, indicam uma forma de recusa, resistência<sup>463</sup> a uma rede de forças e de representações estabelecidas. Esse depoente fez questão de não entender aquelas palavras, embora tenha memorizado as canções, a ponto de ser capaz de cantá-las ainda hoje. Essa resistência altera as regras do poder opressor, mesmo que seja em seu “*foro íntimo*”<sup>464</sup>. Cantou da boca para fora, porque era obrigado a cantar. “*A gente só sabia que precisava cantar aquelas músicas em brasileiro. Não sabíamos se falava palavra bonita ou feia. A melodia da música era bonita*”<sup>465</sup>. Lembra ele.

A imagem musical é constituída por um conjunto de elementos composto por ritmo, melodia, harmonia, tonalidade, altura (extensão), intensidade e textura. A música cantada possui a poesia como um ícone a mais. As canções patrióticas possuíam ritmo de marcha, tonalidade maior e a melodia dessas canções orfeônicas não ultrapassavam a capacidade de

---

<sup>461</sup> Desenraizamento contrário de enraizamento. “O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de se definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certo pressentimento do futuro.” Simone WEIL, **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979. p. 317.

<sup>462</sup> Conclusões encontradas e fundamentadas nos escritos da madame Staël. BRESCIANI, Maria Stella. O poder da imaginação do foro íntimo aos costumes políticos. Germaine de Staël e as ficções literárias. In: SEIXAS, J. A.; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (orgs.) Op. cit. p. 32.

<sup>463</sup> Uma maneira de utilizar sistemas impostos constitui a resistência à lei histórica de um estado de fato e a suas legitimações dogmáticas. Ali ela cria ao menos um jogo, por manobras entre forças desiguais e por referências utópicas. (...) a pedra negra que se opõe à assimilação. (...) Nesses estratégias de combatentes existe uma arte, um prazer em alterar as regras de espaço opressor. CERTEAU, Michael. 2005, op. cit. p. 79.

<sup>464</sup> Termo usado por Madame Staël, descrito no início desse capítulo. Significa agir de acordo com os sentimentos enraizados. No caso de Ingo, esses sentimentos estavam ligados aos ideais de seus antepassados alemães.

<sup>465</sup> LUBITZ, Ingo. Entrevista citada.

extensão vocal das vozes brancas. Wisnik considera difícil estabelecer relação entre política e música. A música, para este autor não exprime conteúdos diretamente, ela não tem assunto, até mesmo quando acompanhada de letra, como no caso da canção. O seu sentido está cifrado em modos muito sutis e quase sempre inconscientes de apropriação dos ritmos, timbres, intensidades, tramas melódicas e harmônicas dos sons. Diante desses elementos efêmeros que formam a música, o autor conclui que, em algum lugar e de algum modo, a música mantém com a política um vínculo operante e nem sempre visível: é que “ela atua por sua estrutura, na vida individual e coletiva, enlaçando representações sociais a forças psíquicas”<sup>466</sup>. Este conjunto de características pertencentes à linguagem musical afetava os sentimentos favorecendo a aceitação destas canções ou provocando-lhes ressentimentos. Leonor Belz, filha de alemães, revela seu interesse por música:

Sempre gostei de música; aprendi a gostar de música na igreja. Claro que a gente cantava os hinos em alemão. Quando fui para escola eu não sabia falar nada *em brasileiro*. A professora ensinava o Hino Nacional, a canção das árvores, dos passarinhos da primavera, eu gostava muito das músicas, é bom aprender a cuidar da natureza. As professoras eram muito boazinhas, gostavam muito de mim.<sup>467</sup>

O apelo emotivo natural da música é capaz de envolver o ser humano, despertar sentimentos e emoções. No depoimento dos entrevistados não percebo sentimentos negativos quanto à linguagem musical, nem mesmo quando faziam referência ao canto dos hinos obrigatórios. Importa lembrar que os alemães apenas aprendiam a fonetizar as palavras de hinos cívicos tais como o Nacional e à Bandeira. Mas, é possível perceber mágoas associadas a maus tratos psicológicos no momento das canções, em relação à origem dos imigrantes. Leonor afirmou: “Eu gostava de cantar, mas o que eu ficava triste é porque faziam gozação dos meus olhos azuis”.<sup>468</sup> O complexo aumentou em relação a isto. A cor denunciava sua origem étnica, e proporcionava discriminação e medo de punição. Com lágrimas nos olhos e voz embargada Leonor acrescentou:

---

<sup>466</sup> “Os sons passam através da rede das nossas disposições e valores conscientes e convocam reações que poderíamos talvez chamar de sub e hiperliminares (reações motivadas por associações insidiosamente induzidas, como na propaganda, ou provocadas pela mobilização ostensiva de seus meios de fascínio, como num ritual religioso, ou num *show* de *rock*). Estando muito próxima daquilo que conseguimos experimentar em matéria de felicidade humana, a música é um foco de atrativos que se presta a variadas utilizações e manipulações”. WISNIK, José Miguel. Algumas questões de música e política no Brasil. In: BOSI, A. (org) Op. cit. p. 114-115.

<sup>467</sup> BELZ, Leonor. Entrevista já citada.

<sup>468</sup> Idem.



Sabe, meu pai estava construindo um sobrado em Blumenau, e eu estava com ele lá em cima, e passou um batalhão na rua. Meu pai e eu ficamos olhando o grupo passar, alguns deles olharam para cima e gritaram: Seu alemão, seu olho azul, nós vamos arrancar estes olhos azuis de vocês. Na hora nos escondemos. A gente só estava olhando o grupo passar. Eu tinha muito complexo de meus olhos azuis<sup>469</sup>.

Elizabeth Feldhaus Martinhago, outra descendente de alemães, também sofreu maus tratos psicológicos na escola. Numa ocasião de um dia sete de setembro, no período da guerra, ela, com apenas sete anos de idade, em determinado momento da programação cívica foi empurrada pela professora para a frente dos alunos, com a ordem: “Canta sua quinta coluna, canta”<sup>470</sup>. Embora Elizabeth não soubesse cantar em português, procurou obedecer para evitar outros castigos. Imediatamente começou a pular e fingir que cantava. “*A gente tinha que pular junto porque não sabia cantar em brasileiro, como eles estavam cantando*”<sup>471</sup>.

O aluno tinha que cantar, caso não soubesse precisava fazer de conta. As más lembranças, não se referem à estrutura musical em si, mesmo porque, esta foi inspirada no estilo musical europeu da época. Não cantar os hinos pátrios do Brasil, ou pronunciar as palavras de forma incorreta, provocava represálias que produziam ressentimentos em muitos imigrantes. João Bosco também lembra como se sentia em relação à obrigatoriedade de cantar, nos tempos de Rio do Sul. Recuperando um fragmento das imposições quando acabava decorando sem entender nada, fala: “*Quem são os cacos que vão me fazer cantar o Hino Nacional? Que coisa! O Hino Nacional eu cantei na escola até me cansar! Ouviram do Ipiranga... não adianta falar as coisas como um papagaio*”<sup>472</sup>. A professora brasileira Isabel também relata sobre a obrigação de cantar na escola:

Lembro-me do aluno Hego Hegel, descendente de alemães, alemãozinho de cabelinhos bem branquinhos, que apresentava uma certa irregularidade na pronúncia do português, o que era comum, pois em casa só falavam o alemão. Lembro-me quando ele cantava com a pronúncia arrastada o Hino Nacional e outros cânticos. (Ela o imita cantando com sotaque alemão). O aluno não precisava entender o que cantava; o que interessava era que cantasse. Os alunos sempre cantavam. Eles ficavam enfileirados e cantavam. Sabe é que as notas musicais ficam nos sentidos, e aos poucos eles iam criando amor a pátria deles. Porque a pátria deles era aqui no

---

<sup>469</sup> Idem.

<sup>470</sup> MARTINHAGO, Elizabeth Feldhaus. (73 anos) Entrevista concedida a Juçara de Souza Castello Branco. Lages. 12 /02/1997. Apud: FÁVERI, Marlene de. 2004, op. cit. p. 125.

<sup>471</sup> Idem.

<sup>472</sup> BOSCO, João. (76 anos) Entrevista concedida a Marineusa Doermer Olívio. Rio do Sul, 09/02/2000. Apud: FÁVERI, Marlene de. 2004, op. cit. p. 73.

Brasil, terra que lhes deu abrigo. A gente precisava inculcar na mente deles os valores de amor a Pátria onde nasceram, ou que os recebeu. Eles dessa forma aos pouquinhos iam entendendo que aqui é a Pátria deles, que lhes dá comida e acolhida. Como era lindo ouvir as canções das crianças...!<sup>473</sup>

Essa obrigatoriedade de cantar mesmo sem entender, era levada muito a sério pelo governo. O ato de cantar carregava o simbólico da representação da brasilidade. Conseqüentemente, quem não cantasse era visto como “inimigo” da Pátria e identificado pelo termo “quinta coluna”. Isto está de acordo com os estudos já apresentados de Baczko nesse trabalho. Ele fala sobre o imaginário com um enfoque centralizado nos símbolos, alegorias, rituais e mitos. Símbolos e mitos que podem tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos, podem até mesmo plasmar visões do mundo e modelar condutas.<sup>474</sup>

Antonie Prost ao discutir sobre os objetos e métodos da história cultural, busca referência em Noële Gérôme, que chama de arquivos sensíveis às imagens, emblemas, estandartes e outros que de alguma forma atingem o imaginário e através desse se estabelecem condutas.<sup>475</sup> De acordo com essa colocação, cantar os hinos relativos à Pátria naquele contexto, deveria levar o povo a desenvolver uma atitude nacionalista. Essa foi a razão da criação do forte esquema de repressão e castigo que pesava sobre todos os envolvidos com o sistema educacional da época, sem distinção da etnia à qual pertenciam. A tarefa à qual o Estado se impunha era justamente transformar rituais como cantar o Hino Nacional e hastear a bandeira, em reforço à dominação efetiva pela apropriação dos símbolos.

Mesmo sem aprofundar o estudo da música como um fenômeno, se percebe sua capacidade de interiorizar sentimentos e de provocar emoções de forma perceptível. Embora se possam aplicar as normas científicas em pesquisas a ela relacionadas, pode-se dizer que é mais fácil perceber os efeitos da música do que sistematizar sua observação. Isto ocorre devido a ser ela subjetiva por natureza, porque associada aos efeitos do mundo espiritual, dos sentidos. A percepção do som remete necessariamente à capacidade de diferenciar, selecionar e interpretar informações. Márcia de Oliveira, ao estudar a oralidade e canção, concluiu que, o sentido da audição, diferentemente da visão ou do tato, envia informações involuntárias ao

<sup>473</sup> LINS, Isabel da Silva. Entrevista já citada.

<sup>474</sup> BACZCO, Bronislaw. Op. cit., p. 297.

<sup>475</sup> PROST, Antonie. Social e Cultural Indissociavelmente. In: RIOX, J. P.; SIRINELLI, J. F. (direção) Op. cit. p. 133.

consciente. “A palavra falada ou cantada evoca a memória pela volatilidade do som, já a palavra escrita, permanece, tornando-se um suporte durável, material”.<sup>476</sup>

Algo desse suporte durável, referido por Márcia Oliveira, foi guardado pela família da esposa do sr. Ingo. Parte do passado desta família ficou registrada em objetos de cultura alemã, como os quadros de paisagens da Alemanha com palavras escritas em alemão, livros, hinários, cancionários, e outros objetos com símbolos de sua origem. Foram guardados em uma parede falsa na casa de seus pais, durante o período de guerra. Eles não queriam ter problemas com as leis brasileiras, mas também não queriam desfazer-se de objetos que evocavam sua origem. Por isto alguns recorreram a outras maneiras de conservar seus bens. Lançaram mão de táticas, no sentido apropriado por Michel de Certeau<sup>477</sup>. Já outros optaram por desfazer-se de objetos que poderiam causar-lhes problemas. Foi o que fez Ingo:

Nós fizemos de tudo para evitar problemas com os governantes brasileiros. Meu pai tinha em casa um livro escrito por Hitler, “Minha Luta”. Ele queimou, porque não queria que pensassem que ele era nazista; ele tinha medo de ter problemas. Meu cunhado tinha o rádio e nós nos reuníamos para escutar as notícias da Alemanha, isto era em Alto Benedito Novo, mas depois entregamos o rádio, para não termos problemas. A gente tinha era que se cuidar até para escutar o rádio, interrompe a esposa de seu Ingo. Nós tínhamos um rádio, na época, não podíamos ouvir notícias da guerra. Embora revoltado, a gente tinha que se acomodar, era proibido o que a gente ia fazer? Não podia fazer nada<sup>478</sup>.

Muitos imigrantes embora não concordassem com as regras impostas, sabiam que para sobreviverem era preciso calar, pois, não havia nada a ser feito. A postura de Getúlio Vargas despertou diferentes sentimentos, até antagônicos, como o ódio e amor. Inclusive seu lado autoritário é guardado com saudosismo. A professora brasileira Dilma Livramento, comenta: “Vargas, aqui era tido como um grande homem, e foi. No tempo dele não jogavam ovo podre nas autoridades, não se faziam as manifestações que fazem hoje; naquele tempo ele governava com mão firme, braço forte, Getúlio foi um grande homem para nós”<sup>479</sup>. Getúlio Vargas foi visto como um “grande homem”, até por muitos imigrantes. A construção da

<sup>476</sup> OLIVEIRA, Márcia Ramos. Oralidade e Canção: a música popular brasileira na história. In: LOPES, A. H.; VELLOSO, M. P.; PESAVENTO, S. J. (orgs.). **História e Linguagens: Texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 246.

<sup>477</sup> Certeau fala das maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem dominante. Analisa as táticas articuladas sobre os detalhes do cotidiano, e como os usuários lançam mão de táticas e astúcias para fazerem o que lhe convém. “As táticas circulam sem ser vistas, (...) A tática é a arte do fraco, aproveita as ocasiões”. CERTEAU, Michel. 2005, op. cit. p. 100.

<sup>478</sup> LUBITZ, Ingo. Entrevista já citada.

<sup>479</sup> LIVRAMENTO, Dilma. Entrevista já citada.

imagem do guia, da figura do “Pai dos Pobres”, defensor do trabalhador, ficou guardada na memória do sr. Ingo. Seu depoimento abaixo indica como a imagem de Vargas foi bem “vendida” para a população.

Getúlio foi bom, ajudou muito o trabalhador criando as leis trabalhistas. Ele esteve em Blumenau e reconhecia o trabalho dos alemães. Ele defendia o trabalhador. Nereu sim que era terrível. Lembro de uma vez, a guerra não tinha terminado, eu estava em Rodeio, assistindo um comício dele, e havia um bêbado italiano, que com sua bebedeira atrapalhava o seu discurso inflamado. Ele só fez um sinal para seus capangas e eles foram lá e deram um jeito no coitado do bêbado. Uns anos mais tarde quiseram colocar o nome da escola de nossa igreja de “Ivo Ramos”, eu fui contra, não quero saber de homenagear nenhum nome Ramos, tenho péssima recordação deste nome, Ramos.<sup>480</sup>

Sabe-se que muitos imigrantes, padeceram vários tipos de perseguições e até tortura. Embora o olhar deste trabalho esteja voltado para o papel da música, é impossível passar por alto as histórias de guerra e perseguição durante o período do Estado Novo no território catarinense. Isabel Lins, pertencente ao grupo de professoras chamadas de nacionalistas, foi enviada a Rio do Sul, para colaborar com o programa de nacionalização do ensino. Ela conta:

Quando comecei a dar aulas em Rio do Sul, morei na casa da família Sizemer. O marido havia sido um fanático alemão, nazista de verdade, não sabia e nem entendia o português. Ele demorou em saber que a Alemanha havia perdido a guerra e, quando soube, ficou muito triste, adoeceu e logo morreu. A Dona Marta, que me contou isto. Dona Marta era diferente do marido, era muito querida, não gostava da atitude do marido. Ela falava um pouco o português, com isto facilitava a comunicação, e conversávamos bastante. Ela me disse um dia, que se encontrava sem Pátria! Nasceu no Brasil, mas não era aceita aqui, e ao mesmo tempo não podia pertencer à Alemanha<sup>481</sup>.

Leonor<sup>482</sup> conta que quando terminou a guerra, o radialista da rádio alemã, preocupou-se com seus compatriotas e anunciou, com voz apagada, a derrota da guerra e pediu que não desistissem de viver, por temor dos inimigos. Ela repete as palavras do radialista: “*Queremos evitar que por medo da morte cometam suicídio. Nunca mais o ouvimos falar na rádio*”. Isabel Lins, também lembra deste dia fadídico para os alemães e feliz para os brasileiros e aliados. Ela comentou com admiração e respeito, a atitude da professora Antonieta de Barros, no dia em que foi anunciado o fim da guerra:

<sup>480</sup> LUBITZ, Ingo. Entrevista já citada.

<sup>481</sup> LINS, Isabel da Silva. (82 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis. 09/02/2006.

<sup>482</sup> BELZ, Leonor. Entrevista já citada.

A professora Antonieta de Barros, estava em seu gabinete escutando o rádio quando ouviu a notícia do término da guerra. Neste mesmo instante ela solicitou que todos os alunos fossem para o pátio e ficassem enfileirados. Assim que os alunos ficaram formados, ela deu a notícia: ‘Meus alunos, a guerra terminou!’ (imita o jeito de falar da professora Antonieta) Foi aquela festa! Momento de grande emoção, nós ficamos enfileirados, com a mão no peito e cantamos com muita emoção. Cantamos ‘Nós somos da Pátria amada, fieis soldados’. (Canta e dramatiza). Continua cantando o Hino Nacional, Bandeira, (novamente enche os olhos de lágrimas).<sup>483</sup>

A nacionalização permanece viva na lembrança das pessoas que a vivenciaram, que fizeram parte da História. A memória é matéria-prima para quem trabalha com a História e não produto final. Assim que a memória deve ser compreendida<sup>484</sup>. Para “aguçar” a memória, a história oral, é um recurso que complementa a documentação oficial e permite uma reconstituição das vivências. Ecléa Bosi do risco de se trabalhar com memórias quando a questão investigada está envolvida com questões políticas. Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais força. “O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica ‘neutra’. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matizando-a”<sup>485</sup>.

Pierre Nora vai além, chegando a considerar que memória e história, opostas uma à outra. Para o autor, a história é a reconstrução, sempre problemática e incompleta, do que não existe mais, enquanto que a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente<sup>486</sup>. A história se apresentaria como uma representação do passado. Quanto aos lugares de memória, Nora deixa claro que não têm referentes na realidade, mas, “eles mesmos, são seu próprio referente, sinais que se voltam a si mesmos”<sup>487</sup>. Nesse sentido, Michel de Certeau, chama a atenção para o fato de que a memória obtém sua própria capacidade de ser alterada, deslocada, sendo móvel, não tem lugar fixo<sup>488</sup>. Portanto, lembrar é refazer, é construir, repensar, com idéias e imagens de hoje, experiências do passado. Nesse

<sup>483</sup> LINS, Isabel da Silva. Entrevista já citada.

<sup>484</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisada**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 18-19.

<sup>485</sup> BOSI, Ecléa. Op. cit. p. 453.

<sup>486</sup> NORA, Pierre. Op. cit. p. 9-10.

<sup>487</sup> Ibid. p. 27.

<sup>488</sup> A memória se forma (e seu “capital”) nascendo do outro (uma circunstância) e perdendo-o (agora é apenas uma lembrança). Dupla alteração de si mesma, que se exerce ao ser atingido e de seu objeto, que ela só conserva depois que desapareceu. CERTEAU, Michel. 2005, op. cit. p. 162.

caso o entrevistado altera a ênfase que dá ou retira dos acontecimentos narrados, projetando-os sob uma luz diferente daquela que tinha quando da incidência dos fatos.

Percebe-se que autores como Pierre Nora, Le Goff, Ecléa Bosi, Michel de Certeau, Jacy Seixas referem-se à memória, como algo mutável, em constante alteração, ou seja, a memória é construída<sup>489</sup>. Ela não precisa ser histórica. A memória pode construir-se a partir de lendas e crônicas. Sua base pode ser ritual, o que lhe garante um significado simbólico. De acordo com Janice Teodoro, confeccionar a memória a partir dos grandes monumentos e dos grandes eventos políticos “é confeccionar a memória dos outros”<sup>490</sup>. Isto quer dizer que muito do que aparece nas recordações dos entrevistados, foram memórias construídas pelo regime de Vargas, justamente com a finalidade de influir no imaginário provocando um novo olhar induzido pelas músicas, pelas cerimônias, pelos discursos inflamados e por todo o aparato construído com a finalidade de “criar” a imagem de um Brasil grandioso.

Isabel falou das músicas que cantava nas cerimônias cívicas e na escola. E, no momento da entrevista, começou a cantar as músicas daquele tempo, com muita espontaneidade, como que querendo viver novamente aqueles momentos. Entoa as músicas com muita afinção e entusiasmo: *Mocidade brasileira e Estudante do Brasil*<sup>491</sup>. É notável

---

<sup>489</sup> Memória é construída. A memória é um fenômeno sempre atual, (...) a memória é a vida, ela está sempre em evolução, aberta á dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. , NORA, Pierre. Op. cit. p. 9. “O processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios”. LE GOFF, Jacques. 2005, op. cit. p. 420.

“A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão agora a nossa disposição, no conjunto das representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma linguagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor”. BOSI, Ecléa. Op. cit. p. 55.

“A memória obtém sua própria capacidade de ser alterada. (...) ela se constrói ao contrário de acontecimentos que não dependem dela, ligada à expectativa de que vai se produzir ou de que deve se produzir algo de estranho ao presente” CERTEAU, Michel. Loc. cit.

A memória constrói o real, muito mais do que o resgata. A memória age tecendo fios entre os seres, os lugares, os acontecimentos, mais do que os recuperando, resgatando-os ou descrevendo-os como realmente aconteceram. Atualizando os passados – reencontrando o vivido – a memória recria o real; nesse sentido, é a própria realidade que se forma na (e pela) memória. SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: Problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S. & NAXARA, M. (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP, Ed. da UNICAMP, 2001. p. 51.

<sup>490</sup> THEODORO, Janice. “Memória e Esquecimento”. **Revista de Divulgação Cultural**. Blumenau, vol. 13, n. 44, jul./ago. 1990. p. 64.

<sup>491</sup> Músicas cantatas pela profa. Isabel no dia 06 de dezembro de 2005. As letras não foram confrontadas com a versão oficial, contidas nas cartilhas de Canto Orfeônico. Estas músicas foram transcritas da maneira como foram cantadas Este procedimento metodológico é usado por Ecléa Bosi. “Não dispomos de nenhum documento de confronto dos fatos relatados que pudesse servir de modelo, a partir do qual se analisassem distorções e lacunas. Os livros de história que registram esses fatos também são um ponto de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros livros com outros pontos de vista. A veracidade do narrador não nos

como algumas são cantadas praticamente de memória. Outra coisa que chama a atenção é que entre as canções ela falou e repetiu que “*as músicas possuem ritmo de marcha, e são músicas que dão energia*”. Faz também questão de informar que eram músicas próprias para se cantar marchando.<sup>492</sup>

As letras das canções comportam os ideais pensados para o país. “Mocidade” se apresenta como certeza do futuro da Pátria, defensora da Nação. Cantada em época de guerra quase todas as tardes e acompanhada de marcha, utiliza linguagem explicitamente militar com frases como “cerremos fileiras” e “empunhemos o fuzil”. A letra ainda faz os cantores se apresentarem como paladinos da nação. “Estudante do Brasil” por sua vez apresenta o estudante como tendo a maior missão de lutar incessantemente para tornar bem maior o Brasil, com as passadas firmes dos alunos em marcha ecoando as palavras da canção “marchar, marchar para frente”. As crianças são representadas neste momento, pelas letras dos hinos e canções como soldados do Brasil. Por isto deveriam lutar e também estudar por ele. Não é de se estranhar que estas músicas durante o tempo da guerra, eram executadas quase todos os dias. Mas mesmo após o conflito terminado elas continuaram a manter sua força na conclamação figurada de vitória, mesmo enfrentando lutas. Assim como essas letras, as demais músicas de Canto Orfeônico evidenciavam a preocupação em assinalar valores como o heroísmo dos vultos pátrios, o culto dos símbolos nacionais, o orgulho pela grandeza e a beleza do território nacional. Entretanto sem descuidar a valorização do homem brasileiro e sua cultura; do cidadão trabalhador que exercendo suas atividades honesta e honradamente, zela pela sua família e pelo progresso da Pátria.

Entre as músicas de exaltação aos heróis encontram-se personagens muito diversos como Cabral, na música Descobrimento do Brasil, Duque de Caxias, Tiradentes, o próprio presidente Vargas e até educadores como Pestalozzi e Orestes Guimarães. Quanto à exaltação da Pátria é digno de nota a expressão da frase da música Exaltação ao Brasil, que enfatiza: “cantar é saber viver pelo Brasil para ensinar ao povo varonil, que esta terra forte há de ser nossa até morrer porque nos viu nascer”. Pode se bem imaginar o efeito nas mentes juvenis, mesmo dos filhos de imigrantes estrangeiros, de palavras como essas repetidas à exaustão em

---

preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas conseqüências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida”. BOSI, Ecléa. Op. cit. p. 37.

<sup>492</sup> A autora da pesquisa filmou a professora Isabel cantando algumas músicas que faziam parte do repertório do Canto Orfeônico e que acompanharam sua vida tanto no Curso Normal, como na sua prática de professora. A filmagem está guardada com a autora da pesquisa. (ver a letra dessas canções: anexo -14).

cânticos entoados garbosamente, com o entusiasmo natural de vozes em tenra idade. O resultado esperado pelas autoridades era mais notório, tendo em vista que era conseguido sob as ameaças ou represálias, aos que não conseguissem pronunciar adequadamente o idioma da Terra que os viu nascer. A representação de uma pátria florida, alegre e vivaz aparece nas letras de canções como “Terra Brasileira” com sua melodia vivaz e em ritmo entusiástico. Essa canção foi repetida por muitos anos. Isabel Lins conta que, mesmo depois de muito tempo, quando ela já era diretora da escola de aplicação, essa música ainda era entoada por uma nova geração de professoras em formação. Era, assim, garantida a continuidade do mesmo ideário, consolidando aquela representação nacionalista da Pátria brasileira.

Por outro lado, a escolha dos ritmos e andamentos musicais das obras recomendadas às escolas, pareciam obedecer a um padrão que induzia à disciplina do corpo. Assim por exemplo, a escolha do andamento dois por quatro, associado ao andar, marchar, seria destinada a regular ou acompanhar os movimentos de grande número de pessoas, principalmente em sentido militar. Isabel faz questão de mencionar que as músicas “Estudante do Brasil e Mocidade Brasileira” eram cantadas marchando, em algumas épocas, quase todas as tardes. Pessanha, Daniel e Menegasso, comentam que essas peças não deveriam apresentar dificuldades para os cantores. Deveriam ser simples sem acidentes ocorrentes, sempre iniciando com a primeira voz, e a segunda entrando em forma de cânone.<sup>493</sup> Percebe-se que há coerência entre a intenção e o objetivo alcançado pelo projeto nacionalista de Villa-Lobos. Segundo o maestro, “as letras sobre melodias ritmadas, não só auxiliam a memória indispensável para gravar, com presteza por audição, os fatores musicais, como despertam interesses cívicos pelos assuntos patrióticos que encerram as músicas do presente livro”.<sup>494</sup>

Parece que o mesmo princípio mencionado em referência ao livro de Villa-Lobos, aparece também nos livros e cadernos de Isabel. Ela fez questão de buscar um livro grande de capa dura, intitulado “Dias de Festa”<sup>495</sup>. Contou que esse cancionário foi do seu tempo de estudante e que depois o usou para suas aulas. Nele há letras e partituras de canções, não especificamente nacionalistas, mas de exaltação à natureza, boa conduta, enaltecimento da

---

<sup>493</sup> PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges; MENEGASSO, Maria Adélia. Da história das Disciplinas escolares a história da cultura escolar: Uma trajetória de pesquisa. Revista brasileira de educação, set-out-nov-dez, n. 027. Associação Nacional de pesquisa de pós graduação e pesquisa em educação: São Paulo, Brasil, 2004. p. 57-69. p. 60.

<sup>494</sup> VILIA LOBOS, Heitor. Aulas de Canto Orfeônico. 11. ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1945. Prefácio, p. 2.

<sup>495</sup> A capa e o sumário deste livro foram incluídos nesse trabalho. (ver anexo 13.)



família e folclore. Ela folheia as páginas do livro e canta as canções que lembra. Ao examiná-las, percebe-se que conhece quase todas, e relata muitas histórias, quando foram cantadas, em que evento, enfim, relembra aqueles momentos vividos. Bosi faz referência a essas lembranças como uma imagem construída pelos materiais que estão à disposição no conjunto de representações que povoam o imaginário atual do indivíduo.<sup>496</sup> Muitas vezes memória invoca conjuntos referenciais instituídos pela sociedade.

A memória é organizada pelas ações e espaços, e se realiza a partir da afetividade. Os sujeitos se lembram bem, geralmente do que os marcou seja positiva ou negativamente. Da mesma forma, uma dor (física, moral ou psicológica) pode ser apagada da memória em função da dificuldade de se administrar no presente sua lembrança. No entanto, esta seleção é sempre de cunho afetivo, pondera Passos<sup>497</sup>. Portanto, importa considerar que é impossível, para as entrevistadas, lembrar das aulas de canto e do ambiente escolar, sem recordar dos momentos difíceis que viveram naquele período de guerra. A Irmã Corália, conta que aquele tempo foi muito difícil.

A gente precisava estudar a luz de velas, e forramos todas as janelas com papel preto, se caso os inimigos sobrevoassem e vissem luz poderiam bombardear. A música era muito valorizada, foi um momento muito rico para a cultura musical, contribuía para o canto clássico. Mas, a tensão do dia a dia com a situação de guerra, não era fácil, havia muito medo. Sabe, este tempo de guerra foi muito difícil, a gente não podia acender a luz, precisava estudar a luz de velas.<sup>498</sup>

Eventos doloridos quase sempre são esquecidos ou mascarados. Mas alguns deles fazem parte da história familiar, ou da cidade ou ainda das próprias perdas pessoais. Por essa razão, os relatos afloram como verdadeiras feridas provocando ainda lágrimas. Como Isabel que ainda chora ao contar que um primo foi pracinha e morreu no navio que foi afundado. Percebe-se que o ato de recordar seleciona e escolhe o que se quer transmitir a quem os ouve. Certamente tudo o que se fala ou se deixa de falar, tem sentidos carregados de subjetividade. Fáveri<sup>499</sup> comenta que dor e prazer são experiências que por sua própria natureza são

---

<sup>496</sup> BOSI, Ecléa. Op. cit.

<sup>497</sup> PASSOS, Mailsa Carla. Memória e história de professores: como praticar é lembrar. In: VASCONCELOS, G. A. N. (org.) **Como me fiz professora**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 103.

<sup>498</sup> Irmã Corália foi estudante no Colégio Coração de Jesus, durante o período da Segunda Guerra Mundial. Depois de concluir seus estudos tornou-se professora de música no mesmo colégio. Fez o curso de Canto Orfeônico com Villa-Lobos no Rio de Janeiro. IRMÃ CORÁLIA, (85 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 27/04/2005.

<sup>499</sup> FAVERI, Marlene. Outras falas: memória da Guerra. **Esboços**. 2000. Op. cit. p. 141.

subjetivas e, portanto, passíveis de interpretações. Ao serem exteriorizadas e passadas para o “outro” podem ser re-significadas pelos filtros das vivências atuais. Mas mesmo assim carrega em si esse componente sentimental único apenas experimentado por aquele personagem naquele momento dos acontecimentos. É interessante observar, entretanto, que a mesma Isabel que chora a perda do primo, não transfere sentimentos de rancor para com os alemães. Ela relembra que eles também sofreram com a guerra e relata com certa simpatia como os alemães aqui no Brasil foram perseguidos.

Foi um tempo muito difícil. Aqui no Brasil os alemães foram muito torturados, fizeram horrores com eles; alguns eram nazistas e até mereciam, mas outros, não. Pagava o pecador e o inocente. O imigrante era trabalhador, ajudou muito nosso país. Sabe **Tânia**, eles substituíram a mão de obra do escravo, e no tempo da guerra sofreram muitas perseguições. Coitados dos alemães sofreram horrores, foram muito maltratados<sup>500</sup>. (grifo meu)

Num breve contraponto, vale lembrar que nas entrevistas com os descendentes de alemães fica evidente que entre eles havia sim muitos simpatizantes do nazismo. Talvez não pelo nazismo em si, como doutrina política, mas por ser algo que se originava na Alemanha. Assim sendo, fossem simpatizantes do nazismo ou não, a questão étnica foi um fator fortemente marcante na definição das ações de repressão. Em alguns casos, cidadãos que tinham origem germânica foram submetidos até a humilhações. Lins relata a ocasião em que os estudantes invadiram a casa do médico alemão Dr. Gotsmann.

Os estudantes andaram de botas até em cima do piano de cauda que ele tinha na casa dele. Depredaram a casa toda. Ele era nazista de verdade. Os brasileiros o levaram preso para capinar na Trindade. Meu esposo, que na época era solteiro, era amigo do filho dele, e foi junto com os estudantes, mas o objetivo dele era defender o filho, e conseguiu ajudar para que ele se escondesse. Meu esposo conta que deixaram a casa dele acabada! Até o piano de cauda! Isto eles fizeram em casa de outros alemães também<sup>501</sup>.

A adoração por Hitler de parte de alguns alemães era muito intensa. Em certa colônia, os mais velhos faziam com que as crianças cantassem um hino de louvor a Hitler e em troca eles ganhavam balas. E então as crianças estufavam o peito e cantavam, como nos conta dona Amélia Reichardt:

Eu lembro de uma história contada por meu pai. Era de um casal ali dos Schnaider, quando eles iam passar, as férias lá na colônia, então os netos

<sup>500</sup> LINS, Isabel da Silva. (81 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 28/11/2005.

<sup>501</sup> Idem.

sempre tinham que cantar o hino do Hitler em alemão, e daí o vô *ponhava* as balas em cima da mesa e dizia: primeiro vocês vão cantar, daí depois vocês ganham as balas; daí o mais pequeno estufava o peito e cantava em alemão pro vô escutar.<sup>502</sup>

Embora não seja o objetivo desta pesquisa analisar o acerto ou não das ações governamentais em relação à repressão, ou perseguição aos grupos étnicos estrangeiros, tanto os relatos de brasileiros quanto de imigrantes ou seus descendentes permitem a leitura de que o papel do Canto Orfeônico em particular e das escolas em geral foi fundamental na estratégia governista. Retoma-se aqui o pensamento de que as festas, as aulas de canto, os grandes movimentos de massa em direção ao centro da cidade para os desfiles, os orfeões que se apresentavam em suntuosos teatros, ou em campo aberto diante de um mastro na inauguração de um grupo escolar, faziam parte de um todo. Todos esses elementos carregavam uma motivação específica na busca de resultados concretos, na formação de um sentimento intenso de brasilidade. Cada monumento inaugurado, cada inauguração do retrato do presidente, cada dia festivo comemorado ao som de muita música de louvor à Pátria e aos seus heróis era mais um ponto de apoio a sustentar o crescente nacionalismo no coração dos brasileiros natos bem como nos “brasileirinhos” filhos de estrangeiros. A professora Dilma Também lembra como os professores trabalhavam bem a nacionalidade, ‘a brasilidade’ e também a participação do Brasil na guerra, com seus alunos. Ela recorda a letra de um hino que as crianças cantavam com entusiasmo. Na entrevista o sentimento de então extravasa ao cantar em ritmo de marcha:

Sou brasileiro com orgulho digo,  
Na paz na guerra contra o inimigo,  
Sempre altaneiro com orgulho digo,  
Sou brasileiro, sou brasileiro.<sup>503</sup>

Era um sentimento trabalhado através da elevação dos ânimos de tal maneira que as vozes ecoavam o desejo emanado do poder central. Desejo esse de construir um novo Brasil usando a rede escolar e a força dos sons musicais. Ou seja, a valorização da música não era produto de uma convicção de seu valor para a população em geral ou de sua capacidade para potencializar o crescimento acadêmico das crianças e adolescentes. O crescimento musical não era um fim em si mesmo, mas olhado como um meio de imposição de valores que deveriam ser consolidados na mente infantil e irradiados para seus pais e demais parentes.

---

<sup>502</sup> REICHARDT, Amélia. (79 anos) Entrevista concedida à Adelar Heinsfeld. Joaçaba, 05.02.2002. Apud. HEINSFELD, Adelar. Puxando a memória. In: Anais do Simpósio Temático - **Muitas faces de uma Guerra**: 60 anos do término da Segunda Guerra Mundial e o processo de Nacionalização no Sul do Brasil. Florianópolis: UDESC, 2005.

<sup>503</sup> LIVRAMENTO, Dilma. Entrevista já citada.

Talvez se possa dizer que essa mesma razão utilitária que direcionou a música, aos mais altos interesses governamentais, tenha sido também, paradoxalmente, o motivo de seu abandono. Em que pese todas as alardeadas e nunca contestadas virtudes e potencialidade da música. Todas as razões, até agora mencionadas nesse trabalho, que foram utilizadas como pretexto, para a generalização do ensino do canto, foram apresentadas em um marco político e não cultural. O resultado esperado era de cunho nacionalista e, não acadêmico, intelectual ou social. Por isso até mesmo os relatos apresentados como grandes marcos daquela época trazem em si esse componente. A professora Elza Ribas nos contou sobre os desfiles, com indisfarçável saudosismo.

Era lindo! A gente cantava e marchava pelas ruas da cidade com muito entusiasmo. Na escola a gente chegava tinha por obrigação cantar o Hino Nacional ‘Ouviram do Ipiranga as margens plácidas’, o Hino à Bandeira e o Hino da Independência. Os alunos sabiam direitinho e cantavam, mesmo os alemãezinhos com o sotaque carregado cantavam e, com a mão no peito, sabe, com sentimento, hoje essas crianças nem sabem mais cantar os hinos.<sup>504</sup>

Dilma reclama da falta de patriotismo em tempos atuais, a falta de identidade brasileira, e, sintomaticamente culpa os governantes e a escola pela situação atual. É até compreensível sua crítica à mesma autoridade que naquele tempo foi a responsável pelo que hoje falta. Como quem quer dizer, em outras palavras, que os mesmos que conseguiram no passado, deveriam fazê-lo hoje novamente. Ela levou-me até a sacada de seu apartamento e comentou:

Veja só, hoje é sete de setembro, não tem uma bandeira hasteada nas casas, não há movimento de desfile, nem programação cívica, a cidade está morta, como se fosse um domingo. Naquele tempo era diferente, hoje seria um dia de grande festa, era muito gostoso, havia muito envolvimento e compromisso com a Pátria. As escolas desfilavam acompanhadas de fanfarras, o exército e a marinha desfilavam com suas bandas, e na frente do palanque, faziam apresentações. As escolas também se apresentavam, cantavam o Hino Nacional e outras canções patrióticas. Hoje é tudo parado. Isto vai fazer mal para o Brasil, onde vamos parar! Não há amor e respeito pela Pátria e nem para com as pessoas.<sup>505</sup>

Além de participar da vida cotidiana dos alunos nas escolas, a valorização da música se estendeu para fora da esfera escolar sendo parte das grandes concentrações cívicas. Cantar os hinos, na maioria das vezes enquanto marchavam, trazia aos participantes o sentimento de

<sup>504</sup> PESSOA, RIBAS, Elza. (89 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 07/06/2005.

<sup>505</sup> LIVRAMENTO, Dilma. Entrevista já citada.

importância e valor que a Pátria e seus símbolos deveriam ter. Isto implicava em certos rituais para portar a bandeira, para homenageá-la, para protegê-la. Igualmente o Hino Nacional era cercado por uma série de atitudes que a ele se associavam. Qualquer atitude que não estivesse de acordo com a postura esperada, ocorreria punição e repressão de forma pública e imediata. Então, se pode afirmar que as festas pátrias contribuíram enormemente para a construção da brasilidade. Quem não sabia se “comportar” nestas festas sofria sanções. Uma das entrevistadas indica essa prática. A professora Aracy, relata a reação autoritária, ocorrida em uma cerimônia oficial na cidade onde morava, Rosário do Sul – RS, quando foram homenagear os pracinhas que iriam partir para a guerra. Ela conta que era aluna do Curso Normal, e cantaram a canção dos expedicionários e depois o Hino Nacional. No momento da narrativa ela embargou a voz algumas vezes e seus olhos lacrimejaram, mas fala:

Tinha um rapaz que estava bem pertinho de mim, estava do meu lado, e ele não tinha grande conhecimento sobre como portar-se em uma cerimônia cívica. Ele estava com uma das mãos no bolso. Chegou uma autoridade empurrando o rapaz falou com muita estupidez assim: tira a mão do bolso 5ª coluna! (Imita a voz e o gesto) O rapaz obedeceu muito envergonhado. Esta autoridade continuou ao lado dele observando seu comportamento. Percebi que o moço ficou muito triste, e até a gente ficou constrangida.<sup>506</sup>

Algumas das professoras entrevistadas confirmam a informação sobre o cuidado das autoridades para com a postura e reverência aos símbolos nacionais. Elas relataram a posição que deveria ser assumida ao cantar o Hino Nacional. Perfilar-se, ficar calados, posição de sentido com a mão no coração, uniforme completo e sem outros acessórios ou casacos, independente do clima. Claudine Haroche elucida que “a ordem se inscreve nos gestos, nas atitudes e nas posturas corporais”.<sup>507</sup> O que importava era cantar e dentro do ritual proposto pelas autoridades. “Oh Pátria amada, idolatrada, Salve, Salve!” Era cantado com garbo e entusiasmo por alunos e povo em geral.

As professoras que serviram a Pátria através da arte de ensinar, e que prestaram depoimentos a esta pesquisa, consideram importante despertar o amor à Pátria no coração dos estudantes. Nesse sentido, é importante observar os estudos de Claudine Haroche, nos quais discute que pedagogos e políticos franceses no século XIX, sentiam-se presos ao dilema do conceito: “o amor pela Pátria não se aprende de cor, aprende-se com o coração”.<sup>508</sup> Na

<sup>506</sup> ROCHA, Aracy Scherer. (74 anos) Entrevista concedida à autora desta pesquisa. Florianópolis, 20/06/2005.

<sup>507</sup> HAROCHE, Claudine. 1998, op. cit. p. 83.

<sup>508</sup> “Se a aprendizagem do sentimento patriótico faz-se doravante pela história, na escola; se a história tem por tarefa ‘gravar nos corações o amor pela pátria’. Pode-se conceber um amor pela pátria limitado, racional e lúdico

opinião das professoras entrevistadas: Dilma, Elza, Zenilda, Isabel e irmã Corália, as programações cívicas, desfiles, e todo o cerimonial que se fazia para exaltar o civismo deveriam voltar. Estes depoimentos indicam em certa medida o êxito que o governo logrou, ao buscar fixar na mente do cidadão a relevância do aprendizado e utilização dos hinos oficiais. O seguinte trecho da entrevista concedida pela professora Zenilda representa o sentimento das pessoas daquele período, em que pese a sua etnia.

Os cantos cívicos tinham muito valor. Cantávamos o Hino Nacional, Hino da Bandeira, Hino da Independência, Hino de Santa Catarina. É gostoso cantar e é importante cultivar a nossa identidade, eles favorecem a interiorização do respeito pela Pátria. É uma grande falha no ensino de hoje, não há momento cívico, não cantam mais o Hino Nacional, que vergonha! Nem os jogadores sabem cantar direito o Hino Nacional, eles que estão representando o Brasil não sabem o hino da sua Terra!<sup>509</sup>

A força que os símbolos pátrios conquistaram na mente da população pode ser percebida nitidamente no seguinte incidente: Na cidade de Mafra e Rio Negro, entre o dia seis e sete de setembro, após discursos contra os ataques do Eixo, o povo rumou em direção à casa comercial de um cidadão alemão de atividades suspeitas. “O suspeito empunhando o Pavilhão Nacional conseguiu deter a massa de manifestantes que, como eletrizada, cessou as suas hostilidades, passando a entoar com entusiasmo o Hino Nacional e obrigando o detentor da bandeira a cantar também e dar em seguida vivas ao Brasil.”<sup>510</sup> O suposto “súdito” usou a tática de usar o símbolo nacional para acalmar a população encolerizada, evitando um linchamento. Ao que se percebe, tudo acabou numa frenética cantoria! Certamente esse indivíduo deve mais ao poder dos símbolos no imaginário popular do que ele mesmo podia supor. Embora, talvez instintivamente, utilizou a força dos símbolos para reverter a capacidade destrutiva de uma multidão predisposta a causar-lhe dano.

Tanto tempo já passou, mas fatos relacionados tanto ao fervor cívico quanto à repressão a ele intrinsecamente ligada, no período do Estado Novo, continuam vivos na memória daqueles que os vivenciaram. Cada pessoa que viveu aqueles momentos tem uma “leitura” própria do que aconteceu, dependendo do grupo a que pertencia. Essa acomodação

---

quando se reconhece que o ‘amor pela pátria não se aprende de cor, aprende-se com o coração?’ HAROCHE, Claudine. O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX. In: SEIXAS, J. A.; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (orgs.) Op.cit. p. 91.

<sup>509</sup> LINS, Zenilda Nunes. Entrevista já citada.

<sup>510</sup> Sindicância (cópia) – Quartel General – Estatística Militar, 2º. Batalhão Ferroviário, Rio Negro, Paraná, em 14 de outubro de 1942. Ofícios recebidos do Ministério da Guerra – 1942/1944. Palácio do Governo. Apud. FÁVERI, Marlene de. 2004, op. cit. p. 61.

das recordações é referida por Pierre Nora para quem a memória emerge de um grupo que ela une, havendo tantas memórias quantos grupos existem. Por isso, em seu entender, se pode afirmar que “a memória é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada”.<sup>511</sup> As memórias se manifestam a partir da experiência e as constroem. Ao mesmo tempo em que o relato das lembranças é uma construção na qual os saberes e as vivências passadas emergem do inconsciente para o consciente na fala presente, esta apropriação se articula também com o que está por vir, com o futuro. A memória, desta forma, não é só passado, mas também é o veículo que se move entre passado, presente e futuro. Constrói a história e interfere nas relações espaço-temporais. No pensamento de Michel de Certeau o mundo da memória intervém no momento oportuno e produz modificações no espaço<sup>512</sup>.

Ao ser a memória vasculhada, os sentidos vão apreendendo do passado as emoções, as sensações, as experiências vividas em algum momento e que ficaram impressas nos corpos e nas mentes. Mas os antigos pensamentos feitos novos são reescritos na memória também com pausas, silêncios e vazios cheios de significado. É preciso aguçar os sentidos para tentar captar o extrato dos múltiplos significados trazidos pela palavra, repleta de tantas outras vozes que fizeram e fazem o que o narrador é no momento da narrativa. Com a memória vem a imaginação. Ela é uma mistura do vivido com o esperado. É a imaginação que lança luzes, de variadas nuances na memória, trazendo o que se imaginou ter vivido/sentido. Ilumina também o futuro numa expectativa de sensações que muito podem ter dos anseios do presente.

Quando o garimpeiro afunda a peneira na água, em meio aos cascalhos, aos resíduos, estão as pedras e os metais preciosos. Eles vão cintilando e aparecendo. Assim acontece com a memória. Algumas lembranças, cenas, fatos, vão cintilando, vão se destacando à medida que o relato é construído. No entanto, o tempo já os misturou como fez com as pedras e com os metais. A imaginação vai suscitando imagens antigas ou novas, assim como os tons, as cores, os brilhos sentidos de diferentes maneiras, permitem imaginar a criação. Múltiplas imagens se misturam e tantas vozes vêm à tona.

---

<sup>511</sup> NORA, Pierre. Op. cit. p. 10.

<sup>512</sup> CERTEAU, Michel. 2005, op. cit. p. 163

#### 4. O CANTO NACIONALISTA E A PRÁTICA PEDAGÓGICA.

A música, por ser considerada portadora de um poder extraordinário capaz de influenciar as emoções, encontrou no Canto Orfeônico com seu repertório nacionalista, um elemento essencial na construção dos sentimentos de brasilidade. Para que o canto se tornasse um canal amplamente usado na escola, intelectuais como Mario de Andrade, Lorenzo Fernandes<sup>513</sup>, Gustavo Capanema, Villa-Lobos, Ruth Valladares Correa<sup>514</sup>, como também a própria elite dirigente do Estado catarinense, perceberam que o professor deveria ser peça essencial nesse projeto. Portanto, o educador tornou-se um instrumento da política educacional do governo, responsável por mostrar ao aluno a imagem do Estado forte, acolhedor e próspero. Devia ainda levar esses estudantes a trabalharem pela Pátria, trabalho este que resultaria em bem estar para eles mesmos.

Para Lorenzo Fernandez o contato direto do professor com os estudantes, lhe permitia inculcar de forma efetiva a noção correta dos movimentos e gestos do civismo, conhecimentos da cultura clássica e a conduta adequada em relação à Pátria. Possibilitava também ao docente conduzir o aluno a entender o trabalho como edificador da nação e inspirar o respeito que se deveria dedicar ao chefe da nação. Pois, segundo esse educador, “é na escola que se gravam na alma tenra da criança as impressões definitivas, por isto o canto deve ser direcionado especialmente às crianças e adolescentes”.<sup>515</sup> Ele considerava que a música contém os preceitos necessários para direcionar os sentidos ao louvor à Pátria, à disciplina moral e à beleza de sentimentos. Isto se conseguiria através dos sons, gestos e palavras. Por isso, o

---

<sup>513</sup> Oscar Lorenzo Fernandez (1897- 1948). Músico e compositor. Trabalhou em prol do movimento do Canto Orfeônico nas escolas, e editou a Coleção Escolar, que constava de cânticos folclóricos e cívico-patrióticos. Fundador, com Villa-Lobos, da Academia Brasileira de Música e professor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico. Lorenzo Fernandez foi um grande incentivador dos programas de formação musical. Segundo Marina Fernandez, filha do compositor, "a preocupação dele com as crianças era enorme, tanto é que tem várias obras para piano, com graus de dificuldade em seqüência, destinadas às crianças". Disponível em: <http://www.bn.br/fbn/musica/lorenzo/inova.htm>. Acessado dia 20/08/2007.

<sup>514</sup> Ruth Valladares Correa, musicista, compositora, foi professora de Canto Orfeônico no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, no Distrito Federal, Rio de Janeiro, sob direção de Villa-Lobos.

<sup>515</sup> FERNANDEZ, Oscar Lorenzo. O canto coral nas escolas. **Revista Brasileira de Música**. s/d. p. 34.



professor deveria ser primeiramente um especialista na elevação do espírito patriótico dos educandos, a fim de despertar no aluno, desde o início, a alegria e entusiasmo de cantar. Depois o próprio aluno sentiria a necessidade de expandir sua alegria por meio do canto coletivo<sup>516</sup>.

A Profa. Ruth Valladares Correa, ao perceber as exigências que o Estado anexava à função do professor para realizar o programa sério e elevado do Canto Orfeônico, diz: “é extremamente necessário o mestre obter uma cultura sólida, uma competência inequívoca e grande abnegação patriótica”<sup>517</sup>. Em relação ao ensino do Canto Orfeônico, essa professora, deixa claro que o canto deveria ser administrado conscienciosamente pelo professor, a fim de dar provas visíveis e argumentos irrefutáveis aos seus alunos. Assim a prática vivida pelos estudantes resultaria no desenvolvimento dos aspectos moral, artístico e cívico<sup>518</sup>.

O maestro Villa-Lobos, já apresentado neste trabalho como o expoente do Canto Orfeônico, defendia a idéia que esta disciplina deveria ser ministrada por professores brasileiros<sup>519</sup> com devido preparo e grande sentimento patriótico. Sob sua orientação direta, a SEMA<sup>520</sup> desde 1932, oferecia cursos de orientação e aperfeiçoamento para a formação de professores de Canto Orfeônico. Apesar disto Villa-Lobos, estava consciente da dificuldade de instruir os professores do Brasil de maneira rápida e eficiente. Por isto, o maestro com apoio do Ministro da Educação Gustavo Capanema, contou com auxílio dos inspetores escolares que receberam o compromisso de orientar o programa da disciplina do “Canto Orfeônico” nos grupos escolares<sup>521</sup>. As aulas de Canto Orfeônico visavam à execução rigorosa e correta dos hinos oficiais e tinham como propósito incentivar o gosto pelas demais canções de caráter patriótico.

---

<sup>516</sup> Ibid. p. 27.

<sup>517</sup> CORREIA, Ruth Valadares. Qual o grau de cultura que precisa ter um professor de Canto Orfeônico. (Palestra proferida em 1942). apud, VILLA-LOBOS, Heitor. A educação artística no civismo. Op. cit. p. 171.

<sup>518</sup> Ibid.

<sup>519</sup> Exigência das normas de nacionalização do ensino, conforme o Decreto-Lei federal n. 406, de 04 de maio de 1938, combinando com artigo 4º do Decreto-Lei estadual n. 88, de 31 de março de 1938.

<sup>520</sup> A SEMA, sob a direção de Villa-Lobos no Distrito Federal, foi referência para todo o Brasil. Outros estados brasileiros entre as décadas de 30 e 40 progressivamente criaram organismos semelhantes atendendo às diretrizes estabelecidas por esse órgão. Em Santa Catarina foi criada a subdiretoria de Educação Musical e Artística ligada ao Departamento de Educação, em 1935, mas foi organizada somente depois de 1943.

<sup>521</sup> CHERŃAVSKY, Anália. Op. Cit. . p. 121.

João dos Santos Areão, como Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas<sup>522</sup>, teve uma atuação decisiva na orientação do Canto Orfeônico na educação catarinense. Nessa função pretendia ensinar aos professores “a arte de fazer com que as bocas infantis vocalizassem as impressões de sua alma, moldando-as dentro do mais elevado espírito de civismo”<sup>523</sup>. Em suas recomendações, Areão declarava que o professor deveria “proporcionar à criança um ambiente alegre para que ela viesse a vibrar através do canto nas ocasiões cívicas, sem descuidar da importância da língua vernácula”<sup>524</sup>. O inspetor descreve nesse relatório que, através do contato com os alunos em suas visitas de inspeção escolar, notava a dificuldade dos estudantes, filhos de imigrantes em pronunciar certas palavras, principalmente aquelas terminadas em “ão” ou “i”. Ele atribuía a dificuldade de pronunciar tais fonemas a pouca prática do português. Por isso, considerava o canto como um grande auxiliar na obra nacionalizadora.

Segundo o pensamento de Areão, as melodias do Canto Orfeônico, motivariam as crianças a entoarem as canções regionais, com a dicção correta. Os professores poderiam ensinar a cultura brasileira, buscando em cada motivo realçar trechos da história da terra que os acolheu. Concluí dizendo que estes ensinamentos de brasilidade “nunca penetrariam os umbrais da escola se não tivessem o canto como veículo”<sup>525</sup>. Em um relatório destinado ao Ministro de Educação, Gustavo Capanema, o inspetor descreve detalhadamente como faria para facilitar o trabalho do professor quanto ao uso do Canto Orfeônico nas salas de aula:

Para ensinar o Canto Orfeônico, pretendo conseguir, nas classes mais adiantadas, uma leitura, embora fácil, consciente da parte musical. Para isso, estou organizando uma série de lições por um processo que será a resultante das observações colhidas durante a minha prática pedagógica. A parte, por exemplo, referente ao ensino do canto às primeiras classes, alunos, portanto, de oito anos de idade, será encaminhada por meio de historietas bem fáceis, com melodias adequadas e sempre que possível dramatizadas. Já aos alunos maiores, o canto precisaria ser ensinado de outra maneira. O professor primeiro deveria iniciar com músicas que se referissem aos assuntos relacionados a fatos interessantes de nossa história, avivando tradições. Mas lembrando que ao lado da simplicidade dos

---

<sup>522</sup> Escolas Subvencionadas é um termo designado para as escolas que pertenciam à zona de nacionalização, pois a região dessas escolas era atingida diretamente pela influência da população estrangeira. Portanto, a partir de 04 de maio de 1918, através do Decreto Federal n. 13.014, foi possibilitado à União subvencionar essas escolas primárias, sendo fiscalizadas por inspetores federais, para nacionalizar o ensino nesses estabelecimentos.

<sup>523</sup> AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório, 2º trim., 1939.

<sup>524</sup> Ibid.

<sup>525</sup> AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório, 1º trim. 1939.

motivos, os professores necessitariam cuidar com desvelo da linguagem. A pronúncia e a compreensão do tema deveriam ser facilitadas.<sup>526</sup>

Areão organizou uma série de lições das observações colhidas durante suas práticas pedagógicas que seriam repassadas aos professores como aula-modelo<sup>527</sup>. Sua preocupação e reflexão sobre diretrizes e idealismo referentes à formação dos sentimentos de brasilidade dos estudantes, aparecem em seu relatório dirigido ao Ministro Capanema, em 15 de janeiro de 1940: “vivendo a criança dentro de um círculo limitadíssimo, ouvindo mal, e tendo poucas referências das grandezas do Brasil relatadas por um professor que não sente o calor de nosso espírito, era de prever as conseqüências que haviam de advir dessas falhas”<sup>528</sup>. Suas observações voltavam-se justamente para a necessidade de que os professores fossem formados dentro de um espírito nacionalista, caso contrário todo o esforço seria perdido. Considerava o educador um elementíssimo como catalisador e propagador dos melhores sentimentos pátrios.

Os cursos de formação docente, durante a Era Vargas, tornaram-se alvo de atenção minuciosa por parte do governo. Os ensinamentos foram direcionados a formar e edificar um cidadão brasileiro apto a trilhar os caminhos da modernidade, dentro do espírito cívico e patriótico. As Escolas Normais ministravam aulas práticas de como ensinar o Canto Orfeônico e outras atividades cívicas. Entre elas incluíam aulas de educação física, nas quais jogos e marchas eram sugeridos para a preparação das festividades cívicas. Também estava presente o ensino da poesia, da representação e da música. Letras simples de poetas brasileiros e singelas quadras populares foram musicalmente vertidas por Villa-Lobos para linguagem musical destinadas a corais escolares de uma, duas, três e quatro vozes.

Houve educadores em Santa Catarina que também compuseram canções nacionalistas para serem entoadas nas escolas catarinenses. Entre eles destaco João dos Santos Areão, Abelardo de Souza<sup>529</sup>, Aldo Krieger<sup>530</sup> e Odilon Fernandes<sup>531</sup>. Constava nos currículos

---

<sup>526</sup> Ibid.

<sup>527</sup> Os inspetores, quando em visita às escolas ou nas Semanas Educativas, ministravam aulas-modelo que deveriam ser seguidas á risca pelos professores.

<sup>528</sup> AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório, 1º trim. 1940.

<sup>529</sup> Sueli de Souza, conta que seu pai, Abelardo, herdou de seu bisavô José Brazilício de Souza e avô Álvaro Souza o gosto pela música. Começou a compor em 1936. Em 1938 escreveu a Canção do Normalista e Minha Ilha, também compôs muitas músicas e marchas que foram usadas nas escolas primárias como Soldados da Pátria, Asas do Brasil, Descobrimto do Brasil arranjo para coro orfeônico, e Josézito. Ver SOARES, Maura. Op. Cit. p. 98-99. (ver as músicas no anexo n. 16)

escolares das escolas primárias o uso das músicas patrióticas compostas por eles e inseridas no programa de Canto Orfeônico nesse período. A música, com fins cívicos, destinada a “inspirar o amor e orgulho pelo Brasil, constituiu-se em uma das mais eficazes maneiras de desenvolver os sentimentos patrióticos do povo”<sup>532</sup>. Portanto, era necessário que os professores destinados a lecionar nas escolas primárias dos mais longínquos rincões do estado, se tornassem aptos a trabalhar com esta disciplina.

Isabel conta que eram poucas as professoras normalistas. *“Muitas meninas faziam até a 4ª série e já iam dar aulas; faltavam professoras nacionalistas, para ajudar na missão de ensinar. Então elas precisavam ir para a sala de aula e aos poucos complementavam seus estudos.”*<sup>533</sup> O número de escolas normais não eram suficientes para preparar professores para a grande campanha de nacionalização do ensino. Isabel fala que, *“a necessidade de nacionalização trouxe para a escola muitos professores não titulados, algumas mal sabiam escrever e fazer contas e já estavam alfabetizando. É claro que isto era no interior”*<sup>534</sup>. Diante deste fato, era imprescindível um programa de formação continuada. Tal ação beneficiaria tanto os professores que tinham pouco conhecimento pedagógico, como o professorado graduado nas Escolas Normais.

Embora, essas escolas formativas do professorado catarinense estivessem afinadas aos preceitos pedagógicos “modernos”, era importante manter a continuidade de ações dedicadas ao aprimoramento e à instrução dos princípios políticos necessários à constituição da nova nação. Principalmente aqueles propagados pelo movimento escolanovista e pela campanha

---

<sup>530</sup> Aldo Krieger, (1903- 1972) catarinense, natural de Brusque. Dedicou-se a música. No ano de 1929, junto com irmãos, primos e tios, Aldo fundou a primeira "jazz-band" do Estado, a Jazz-Band América, que passou a animar os carnavais de Brusque, Itajaí, Tijucas, Florianópolis e outras cidades da região. Em seguida, tornou-se mestre da Banda Musical Concórdia, de Brusque e regente do coral da Igreja Evangélica. Durante as décadas de 30 e 40, foi professor de violino e musicalização nas escolas da cidade, organizando e dirigindo o Coro Infantil Amadeus Mozart. Na década de 50, Aldo Krieger realizou um curso de formação de professores de educação musical no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico do Rio de Janeiro, onde teve a oportunidade de conviver com Villa-Lobos. Retornando a Brusque, Aldo fundou e dirigiu o Conservatório de Música, filiado ao Conservatório Brasileiro de Música do Rio de Janeiro. Transferiu-se para Florianópolis em 1962, passando a atuar como regente e diretor artístico da Associação Coral de Florianópolis até sua morte, em 1972. Disponível: <http://pt.wikipedia.org/wiki/> . (acessado dia 18/10/2007)

<sup>531</sup> Professor Odilon Fernandes, foi professor do Instituto de Educação, catedrático da disciplina de História da Civilização, para o Curso Normal Secundário e no ano 1938, foi nomeado diretor da Escola Normal Vocacionada. Compôs um hino escolar, intitulado despedida, para os normalistas cantarem em sua formatura. REVISTA DE EDUCAÇÃO. Órgão do Professorado Catarinense - Ano II - n° 7 (janeiro/fevereiro), 1937. Florianópolis. p. 28. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.)

<sup>532</sup> WISNIK, José. Miguel. Algumas questões de música e política no Brasil. In: BOSI, Alfredo. Op. cit. p. 120.

<sup>533</sup> LINS, Isabel da Silva. Entrevista já citada.

<sup>534</sup> Idem.

nacionalizadora<sup>535</sup>. Também, era importante imprimir no imaginário desses professores que eles seriam verdadeiros “missionários” de um Brasil unido, poderoso, progressista e sem os riscos de formação de quistos estrangeiros incrustados no seio do território catarinense. Esses educadores desempenhariam um papel importante na formação do novo cidadão desse país idealizado, dessa nação grandiosa.

Portanto, como parte da formação docente visando despertar a consciência nacional e o sentimento pelos deveres da Pátria, o Departamento de Educação do Estado criou e dirigiu Semanas Educacionais<sup>536</sup> em várias regiões do Estado. Esses eventos eram previamente programados para que todos os professores da região escolhida participassem. Essas práticas visavam socializar os professores com o espírito da educação nova, além de outras exigências quanto ao momento político. Os assuntos a serem tratados nessas Semanas Educacionais giravam em torno da escola ativa, bem como as diretrizes nacionalistas à língua vernácula, ensino da leitura, educação moral e cívica, clubes agrícolas, ginástica e canto nas escolas. Através das publicações que noticiavam<sup>537</sup> as Semanas Educacionais, pode-se notar que as aulas eram ministradas por palestrantes que tinham relevância no Estado, sendo em sua maioria, inspetores. Eles tinham um papel importantíssimo na formação continuada dos professores nacionalistas, tanto nos cursos oferecidos nas semanas pedagógicas, como nas instruções e fiscalizações que aconteciam nas escolas. Eles tinham o poder de dispensar ou empregar professores, como também de dar parecer nos processos de fechamento ou abertura de escolas particulares.<sup>538</sup>

Outra ação que merece destaque em relação à formação em serviço do professorado catarinense é a Revista Educação - Órgão do professorado catarinense. O próprio governo catarinense autorizou a edição da Revista de Educação<sup>539</sup>, bem como sua distribuição a todos

---

<sup>535</sup> BOMBASSARO, Ticiane. **Semanas Educacionais**: a arquitetura do poder sob a celebração da didática. 135p. Dissertação. (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. p. 48.

<sup>536</sup> Ticiane Bombossaro analisa as Semanas Educacionais ocorridas entre 1936 e 1945 no Estado de Santa Catarina. “As Semanas Educacionais foram criadas, a fim de uniformizar os processos de ensino, contribuindo para que se dissipassem no estado as novas formulações pedagógicas, em geral, provenientes do movimento pela Escola Nova no Brasil”. Ibid. Resumo. p. v.

<sup>537</sup> Estas Semanas eram noticiadas através do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Revista de Educação: Órgão do Professorado Catarinense e Relatórios de Inspetores.

<sup>538</sup> O Decreto-lei Estadual n.88/38 art. 23 que estabeleceu normas relativas ao ensino primário para o Estado de Santa Catarina, determina as atribuições dos inspetores escolares.

<sup>539</sup> A Revista de Educação foi publicada por iniciativa, apoio moral e material do Governo do Estado. Esses periódicos foram destinados a publicar artigos que se relacionassem ao ensino, atividades escolares e fotografias de escolas. “Esta revista é o nosso grão de areia modesto, mas trazido dos arcanos de nossa alma, para esse

que se dedicavam ao magistério. Esses periódicos publicavam artigos escritos por inspetores, ou autoridades da área educacional, incentivando a educação nacionalista. Muitas vezes, eram publicadas canções cívico-patrióticas e historietas que motivavam o uso do canto nas escolas, bem como outras práticas que despertariam as sensibilidades nacionalistas. Observa-se que essas publicações, estavam destinadas a direcionar os sentimentos, conforme os conceitos de Michel de Certeau quando analisa as narrativas jornalísticas ou publicitárias<sup>540</sup>. Os estudos de Roger Chartier também apontam as formas de dominação através dos textos escritos<sup>541</sup>. No caso da Revista de Educação, o público alvo já estava selecionado e predestinado a ler aqueles textos emitidos pelo Estado.

Muitos educadores interessados em aprimorar seus conhecimentos nessa área musical, realizaram o Curso Intensivo de Canto Orfeônico<sup>542</sup> oferecido no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico no Rio de Janeiro. A música cívico-patriótica revelou-se um meio eficiente na formação de professores preparados para a campanha de nacionalização do ensino. A disciplina de Canto Orfeônico esteve presente em todos os meios formativos do professorado catarinense, desde sua presença no currículo da Escola Normal, como nas Semanas Educacionais e Revista de Educação. Foi, ainda, adequadamente “vigiada” pelos inspetores. O Canto Orfeônico foi vivenciado no cotidiano formativo da educação de educadores, como sons de brasilidade para depois serem aplicados e praticados nos moldes esperados pelos seus idealizadores. Assim cumpriria um objetivo bem definido da política educacional do Estado Novo.

---

memorável arcabouço que é a educação da infância do nosso querido Brasil e que há de colocá-lo num plano digno de sua grandeza.” Palavras do Inspetor Estadual Antonio Lúcio, diretor dessa revista. REVISTA DE EDUCAÇÃO. Órgão do Professorado Catarinense - Ano I - n° 6 (novembro / dezembro), 1936. Florianópolis. p. 1 (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina, Florianópolis.)

<sup>540</sup> “A informação inerva e satura o corpo social. (...) As histórias povoam as ruas, articulam nossas existências, ensinando-nos o que elas devem ser. Fazem delas nossas legendas, desempenham uma função de providência de predestinação. Organizam de antemão nossos trabalhos, nossas festas e até nossos sonhos. A vida social multiplica os gestos e os comportamentos impressos por modelos narrativos; reproduz e empilha sem cessar as cópias de relatos. A nossa sociedade tornou-se uma sociedade recitada, e isto num triplo sentido: é definida ao mesmo tempo por relatos, citações e por sua interminável recitação”. CERTEAU, Michel. Op. cit. p. 287.

<sup>541</sup> CHARTIER, Roger. 1990, op. cit. p. 219.

<sup>542</sup> Irmã Corália, professora Leda Senise Varela, são alguns exemplos de professores catarinenses que foram enviados ao curso intensivo de Canto Orfeônico no Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, com despesas totalmente pagas pelo Governo do Estado de Santa Catarina. Tal Conservatório, sob direção de Villa-Lobos, oferecia duas modalidades de curso para formação de professores nesta área musical. O curso completo durava três anos, cuja especialização era em Música e Canto Orfeônico. O curso intensivo ocorria nas férias e visava uma formação rápida, devido a exigência de um número muito maior de professores especializados, pois o Canto Orfeônico estava sendo estendido a todo território nacional. O Decreto-lei n. 4.993, de novembro de 1942, autorizou este Conservatório ministrar cursos de emergência para a formação de professores de Canto Orfeônico.

#### 4.1. SONS DE BRASILIDADE NA EDUCAÇÃO DE EDUCADORES

Muitos hinos, canções, marchas faziam parte do nosso entusiasmo de estudantes numa época de incertezas mil, a 2ª guerra mundial. Havia interesse dos dirigentes da Nação em despertar o entusiasmo da mocidade. Neste mesmo período estávamos nos preparando para, após a formatura, seguirmos para o interior do Estado para participarmos da campanha de nacionalização do Ensino primário, que durou vários anos. Éramos orientados para atuar no cultivo da língua nacional em prosa e verso, e, através dos cantos e hinos pátrios.<sup>543</sup>

Hinos, canções e marchas, encheram de entusiasmo os corações daquelas futuras professoras, motivando-as a participarem dos ideais nacionalistas. Estas palavras da abertura dessa sessão foram escritas por Isabel. Em outra visita, ela entregou-me algumas folhas que resumiam as suas histórias correspondentes a esse período. Entre as histórias, ela narrou que havia interesse dos dirigentes da nação em despertar o entusiasmo da mocidade. “Era necessário despertar os sentimentos de brasilidade, naqueles que seriam os responsáveis pelas práticas nacionalistas”. Nesse depoimento registrou que durante o Curso Normal, havia um preparo através das disciplinas<sup>544</sup> e atividades curriculares que os induziam a servirem a Pátria pela arte de ensinar. Isabel Lins e seus colegas, já haviam absorvido e aceito a idéia de que, após a formatura, serviriam à causa que envolvia todo o país.

A preparação de professores em Santa Catarina acompanhou o ideário nacional de elevar a formação do professor. A decisão de utilizar a escola a serviço do Estado, era uma nota tônica nos discursos e entrevistas presidenciais. Getúlio Vargas deixava transparecer claramente sua intenção de fazer com que a doutrina do Estado informasse e dirigisse toda a educação<sup>545</sup>. Portanto, era necessário que o curso de formação de professores estivesse afinado aos interesses da Nação, notadamente as novas exigências advindas do processo de urbanização e industrialização ocorrido no país na era Vargas.

---

<sup>543</sup> Professora Isabel escreveu espontaneamente este depoimento e entregou na quarta entrevista realizada. LINS, Isabel da Silva. Entrevista já citada.

<sup>544</sup> Termo que designa as diferentes matérias de ensino.

<sup>545</sup> HORTA, José Silvério Baia. Op. cit. p. 171.

Em sintonia com o ideário do poder central, o governo catarinense procurou acompanhar as mudanças sociais e, ao mesmo tempo contemplá-las na formulação de novas diretrizes para a educação em seu território. Estavam fundamentadas nos modelos e princípios pedagógicos praticados no Rio de Janeiro e São Paulo, sob influência dos chamados intelectuais-educadores, como Fernando Azevedo e Lourenço Filho<sup>546</sup>.

Entre as várias reformas destinadas à formação de professores, considero relevante destacar a Reforma Trindade, ocorrida em 1935<sup>547</sup> e a Reforma de 1939. Devido aos limites desse trabalho e aos seus objetivos específicos, não se detalham as modificações introduzidas por essas reformas. Elas tiveram como objetivo munir os professores de instrumentos mais científicos e racionais para exercer a prática docente.<sup>548</sup>

Entretanto se faz necessário mencionar, por sua importância, que o Decreto-Lei nº 713 de 5 de janeiro de 1935 transformou as Escolas Normais Públicas em Institutos de Educação e exigiu a equiparação às públicas das demais escolas normais privadas existentes no Estado<sup>549</sup>. Após o Decreto de 1935, destaca-se em importância o Decreto-Lei nº 306 de 02 de março de 1939 que reorganizou os Institutos de Educação. Além disso, no artigo 32º esse Decreto estabeleceu que o ensino do Curso Normal fosse intensivo e além das exposições teóricas e de práticas pedagógicas, haveria ainda aulas de laboratório, de investigações e debates para estimular a observação pessoal, a reflexão e a exposição do pensamento<sup>550</sup>. O artigo 33º alterou o currículo de formação

---

<sup>546</sup> SILVA, Ana Cláudia; DANIEL, Leziany Silveira; DAROS, Maria das Dores. A reforma curricular dos cursos de formação de professores em Santa Catarina nos anos 1930/1940: o papel estratégico da ciência como fundamento as políticas do Estado para a educação nacional. In: DAROS, M. D.; DANIEL, L. S.; SILVA, A. C. (org). **Fontes Históricas: contribuições para o estudo da formação dos professores catarinenses (1883-1946)**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2005. 133p. (Série Pesquisa; 4). p. 27.

<sup>547</sup> A reforma de 1935 ficou conhecida como Reforma Trindade porque levou o sobrenome de seu mentor, o diretor da Instrução Pública do Estado, professor Luiz Sanchez Bezerra da Trindade, e estabelecida pelo Interventor Federal Aristiliano Ramos. Foi então criado o Departamento de Educação do Estado subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, então sob a responsabilidade de Ivo D'Aquino. MONTEIRO, Jaecyr. Op. cit. p. 57

<sup>548</sup> Ver: DAROS, Maria das Dores; DANIEL, Leziany Silveira; SILVA, Ana Cláudia. (orgs) 2005, op. cit.

<sup>549</sup> As escolas normais particulares, equiparadas às oficiais, eram anexas aos colégios: Coração de Jesus em Florianópolis, Santos Anjos em Porto União, Aurora em Caçador, Coração de Jesus em Canoinhas. DAROS, Maria das Dores. Formação de professores em Santa Catarina: breves considerações sobre sua história. In: DAROS, M. D.; DANIEL, L. S.; SILVA, A. C. (orgs). Op. cit. p. 14 e 18.

<sup>550</sup> PEREIRA, Vera Regina Bacha. Op. cit. p. 169.



de professores e pela primeira vez a disciplina Música e Canto Orfeônico foi incluída, com essa terminologia, na grade curricular do Curso Normal Catarinense<sup>551</sup>.

Desde a fundação da Escola Normal Catharinense em 1892, a música fez parte do programa de formação de professores<sup>552</sup>, por influência das escolas de São Paulo. Caetano de Campos, diretor da Escola Normal de São Paulo em 1891, justificando a inclusão de cada disciplina no currículo, destacou o papel da música: “Só conhece bem o assunto aquele que o pode reproduzir. Por isso, (...) a música (dum modo especial) é contemplada no currículo como indispensável, por ser processo de reprodução do pensamento, que justifica a integralidade exigida pelo conjunto dos conhecimentos.”

<sup>553</sup>

Formar o novo homem, o cidadão necessário para a República que acabava de nascer, transformar o ensino a partir de mudança de concepção e finalidades para uma educação integral de acesso a todos, constituíam os pontos chave para as reformas educacionais. Acreditava-se que os alunos uma vez tocados pela música, teriam os sentidos conduzidos ao desenvolvimento intelectual, proporcionado pela racionalização e compreensão de um código específico de leitura e de escrita (a notação musical). Ao mesmo tempo, o desenvolvimento físico, propiciado pelo aprimoramento e domínio gradativo dos órgãos do aparelho auditivo, fonador e respiratório, permitiriam a aquisição de uma consciência física pela prática do perceber, ouvir, emitir e controlar<sup>554</sup>. Com essa finalidade, a música permaneceu nas reformas curriculares posteriores do Curso Normal, no estado de Santa Catarina.<sup>555</sup>

---

<sup>551</sup> DAROS, Maria das Dores. Formação de professores em Santa Catarina: Breves considerações sobre sua história. In: DAROS, M. D.; DANIEL, L. S.; SILVA, A. C. (orgs). Op. cit. p. 16, 17.

<sup>552</sup> O Decreto n. 155 de 10/06/1892, estabeleceu a disciplina de Música no currículo da Escola Normal Catharinense.

<sup>553</sup> Caetano Campos, diretor da Escola Normal de São Paulo, apresentou ao governador desse estado, um documento relatando as mudanças ocorridas em obediência ao Decreto nº 237, fundamentado nas novas metodologias que compunham o projeto educacional republicano. Descrevia a nova organização dos graus escolares e justificava a inserção de cada disciplina na grade curricular. Entre as disciplinas, ele também apontou o papel reservado à música. JARDIM, Vera Lúcia Gomes. Educação Musical: a concepção escolar para o ensino da música. In: Oliveira, M. A. T. (org.) **Educação do Corpo na Escola Brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (p. 161 - 179.) p. 164.

<sup>554</sup> Ibid. p. 165.

<sup>555</sup> Decreto n. 348 de 7/12/1907; Decreto n. 604 de 11/07/1911; Decreto n. 1.204 de 19/02/1919; Decreto n. 2.218 de 14 de outubro e 1928; Decreto-Lei n. 713 de 05/01/1935.

A partir da década de 30 essa prática se intensificou no território nacional, acrescentando objetivos nacionalistas. O conteúdo programático de música na Reforma de Trindade (1935) para o Curso Normal em Santa Catarina, visou integrar o ensino da música com a língua vernácula, além de propor organização de orquestras ou bandas rítmicas; estudo dos cânticos populares e folclóricos nacionais; reconhecimento desses cânticos entoados pelo mestre; exercícios de respiração; cântico ensinado pela audição; globalização do ensino de música; aplicação de princípios gerais aos demais graus de ensino<sup>556</sup>. É possível observar através desse dispositivo legal, o interesse dos dirigentes de Santa Catarina em utilizar a música como instrumento de imposição da língua vernácula e cultura nacionalista. Mas, somente com a reformulação curricular decretada em 1939 é que os normalistas catarinenses passaram a ser preparados para trabalhar com outra perspectiva musical, a do Canto Orfeônico. O objetivo era imprimir nos alunos através do canto coletivo o espírito de cooperação e civismo. Essa disciplina foi inserida no currículo como fator educativo, socializante, disciplinador, moralizador e nacionalizador.

O Currículo da Escola Normal, nessa época, dava ênfase ao estudo das disciplinas de fundamentação teórica como psicologia educacional, biologia educacional, história da educação, sociologia educacional, língua e literatura vernáculas e disciplinas relativas à administração e planejamento escolar como metodologia e prática de ensino. Além disso, havia disciplinas de caráter mais prático como educação física, artes aplicadas, música e Canto Orfeônico<sup>557</sup>. As escolas foram incentivadas a inserir repertório do Canto Orfeônico, envolvendo a aprendizagem dos hinos pátrios e cantos folclóricos nacionais voltados ao culto dos valores pátrios. Essas canções continham letras de louvor à natureza e ao trabalho do homem, responsabilizando-o de ser o agente transformador do meio. Também buscava imprimir partes da história nacional e fortalecer o idioma brasileiro. Estes objetivos podem ser observados através dos relatórios do Departamento de Educação e relatórios do Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas.<sup>558</sup>

---

<sup>556</sup> DAROS, Maria das Dores.; DANIEL, Leziany Silveira.; SILVA, Ana Cláudia. (orgs). Op. cit. p. 56.

<sup>557</sup> Decreto-Lei n. 306 de 02/03/1939. APESC.

<sup>558</sup> (ver anexos 5 - 8.)

Os dirigentes responsáveis pela educação catarinense, tinham a preocupação de tornar os professores e futuros professores aptos a ministrar conteúdos que fortalecessem o nacionalismo. Portanto, os programas curriculares foram elaborados pelos professores do Instituto de Educação de Florianópolis servindo de Programas Provisórios, aprovados pela Superintendência Geral de Ensino para serem seguidos pelas demais instituições<sup>559</sup>.

Quanto à disciplina de Música e Canto Orfeônico, o Secretário da Justiça, Educação e Saúde, Dr. Ivo D'Aquino, nos termos da cláusula II do contrato pelo Decreto nº 2.757<sup>560</sup>, aprovou o programa curricular da referida disciplina para o Instituto de Educação de Florianópolis, organizado pela professora Beatriz Vicência Bandeira Ryff<sup>561</sup>. Ao final desse documento, Ivo D'Aquino adicionou canções e hinos oficiais que deveriam ser ensinados nos cursos pré-primário, primário e secundário; pois os Institutos de Educação e conseqüentemente as escolas equiparadas ministravam o ensino pré-primário (três anos), primário (quatro anos), secundário ou chamado fundamental (cinco anos) e normal (dois anos) para ambos os sexos.

Na mesma normatização é possível notar o cuidado com os detalhes. Foi definida a orientação da disciplina, desde a correlação com as demais matérias do currículo, como a metodologia a ser empregada, distribuição do conteúdo programático para cada ano do curso primário e jardim da infância, indicada a carga horária. Beatriz Ryff também esclareceu as atribuições do professor frente à disciplina de música e Canto Orfeônico. Ela preocupou-se em orientar o professor que iria trabalhar com essas séries, enfatizou a necessidade de ter conhecimento da psicologia infantil, bem

---

<sup>559</sup> SILVA, Ana Cláudia; DANIEL, Leziany Silveira; DAROS, Maria das Dores. (org.) A reforma curricular dos cursos de formação de professores em Santa Catarina nos anos 1930/1940. Op. cit. p. 32.

<sup>560</sup> Decreto 2.757, de 29 de setembro de 1942. (Ver anexo n 9)

<sup>561</sup> Beatriz Vicência Bandeira Ryff nasceu em 8 de novembro de 1909, na cidade do Rio de Janeiro, filha de Alípio Abdulino Pinto Bandeira e Rosalia Nansi Bagueira Bandeira, ambos expressivos abolicionistas. Seu amor à música vem da infância. Sua mãe cantava e "tocava bandolim divinamente". Formou-se em piano pela Escola Nacional de Música e também fez o curso para formação de professores especializados em Música e Canto Orfeônico. Atuou como professora de Canto Orfeônico nesse conservatório, tendo Villa-Lobos como seu diretor. Ela gosta de dizer que foi alfabetizada com poesia e amamentada com música. É viúva do jornalista Raul Ryff, gaúcho que ela conheceu no Rio, pouco antes de 1935, e que se tornaria secretário de Imprensa do governo João Goulart. Beatriz filiou-se ao Partido Comunista e foi presa em 1935; ficou ao lado da cela de Olga Benário, a mulher de Luiz Carlos Prestes. O casal foi exilado no Uruguai, em 1936 e 1937, para se livrar das perseguições do regime de Vargas, depois do fracassado levante comunista. Após isso retornaram ao Brasil. Em 1964, foi demitida pelo regime militar do cargo de professora de técnica vocal do Conservatório Nacional de Teatro. Disponível em <http://www.terra.com.br/istoegente/19/reportagens>. Acessado em 5 de outubro de 2007. Revista Isto É Gente, 13 de dezembro de 1999.

como das características individuais do aluno e do meio em que ele vive. Também explicou como selecionar as canções, sem negligenciar o valor educativo, observando a maturidade mental da criança bem como a tessitura e extensão vocal. Por último, instruiu como organizar o Orfeão Escolar e suas respectivas apresentações. Ela deixou claro que o objetivo do ensino de música na escola primária devia ser “um fator educativo, socializante, disciplinador e moralizador, dando a devida importância e significação do canto coletivo e desenvolvendo espírito de cooperação”<sup>562</sup>.

Eurize Caldas Pessanha, Maria Emília Borges e Maria Adélia Menegasso ao buscarem a origem de algumas disciplinas já estudadas no Brasil, encontraram nas décadas de 30 e 40 um marco importante. Segundo as autoras, foi evidenciado que os manuais de didática tentaram impor ordem, controle. Em contrapartida, a criação da disciplina do Canto Orfeônico, foi considerada explicitamente uma disciplina estratégica, sob a inspiração de Villa-Lobos<sup>563</sup>. Com a intenção de buscar uma uniformidade da orientação dessa prática em todo o país foi instituído o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico<sup>564</sup>. Esse órgão tornou-se responsável para fixar o estatuto do ensino e difusão do Canto Orfeônico. Villa-lobos, assumiu o cargo de diretor dessa instituição e determinou que os seguintes conteúdos deveriam ser trabalhados pelas Escolas Normais de todo o país:

#### Programa do Ensino Normal

**Primeiro ano** – (Preparo para a integração): 1) Experiência para encontrar a mínima capacidade musical (individual e coletiva); 2) Recapitulação dos Hinos Nacional e à Bandeira; 3) Recapitulação dos pontos essenciais das finalidades de ensino de Canto Orfeônico e da disciplina orfeônica; 4) Exercícios de manossolfa a 1 e 2 vozes, feitos pelo professor para desenvolvimento e conservação da consciencia do som e ritmo; 5) Exercícios sobre melodias reproduzidas através de manossolfa, realizada pelos alunos; 6) Leitura a primeira vista de solfejos orfeônicos fáceis; 7) Aplicação de canções escolares desde o nível pré-primário até o secundário, a 1 e 2 vozes, como matéria subsidiária; 8) Recapitulação dos Hinos da Independência e da Proclamação da República.

**Segundo ano** – (Metodologia): 1) Conhecimento do ensino de Canto Orfeônico nas escolas do pré-primário ao secundário; 2) Processos e métodos para adotar certos pontos elementares do ensino de Canto Orfeônico em classes, sem prejuízo do ensino da matéria obrigatória da

<sup>562</sup> DOESC. Ano IX – N. 2383, p. 3. (17/11/1942)

<sup>563</sup> PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges; MENEGASSO, Maria Adélia. Op. cit. p. 61.

<sup>564</sup> Decreto-Lei 4.993 de 26/11/42. O artigo 3º desse dispositivo legal torna-se responsável por estudar e elaborar as diretrizes e técnicas gerais que deviam presidir o ensino do Canto Orfeônico em todo o país.

cultura geral nem horário escolar; 3) Como fazer os alunos cantarem o Hino Nacional (aula individual); 4) Como fazer os alunos cantarem o Hino à Bandeira (aula individual); 5) Como fazer os alunos cantarem o Hino da Independência (aula individual); 6) Como fazer os alunos cantarem o Hino da Proclamação da República (aula individual); 7) Como ensinar uma canção fácil, por audição, aos que possuem capacidade musical; 8) Como aplicar a manossolfa para efeito de disciplina na classe.

Fica subtendido que, para a realização do presente programa, os alunos já devem ter cumprido os programas de Canto Orfeônico dos cursos primário e secundário. Os pontos 3,4,5 e 6 do 2º ano não compreendem propriamente o ensino do Canto Orfeônico, porém a maneira de fazer os alunos entoarem corretamente os hinos mencionados.<sup>565</sup>

É possível observar nesse programa, algumas informações pertinentes sobre o conteúdo musical aplicado nas escolas normais. Percebe-se que não há conteúdos teóricos como escalas, acordes, intervalos, e outros elementos teóricos básicos. Possivelmente isto se devia ao objetivo dessa disciplina nesse curso que não era formar teóricos em música e sim professoras para atuar na escola primária. Utilizariam o canto com função nacionalizadora. O caráter teórico não contemplado nesse programa não significava que a teoria musical havia sido esquecida na escola normal, já que eram muitos os livros didáticos produzidos desde os anos vinte<sup>566</sup> para atender a demanda deste curso.

Nesses livros encontram-se citações de textos de pensadores da antiguidade que mencionam a importância do canto. Villa-Lobos, o grande mentor dessa prática, também registrou, nas páginas iniciais de cartilhas de sua autoria o valor do Canto Orfeônico como “um fator poderoso para o despertar de bons sentimentos humanos, não só os de ordem estética como os de ordem moral, e, sobretudo os de natureza cívica”<sup>567</sup>. Através dessas afirmações mais uma vez pode-se o empenho em favor do Canto Orfeônico naquela fase da política brasileira. Estas cartilhas serviram como manuais para os professores, auxiliando-os no aspecto pedagógico e psicológico, para manterem-se fiéis aos ideais nacionalistas.

Ao examinar o conteúdo do programa curricular do curso normal, percebe-se que havia ênfase na recapitulação dos Hinos Oficiais, nos exercícios de manossolfa, e

<sup>565</sup> ARRUDA, Yolanda de Quadros. Op. cit.. p. 13..

<sup>566</sup> A obra de João Gomes Júnior: “Aulas de Música”, e a de Fabiano Lozano: “Alegria das Escolas” tiveram sua primeira edição em 1926. No ano 1955, estas obras já estavam na 132ª edição.

<sup>567</sup> VILLA-LOBOS. **Cartilha de Canto Orfeônico** – Aulas de Canto Orfeônico para as quatro séries do ensino Primário. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. Prefácio.

nas finalidades do ensino do Canto Orfeônico<sup>568</sup>. O segundo ano preocupava-se com a metodologia, ou seja como fazer os alunos cantarem, como ensinar uma canção fácil, através da audição e como aplicar o manossolfa para o efeito de disciplina na classe. A irmã Corália estudou no Curso Normal do Colégio Coração de Jesus, no período da Segunda Guerra. Lembra com saudades da disciplina de Canto Orfeônico e dos momentos em que se valorizavam mais os hinos pátrios. “*Nas aulas de Canto Orfeônico aprendia-se a técnica de manossolfa para depois poder utilizar com os alunos do curso primário*”, comenta essa depoente<sup>569</sup>.

Essa técnica facilitava a atenção, pois era através dos gestos das mãos do regente que os alunos emitiam suas vozes. O método manossolfa baseava-se em uma linguagem de sinais com a mão que correspondia às notas da escala cromática, no conhecimento do valor das figuras e dos intervalos musicais associados a gestos realizados<sup>570</sup>. A capacidade de reconhecimento desses sinais, pelo treino constante, fazia com que os jovens escolares alcançassem a principal finalidade do ensino do Canto Orfeônico: a disciplina e a obediência ao comando do regente.

Parada afirma que as apresentações orfeônicas precisavam ser insistentemente encenadas nas escolas, através da técnica de manossolfa, para que os jovens escolares nacionais incorporassem a mecânica disciplinar aos seus corpos e assim completar a eficácia doutrinária. A disciplina musical nas apresentações públicas procurava garantir a ordenação dos indivíduos<sup>571</sup>. A Irmã Corália continua contando que para

---

<sup>568</sup> As finalidades do Canto Orfeônico eram: Estimular o hábito de perfeito convívio social coletivo, aperfeiçoando o senso de apuração do bom gosto; desenvolver os fatores essenciais da sensibilidade musical, baseados no ritmo, no som e na palavra; proporcionar a educação do caráter em relação à vida social por intermédio da música viva; incutir o sentimento cívico, de disciplina, o senso de solidariedade e de responsabilidade no ambiente escolar, e para com a pátria; promover a confraternização entre os escolares. ARRUDA, Yolanda de Quadros. Op. cit. p. 153.

<sup>569</sup> IRMÃ CORÁLIA. (85 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 27/04/2005.

<sup>570</sup> MANOSSOLFA, como a palavra indica, é o solfejo por meio de sinais com as mãos. Requer a constante observação dos movimentos diversos das mãos do professor (...) o manossolfa divide-se em falado, entoado, simples e desenvolvido. O primeiro é empregado para reter os nomes das notas e nomeá-las disciplinadamente a um determinado movimento da mão do professor. O seu fim é acostumar os alunos à disciplina do conjunto. Logo que eles conheçam, mais ou menos, os nomes correspondentes aos sinais das mãos, o professor passará à entonação das notas, empregando, assim, o manossolfa entoado. O manossolfa é simples quando o solfejo é em uníssono. É desenvolvido quando é feito a duas e três vozes, empregando-se sinais convencionais para determinar acidentes, escalas ascendentes e descendentes, repetição de notas, etc. (definição retirada de: VILLA-LOBOS, Heitor. Programa do ensino de música. p. 22)

<sup>571</sup> PARADA, Maurício Barreto Alvarez. A formação do professor e o ensino do Canto Orfeônico. In: III Simpósio Nacional de História Cultural, III, 2006. Florianópolis. **Mundos da imagem do texto ao visual**. Florianópolis, UFSC, 2006. (p. 3440 – 3448.) p. 3448.

desenvolver as sensibilidades, também havia a Hora da Arte. Nessa atividade, declara a depoente, *“as alunas tinham a oportunidade de desenvolver seus talentos, através das apresentações dos cânticos cívicos, religiosos, poesias e também algumas pianistas tocavam as músicas que tinham estudado. Era muito gostoso”*<sup>572</sup>.

O Instituto de Educação, também incentivava essa prática. Abelardo de Souza, estudante do Curso Normal Superior Vocacional, no ano 1937 compôs quatro valsas em homenagem a suas colegas da Escola Normal. No ano seguinte, ano de sua formatura, ele compôs a Canção do Normalista, com a seguinte letra: “Estudantes avante, vamos hoje com ardor estudar/ Poderemos assim triunfantes o amanhã o saber proclamar/ Normalistas avante e avante, na vanguarda saibamos marchar/ para traz quem for mau caminhante, só aos fortes compete marchar”<sup>573</sup>. A letra da canção desafia os normalistas a seguir em frente na caminhada do educar, dizendo que só os fortes continuam nesta jornada. A música é alegre. Na introdução usado o termo enérgico, com compasso binário. Esta música foi cantada na formatura daquela turma.

O professor Odilon Fernandes, professor catedrático da disciplina de Histórica das Civilizações do Instituto de Educação, também compôs um hino escolar, para despedida dos formandos do Curso Normal, para que os alunos cantassem na sua festa de graduação. Essa música foi publicada na Revista de Educação<sup>574</sup>, tornando-se acessível a outras escolas que ministravam curso de formação de professores. Odilon dividiu a música em estrofes que deveriam ser cantadas intercaladamente entre uma solista e o grupo de formandos. A letra carregada de significados nacionalistas, fala que mesmo distantes de seus mestres, da escola e de seu lar, “sozinhas de hoje em diante, ireis sofrer e lutar, (...) e no mérito próprio escudada, cada qual o triunfo buscar”<sup>575</sup>. A mensagem da música busca estimular o senso de missão patriótica, levando-as a aceitar trabalhar em locais distantes que precisavam ser nacionalizados.

A canção é sempre uma extensão da fala, que também possui melodia e letra. Enquanto os povos falarem, criarão suas canções como conseqüências imediatas. Para

---

<sup>572</sup> IRMÃ CORÁLIA. Entrevista já citada.

<sup>573</sup> Música cedida pela filha de Abelardo de Souza. SEPTIBA, Sueli Souza. Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 16/10/07. (Ver anexo n. 16.)

<sup>574</sup> REVISTA DE EDUCAÇÃO - n° 7. 1937, op. cit.

<sup>575</sup> Letra e música estão no anexo 16.

Márcia Oliveira, a canção apresenta-se como um elemento mediador entre o universo essencialmente sonoro e o associado à presença da palavra enunciada. A justaposição das duas linguagens, entre o discurso falado e o discurso essencialmente musical, apresenta-se como uma terceira via de comunicação<sup>576</sup>. Melodia e letra, música e a fala, indissociáveis, enquanto uma linguagem específica, manifesta. Essa terceira via de comunicação toca nos sentidos, e permanece na memória dos que a praticam. Muito utilizada como estratégia nacionalista, naquele período histórico.

Isabel Lins comenta sobre a importância das aulas de canto no curso normal para prepará-los para as apresentações cívicas, e também para aprender a fazer o mesmo com seus futuros aluninhos. *“A gente participava muito de cânticos e marchas, sempre marchávamos cantando; também havia muita conferência, e a nossa presença e participação se fazia necessária”*<sup>577</sup>.

O Curso Normal, responsável pela formação de professores, recebia atenção especial, visto que seus alunos seriam os representantes da Pátria na campanha de nacionalização. O professor Américo Vespúcio Prates<sup>578</sup>, em um discurso declarou:

A Escola Normal de Santa Catarina – considerada célula mater – de onde saíam os mestres estaduais, se esmerava na organização de suas turmas de professores fortemente imbuídos do papel que passariam a representar na formação da mocidade catarinense, tendo em vista o fator da nacionalização do ensino primário.”<sup>579</sup>

Na continuação dessa homenagem, o professor Américo mencionou alguns fatos ou incidentes esclarecedores a respeito daqueles tempos de fervor nacionalista:

Era edificante ver a professora de música Judith de Oliveira Simone, quando à frente de inúmeros soldados do batalhão sediado em Blumenau, ensinava àqueles moços que se integravam nas fileiras de nossas forças armadas, a música e a letra do Hino Nacional. E não lhe despertava orgulho

---

<sup>576</sup> OLIVEIRA, Márcia Ramos. Oralidade e Canção: A Música Popular Brasileira na História. In: LOPES. A. H.; VELLOSO, M. P.; PESAVENTO, S. J. (orgs.). Op. cit. p. 248.

<sup>577</sup> LINS, Isabel da Silva. Entrevista já citada.

<sup>578</sup> Américo Vespúcio Prates ocupava o cargo de Inspetor escolar durante o Estado Novo.

<sup>579</sup> PRATES, Américo Vespúcio. Trecho extraído do discurso proferido em homenagem póstuma à professora de música Judite de Oliveira Simone, na cidade de Rodeio, para colocar uma placa em seu túmulo. Ela faleceu no ano 1950 e foi sepultada naquela cidade, porque lá iniciou sua carreira. A Profa. Isabel relatou que esteve presente nessa cerimônia. Foi organizada uma caravana com um grupo de professoras, para prestar essa homenagem, à grande professora nacionalista. A transcrição desse discurso inédito foi entregue no momento da entrevista com a professora Isabel da Silva Lins. (Ver anexo nº 12)



aquele trabalho patriótico. Isso porque vivia para o seu magistério; se inspirava no interesse da Pátria. Talvez, quem sabe, ela mesma não compreendesse ser aquele nobilíssimo mister imposto pelo próprio grito da Pátria que sentia no seu coração de moça.<sup>580</sup>

Ele também menciona que foi esse amor à terra onde nasceu que não permitiu, mais tarde, que a professora Judith aceitasse uma das assessorias do ilustre Maestro Villa-Lobos, para a qual fora indicada pelo Governo do Estado. Ela desejava viver na sua terra no meio da sua gente. Então, no ano 1939, essa professora participou de um concurso, no qual se destacou e foi nomeada para a 11ª Cadeira de Música e Canto da Escola Normal Catarinense. Depois de uma longa e admirável caminhada por todos os escalões do magistério, realizava seu grande ideal: integrar-se ao corpo docente da escola em que havia se formado - o Instituto de Educação. Na prática dessa disciplina deu o melhor do seu esforço tendo encaminhado um grande número de valores novos no movimento artístico do seu estado natal<sup>581</sup>. Foi com essa experiência na carreira do magistério, conhecimento musical, patriotismo nacionalista e sentimento de pertença à terra catarinense que a professora Judith ensinou muitas normalistas, estudantes desta Instituição.

Isabel Lins ao falar sobre a ocasião em que esse pronunciamento foi feito, buscou em seu escritório o texto do discurso, cuja leitura permite a apropriação de muitos dos valores que marcaram aquele período. Pierre Nora denomina a discursos como esse de arquivos que é preciso criar e manter, pois os lugares de memória nascem e vivem do sentimento, assim sendo, não há memória espontânea<sup>582</sup>. Ao recorrer àqueles lugares de memória a depoente se emocionou várias vezes e, mencionou sua inesquecível professora de música e como as aulas de Canto Orfeônico eram ministradas por essa mestra.

---

<sup>580</sup> Ibid.

<sup>581</sup> Ibid.

<sup>582</sup> “É preciso criar arquivos, comemorar aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem a vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória”. NORA, Pierre. Op. cit. p. 13.

Ai! Parece hoje, que estou vendo a Judith ao piano. Era uma verdadeira mestra e autoridade em música Ela nos ensinava a música da Barcarola (enche os olhos de lágrimas e canta...) Ela foi minha professora. As professoras eram bem vestidas, bonitas, alegres. Serviu para ensinar as normalistas. Judite conseguia brotar a valorização do ser, cultivo do aluno, fazia através da música descobrir nossos valores. Ela qualificava a voz dos alunos.<sup>583</sup>

Isabel enfatiza que o Hino de Santa Catarina, foi cantado e orientado por essa professora na década de 40, no Instituto Dias Velho, hoje Instituto Estadual de Educação, no Curso Normal.

Nossa professora de música, Judith Oliveira Simone, no Curso Normal, tocava piano, acompanhava as belas canções que nos ensinava, despertando-nos sensibilidades. As aulas de música eram belíssimas. Nós cantávamos nas homenagens, no teatro e em todas as festividades cívicas. A responsabilidade da professora Judith era muito grande. Ela precisava nos preparar para estas apresentações e cultivar os valores em nossas mentes<sup>584</sup>.

A depoente continua seu relato com auxílio de seus arquivos registrados em seu livro autobiográfico *Valor da Experiência*<sup>585</sup> e seu álbum de fotografia da época. Novamente a entrevistada recorre aos lugares de memória<sup>586</sup>. Para Pierre Nora só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica<sup>587</sup>. Isabel Lins parece conferir esse tipo de aura aos seus arquivos sensíveis. Através desses lugares de memória nos dá a conhecer a prática daquele corpo docente nacionalista, que cumpria a tarefa de formar sentimentos de brasilidade nas futuras professoras, que eram a esperança de um novo Brasil. Ela lembra do professor de Física, Antônio Amâncio que em certas ocasiões, deixava de lado o conteúdo de suas aulas e ministrava aulas de cultura geral. Segundo seu depoimento, ele falava sobre as grandes mulheres do Brasil. “*Contava sobre Nísia Floresta Brasileira Augusta*<sup>588</sup>”. Também conta que esse

<sup>583</sup> LINS, Isabel da Silva. Entrevista já citada.

<sup>584</sup> Idem.

<sup>585</sup> LINS, Isabel da Silva. **O Valor da Experiência**: O relato de uma vida dedicada à educação. Florianópolis: Editora do Autor, 2002.

<sup>586</sup> “Museus, arquivos, coleções, tratados, processos verbais, (...), são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade”. NORA, Pierre. Op. cit. p. 12 e 13.

<sup>587</sup> “Os lugares de memória pertencem a dois domínios, (...) simples e ambíguos naturais e artificiais, imediatamente oferecidos á mais sensível experiência, e ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração. São lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica.” Ibid. p. 21.

<sup>588</sup> Nísia Floresta Brasileira Augusta,(1810-1885). foi uma educadora, escritora e poetisa brasileira. É considerada uma pioneira do feminismo no Brasil e foi provavelmente a primeira mulher a romper os limites

professor escreveu a letra de um hino em homenagem a Santa Catarina. Elogia a letra a e a música, dizendo que era belíssima, e começa a cantar:

Oh! Santa Catarina paraíso terreal/  
Linda Terra sulina,  
Que não tem outra igual.  
Tuas praias de prata,  
Onde as vagas rumorosas do mar vem quebrar.  
São ondinas<sup>589</sup> de amor destas plagas/  
Que os poetas cantam ao luar<sup>590</sup>.

Ao ouvir esses relatos repletos de sentimentos e carregados de simbolismo, percebe-se que há coerência com o estudo de Certeau, em relação à memória e seu processo de retroalimentação. O sujeito se utiliza da memória não só para construir as experiências vividas, mas também para reorganizar o espaço em que vive seu fazer<sup>591</sup>. Isabel Lins ao cantar as canções do seu tempo de estudante, recordando-se de colegas e mestres e relatando eventos cívico-patrióticos, construiu suas experiências vividas e reorganizou seu espaço. Ela também recorda com saudades, de diretores que deixaram “belos exemplos de administração”, quando ela era estudante do Instituto Dias Velho, hoje Instituto de Educação. E, destaca a figura de Antonieta de Barros, sua diretora do Curso Normal, porque ela era “*uma mulher culta, valente, e que deixou muitos exemplos para serem seguidos. Que privilégio! Tive meu diploma assinado por ela*”<sup>592</sup>. E mostra esse diploma pendurado na parede de sua casa.

Sob a influência de educadores catarinenses como os mencionados, a educação nos estabelecimentos de ensino catarinenses seguiam rigorosamente os ditames emanados do poder central. Mauro Gil, um dos entrevistados dessa pesquisa fala que a disciplina era rigorosa. “*Os hinos – principalmente o Nacional – eram cantados quase todos os dias nos pátios das escolas, sendo obrigatória a participação dos estabelecimentos de ensino nos desfiles da Independência, da República, e no dia de*

---

entre os espaços público e privado publicando textos em jornais, na época em que a imprensa nacional ainda engatinhava. Nísia também dirigiu um colégio para moças no Rio de Janeiro e escreveu livros em defesa dos direitos das mulheres, dos índios e dos escravos. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/ADsia\\_Floresta](http://pt.wikipedia.org/wiki/ADsia_Floresta). (acessado em 08/10/2007)

<sup>589</sup> Ondina, ninfa ou gênio das águas. Mitologia dos países nórdicos e germânicos. Figuradamente significa nadadora jovem e graciosa. Disponível em <http://www.infopedia.pt/> (acessado em 08/10/2007)

<sup>590</sup> Esta é uma das canções entoadas por Isabel Lins, filmada enquanto cantava. Filmagem realizada durante a Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 02/09/2006.

<sup>591</sup> CERTEAU, Michael. 2005, op. cit. p. 161.

<sup>592</sup> LINS, Isabel da Silva. Entrevista já citada.

*Santa Catarina, entre outros*<sup>593</sup>”. Isso visava gerar um acentuado espírito patriótico por parte dos alunos e do povo em geral.

O Curso Normal desempenhou um papel fundamental na formação de professoras nacionalistas. Dilma, Isabel, Clarice, Cacilda, Abelardo, foram alunos do Curso Normal do Instituto de Educação durante o Estado Novo. Todos eles, depois de formados, motivados pelo nacionalismo através de conselhos e exemplo de seus mestres, foram servir à Pátria no interior do Estado como professores missionários. Atuaram nas colônias de imigrantes, com a finalidade de construir sentimentos de brasilidade nos diferentes rincões do Estado catarinense. Por isso, Américo Vespúcio Prates nomeou a Escola Normal como:

Viga mestra da nacionalização do ensino, porque daí começaram a sair as turmas de professores que iriam construir o povo brasileiro, num Estado que muito devia às correntes imigratórias, no campo da economia e do trabalho; precisava defender o que de mais caro era no nosso país – a língua, os costumes, suas tradições, enfim, a sua história.<sup>594</sup>”

Aqueles sons de brasilidade na educação dos educadores, vivenciado no cotidiano do curso formativo, atuaram estrategicamente na formação de símbolos, objetivando o domínio do imaginário daqueles futuros professores, no sentido utilizado por Baczkó. Ele se refere ao imaginário como representações de um sentido. Para este autor, o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos de sua interiorização pelos indivíduos, modelando comportamentos, capturando energias e arrastando os indivíduos para uma ação comum<sup>595</sup>. Esta foi a finalidade do Canto Orfeônico, no programa curricular do Curso Normal, considerado explicitamente como uma disciplina estratégica. As canções folclóricas, cívico-patrióticas, os hinos oficiais, foram reproduzidas nas humildes salas de aula dos mais longínquos rincões do Estado catarinense para fortalecer a língua e os costumes, e defender as tradições e a história do novo Brasil.

<sup>593</sup> GIL, Mauro F. (78 anos) Entrevistas concedidas à autora da pesquisa. Florianópolis, 20/03/2004; 12/06/2004.

<sup>594</sup> O texto reproduz as palavras do ilustre professor Américo Vespúcio Prates, inspetor de ensino, por ocasião da homenagem prestada à professora Judite de Oliveira Simone. LINS, Isabel da Silva. 2002, op. cit. p. 21.

<sup>595</sup> “É assim que os imaginários sociais assentam num simbolismo que é, simultaneamente, obra e instrumento (...) A função do símbolo não é apenas instruir, mas introduzir valores, modelando comportamentos individuais e coletivos e indicando as possibilidades de êxito dos seus empreendimentos. (...) O imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo em que, constitui um apelo a ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira.” BACZKO, Bronislaw. Op. cit. p. 311.

#### **4.2. DOCÊNCIA, MÚSICA E NACIONALISMO: HARMONIA CONSOLIDADA PELA EDUCAÇÃO CONTINUADA.**

Quando terminamos o curso normal, aceitamos o convite para trabalhar no interior do estado, na campanha de nacionalização do ensino. Deveríamos ensinar aos alunos a poesia de cor para saudar a bandeira. Todos os sábados havia homenagem à Bandeira com Hino Nacional, Hino à Bandeira e a saudação. Diretora e professores ensinavam aos filhos dos alemães e italianos o canto do Hino Nacional e os demais cantos cívicos, sem que eles soubessem falar o português. Havia na escola tradicional a preocupação em dar ênfase à exaltação da natureza, ao civismo e às virtudes.<sup>596</sup>

Este depoimento representa a prática vivida por muitos professores que iniciaram sua carreira de educadores sob a égide do nacionalismo ufanista de Getúlio Vargas. A segunda campanha de nacionalização do ensino primário no estado de Santa Catarina, mobilizou centenas de jovens que haviam sido preparados para se tornarem professores nacionalistas. Ao saírem recentemente dos bancos escolares muitos deles, durante vários anos, viveram essa experiência única na história brasileira. Estes educadores estavam desempenhando a vocação que lhes fora confiada. Com salários insignificantes, longe da família, aceitavam o desafio de serem missionários da Pátria. Foi este ‘entusiasmo’ que levou a professora Isabel Lins, e os demais colegas naqueles anos de ênfase no nacionalismo, a aceitar a ‘nobre missão’ de irem para o interior do Estado, a fim de participar ativamente da Campanha.

Para criar esse sentimento de patriotismo, foi fundamental a formação das professoras nacionalistas. Como parte do programa de educação para educadores, circulou entre os professores a Revista Educação, e foram criadas as Semanas Educacionais, que desempenhavam um papel importantíssimo na formação contínua dos professores. Hoje, esses recursos, fariam parte de uma das ações da denominada educação continuada, que, naquele tempo foi lograda graças a atividades e materiais nitidamente criados para produzirem uma constante atualização do ideário disseminado nas salas de aula de formação docente. Tanto a revista, como as semanas educacionais, eram conduzidas por inspetores<sup>597</sup>. Eles somavam a esse trabalho, constante fiscalização nas escolas, ministrando aulas-modelo e transmitindo

---

<sup>596</sup> LINS, Isabel da Silva. Entrevista já citada.

<sup>597</sup> A direção da Revista Educação estava a cargo do Inspetor Estadual Antonio Lúcio. Muitos artigos, e aulas eram escritos por inspetores. A maioria dos assuntos discutidos nessas Semanas Educacionais estava sob responsabilidade de Inspetores de alto escalão.

informações e exigências que levavam os professores a manter sua atividade no rumo pretendido pelos órgãos de educação. Em todos os meios de formação do professorado catarinense, os sons orfeônicos ecoavam em harmonia com os ideais nacionalistas.

As entrevistadas que exerceram a função do magistério neste período do Estado Novo, marcaram época por sua disposição de ir a lugares inóspitos enfrentando dificuldades. Seu único objetivo era de levarem avante o ideário getulista de nacionalização do ensino e construção de um Brasil novo, uma grande Nação chamada Brasil. Isabel em seu livro autobiográfico descreve que muitas normalistas depois de estudar e se formar em Florianópolis, capital do Estado iam para o interior, como verdadeiras missionárias da Pátria e só retornavam depois de dois anos. *“Quando iniciei minha carreira, participei da campanha de nacionalização do ensino, na escola de Rio do Sul. Às vezes me sentia só. Lá trabalhei com as crianças da 3ª série. Eles tinham muita dificuldade com o português, mas conseguiram aprender<sup>598</sup>”*.

Nesse processo educacional, outros educadores em todo o país também estavam envolvidos. Mas, justamente pelas características dos habitantes deste estado, Santa Catarina recebeu atenção especial e muito apoio para poder aplicar esse projeto de nacionalização via educação. A formação de um espírito nacionalista era estimulado e alimentado por um conjunto de atividades e projetos que faziam parte da estratégia do regime para levar os trabalhadores em geral, a população como um todo e os educadores em particular a se sentirem parte da construção de um Brasil Novo, grande e forte. Era este imaginário, no conceito de Baczko<sup>599</sup>, que movia os professores brasileiros. Muitas jovens educadoras como Isabel, Zenilda, e Dilma, entre outras, foram para o interior do Estado catarinense, enfrentando até mesmo horas de viagem em carros de boi, charretes ou carroças, caminhadas a pé, distância dos familiares e moradia em casa de estranhos. Sentiam-se necessárias, úteis e importantes<sup>600</sup>.

---

<sup>598</sup> LINS, Isabel da Silva. 2002, op. cit.p.23.

<sup>599</sup> “O controle do imaginário social, a sua reprodução, difusão e manejo, asseguram em graus variáveis uma real influencia sobre os comportamentos e até as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar esperanças. (...) As representações que legitimam um poder informam acerca da sua realidade e comprovam-no, constituindo apelos imperativos ao respeito e a obediência”. BACZKO, Bronislaw. Op.cit. p. 312.

<sup>600</sup> LINS, Zenilda Nunes (org.) **Histórias de Professor**. Florianópolis: EDEME, 1996. Coleção FUCAPRO vol 2. p.13.

Este grau de envolvimento foi conseguido através de práticas bem articuladas, tanto nos cursos de formação dos professores nacionalistas que se valeram do imaginário daquelas estudantes brasileiras, como na formação de professores em serviço, por meio das semanas educacionais, tornando-as afinadas à brasilidade. Com sentimentos patrióticos até hoje guardados em sua memória, Isabel Lins, com lágrimas nos olhos, comenta aqueles momentos.

A gente fazia tudo com amor, para contribuir com a nossa Pátria. A gente fazia de tudo para eles aprenderem através dos métodos da escola Nova, fixar os sentimentos de brasilidade. Os hinos faziam parte desse processo! Muitas vezes íamos as casas dos alunos, a fim de buscá-los, para não perderem a oportunidade de estudar e conhecer o amor da pátria que os acolheu! Que missão! Era um trabalho lindo.<sup>601</sup>

O senso de missão, de uma tarefa importante a realizar, também pode ser percebida no sentido dessa frase que denota o desafio e o ideal: “*Quantos trabalharam na alfabetização de crianças que nada falavam e sabiam do português. Que tarefa difícil, mas foi cumprida!*”<sup>602</sup>. Depoimento como este, permite perceber o grau de envolvimento das professoras, que formaram um grupo com identidade própria. A memória coletiva referida por Jean-Pierre Rioux<sup>603</sup>, pode ser observada nessas entrevistas, que expressam as aspirações que tomaram conta do grupo de professoras que fizeram parte desta pesquisa.

Essas mulheres vivenciaram a experiência de serem professoras no tempo em que a ordem era nacionalizar a qualquer custo. Eram enviadas justamente para os lugares de maior concentração de estrangeiros e descendentes, contribuindo para um discurso de “missionárias”, na qualidade de dedicadas patriotas. As situações relatadas por essas professoras, permitem entrever as estratégias habilmente manipuladas para influir em seu imaginário. Como recompensa, elas gozavam o prestígio de serem missionárias da pátria, sendo respeitadas e consideradas autoridades de ensino, fato que mexia em seu ego. Também havia outras compensações como profissão digna para mulher, num tempo em que poucas profissões poderiam ser exercidas pelas mulheres com certa valorização. Assim os dirigentes

---

<sup>601</sup> LINS, Isabel da Silva. (81 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 14/11/2005.

<sup>602</sup> Idem

<sup>603</sup> “(...) distingui-se fortemente por seu lado uma memória individual, ligada ao cotidiano e á história de vida pessoal e familiar. Uma memória coletiva largamente organizada do exterior pelo Estado, a escola, as organizações políticas ou sindicais, uma memória comum, esta muitíssimo bem partilhada, muitas vezes conservada por uma rede coerente de portadores de memória, conflitual na ocasião do grupo e tornada comum pela repetição. Exemplo de memória comum: uma determinada organização desenha nos seus militantes uma memória comum original e orgulhosa de ser”. RIOUX, Jean-Pierre. A Memória Coletiva. In: RIOUX, J. P.; SIRINELI, J. F. (orgs.) Op. cit. p. 320.

aliados de Nereu Ramos conseguiam manter o ânimo e moral elevado dessas professoras, apesar das duras condições enfrentadas por elas em sua tarefa de cumprir o ideário patriótico de educação. Desta forma o caminho do professor nacionalista foi consolidado, mantendo o sentido de missão, atuando nos sentimentos<sup>604</sup>. Esse discurso se originava nos altos escalões do governo e se propagava por todo o território nacional impulsionado pelos inflamados discursos do próprio Getúlio Vargas. Na formatura das normalistas do Instituto de Educação do Distrito Federal em 18 de dezembro de 1943, ele enalteceu a importante missão de quem denominou como “pequenos e obscuros heróis do cotidiano que são os professores primários”<sup>605</sup>. Ainda os considerou como apóstolos dessa grande cruzada de unidade no ensino.

Assim, esse sentido de missão foi sendo disseminado por todos os escalões do ensino e pode ser encontrado fortemente enraizado nas professoras nacionalistas catarinenses entrevistadas. Sentimento esse, implantado pelos seus mestres, inspetores e autoridades tanto educacionais quanto políticas. Nota-se, por exemplo, no pensamento de João dos Santos Areão, quando ele foi escolhido para ser paraninfo das normalistas da Escola Normal Primária de Brusque. Ao proferir o discurso de formatura para as graduandas, ele as lembrou de seu compromisso para com a Pátria, como “graciosas sacerdotisas do primeiro ensino”. Elogiou a dedicação da professora primária, seu espírito de sacrifício e sua capacidade realizadora. Afirmou que estes “são indícios seguros de que nosso país está no caminho para uma civilização elevada que bem merece nossa gente”<sup>606</sup>.

Outro Inspetor Escolar, Antônio Lúcio, também ressalta que o educador deve captar a importância da posição que ocupa e o potencial de influência que pode exercer no meio onde exerce sua atividade:

É sabido o desvelo e o amor que o colono dedica à educação de seus descendentes. Já agi em zona colonial e verifiquei que o colono atendia sistematicamente a todo apelo do professor. O principal é captar-lhe a

---

<sup>604</sup> “O sentimento nacional alimenta-se de um trabalho contínuo. (...) impõe a cada um deveres, mais do que direitos. O lugar privilegiado desses deveres :a escola. O instrumento dessa concepção de nação:o patriotismo”. HAROCHE, Claudine. O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX. In: SEIXAS, J. A.; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (orgs.) Op.cit. p. 88.

<sup>605</sup> HORTA, José Silvério Baia. Op. cit. p. 173.

<sup>606</sup> AREÃO, João dos Santos. Discurso pronunciado pelo prof. João dos Santos Areão, paraninfo das normalistas da Escola Normal Primária de Brusque. REVISTA DE EDUCAÇÃO. Órgão do Professorado Catarinense - Ano I - nº 4 e 5 (julho/outubro), 1936. Florianópolis. p. 7. (Acervo da Biblioteca Pública Estadual. Florianópolis, Santa Catarina).



confiança. É necessário que o colono sinta que a escola de seu filho visa o seu melhoramento, seu bem estar, que o mestre é amigo de seu filho e compartilha com seus prazeres, bem como seus triunfos. Então posso afirmar, sem nenhum receio de contestação que o professor ali é um soberano.<sup>607</sup>

Portanto, cabia ao professor completar a obra proposta pelo Brasil Novo, lembrando sempre que era “um sacerdote, o desbravador, o animador, o eixo em torno do qual gira a vida social do rincão que atua”, anunciava Antônio Lúcio. O professor tinha uma difícil “missão” a ser cumprida. Mas o que seria um professor? O inspetor escolar Adriano Mosimann, redigiu um artigo intitulado: “A missão do professorado primário” para explicar esta proposta:

Professor amigo! Aquilatas a tarefa quase sobre humana, que a sociedade te impõe, a troco de míngua remuneração? Compreendes que tu, que és, muitas vezes, apenas tolerado na sociedade, és direto responsável pelo mais humilde dos teus alunos, visto como te cabe a honrosíssima incumbência de fornecer á Pátria os homens de amanhã? Não estás convicto de que apesar de humilde, pobre, esquecido ou talvez perseguido por aqueles que teriam motivos para se mostrarem gratos, vens exercendo **um sacerdócio** de desinteresse sublime e abnegação., sem a qual não poderias cumprir a tua árdua tarefa? (...) Seja a tua divisa: Vencer sem perigo é triunfar sem gloria, pois a tua vida é, e deve ser, uma epopéia de heroísmo moral, que não se perpetua em estátuas. Se compreenderes isso, se de teu ânimo se apodera nunca o desespero, em face dos mil obstáculos, que encontras na luta contra o mal, então me congratulo contigo, porque não é apenas professor, és mestre na arte de educar e mestre na arte de viver. E, os mestres vencem; tarde às vezes, mas vencem sempre.<sup>608</sup> (grifo meu)

Esses argumentos dominavam não apenas os inspetores, mas toda a política educacional. O professor era visto como um sacerdote, um desbravador numa epopéia de heroísmo moral. Essas palavras reforçam o senso de urgência quanto à necessidade da Nação alocar os professores como o instrumento mais indicado para criar e manter a lealdade às questões nacionais através do sistema de ensino. Esse ideal ficou enraizado na mentalidade de muitos educadores. Não era um trabalho, era um apostolado, no qual os símbolos pátrios faziam parte de uma espécie de ritual, deixando de ser uma obrigação para transformar-se no catalisador dos ideais e anseios de grande parte da população brasileira. O professor Mosimann também destacou a importância da Escola Nova, ressaltando a importância do desenvolvimento do corpo, do espírito e da vontade bem como da criação de bons sentimentos nos alunos.

<sup>607</sup> LÚCIO, Antônio. (Inspetor Estadual) Instituições Sociais – Trecho de um relatório. REVISTA DE EDUCAÇÃO. *ibid.* p. 10.

<sup>608</sup> MOSIMANN, Adriano. (Inspetor Estadual) A missão do professorado primário. REVISTA DE EDUCAÇÃO. *Ibid.* p. 2-5.

Palavras como missão, missionárias, sacerdotes, sacerdotisas, apóstolos e outras similares são derivadas do apelo imagético do sentimento religioso. A transformação dos professores em missionários ou sacerdotes fez parte do objetivo de provocar um grau de envolvimento que extrapolava os obstáculos já mencionados<sup>609</sup>. Os estudos de Lenharo aprofundam essa idéia como “sacralização da política”, no qual apresenta conceitos de que o grau de envolvimento expresso nessas palavras se devia ao imaginário religioso daqueles professores brasileiros. Eles atuavam envolvidos por uma paixão maior do que ganhos e recompensas seculares. Seu trabalho era executado sob a égide inspiradora de um discipulado nacionalista que os transformava de simples “professorinhas” em algo muito mais sublime, designado pelas palavras do discurso religioso. Segundo esse autor, o discurso do poder penetra e caminha por dentro do conjunto de símbolos imagens e personagens familiares ao imaginário notadamente religioso e católico do povo brasileiro<sup>610</sup>. Com isso o esforço do poder central e da liderança catarinense era facilitado por partir de algo conhecido para o desconhecido, uma ação inspirada no método indutivo.

O discurso de Areão, as palavras de Antônio Lúcio e de Adriano Mosimann publicados na Revista de Educação, circulavam entre o professorado catarinense como parte da prática formativa dos educadores. Textos dessa natureza visavam motivar os professores a seguir avante na sua missão nacionalista. Essa Revista apresentava artigos relacionados ao ensino, fotografias de escolas e cerimônias cívicas, notícias de semanas educacionais e partituras de canções escolares com temas cívicos. Incluía também outras atividades escolares que despertariam a sensibilidade dos docentes em direção ao ideal proposto pelos dirigentes do novo Brasil.

Cumprindo os objetivos estabelecidos para a Revista de Educação e visando induzir os professores a perceber a importância de utilizar a música nas escolas, foi publicada em um de seus números uma historieta com fins motivacionais, intitulada “*O Canto nas Escolas*”<sup>611</sup>.

---

<sup>609</sup> Insignificantes salários, distância da família, ausência de conforto, precariedade de condições de trabalho e até mesmo a discriminação das populações às quais lhes cabia servir.

<sup>610</sup> “As imagens não se acumulam indiscriminadamente; apesar de sua multiplicidade, elas aparecem selecionadas e articuladas de modo especial, pondo-se em realce aquelas mais caras ao imaginário religioso e católico do povo brasileiro. Ali se encontra o culto do amor à pátria, a fé na prática e no futuro, o apostolado para a pátria, a predestinação do líder. (...) O discurso do poder penetra e caminha por dentro do conjunto de símbolos, imagens e personagens familiares ao imaginário cristão”. LENHARO, Alcir. 1989, op. cit. p. 194.

<sup>611</sup> REVISTA DE EDUCAÇÃO - nº 1. 1936, op.cit. p. 38-48. O texto foi extraído da revista “A Máscara” de novembro de 1935. O texto é assinado por, Griselda Lázaro Schlender. Não está claro se esta é a autora ou a responsável pela seleção do texto. Esta historieta está na íntegra em anexo a este trabalho. (ver anexo n. 11.)

Este texto ilustrativo relata como as canções que exaltam o amor à pátria, ao trabalho, à natureza e à família, têm o poder de transformar os indivíduos rudes em nobres cidadãos. A história se refere ao período em que a Alemanha estava sob o comando do célebre estadista Bismark. Conta que um grupo de rapazes foi escoltado por soldados da guarda nacional, em direção à cadeia da capital alemã, por má conduta. Destacava-se entre eles, um menino chamado *Fritz*.

Fritz era um garoto com sem número de maldades na bagagem. Quando criança maltratava os animais, batia nos menores, desrespeitava os velhos. Crescendo, com ele cresceram as más qualidades que o caracterizavam desde os primeiros anos. Armava desordens, praticava roubos e até se dizia que tomara parte num assalto. As autoridades do lugar não tiveram outro remédio senão enviá-lo para a capital do estado para que o juiz de menores lhe desse o destino que devido à sua má conduta merecia.<sup>612</sup>

Para *Fritz* só restava o cárcere, a segregação, pois jamais havia sequer tentado integrar-se à ordem social em sua comunidade. Porém, a caminho da cadeia, “um encontro inusitado com estudantes que marchavam ao som da canção por eles mesmos, entoada interrompe sua cadência para a morte civil”.<sup>613</sup> O entoar dos cantos, o ritmo da marcha, as letras de enaltecimento e amor à nação, todos os elementos que emanavam da música hipnotizaram o garoto rebelde que, como em um passe de mágica, renova seus desejos e passa envergonhar-se de seu passado de crimes e maldades. A música encontrou na alma do garoto o que estava escondido: o amor ao trabalho, à Pátria e à família. Desviado de seu rumo, *Fritz* chega uma escola para iniciar uma nova vida. Quando o acontecido chegou aos ouvidos do célebre estadista Bismark, o canto foi declarado obrigatório nas escolas. Ele pensou: “se a música salvou aquela alma pervertida, quantas almas em embrião, a música não mandará para o caminho do bem (...) para a obediência às belas palavras do suave mestre: Amai-vos uns aos outros”<sup>614</sup>. Esse conto evidencia as preocupações nacionalistas com o ensino do canto nas escolas. Mostra como a Alemanha foi, na década de 1930, um modelo a ser seguido nas questões brasileiras, e particularmente, catarinenses, quanto ao nacionalismo no ensino.

A música representou, nesse momento, uma importante estratégia para a formação de sentimentos cívico-patrióticos e interiorização de valores disciplinares e de convivência social, elementos essenciais na manutenção de regimes autoritários. Para facilitar o acesso às canções a serem entoadas nas salas de aula, além das instruções dadas por Areão, algumas

---

<sup>612</sup>Ibid. p. 38.

<sup>613</sup> Ibid. p. 39.

<sup>614</sup> Ibid. p. 40.

partituras com as respectivas letras foram publicadas na Revista Educação. As músicas encontradas nesse periódico, destinadas ao professorado catarinense foram: “Saudação a José Boiteux”, “Hino a Orestes Guimarães”, “Brisa” e “Um... dois...marcha”, compostas por João dos Santos Areão. Há ainda a “Canção ao professor Areão”, que foi uma homenagem que o professor Agenor Nunes Pires lhe prestou e um “Hino de despedida”, de autoria de Odilon Fernandes, composta para a formatura das normalistas.<sup>615</sup>

A canção “Saudação a José Boiteux”<sup>616</sup> estreou o primeiro número da Revista de Educação. O Hino a Orestes Guimarães e a Canção ao professor Areão, foram publicadas na edição que homenageou o vigésimo quinto aniversário da reorganização do ensino catarinense. O estribilho da canção dedicada a José Boiteux, fala que nossas almas estarão sempre prontas a elevar o seu nome com fé. As estrofes mencionam seu trabalho de escotismo dedicado a essa terra, como um herói que só sabe vencer, por isso os seus feitos serão bem gravados como belas passagens da história. O “Hino a Orestes Guimarães”, segue o mesmo estilo, elogiando as conquistas de seu trabalho, destacando que ele foi o espelho de energia a serviço da educação, entregando-se por inteiro à instrução. Por isso também sua memória deve ser cultuada. Ao professor João dos Santos Areão, que recebeu sua homenagem cantada em vida, também não faltaram elogios. Fabricar vultos pátrios para imitá-los e louvá-los, era uma das estratégias do Estado Novo.

As demais canções de Areão publicadas na Revista Educação, expõem intenções nacionalistas e disciplinares, para serem entoadas no cotidiano escolar. “Um...dois...marcha”, menciona o princípio do dever, e aponta a escola como um local de alegria e saber, que prepara bons homens para o Brasil. Enquanto que Brisa homenageia a bandeira e a terra brasileira.

As mensagens dessas canções podem ser compreendidas através da união entre letra e melodia, escritas para serem cantadas em uníssono. Percebe-se que em todas as peças

---

<sup>615</sup> Essas canções fazem parte dos anexos dessa pesquisa. Anexo n. 15 e 16.

<sup>616</sup> “José Arthur Boiteux (1868-1934), nasceu em Tijucas, litoral catarinense, mas viveu no Rio de Janeiro até 1889, quando retornou ao Estado para secretariar o governador Lauro Müller. Foi hospedado na então capital do país, na residência e papelaria do catarinense Antônio Justiniano Esteves Júnior, com quem aprendeu as idéias da República e os rudimentos do Positivismo. Foi secretário também do Governo Hercílio Luz, afastando-se da diretoria do jornal local República. Exerceu a atividade de jornalista em Santa Catarina e foi o fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – entre outras instituições, como a Academia Catarinense de Letras. Foi um personagem de vulto local, político atuante nas letras, caso comum na Florianópolis daquele período.” CORRÊA, Carlos Humberto. Op. cit.. p. 74.

musicais publicadas na Revista Educação, a partitura foi escrita em uma página e a letra em outra, o que dificulta a leitura da letra em relação a divisão rítmica. Esta forma de apresentação da partitura musical mostra que o aluno não necessitava do contato com a pauta, reduzindo o exercício à reprodução da melodia executada ao piano, acrescida da letra. A transmissão das melodias acontecia oralmente. As canções foram escritas com ritmo relativamente simples, em compasso binário, marcando o ritmo de marcha. Na época, esse era um ritmo bastante usado para canções escolares, pois favorecia a cadência e o disciplinamento. Sobre a questão funcional, não há grandes ousadias em termos de dissonância, mas em relação às funções harmônicas, aparecem alguns recursos mais ousados. No entanto, não é objetivo dessa pesquisa, realizar uma análise harmônica das peças mencionadas.

O professor João dos Santos Areão considerava a música como “uma linguagem divina em torno da qual se agrupam todos os afetos de nossa alma, portanto não é possível possuir uma educação espiritual perfeita se não dispor desse modo de estar em pleno contato com o Criador”<sup>617</sup>. Talvez seja esse um dos motivos que o levou a agregar às suas funções de inspetoria a responsabilidade de orientar o Canto Orfeônico nas escolas catarinenses mesmo antes de sua nomeação formal para essa responsabilidade. Além das músicas de sua autoria publicadas na Revista Educação, outras canções foram encontradas no baú da entrevistada Sueli, filha do professor Abelardo. As canções encontradas nesse local foram “Pátria Altaneira, Patriotismo da Vovó, Terra Catarinense, Eco, Melodia em Sol e Brisa”<sup>618</sup>.

As músicas publicadas na Revista de Educação, não apresentam um perfil de música coral, mas algo próximo de peças vocais com acompanhamento. Talvez se deva ao fato de que, essas músicas foram compostas e publicadas entre os anos 1936 e 1937, antes do Canto Orfeônico entrar no currículo do Curso Normal, (em 1939). Nos arquivos particulares de Abelardo de Souza foram encontradas algumas músicas de Areão adaptadas para o orfeão. O arranjador foi o próprio Abelardo. Entre elas está a canção “Brisa”, escrita, em 1937, para homenagear a bandeira. Logo abaixo do nome da música, ao lado esquerdo está o nome de

---

<sup>617</sup> AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório, 4º trim., 1939.

<sup>618</sup> As canções Pátria Altaneira, Patriotismo da Vovó, Terra Catarinense, Eco, Melodia em Sol, Um...dois...marcha, escritas nos anos 30 e 40, também foram publicadas no Hinário Escolar organizado por Aldo Krieger, no ano 1964. Nesse ano Krieguer atuava como técnico da Divisão de Artes, do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura. Luis Sanches Bezerra e João dos Santos Areão escreveram no prefácio desse material. KRIEGER, ALDO. **Santa Catarina Canta**; 51 melodias para as escolas primárias. Florianópolis: Departamento de Cultura. 1964. Acervo: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Essas canções foram colocadas em anexo nesse trabalho. (Ver anexo n. 15).

Abelardo de Souza como arranjador e no lado direito, o nome do compositor e autor da música e letra, João dos Santos Areão. Esta canção, como as demais, foi escrita a mão num papel timbrado pertencente ao Grupo Escolar Luiz Delfino. Ambos colocaram a assinatura no final da canção, com a respectiva data, ano 1943. Segundo o depoimento de Sueli<sup>619</sup>, Areão e Abelardo eram muito amigos e trabalharam juntos na elaboração de algumas músicas.

Abelardo compôs outras músicas exclusivas para coros orfeônicos escolares, nesse período do Estado Novo. Uma delas: “Descobrimento do Brasil” foi composta para ser cantada em duas vozes, com exceção do coro que pode ser cantado a três vozes, com ritmo de marcha, escrita em compasso quaternário. Abelardo, quando estudante do Curso Normal Superior, no Instituto de Educação “Dias Velho” também criou o arranjo da canção “A minha Ilha” para coro orfeônico. Há outras canções escritas para serem entoadas em forma de cânone: “Soldados da Pátria”, “Asas do Brasil” e “Josézito”<sup>620</sup>. A última canção mencionada contém fundo moral, incentivando a falar sempre a verdade. Sueli se lembra que em sua infância, muitas vezes entoavam essa melodia no carro, durante suas viagens com o pai.

As canções compostas por esses educadores catarinenses, estavam de acordo com as prescrições ditadas pelo poder central. Havia controle no teor das letras das canções orfeônicas a serem cantadas pelos alunos. Uma das condições era “evitar os cantos, mesmo belos, cujas palavras, sejam grosseiras ou tolas e não dignifiquem a alma infantil”<sup>621</sup>. Entendia-se por ‘grosseiras e tolas’ aquelas palavras que não ‘elevassem’ o espírito através do louvor à Pátria, que não exaltassem a bela natureza do país, ou se relacionassem às coisas ‘belas’ da tradição e do cotidiano. Lorenzo Fernandez chamava a atenção dos professores para a escolha das canções usadas nas salas de aula. Ele dizia que “grande responsabilidade cabe ao professor que não for exigente neste assunto, pois sabida é a influência que tem sobre o futuro homem as coisas aprendidas na infância”<sup>622</sup>.

Essas canções cívico-patrióticas contribuía para o fortalecimento dos sentimentos nacionalistas dos educadores, que conseqüentemente transmitiriam essa paixão aos alunos. Havia uma firme convicção de que cantar músicas pertencentes ao repertório do Canto Orfeônico, transformaria o indivíduo em participante das práticas da brasilidade, e

---

<sup>619</sup> SEPTIBA, Sueli Souza. Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 08/09/2006.

<sup>620</sup> Essas canções estão no anexo n. 16

<sup>621</sup> FERNANDEZ, Oscar Lorenzo. Op. cit. p.27.

<sup>622</sup> Ibid.. p. 34.

conseqüentemente se sentiria importante aos seus próprios olhos, das autoridades e até mesmo de seus colegas<sup>623</sup>.

Várias das canções mencionadas com temas de exaltação à Pátria e de estímulo à juventude foram encontradas nos cadernos de apontamentos de música das professoras Cacilda<sup>624</sup> e Isabel<sup>625</sup>. Também a pesquisadora Vera Bacha Pereira, ao examinar a caderneta escolar da professora Nívea Cunha Bacha, utilizada no período do Estado Novo, encontrou títulos de várias músicas nacionalistas<sup>626</sup>. Embora ela não tenha mencionado quem era o autor dessas canções, constatei que algumas faziam parte do repertório elaborado por Areão e Abelardo. Isso demonstra que as músicas desses educadores foram utilizadas nas escolas catarinenses, tanto do interior do Estado como na capital.

Como foi visto anteriormente neste trabalho, a estratégia de usar a música com intenções nacionalistas já havia sido usada em outros países. As populações imigrantes faziam muito uso da música, como forma de reforçar os laços patrióticos, claro que relacionados ao seu país de origem. Monteiro em seus estudos sobre a nacionalização do ensino, informa que canções de cunho nazi-integralista eram divulgadas fartamente nas festas regionais, onde eram comemoradas datas memoráveis, principalmente da nação alemã<sup>627</sup>. As canções eram entoadas em língua alemã. Eram músicas que enalteciam a força do povo germânico; a importância do trabalho, como fator de desenvolvimento sócio-econômico e a grandiosidade do Estado, como um senhor todo poderoso a ditar o rumo a seus filhos.

Por isso, na ótica dos dirigentes preocupados com a educação, era necessário executar várias ações que neutralizassem ou minimizassem essa influência estrangeira. Além do uso de canções e símbolos nacionalistas, seria necessária a eliminação das escolas particulares de ensino primário fundadas pelos grupos estrangeiros. Entendiam esses líderes

---

<sup>623</sup> “Os sentimentos racionalizados são assim, são decisivos para a adesão espontânea aos valores políticos de respeito às leis e amor à pátria”. BRESCIANI, Maria Stella. O poder da imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos. In: SEIXAS, J. A.; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (orgs.) Op. cit. p. 34.

<sup>624</sup> MOSER, Cacilda Miranda. Entrevista já citada.

<sup>625</sup> LINS, Isabel da Silva. Entrevista já citada.

<sup>626</sup> Hino Nacional, Hino da Independência, Hino da Proclamação da República, Hino à Bandeira, além de canções que exaltavam a Pátria como: Exaltação, Deus Salve a América, Juventude Brasileira, Brasil Amado, Devemos Estudar, Terra Virgem, Terra Natal, Brasil Unido, **Patriotismo da Vovó, Eco, Na Guerra, Brisa, Soldados da Pátria, Um...dois...marcha**, Entre Palmas, Cancioneiro Naval e outras. PEREIRA, Vera Regina Bacha. Op.cit. p. 176. (as canções grifadas são as que fazem parte da composição dos autores mencionados.)

<sup>627</sup> MONTEIRO, Jaecyr. Op. cit. p. 47.

nacionalistas que elas eram as responsáveis por propalar valores da cultura alienígena, particularmente através do idioma da pátria de origem dos colonos. Era necessário substituí-las por um sistema educacional que fosse público e eficiente, monitorado de perto por inspetores escolares que realizariam visitas rotineiras que gerariam relatórios que seriam encaminhados à capital federal.

Cunha comenta que a partir da década de 30, houve o acirramento das questões étnicas e conseqüentemente a obrigatoriedade da nacionalização do ensino em Santa Catarina<sup>628</sup>. Com isso houve a proibição do uso da língua estrangeira e obrigatoriedade de contratar professores nacionais. A maioria das escolas privadas nucleadas em comunidades imigrantes acabou fechando suas portas, por não conseguirem cumprir essas exigências. Elas deram lugar a unidades escolares nacionais, atendidas por professores nacionalistas.

Importa notar que esse pensamento de nacionalização e preocupação com o idioma disseminou-se entre as professoras nacionalistas como um imperativo para o bem da nação brasileira, fazendo parte do seu ideário. Zenilda relatou que sua tia, professora nacionalista, trabalhou no interior do Estado. “*Minha tia trabalhou em Ibirama, região de alemães. Ela foi alfabetizar naquela região, eles não falavam o português, mas tinham uma educação mais avançada; os professores deles eram designados pela comunidade e mantidos pela Alemanha*”<sup>629</sup>. Percebe-se que havia uma preocupação com a falta de professores brasileiros e atuação dos professores estrangeiros. Isabel conta que:

Os professores alemães e italianos eram pagos pelo governo de seu país de origem, mas não era correto que eles dessem aula, afinal, como os alunos poderiam aprender o Português se eles não sabiam o Português, e eles precisavam aprender o idioma da Pátria que lhes acolheu, e que agora era deles. Eles tinham que aprender a amar, respeitar e louvar, esta terra.<sup>630</sup>

O professor Areão também demonstrou preocupação com os professores estrangeiros. Declarou em relatório enviado ao Ministro Capanema a necessidade de fazer desaparecer os elementos não integrados nas suas funções de educadores. Afirmou que se deveria “substituí-los por aqueles mais cheios de entusiasmo, mais vigorosos, mais preparados, para que possam

---

<sup>628</sup> CUNHA, Maria Teresa Santos. Uma visita do Senhor Inspetor. In: MIGNOT, A. C. V.; CUNHA, M.T. (org.) Op. cit. p. 55

<sup>629</sup> LINS, Zenilda Nunes. Entrevista já citada.

<sup>630</sup> LINS, Isabel da Silva. Entrevista já citada.



guiar com eficiência para o desenvolvimento de nossos pequeninos irmãos que vivem lá pelos chapadões e rincões”.<sup>631</sup>

A necessidade urgente de nacionalizar a qualquer custo, via educação, levou a contratação de muitas professoras entusiasmadas com o nacionalismo, Algumas mal preparadas academicamente. Isabel fala que ela conheceu professoras que tinham apenas princípios básicos de leitura, escrita e aritmética, proporcionadas pela escolaridade precária. Depoimentos de alemães, como Ingo Lubitz, indignados com a situação de perseguição, denunciam o despreparo das professoras brasileiras que ocuparam o lugar dos professores alemães. Entende-se que depoimentos desse grupo étnico estejam carregados de ressentimentos, resultado dos maus tratos recebidos, porém, não significa que os professores alemães fossem bem melhores pedagogicamente. Já o depoimento de Isabel revela o que ocorre com todas as profissões e a realidade existente até nossos dias. Isabel Lins lembra que naquele momento, era uma prática emergencial ocorrida nas regiões interioranas mantidas em colônias de imigrantes. Ela declara que *“era melhor uma professora com poucos conhecimentos acadêmicos, mas com muito amor pela sua pátria, do que um inimigo nazista bem preparado pedagogicamente, mas que, viesse a incutir princípios contra a brasilidade”*.<sup>632</sup>

Essa realidade provocada pela substituição dos professores estrangeiros em um curto espaço de tempo, demandou da parte do Departamento de Educação do Estado, ações urgentes para conduzir ao aperfeiçoamento dos professores. Estas deveriam ser alternativas aos cursos de formação inicial (normal e complementar), em uma modalidade que se destinava à formação continuada. A circulação da Revista de Educação – Órgão do Professorado Catarinense e Semanas Educacionais fizeram parte do projeto de complementar a formação docente. O objetivo era instruir novas formas de ensino, conforme a proposta da Escola Nova, tornar conhecida a legislação escolar, difundir o pensamento pedagógico ligado às aspirações e deliberações do Estado, bem como a uniformização dos processos educacionais.

As Semanas Educacionais, realizadas entre os anos 1936 e 1945, se constituíram, numa inovação no campo da formação docente, propondo-se a alcançar o maior número

---

<sup>631</sup> AREÃO, João dos Santos. Op. cit. Relatório. 1º trim. 1938, p. 6.

<sup>632</sup> LINS, Isabel. Entrevista citada.

possível de professores<sup>633</sup>. Essas semanas especiais, afinadas às discussões do palco político brasileiro consolidavam a campanha de nacionalização, divulgando o uso da língua portuguesa e a cultura nacional.

Os responsáveis pela exposição dos assuntos abordados e discutidos durante as Semanas, se auto-intitularam “embaixada educacional”<sup>634</sup>. Esse grupo de educadores de alto escalão foi composto por Luiz Sanchez Bezerra da Trindade (diretor do Departamento de Educação e posteriormente Inspetor Escolar das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino<sup>635</sup>); João dos Santos Areão (Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas); Elpídio Barbosa (Subdiretor Técnico do Departamento de Educação) e Barreiros Filho, (professor de português e literatura na Escola Normal da capital). O último se especializou em temáticas distintas, revezando-se nas preleções do evento. Eles assumiram em suas ações político-culturais, a construção de um plano educacional nacionalizador, como veículo de efetivação de um tão almejado projeto de modernidade.

O programa era elaborado pelo Departamento de Educação e executado mimeticamente em todas as cidades. Criou-se um ritual determinando as condições de funcionamento desse evento, para preservar sua forma, sua oficialidade e eficiência. O cerimonial criado obedecia à seguinte ordem: no período da manhã, havia a palestra de instalação das sessões, depois eram ministradas as aulas de 1 hora de duração para cada membro da “embaixada do Departamento de Educação”. Os conteúdos transmitidos nessas aulas eram: leitura – exposição do método analítico; Linguagem oral – metodologia e seu valor educacional; Linguagem escrita; canto – Hinos Oficiais; Educação Física; Aritmética; Geografia; História; Organização do Boletim de Movimento Estatístico; Importância dos recreios, atividades escolares, cumprimento do Programa, execução do horário e da disciplina em geral; Instrução sobre higiene e clubes agrícolas. Ainda havia espaço para os professores elaborarem relatórios a respeito do próprio evento<sup>636</sup>.

---

<sup>633</sup> BOMBASSARO, Ticiane. Op. cit. p. 49.

<sup>634</sup> O termo era usado pelos participantes do evento e autoridades locais, sendo cunhada já na primeira Semana realizada em Tubarão no ano de 1936. Ibid.p. 18.

<sup>635</sup> Com a criação do Decreto-Lei n. 124, de 18 de junho de 1938, tornou-se Inspetor Escolar das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino.

<sup>636</sup> O programa das Semanas Educativas, com o horário indicado está publicado na REVISTA DE EDUCAÇÃO, ano I, n° 2, 4, 5 e 6 do ano 1936; REVISTA DE EDUCAÇÃO, ano II, n° 7, ano 1937.

Pela programação registrada nas edições da Revista de Educação é possível perceber que todos os dias dessas semanas havia aula de Canto – Hinos Oficiais. Também ao final de cada dia, havia a “Hora da Arte”, quando os professores, as autoridades locais e do Departamento recitavam poemas e faziam pequenas apresentações de música e dança. No encerramento dessa atividade, todos os presentes cantavam o Hino Nacional. Essas práticas de caráter metódico buscavam manter o patriotismo dos professores da localidade. Eram freqüentes as exaltações ufanistas dos presentes nestas programações. Embora as manifestações artísticas fossem espontâneas, eram comuns as expressões de amor ao Brasil e à profissão de educador.

Ao final de cada uma dessas semanas, havia o plantio de uma muda de pau-brasil símbolo das matas brasileiras, por um dos inspetores e alguma autoridade local. Essa prática era repetida nas escolas em algum evento cerimonial especial. Evidentemente essa atividade executada com ares de cerimônia não era destituída de significado. Fazia parte desse conjunto de ações que pudessem provocar um sentimento de valorização das coisas relacionadas com a Pátria. Os filhos de imigrantes não estavam apenas vendo o plantio de uma árvore qualquer, mas de um ícone de sua nova Pátria.

Figura 12



Inspetores Fazem o Plantio de Pau-Brasil – Blumenau – SC, 1938.<sup>637</sup>

---

<sup>637</sup> Acervo de Isabel da Silva Lins. (já citado)

A foto acima, foi entregue por Isabel Lins. Ela aponta figura de João dos Santos Areão fazendo o plantio da muda de pau-brasil, com auxílio do o professor Barreiros Filho. Nessa ocasião, Esse Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas, visitava o Grupo Escolar Luiz Delfino na cidade de Blumenau, acompanhado do professor de português - Barreiros Filho e do Inspetor Luiz Sanches Trindade, Inspetor de Nacionalização do Ensino das Escolas Particulares. A diretora nessa ocasião era a professora Izolete Gouveia.

Todos os alunos e comunidade escolar eram obrigados a prestigiar esses eventos. Os inspetores João dos Santos Areão e Luiz Sanches Trindade tiveram a “tarefa preponderante na aplicação da nova política de nacionalização do ensino”<sup>638</sup>. Eles percorriam com freqüência nas áreas de colonização estrangeira do Estado, fiscalizando e orientando as escolas, de acordo com a nova legislação. Durante essas viagens, era comum exercerem práticas como as apresentadas nesses retratos. Muitas vezes o professor da língua vernácula Barreiros Filho, do Instituto de Educação os acompanhava. Como pode ser observado na imagem fotográfica abaixo, o professor Barreiros Filho está fazendo um pronunciamento, na cidade de Blumenau. Ao seu lado estão os inspetores Areão e Trindade.

Figura 13



Cerimônia Nacionalista com Barreiros Filho, Areão e Trindade – Blumenau – SC, 1938.<sup>639</sup>

<sup>638</sup> MONTEIRO, Jaecyr. Op. cit. p. 75.

<sup>639</sup> Acervo de Isabel da Silva Lins. (já citado).

Como centro da estratégia de educação continuada visando a implementação de todo o programa de reformas e nacionalismo, estava a figura do inspetor escolar. Ele é encontrado desempenhando um papel fundamental em qualquer atividade destinada a atualizar constantemente o professorado e até mesmo complementar a educação e formação do corpo docente nacionalista. Era ele quem definia o conteúdo editorial das Revistas de Educação e quem conduzia as Semanas Educacionais. Por outro lado, as revistas publicavam as atividades das semanas e as semanas utilizavam conteúdos publicados nas revistas, numa interação que unia esses três elementos na potencialização dos resultados pretendidos. Importa notar que os inspetores, além de tornarem realidade a Revista e as Semanas, ainda orientavam através de aulas-modelo, fiscalizavam e emitiam pareceres que podiam causar demissões ou até mesmo o fechamento de uma escola.

O inspetor escolar era um instrumento do Estado, muito temido tanto por professores quanto por alunos. Era um verdadeiro fiscal. De acordo Isabel, “ele vinha para verificar tudo; programação curricular, conduta cívica, cantos, uniformização, enfim tudo!”<sup>640</sup> O comportamento dos alunos e professores se alterava. Quando ele estava para chegar, havia um grande preparativo, uniforme impecável, nosso guarda-pó, bem passado e engomado<sup>641</sup>. Os inspetores analisavam questões ligadas à higiene e ao nacionalista. Eles observavam se as salas estavam bem asseadas, bem como uniforme dos alunos e dos professores. Ele assumia a aula, escrevia textos no quadro para ver se os alunos sabiam ler, com pronúncia correta. Quanto aos símbolos, olhavam se o mapa do Estado estava em disposição adequada, se a Bandeira Nacional estava hasteada, se os alunos sabiam cantar os hinos de exaltação a Pátria, Hino Nacional, da Bandeira e Proclamação<sup>642</sup>. Estas observações vêm ratificar a argumentação de historiadores como Cynthia Machado Campos<sup>643</sup>, Maria Teresa Santos Cunha<sup>644</sup> e Vera Bacha Pereira<sup>645</sup> de que estas diretrizes haviam sido pensadas a partir de 1930 e, principalmente, durante o Estado Novo.

---

<sup>640</sup> LINS, Isabel da Silva. Entrevista citada.

<sup>641</sup> LINS, Zenilda Nunes. (74 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 15/02/2006.

<sup>642</sup> LINS, Zenilda Nunes. 1996, op. cit. p. 109.

<sup>643</sup> “Os inspetores exerciam desde aquele momento uma fiscalização criteriosa nas escolas, centralizando atenções no controle das atividades docentes...”. CAMPOS, Cynthia Machado. *Intervenções do Estado nas Escolas Estrangeiras de Santa Catarina na Era Vargas*. In: Brancher, A. (org.). Op. cit. p. 155 -160.

<sup>644</sup> A autora examinou os registros das visitas dos inspetores ao Colégio Coração de Jesus em Florianópolis e os analisa destacando que toda a atividade da instituição era vistoriada. Não apenas a parte acadêmica, mas até as edificações e o espaço físico eram analisadas. CUNHA, Maria Teresa Santos. *Uma visita do senhor inspetor: cultura cívica em relatórios escolares*. In: MIGNOT, A.C.V.; CUNHA, M.T. (orgs.). Op. cit.

O inspetor não apenas estava cumprindo uma função educativa, mas atuava em nome do Estado, o que lhe conferia um alto nível de autoridade pelo que simbolizava sua presença na escola. Os inspetores exerciam uma fiscalização criteriosa nas escolas, centralizando a atenção no controle das atividades docentes. O foco de suas observações centralizava-se no uso do idioma, no ensino de história, nas aulas de canto e nas cerimônias cívicas. Através deles o governo catarinense instruía os professores das escolas públicas com detalhes quanto aos procedimentos de ensino. Como tudo era controlado rigorosamente, o espaço para alternativas, ou críticas ao modelo oficial era praticamente anulado.

Auxiliando nesse processo de valorização da imagem governista, uma observação importante feita pelos inspetores aos diretores responsáveis pelas escolas e aos professores era sobre a exigência do Departamento de Educação quanto à disposição dos retratos das autoridades. Deveriam ficar em lugar de destaque, sempre bem visíveis. O culto à imagem do “Chefe da nação” foi estabelecido, e por esse motivo um cerimônia especial chamada “Inauguração do Retrato” era considerada como parte da formação patriótica. Estas inaugurações ocorriam com muita festividade, recitativos, marchas, canções patrióticas e discursos<sup>646</sup>. A Bandeira Nacional, retrato de Getúlio Vargas, hino Nacional, hino da Independência, hino a Bandeira Nacional, faziam parte do simbolismo da Nação brasileira.

Esses símbolos ao serem divulgados para a população brasileira através de datas comemorativas, paradas cívicas, dísticos e rádios objetivaram duas metas governamentais. Primeiramente, ao terem sido revestidos por uma “aura” sagrada, por meio dos desfiles estudantis e militares, tornaram-se eficientes em fazer com que os indivíduos se habituassem eles e a seus valores. Tornando-se tradicionais, eles acabaram consolidados, não admitindo dúvidas nem tolerando questionamentos. Logo, considerava-se imoral, ou traidor da Pátria, o indivíduo que a eles não cultuasse. A obediência aos costumes constituiria a moralidade necessária para ligar o indivíduo a “comunidade imaginária”. Baczko diz que exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência real. Significa sim, duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio.<sup>647</sup>

---

<sup>645</sup> Vera Bacha Pereira estudou o papel dos inspetores como coadjuvantes na formação dos professores, atuando como fiscais da educação nacionalista. PEREIRA, Vera Regina Bacha. 2004. op. cit.

<sup>646</sup> Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, 10/10/1938.

<sup>647</sup> BACZKO, Bronislaw. Op. Cit. p. 298

Isabel conta que sua tia Lili,<sup>648</sup> foi uma grande professora nacionalista. Ela mostrou-me os cartões postais colecionados por ela. Com indisfarçável brilho de orgulho nos olhos Isabel disse: “Veja os postais que Getúlio enviava a minha tia todas as semanas! Ela os guardou”<sup>649</sup>!

Imaginem a importância que ganhavam essas professoras ao poderem mostrar o cartão e pensarem que o próprio presidente se importava com elas. Que privilégio, receber algo de Getúlio Vargas todas as semanas! Este recurso de aproximar o poder do indivíduo, tornando-o participante do processo de nacionalização, e não apenas espectador realizou-se também com outros segmentos da nação. Baczko fala que a imaginação é a faculdade específica em cujo lume as paixões se acendem, sendo a ela, precisamente que se dirige a linguagem enérgica dos símbolos e dos emblemas.<sup>650</sup> Zenilda relembrou, a propósito dos postais, o seguinte:

Sou filha de um pai que foi muito Getulista. Ele guardava os postais de Getúlio, estava presente em todas as comemorações cívicas, e gostava de prestigiar nossa participação, e ver-nos engajados no programa nacionalista. Ele era operário CLT da siderúrgica. Getúlio favoreceu muito o trabalhador, era como um pai para os pobres. Nereu, um homem sisudo, muito rígido.<sup>651</sup>

Para esta filha de um operário tão envolvido pelo nacionalismo do Estado Novo, a influência do pai e do conjunto de ações do governo foi tão forte que, de aluna nesse tempo, ela passou a ser também uma das professoras nacionalistas. Percebe-se o quanto elas estavam dispostas a sacrificar, ao se sentirem pinçadas da multidão de brasileiros à estima pessoal do grande líder. Elas deixavam de ser aquela professora solitária em um lugarejo qualquer, esquecido no meio das montanhas catarinenses, para se tornarem parte do grande todo, idealizado e mostrado nos postais. Eram gestos como esses que visavam influir no imaginário, apresentando a representação da realidade que levava à ações mesmo desconfortáveis, desde que o ideal pudesse tornar-se realidade. “As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem á universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses do grupo que as forja”<sup>652</sup>. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

<sup>648</sup> “Tia Lili”, apelido carinhoso de Izolete Gouveia, para os íntimos.

<sup>649</sup> LINS, Isabel da Silva. (82anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 08/06/2006.

<sup>650</sup> BACZKO, Bronislaw.. Op. cit. p. 301

<sup>651</sup> LINS, Zenilda Nunes. Entrevista já citada.

<sup>652</sup> CHARTIER, Roger. 1990, op. cit. p. 17

Percebe-se então um estudado movimento no qual, através da ação da música e da educação continuada, o Estado procurou plasmar nos indivíduos o dever nacional, o amor pátrio, a obediência, a beleza da harmonia sem tensões, a noção ordeira do todo e a alegria do conjunto sem conflitos. Estes resultados esperados necessitavam que o meio escolhido para sua concretização, estivesse constantemente motivado na direção pretendida. Era imperativo manter as representações absorvidas pelo corpo docente, num processo contínuo que consolidasse o processo nacionalizador. Primeiramente atuaria nos sentimentos dos professores para daí ser impresso no imaginário dos educandos. Por sua vez os alunos os levariam à comunidade na qual participavam.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como tese este trabalho apresenta o enfoque dado ao Canto Orfeônico, utilizado como um saber escolarizado nas práticas pedagógicas em vigência em Santa Catarina, notadamente no período do Estado Novo. Os pressupostos da história cultural<sup>653</sup> nortearam os caminhos percorridos no processo dessa investigação. Personagens, documentos, eventos e ações até então estudados em outros aspectos do Estado Novo aparecem aqui especificamente relacionados a essa modalidade de ensino musical. Entrevistas semi-estruturadas analisadas na perspectiva metodológica da história oral trazem a contribuição da memória dos entrevistados que vivenciaram aquele momento como alunos ou professores, repetindo as canções daqueles tempos. Os documentos oficiais já delicados ao manuseio, sem possibilidade de serem fotocopiados foram, então, fotografados. Falam do tempo em que o poder ditatorial se interessou em moldar o imaginário popular na direção do nacionalismo formando representações de uma realidade talvez sonhada.

A pesquisa evidenciou o papel fundamental que tiveram os inspetores escolares na implantação deste projeto educacional onde o canto orfeônico foi bastante destacado. Um dos destaques evidenciado é a figura do inspetor João dos Santos Areão. Ele veio a Santa Catarina como parte da equipe do professor Orestes Guimarães idealizador e implantador da primeira campanha de nacionalização do Estado. Dos achados da pesquisa emerge uma imagem dinâmica e idealista consubstanciada nas viagens do inspetor Areão por todos os rincões desse território, trabalhando em prol da nacionalização do ensino, principalmente no período do Estado Novo.

Entre as ações praticadas em suas viagens, constatou-se a ênfase na sistematização, orientação e fiscalização do canto orfeônico, muito além de uma obrigação burocrática para cumprir uma ordem do poder central. Ele não apenas participou na criação dos orfeões escolares como também acompanhou seu progresso. Regeu orfeões, ensinou professores

---

<sup>653</sup> CHARTIER, Roger. 1990, op. cit.

como trabalhar com essa modalidade de ensino e elaborou um fascículo contendo orientações e conteúdos a serem ensinados<sup>654</sup>. Compôs cantos cívicos de exaltação à Pátria e de homenagens diversas.

Nos relatórios desse Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas dirigidos ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema, fez questão de demonstrar seus sentimentos nacionalistas. Descreveu sua batalha na implantação do Canto Orfeônico no Estado. Como também relatou viagens realizadas ao lado do Inspetor de Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, Luiz Sanches Bezerra da Trindade, em áreas de colonização estrangeira. Nota-se, nesses relatórios, uma intenção de impressionar aos superiores e apresentar um quadro otimista das atividades relacionadas à campanha nacionalista. Mas, em contrapartida, as pesquisas mostraram como tais afirmativas podem ser questionadas e o quanto esse êxito relatado correspondeu à realidade, pois houve resistências.

As entrevistas dos teuto-brasileiros que nos permitem dizer que, a atuação dos inspetores aparentemente não foi de aceitação unânime. Permanece a favor da “santíssima trindade da educação catarinense<sup>655</sup>” que capitaneou a campanha nacionalizadora, o fechamento de centenas de escolas estrangeiras, a efetiva proibição do idioma estrangeiro no ambiente escolar e a imposição dos cantos pátrios e cerimônias cívicas. Ações, estas, mostradas ao longo desta pesquisa. Entretanto, temidos, certamente, sua ação fiscalizadora foi imprescindível aos interesses do Estado e, nesse sentido, importa lembrar aqui, referências negativas e resistências mesmo de professores nacionalistas. Isabel Lins, uma das entrevistadas, conta que,

O inspetor contribuía para impedir nossa criatividade. Isso para mim era o pior. As histórias de inspetor são muito tristes! (*sacode a cabeça, e demonstra indignação*) Todas as salas tinham um quadrinho. A professora tinha que seguir aquele horário e cronograma estipulado, minuto por minuto. Desde hora cívica, canto orfeônico, até matemática, português... chegava naquela hora precisava interromper o que estava fazendo e seguir o quadrinho! Principalmente se o inspetor estava por chegar. (*dá risada!!!*)<sup>656</sup>

<sup>654</sup> Relatório do Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina. 1939, op. cit.

<sup>655</sup> Termo usado (apelido) para referir-se aos três educadores (Elpídio Barbosa, João dos Santos Areão e Luiz Sanches Bezerra da Trindade) que em ação conjunta, estiveram frente a educação catarinense durante muitos anos. DALLABRIDA, Norberto. Op.cit. p. 250.

<sup>656</sup> LINS, Isabel da Silva. Entrevista já citada.

Percebe-se por essa afirmação, corroborada pelas demais apresentadas na pesquisa, que muitas ações esperadas pelos inspetores eram praticadas somente em sua presença ou nos dias que antecediam sua visita.

A cumplicidade entre eles e o governo é percebida no poder excessivo outorgado a eles no movimento nacionalizador. Essa autoridade foi observada no fechamento do jardim da infância e escola primária do Colégio Bom Jesus, em Joinville, onde a publicação dos nomes dos alunos que não sabiam escrever corretamente os hinos pátrios, expondo-os a uma situação de constrangimento, aparece no Decreto de fechamento dos anexos desse Colégio. Há outras situações similares; algumas mencionadas nessa tese, outras registradas em outros trabalhos acadêmicos<sup>657</sup> e tantas outras histórias que estão apenas na memória de quem as vivenciou. As ações dos inspetores estiveram presentes em todas as etapas da nacionalização do ensino. Eles juntamente com os dirigentes esperavam que a organização de orfeões escolares, e a prática do canto orfeônico nas salas de aula resultasse em modificações de atitudes do educando, atuando como o grande auxiliar do programa de nacionalização<sup>658</sup>. Por isso, em Santa Catarina essas ações implantadas na escola foram bem controladas.

Importa notar que, já na Primeira República, se registrou a utilização da música na escola. O professor Orestes Guimarães na primeira grande campanha de nacionalização de Santa Catarina desenvolveu um trabalho intenso de valorização do canto dos hinos pátrios com objetivos cívicos. A diferença fundamental encontrada entre a primeira e a segunda campanha de nacionalização foi justamente a imposição da lei e as sanções pesadas que recaíram sobre os opositores ou indiferentes às diretrizes e normas voltadas à imposição da música na escola no Estado Novo. Antes, os hinos cívicos e canções patrióticas faziam parte do currículo, mas não era impedido que os imigrantes cantassem suas canções em seu idioma de origem. Além disso, é na segunda campanha que aparece a ênfase no Canto Orfeônico, tanto nas escolas primárias como no curso de formação de professores.

A terminologia Canto Orfeônico foi introduzida nos currículos dos cursos de formação de professores, no ano de 1939, com características diferenciadas do programa de música e cantos cívicos até então estudados. Nesse mesmo ano, criou-se a função de coordenador do Canto Orfeônico para as escolas primárias do estado, fato que nos autoriza a considerá-lo

---

<sup>657</sup> Ver PEREIRA, Vera Regina Bacha. Op.cit.

<sup>658</sup> Relatório do Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina. 1939, op. cit.

como um saber escolarizado, desde então. O Canto Orfeônico passou a objetivar a sensibilidade musical do educando, o civismo, o sentimento de coletividade e o disciplinamento.

Importa registrar que após o Estado Novo, a disciplina de Canto Orfeônico esteve presente no currículo das escolas brasileiras. Esta prática continuou no cotidiano escolar catarinense até a década de 60, mas sem a característica da imposição e sanções objetivadas pela ditadura. Em 1964, o mastro Aldo Krieger elaborou um hinário escolar contendo 51 melodias orfeônicas, denominado “Santa Catarina Canta”. No prefácio desse hinário encontram-se palavras de aprovação dos educadores Luiz Sanches Bezerra da Trindade e João dos Santos Areão. Ambos o felicitam pela iniciativa desse álbum musical, como recurso pedagógico. Como parte do repertório publicado nesse material, há seis canções de João dos Santos Areão, que foram compostas durante as décadas de 30 e 40. Este estudo centrou-se na prática pedagógica do Canto Orfeônico, como meio de inculcar sentimentos de brasilidade, durante a segunda campanha de nacionalização. Mas, outras investigações poderão dar continuidade a esta temática, e encontrar detalhes importantes sobre a trajetória do Canto Orfeônico, em Santa Catarina, no período pós-estadonovista.

Durante o Estado Novo, os governantes e dirigentes da educação se preocuparam com a formação de professores nacionalistas, como parte da estratégia de nacionalização. Se a escola seria o espaço, por excelência, para a ênfase cívica e promoção do patriotismo, os professores deveriam ser brasileiros e o idioma obrigatório seria o português. O Decreto-Lei nº 88, promulgado por Nereu Ramos, em 1938, foi significativo para impedir que grande parte das escolas particulares estrangeiras, com seus professores parcialmente subvencionados por seu país de origem, continuasse sua tarefa educativa. A substituição desses estrangeiros por professores nacionais trouxe dificuldades às autoridades educacionais devido à falta de educadores devidamente qualificados. Houve resistência à aceitação dos novos docentes por parte de alunos e pais, estrangeiros como se viu no depoimento de Ingo<sup>659</sup> e Hilário<sup>660</sup>. Eles consideraram essas “professorinhas” mal preparadas e incompetentes. As professoras brasileiras, Isabel<sup>661</sup> e Dilma<sup>662</sup> confirmaram a precariedade de formação de algumas

---

<sup>659</sup>LUBITZ, Ingo. Entrevista já citada.

<sup>660</sup>BERRI, Hilário. Entrevista já citada.

<sup>661</sup>LINS, Isabel da Silva. Entrevista já citada.

<sup>662</sup>LIVRAMENTO, Dilma. Entrevista já citada.

professoras brasileiras. Mas elas justificam que era melhor assim do que manter professores que difundissem princípios anti-patrióticos. Essa concordância com a atitude do poder sinaliza para a eficiência da estratégia governamental. Elas acreditaram que o problema seria solucionado no processo de formação continuada ou em serviço, prestada pelos inspetores através de visitas e dos programas de semanas educativas.

Tanto na formação regular dos professores quanto nesse processo de capacitação dos já contratados, a música aparece como elemento interdisciplinar no currículo, responsável pela unificação do sentimento nacionalista e incremento do civismo no ambiente escolar. As informações escritas e orais apresentadas neste trabalho indicam que, bem ou mal preparados, os professores nacionalistas tiveram um lugar destacado no projeto de nacionalização. Sua prática nos distantes rincões deste Estado, nas condições adversas de trabalho e enfrentando a resistência por parte dos colonos deixaram uma marca de patriotismo e desprendimento. Fizeram ecoar em cada uma daquelas salas de aula os sons de brasilidade dos hinos pátrios e cantos de exaltação à terra brasileira. A dedicação demonstrada em ensinar o português aos “brasileirinhos” filhos de imigrantes e torná-los cidadãos de sua nova pátria permanece na memória dos que vivenciaram esse processo. “A missão foi cumprida” diz Isabel Lins<sup>663</sup>.

Outro destaque a ser apresentado é a contribuição catarinense à hinologia nacionalista. Esta pesquisa descobriu nos baús, arquivos pessoais e na memória dos entrevistados bem como nas revistas de educação e registros escritos nas décadas de 30 e 40, canções compostas em Santa Catarina. Entre os compositores aparece o inspetor João dos Santos Areão, o professor Abelardo de Souza, o professor Odilon Fernandes e Antônio Amâncio Costa. Os dois últimos nomes foram mencionados pela professora Isabel Lins, como seus professores no Curso Normal do Instituto de Educação. Ela cantou essas melodias, lembrando de sua época de estudante, nos anos 1942 e 1943. Essas canções retratam o grau de envolvimento logrado pelas autoridades políticas e educacionais em fazer com que o ambiente escolar ecoasse o espírito patriótico.

A capacidade poética e musical desses personagens envolvidos pelo nacionalismo, foi utilizada a serviço desta causa para mobilizar estudantes e trabalhadores, nacionais e imigrantes, letrados e analfabetos. Muitos ecos foram encontrados nas entrevistas, mesmo

---

<sup>663</sup> LINS, Isabel da Silva. Entrevista já citada.

porque este estilo musical já era familiar aos imigrantes. A intenção era mobilizar, mas, o quanto e em quantos esta ação despertou os sentimentos de brasilidade, ou foram apropriados pelos alunos e professores, são questionamentos impossíveis de responder.

Novas pesquisas poderão encontrar composições de outros autores. Quantos mais terão se motivado a compor cantos que externassem seus sentimentos pátrios adquiridos nos bancos escolares? A música é uma arte de caráter efêmero. Os sons se dispersam no ar e uns sucedem a outros, ocupando o tempo intelectual necessário para sua assimilação e atuação do imaginário. O conjunto de elementos que formam a linguagem musical é composto por ritmo, melodia, harmonia, tonalidade, altura, intensidade e textura; e a música cantada possui a letra como um ícone adicional. Percebe-se que a combinação destes componentes da música, atuou no imaginário dos docentes daqueles tempos.

Outro destaque desta pesquisa foram as entrevistas. Trazem a memória construída por esses depoentes, (entrevistados) e figuram neste trabalho sempre como representação de um passado. Contam do tempo quando o canto orfeônico fez ressoar sua “mágica” capacidade de moldar sentimentos, de atuar no imaginário da população inteira de uma terra. Época em que os dirigentes do país, pretendiam que fosse construída uma nova nação, de acordo com seus ideais nacionalistas. Foram esses líderes que propiciaram os elementos, sejam políticos, educacionais, técnicos ou legais que produziram os acontecimentos que alimentaram a memória dos protagonistas entrevistados. Importa lembrar que, em que pese a importância desses relatos, eles devem ser relativizados, pois o próprio processo da construção da memória apresenta hiatos, imprecisões e ela sempre vem de forma idealizada.

A história daqueles anos, lembrados com saudade por uns e tristeza por outros, dá o tom desse trabalho. Professoras que tiveram a “missão” de servir a esta Pátria, como construtoras da nação, permitiram-me conhecer suas relíquias bem guardadas. Abriam seus tesouros e de lá retiraram papéis, discursos, cadernos antigos, livros, e fotos. Cunha percebe que as “reliquias tanto mundanas como sagradas, trazem consigo histórias, acontecimentos, lembranças, memórias, pois estão imbuídas de significados de qualidades de representação que vão além de sua situação original”<sup>664</sup>.

---

<sup>664</sup> CUNHA, Maria Teresa Santos. No tom e no tema: escritas ordinárias na perspectiva da cultura escolar (segunda metade do século XX). In: BENCOSTTA, M. L. A. (org.) **Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 79 – 102. p. 84.

Álbuns fotográficos guardados por depoentes apresentam imagens que contam a história de determinada cultura escolar vivenciada entre os anos 30 e 40. É interessante observar que quase todos os retratos são de eventos cívicos que aconteceram na escola ou nos desfiles de rua. Essas cerimônias, embora de curta duração, representando um tempo pequeno, estão retratadas em um grande número de fotos, nesses álbuns particulares. Percebi que essas fotos privadas, utilizadas como recurso de coleta de informação foi uma boa estratégia. Esses retratos foram apresentados por seus proprietários e vistos também por outros participantes dessa pesquisa. Pude notar que esse instrumento de pesquisa, despertou no entrevistado o sentimento vivo sobre um tempo passado ainda presente. Entre algumas histórias dos informantes, menciono o caso de Cacilda. Quando viu a foto da casa de seu namorado, (hoje seu falecido marido), com lágrimas nos olhos, contou sobre o evento cívico ocorrido em 1944, em Rodeio, próximo a essa casa. O depoente, muitas vezes, diante da imagem fotográfica emociona-se e fala com cumplicidade, trazendo à tona a representação de um passado.

Os depoimentos colhidos, filmados, fotografados e analisados indicam essa dualidade de reações às ações nacionalizadoras, dependendo da representação da realidade que cada grupo formava. Para as professoras entrevistadas cantar aquelas melodias com saudosismo e emoção, representa reviver um tempo de desprendimento e realização, de lutas e glórias. Já os ‘alemães’, relacionaram aqueles sons a outras amargas experiências, como a questão da proibição da língua e a discriminação sofrida. Por isso a memória construída pelos entrevistados é uma representação do imaginário correspondente à coletividade na qual se inseriam. Foi intenção do Estado Novo justamente atuar no imaginário tentando moldá-lo de tal forma que representassem um só pensamento na mesma direção da unificação do sentimento pátrio. A única pátria que deveria ser reconhecida por brasileiros ou estrangeiros deveria ser a brasileira.

Entretanto apesar da estratégia governamental, das proibições com força de lei e dos preconceitos, depoimentos como o de Ingo e Hilário apresentaram elementos de resistência, muito embora passiva, pois “em seu foro íntimo”<sup>665</sup> a pátria continua a ser a de origem até hoje. Cantavam os hinos de exaltação ao Brasil, mas memorizado, sem saber o que cantavam. Para eles não significava nada. Mesmo depois, quando já falavam o português, a resistência

---

<sup>665</sup> Termo usado por Bresciani, para indicar a força do imaginário. BRESCIANI, Maria Stella. O poder da imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos. Germaine de Staël e as ficções literárias. In: SEIXAS, J. A.; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (orgs.) Op. cit. p. 34.

prevaleceu. Pelos relatos destes depoentes, pode-se notar que os sentimentos dolorosos de perseguição, alienação, preconceitos, e discriminação não estavam relacionados à simbologia musical em si mesma, mas às recordações que elas evocavam.

A pesquisa por sua natureza intrínseca é um processo inacabado, que abre novas possibilidades de investigação. Mas as conclusões deste trabalho compõem um aporte ao processo investigador. Todo este esforço do Estado Novo pretendeu estabelecer um bem elaborado sistema de ensino do canto orfeônico, bem como lograr o envolvimento massivo do povo brasileiro. As representações na prática do cotidiano escolar e nos desfiles e cerimônias cívicas ao som de hinos de exaltação à Pátria permitem a leitura do poder que se atribuiu à música em geral e particularmente ao canto orfeônico, no ideário nacionalista de Vargas. Portanto pode-se dizer que o poder do canto foi utilizado como o canto do poder!



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADEODATO, João Maurício. **O Problema da Legitimidade**: No rastro do pensamento de Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

ANDRADE, Mário. **Ensaio sobre a Música Brasileira**. São Paulo: Martins, 1962.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2001. p.15-36.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Sistema Totalitário**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

AVANCINI, Elza Gonçalves. **O Canto Orfeônico Escolar e a Formação da Identidade Nacional no Brasil 1937 -1961**. 344p. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul.. Porto Alegre, 2000.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. **Enciclopédia Einaudi**, Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. V. 5.

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.p. 05–78.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**: notas sobre a fotografia. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1984.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos Grupos Escolares de Curitiba (1903 -1971). In: VIDAL, D. G. (org.) **Grupos Escolares: Cultura Escolar primária e Escolarização da Primeira Infância no Brasil (1893 – 1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 299-322.

BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2005.

BRESCIANI, Maria Stella. O poder da imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos. Germaine de Staël e as ficções literárias. In: SEIXAS, J. A.; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (orgs.). **Razão e Paixão na Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. p.31- 46.

BRESCIANI, Maria Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

BOMBASSARO, Ticiane. **Semanas Educacionais: A arquitetura do poder sob a celebração da didática.** 135p. Dissertação. (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos.** 10. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BURKE, Peter. **O Que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Variedades da História Cultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CAMPOS, Cynthia Machado. **A Política da Língua na Era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

\_\_\_\_\_. As Intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In: Brancher, A. (org.) **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos.** 2.ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas Oficina Editorial LTDA, 2004. p.149 - 166.

\_\_\_\_\_. **A Política da Língua na Era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil.** 347p. Dissertação Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 1998.

CHARTIER, Roger. **Leituras e Leitores na França do Antigo Regime.** São Paulo: UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações.** Lisboa: DIFEL, 1990.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer.** 11. ed. Petrópolis, RJ:Voices, 2005.

\_\_\_\_\_. **A cultura no plural.** Campinas, SP: Papyrus, 1995.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária.** 5.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

CHAUÍ, Marilena,; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e Mobilização Popular.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHERÑAVSKY, Anália. **Um Maestro no Gabinete: Música e política no tempo de Villalobos.** 267 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2003.

CONTIER, Arnaldo Daraya. **A Passarinhada do Brasil: Canto Orfeônico, educação e getulismo.** Bauru, SP: EDUSC, 1998.

\_\_\_\_\_. **Brasil Novo. Música, Nação e Modernidade: os anos 20 e 30.** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Livre Docência em História. São Paulo, 1988.

CORRÊA, Carlos Humberto. **História da Cultura Catarinense: o Estado e as idéias** (vol. I). Florianópolis: Editora UFSC, 1997.

COSTA, F. Albuquerque. **Os Fundamentos do Canto Orfeônico**. Rio de Janeiro: Carlos Wehrs, s/d.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. **Enciclopédia de Literatura Brasileira**. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Academia Brasileira de Letras, 2001: 2v.

CRISTOFOLINI, Nilton José. **Nacionalização do Ensino: Estratégia para a construção da nacionalidade e sua contextualização em Joinville**. 162 p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etmológico**. Nova Fronteira da Língua Portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CUNHA, Maria Teresa Santos. No tom e no tema: escritas ordinárias na perspectiva da cultura escolar (segunda metade do século XX). In: BENCOSTTA, M. L. A. (org.) **Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 79 -102.

\_\_\_\_\_. Uma visita do senhor inspetor: cultura cívica em relatórios escolares. In: MIGNOT, A.C.V.; CUNHA, M.T. (org.). **Práticas de Memória Docente**. São Paulo: Editora Cortez, 2003. p. 51- 62.

DALLABRIDA, Norberto. **A Fabricação Escolar das Elites: O Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000.

DAROS, Maria das Dores; DANIEL, Leziany Silveira; SILVA, Cláudia (orgs). **Fontes Históricas: contribuições para o estudo da formação dos professores catarinenses (1883-1946)**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2005. 133p. (Série Pesquisa; 4).

DAROS, Maria das Dores. Formação de professores em Santa Catarina: breves considerações sobre sua história. In: DAROS, M. das D.; DANIEL, L. S.; SILVA, A. C. (orgs). **Fontes Históricas: contribuições para o estudo da formação dos professores catarinenses (1883-1946)**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2005. 133p. (Série Pesquisa; 4). p.11- 22.

\_\_\_\_\_. A sociologia dos professores Catarinenses nos anos de 1930 e 1940. In: SCHEIBE, L.; DAROS, M. D. (org.). **Formação de Professores em Santa Catarina**. Florianópolis: Núcleo de Publicações – NUP. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. p.35-52.

ECO, Umberto. A língua, poder e força. In: **Viagem na Irrealidade Cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p.314-330.

ELIAS, Norbert, **Os Alemães**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FAVERI, Marlene de. **Memórias de Uma (outra) Guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. Itajaí: Univali, 2004.

\_\_\_\_\_. Outras falas: memória da Guerra. In: **Esboços**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Vol. 7. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2000. p. 137-148.

FIORI, Neide Almeida. et al. (org.). **Etnia e Educação**: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres. Florianópolis: Editora da UFSC; Tubarão: Editora UNISUL, 2003.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da Evolução do Ensino Público**. Ensino Público e Política de Assimilação Cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano. 2.ed. rev. Florianópolis: EDUFSC, 1991.

FRANCESCHI, Humberto Moraes. **Registro Sonoro por Meios Mecânicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Studio HMF. 1984.

GARCIA, Nelson J. **O Estado Novo**: ideologia e propaganda política. A legitimidade do Estado autoritário perante as classes subalternas. São Paulo: Ed. Loyola, 1982.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988

HAROCHE, Claudine. Elementos para uma antropologia do ressentimento: laços emocionais e processos políticos. In: BRESCIANI, M. S.; NAXARA, M. (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP, Ed. da UNICAMP, 2001. p. 333-349

\_\_\_\_\_. O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX. In: SEIXAS, J. A.; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (orgs.) **Razão e Paixão na Política**. Brasília: Editora Universitária, 2002. p. 81 - 94.

\_\_\_\_\_. **Da Palavra ao Gesto**. Campinas, SP: Papirus. 1998.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Pensando a Educação nos Tempos Modernos**. São Paulo: Edusp, 1998.

HORTA, José Silvério Baia. **O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia**: a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

HOBSBAW, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IUSKOW, Cristina. **Brasilidade e Embelezamento**: O Canto Orfeônico e a assepsia dos gestos corporais. 114p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

JARDIM, Vera Lúcia Gomes. Educação musical: a concepção escolar para o ensino da música. In: Oliveira, M. A. T. (org.). **Educação do Corpo na Escola Brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 161 - 179.

KRIEGER, ALDO. **Santa Catarina Canta**; 51 melodias para as escolas primárias. Florianópolis: Departamento de Cultura, 1964.

LAUERHASS JR, Ludwig. **Getúlio Vargas e o Triunfo do Nacionalismo Brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os Intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

LEMOS JR, Wilson. **Canto Orfeônico: uma investigação acerca do ensino de música na escola secundária pública de Curitiba (1931-1956)**. 111p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. 2. ed. São Paulo: Papiros, 1989.

\_\_\_\_\_. **Nazismo: “O triunfo da vontade”**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.

LINS, Isabel. **O Valor da Experiência: O relato de uma vida dedicada à educação**. Florianópolis: Editora do Autor, 2002.

LINS, Zenilda (org.). **História de Professor**. Florianópolis: EDEME, 1996. Coleção FUCAPRO, V.2.

LUNA, José Marcelo Freitas de. A política governamental para o ensino de Português a imigrantes alemães no Brasil: geradora e destruidora da experiência da escola teuto-brasileira. In: **Revista da ANPOLL** 8. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000. p.59-86.

MARIZ, Vasco. **Heitor Villa-Lobos: compositor brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

MICELI, Sergio. **Intelectuais e a Classe Dirigente no Brasil (1920 –1945)**, São Paulo, SP: DIFEL/ Difusão Editorial S.A,1979.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisada**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do Ensino: uma contribuição à História da Educação**. Florianópolis: Editora UFSC, 1983.

MORILA, Ailton Pereira. No compasso do progresso: a música na escola nas primeiras décadas republicanas. **Revista Brasileira de história da Educação**. SBHE. Julho/dezembro 2006. n. 12. p. 75 - 119.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira: (1933-1974) pontos de partida para uma revisão histórica**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1978, p. 154 - 282.

NASCIMENTO, Carla D’Lourdes.; DANIEL, Leziany Silveira. Instituto de Educação de Florianópolis e os intelectuais Catarinenses na década de 40. In: SCHEIBE, L.; DAROS, M.

D. (orgs.). **Formação de professores em Santa Catarina**. Florianópolis: Núcleo de Publicações – NUP. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. p. 53-70.

NOBREGA, Paulo. Escola Normal, ciência e nacionalidade na Primeira República. In: SHEIBE, L.; DAROS, M. D. (orgs.). **Formação de Professores em Santa Catarina. Florianópolis: NUP/CED, 2002. p.123-133.**

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. Proj. História. São Paulo (10). Dez. 1993. p. 7. 28.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Questão nacional na Primeira República. In: DE LORENZA, H. C.; COSTA, W. P. (org.) **A Década de 1920**. São Paulo: UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Márcia Ramos. Oralidade e canção: A música popular brasileira na história. In: LOPES, A. H.; VELLOSO, M. P.; PESAVENTO, S. J. (orgs.). **História e Linguagens: Texto, imagem oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 245-256.

PARADA, Maurício Barreto Alvarez. A formação do professor e o ensino do Canto Orfeônico. In: III Simpósio Nacional de História Cultural, III, 2006. Florianópolis. **Mundos da Imagem do Texto ao Visual**. Florianópolis, UFSC, 2006. Anais do III Simpósio Nacional de História Cultural. p. 3440 – 3448.

\_\_\_\_\_. **Demonstrações Épicas: cerimônias políticas em contextos autoritários**. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual, PUC-Rio. (Acessado em 16/09/2000)

PASSOS, Mailsa Carla. Memória e história de professores: como praticar é lembrar. In: VASCONCELO, G. A. N. (org.). **Como me Fiz Professora**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

PÉCAUT, Daniel. **Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o povo e a nação**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

PEREIRA, V.R.B. **Nacionalização – Autoritarismo e Educação: Inspetores e professores nas escolas catarinenses – 1930-1940**. 279p. Dissertação (Dissertação em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges; MENEGASSO, Maria Adélia.(orgs.). **Da história das Disciplinas Escolares à História da Cultura Escolar: Uma trajetória de pesquisa**. Revista brasileira de educação, set-out-nov-dez, nº 027. Associação Nacional de Pesquisa de Pós-graduação e Pesquisa em Educação: São Paulo, 2004. p. 57-69

PESAVENTO, Sandra. Jatahy. **O Brasil contemporâneo**. 2.ed. Porto Alegre: Editora Universitária, 1994.

\_\_\_\_\_. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. **Em Busca de Uma Outra História: Imaginando o Imaginário**. Revista Brasileira de História, v. 15, no. 29, 1995. p. 9- 27.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Associação de Pesquisas e Documentação**. Histórica. São Paulo, SP. Ed. Revista dos Tribunais Ltda, 1989/3.

PROST, Antonie. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. (direção). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa. 1998, p.123-138.

RAMBO, Arthur Blasio. O teuto-brasileiro e sua identidade. In: FIORI, N. A.; et al. (org.). **Etnia e Educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Tubarão: Editora Unisul, 2003. p. 63- 92.

RIOUX, Jean-Pierre. A Memória coletiva. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. (org.). **Para Uma História Cultural**. Lisboa: Estampa 1998. p.11-22.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet.; COSTA, Vanda Maria Ribeiro (orgs.). **Tempos de Capanema**. Santa Efigênia, SP: Editora Paz e Terra, 2000.

SCHEIBE, Leda.; DAROS, Maria das Dores (org.). **Formação de Professores em Santa Catarina**. Florianópolis: Núcleo de Publicações – NUP. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

SEIXAS, Jacy Alves.; BRESCIANI, Maria Stella.; BREPOHL, Marion (orgs.). **Razão e Paixão na Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

SEIXAS, Jacy Alves. Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica. In: SEIXAS, J. A.; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (orgs.). **Razão e Paixão na Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. p. 59- 80.

SILVA, Ana Cláudia; DANIEL, Leziany Silveira; DAROS, Maria das Dores. A reforma curricular dos cursos de formação de professores em Santa Catarina nos anos 1930/1940: o papel estratégico da ciência como fundamento as políticas do Estado para a educação nacional. In: DAROS, M. D.; DANIEL, L. S.; SILVA, A. C. (org). **Fontes históricas: contribuições para o estudo da formação dos professores catarinenses (1883-1946)**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2005. 133p. (Série Pesquisa; 4). p.23 - 38.

SILVA, Vera Lúcia Gaspar. Vitrines da República: Os Grupos Escolares. In: VIDAL, D. G. (org.). **Grupos Escolares: Cultura Escolar primária e Escolarização da Primeira Infância no Brasil (1893 – 1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 341 - 376.

SOARES, Maura. **A Biblioteca e seus Patronos: Francisco Barreiros Filho, Abelardo Sousa, Doralécio Soares: vida e obra**. Florianópolis: Papa-Livro, 1999. 174p.

SZÖNY, Erzsébet. **A Educação Musical na Hungria através do Método Kodály**. São Paulo: Sociedade Kodály no Brasil, 1996.

SOUSA, Rogério Luiz de. **Uma História Inacabada – Cem anos do Colégio Catarinense**. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

TATIT, Luiz. **O Cancionista**. São Paulo: EDUSP, 1996.

TÉO, Marcelo. Sons em pauta. In: Anais do Simpósio Temático - **Muitas Faces de Uma Guerra**: 60 anos do término da Segunda Guerra Mundial e o processo de Nacionalização no Sul do Brasil. Florianópolis: UDESC, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Musicar das Ordens**: Da trilha sonora disciplinar do Estado Novo em Florianópolis. 106 p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharel em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. 2002.

THEODORO, Janice. Memória e esquecimento. **Revista de Divulgação Cultural**. Blumenau, vol. 13, n. 44, jul./ago. 1990, p. 64 - 73.

TOLEDO, Caio Navarro de. **Fábrica de Ideologias**. São Paulo, Ática, 1977.

UNGLAUB, Tania Regina da Rocha. **O Ensino da Música no Processo Educativo**: implicações e desdobramentos nas séries iniciais do ensino fundamental. 197p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2000.

VILLA-LOBOS, Heitor. A educação artística no civismo. In: **Presença de Villa-Lobos**. v.7. Rio de Janeiro: MEC/DAS/MUSEU/VILLA-LOBOS, 1972.

\_\_\_\_\_. Apelo ao Chefe do Governo Provisório da República Brasileira. In: **Presença de Villa-Lobos**. v.7. Rio de Janeiro: MEC/DAS/MUSEU/VILLA-LOBOS, 1972.

WEIL, Simone. **A Condição Operária e Outros Estudos Sobre a Opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WISNIK, José Miguel. Algumas questões de música e política no Brasil. In: BOSI, A. (org) **Cultura Brasileira**: temas e situações. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 114 - 120.

\_\_\_\_\_. **O Som e o Sentido**: Uma outra história das músicas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. Getúlio da paixão Cearense. In: SQUEL, E.; WISNIK, J. M. (orgs). **O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira** – música. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SITES:

<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm>.

<http://www.jpjornal.com.br/news> (Jornal de Piracicaba)

<http://www.revista.akademie-brasil-europa.org/CM>

<http://www.soleis.adv.br/>

<http://pt.wikipedia.org/wiki/>

<http://www.terra.com.br/istoegente/19/reportagens>



## 6.1. FONTES ORAIS:

BELZ, Leonor. (74 anos) Entrevistas concedidas à autora da pesquisa. Rio do Sul, 18/11/2005; 04/02/2006.

BELZ, Waldemar. (86 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa Blumenau, 16/06/2006.

BERRI, Hilário. (91 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa Rodeio, 10/10/2006.

BOSCO, João. (76 anos) Rio do Sul, 09/02/2000. Entrevista concedida a Marineusa Doermer Olívio. Apud. FÁVERI, Marlene. **Memórias de Uma (outra) Guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina.** Itajaí: Univali, 2004. p.73.

CANI, Iracema Mozer. (62 anos) Entrevista concedida à autora desta pesquisa. Rodeio, 20/07/2006.

GIL, Mauro F. (78 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa Florianópolis, 20/03/2004; 12/06/2004.

LINS, Isabel da Silva. (81 anos) Entrevistas concedidas à autora da pesquisa. Florianópolis, 24/11/2005; 28/11/2005; 06/12/2005; 13/12/2005; 02/02/2006; 09/02/2006; 07/03/2006; 08/06/2006; 23/09/06; 13/10/06; 15/03/07.

LINS, Zenilda Nunes. (74 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 08/02/2006.

LIVRAMENTO, Dilma. (81 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 7/9/2005.

LUBTZ, Ingo. (82 anos) Entrevistas concedidas à autora da pesquisa. Rio do Sul, 18/11/2005; 04/02/2006.

MARTINHAGO, Elizabeth Feldhaus, (73 anos) sconcedida a Juçara de Souza Castello Branco. Lages. 12 /02/1997. Apud. FÁVERI. Marlene. **Memórias de Uma (outra) Guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina.** Itajaí: Univali, 2004. p.125.

MENDES, Clarice. (82 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 10/9/2005.

MOSER, Cacilda Miranda. (82 anos) Entrevistas concedidas à autora da pesquisa. Florianópolis, 15/11/2006; 20/01/2007; 06/03/07.

MOSER, Érico. (80 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Rodeio, 10/09/2006.

MOSER, Enedina. (77anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Rodeio, 10/09/2006.

OCHNER, Geraldino José. (59 anos). Entrevista concedida à autora desta pesquisa. Rodeio, 20/07/2006.

PESSOA, Elza Ribas. (89 anos) Entrevistas concedidas à autora da pesquisa. Florianópolis, 07/06/2005; 21/06/2005; 04/08/2005; 18/08/2005.

RAMOS, Ada Bicocchi. (94 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 20/10/2004.

REICHARDT, Amélia. (79 anos) Joaçaba, 05/02/2002. Entrevista concedida à Adelar Heinsfeld. apud. HEINSFELD, Adelar. Puxando a memória. In: Anais do Simpósio Temático - **Muitas Faces de Uma Guerra**: 60 anos do término da Segunda Guerra Mundial e o processo de Nacionalização no Sul do Brasil. Florianópolis: UDESC, 2005.

ROCHA, Aracy Scherer. (74 anos) Entrevistas concedidas à autora da pesquisa. Florianópolis, 20/06/2004; 11/11/2005.

ROESEL, Annelise Well. (87 anos) Jaraguá, 2005. Entrevista realizada por Claudete Beise Ulrich. Autorização concedida à autora da pesquisa, para utilizar este depoimento em 08/03/2006.

SARDA, Alaíde. (95 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 20/10/2004.

SCHEIBE, Leda. Entrevista concedida a Cynthia Campos. Florianópolis; 06/06/1988. Apud. CAMPOS, Cynthia. **A Política da Língua na Era Vargas**: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil. . Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006. p. 265.

SEPTIBA, Sueli Souza.(55 anos) - filha de Abelardo de Souza - Entrevistas concedidas à autora da pesquisa. Florianópolis, 20/06/2004; 13/04/05; 17/08/05; 10/09/05; 19/07/06; 09/08/06; 08/09/06; 20/09/07; 16/10/07.

SEPTIBA, Théo Souza. (30 anos) - Neto de Abelardo de Souza - Entrevistas concedidas à autora da pesquisa. Florianópolis, 20/06/2004; 13/04/05; 17/08/05; 10/09/05; 19/07/06; 08/09/06; 20/09/07.

SIMÃO, Jair. (85 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 12/11/2004.

SOUZA, Dirce Noemi de. (80 anos). Entrevistas concedidas à autora da pesquisa. Florianópolis, 20/10/2004; 11/11/2005.

VARELA, Leda Senise. (85 anos) Entrevistas concedidas à autora da pesquisa. Florianópolis, 27/7/2006; 18/04/07.

WEBER, Maria Amália. Pseudônimo religioso: IRMÃ CORÁLIA, (85 anos) Entrevista concedida à autora da pesquisa. Florianópolis, 27/04/2005, 15/06/2005.

## 6.2. FONTES ESCRITAS:

### 6.2.1. Relatórios:

- RELATÓRIO do Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina apresentado ao Exmo. Sr, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Justiça – Dr. Ivo D’Aquino, Pelo professor: Sebastião de Oliveira Rocha, Superintendente Geral do Ensino. (código: 20.16; ER – 1935 – 1938. s/ Cx). p. 393 – 395. Florianópolis, 1938. APESC.
- \_\_\_\_\_. Apresentado ao Exmo. Sr, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Justiça – Dr. Ivo D’Aquino, Pelo professor: Sebastião de Oliveira Rocha, Superintendente Geral do Ensino. (20-16; E.R. 1939 s/ caixa) p. 513-514.. Florianópolis, 1939. APESC.
- AREÃO, João dos Santos. **Relatório da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina:** Inspetor João dos Santos ao Ministro da Educação e Saúde – Gustavo Capanema – 1º, 2º, 3º, 4º, trimestres de 1934. Florianópolis, APESC.
- \_\_\_\_\_. **Relatório da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina:** Inspetor João dos Santos ao Ministro da Educação e Saúde – Gustavo Capanema – 1º, 3º, 4º, trimestres de 1937. Florianópolis, APESC.
- \_\_\_\_\_. **Relatório da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina:** Inspetor João dos Santos ao Ministro da Educação e Saúde – Gustavo Capanema – 1º, 2º, 3º, 4º, trimestres de 1938. Florianópolis, APESC.
- \_\_\_\_\_. **Relatório da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina:** Inspetor João dos Santos ao Ministro da Educação e Saúde – Gustavo Capanema – 1º, 2º, 3º, 4º, trimestres de 1939. Florianópolis, APESC.
- \_\_\_\_\_. **Relatório da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina:** Inspetor João dos Santos ao Ministro da Educação e Saúde – Gustavo Capanema – 1º trimestres de 1940. Florianópolis, APESC.
- RELATÓRIO do Interventor Federal de Santa Catarina Nereu Ramos referente ao exercício de 1939, apresentado ao presidente Getúlio Vargas em setembro de 1940. APESC.

### 6.2.2. Decretos e Leis:

- COLEÇÃO DAS LEIS DO BRASIL. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. IV, 1934. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.
- COLEÇÃO DAS LEIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado. APESC.
- COLETÂNEAS E CIRCULARES. Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1930 -1941. Secretaria de Justiça, Educação e Saúde, Departamento de Educação. Florianópolis. 1942. APESC.

- COLETÂNEAS E CIRCULARES. Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1942 -1945. Secretaria de Justiça, Educação e Saúde, Departamento de Educação. Florianópolis. 1945. APESC.

#### 6.2.3. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina:

- DOESC. Florianópolis. (março, 1938 - 1940)
- DOESC. Florianópolis. (maio, 1942)
- DOESC. Florianópolis. (setembro, 1938 - 1943)
- DOESC. Florianópolis. (outubro, 1939)
- DOESC. Florianópolis. (novembro, 1941-1944).

#### 6.2.4. Jornais:

- JORNAL. **Diário da Tarde**. Florianópolis. Ano VI, n. 1530. (setembro, 1940)
- JORNAL. **Correio da Manhã**. São Paulo. (setembro, 1939).
- JORNAL. **Gazeta**. Florianópolis. Ano VI, n. 1682. (março, 1940).
- JORNAL. **A Noite**. Rio de Janeiro. Ano XXIX – N.9.906. (setembro, 1939).
- JORNAL. **O Estado**. Florianópolis. (setembro, 1938).
- JORNAL. **O Estado**. Florianópolis. (setembro, 1935).

#### 6.2.5. Referências Bibliográficas de Livros Publicados até a década de 1940.

- ALMEIDA, Judith Morisson. **Aulas de Canto Orfeônico**: para as quatro séries do curso ginasial. São Paulo: Companhia Editora Nacional. s/d.
- ARRUDA, Yolanda de Quadros. **Elementos de Canto Orfeônico**. 22. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1949.
- CARDIM, Carlos Alberto.; GOMES JR., João. **O Ensino da Música pelo Método Analytico**. São Paulo: Typ. Siqueira, Nagel & Comp.1914.
- COMISSÃO DE FESTEJOS. **Centenário de Blumenau (1850 – 1950)**. Edição da comissão de festejos. Setembro, 1950.
- DEPARTAMENTO de educação do Distrito Federal. **Programa do ensino de música**. Rio de Janeiro: Oficina gráfica da secretaria geral de Educação e cultura, 1937.
- D'AQUINO, Ivo. **Nacionalização do Ensino**: Aspectos políticos. 2. ed. Imprensa oficial do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1942.
- GOMES, João Júnior. **Orpheon Escolar**. Série terceira. São Paulo, Melhoramentos, 1921.

- OLIVEIRA, Carlos Gomes. **Nacionalização e Ensino**. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio. 1939.
- VILLA-LOBOS. **Cartilha de Canto Orfeônico** – Aulas de Canto Orfeônico para as quatro séries do ensino Primário. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947.
- \_\_\_\_\_. Heitor. Educação Musical. In: **Boletim Latino Americano de Música**. VI/6, abril 1946.
- \_\_\_\_\_. **Guia Prático**. v.2. Rio de Janeiro: Irmãos Vitale. 1941. Prefácio (1932).
- \_\_\_\_\_. **O Ensino Popular da Música no Brasil**: o ensino da música e do Canto Orfeônico nas escolas. Rio de Janeiro: oficina Gráfica da Secretária de Educação e Cultura/ Departamento de Educação do Distrito Federal, 1937.
- \_\_\_\_\_. Heitor. **A Música Nacionalista no Estado Novo**. Rio de Janeiro: DIP, s/d
- VILLA-LOBOS. **A Música Nacionalista no Governo de Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro: Dip, s/d.

#### 6.2.6. Revistas:

- AZEVEDO, Luis Heitor Corrêa de. **Música I. Revista e Cultura Política**. Março de 1941 – Ano 1 – Num. 1.
- AZEVEDO, Fernando. Entre as angústias do presente – palavras de fé aos professores de amanhã. **Revista Estudos Educacionais**. Ano II, n. 3. Novembro de 1942. p. 10-23.
- FERNANDEZ, Oscar Lorenzo. O canto coral nas escolas. **Revista Brasileira de Música**. Rio de Janeiro: Publicação da Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil, s/d.
- REVISTA ESTUDOS EDUCACIONAIS. Ano III - nº 1, junho. Florianópolis, 1943.
- \_\_\_\_\_. Ano II - nº 3, novembro. Florianópolis, 1942.
- \_\_\_\_\_. Ano I - nº 1, agosto. Florianópolis, 1941.
- REVISTA DE EDUCAÇÃO. Ano II - nº 7, janeiro/fevereiro. Florianópolis, 1937.
- \_\_\_\_\_. Ano I - nº 6, novembro/dezembro. Florianópolis, 1936.
- \_\_\_\_\_. Ano I - nº 4 e 5, julho/outubro. Florianópolis, 1936.
- \_\_\_\_\_. Ano I - nº 3, maio/junho. Florianópolis, 1936.
- \_\_\_\_\_. Ano I - nº 2, março/abril. Florianópolis, 1936.
- \_\_\_\_\_. Ano I - nº 1, janeiro/fevereiro. Florianópolis, 1936.
- REVISTA DE ENSINO PRIMÁRIO. TYP da Livraria Moderna. Florianópolis, 1922. Ano, n.1. (fundada em 1922, para comemorar o primeiro centenário da Independência nacional, e publicada pela directoria da instrução pública do estado de Santa Catarina de 1922)

# ANEXOS

## ANEXO N. 1

## ANO – 1922 - PROGRAMA: CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL - SC

**REVISTA DE ENSINO PRIMÁRIO<sup>666</sup>**  
Florianópolis – Setembro de 1922

**A Comemoração do centenário nas Escolas.**

Para que em todas as escolas públicas estaduais fosse festivamente celebrada a passagem do primeiro centenário da independência nacional, expedio o sr. Director da Instrução Pública a circular seguinte:

*Florianópolis, 29 de julho de 1922.*

*Sr. Professor,*

*Junto a este vos envio um programa das festas que, obrigatoriamente, essa escola realizará para a comemoração do primeiro centenário da nossa independência política.*

*Esse programa marca o mínimo que nessa comemoração exige o Governo do Estado de cada escola, o que vos deixa inteira liberdade para ampliar o mesmo programa com outros números ahi não determinados.*

*Para essas festas deveis convidar as autoridades e as principais pessoas da localidade, bem como os pais dos alumnos.*

*Providenciareis para que haja um mastro conveniente e de altura não inferior a quatro metros para hasteamento da bandeira.*

*Para a distribuição das lembranças do centenário, que oportunamente receberéis e que são offerecidas pelo governo da República às crianças brasileiras, colocareis no interior da escola, ou ao ar livre, se for mais conveniente, uma mesa, devidamente adornada, sendo a entrega das lembranças feita por uma autoridade ou pessoa respeitável.*

*Essa escola, desde que haja na localidade outras festas comemorativas, a elas pode comparecer, mas sem prejuízo das determinações do programa que vos remetto.*

*No comparecimento a outras festas convem entretanto observar o seguinte: a) excluir da formatura os alumnos menos de 8 annos; b) recommendar aos alumnos que, além de comparecerem convenientemente alimentados para poderem assistir a toda a festa, levem comsigo uma pequena merenda.*

*Das festas que fizerdes e da participação que essa escola tiver em outras festas locais, deveis dar-me sciencia.*

*Espero que, com patriótico zelo, vos esforceis para que nessa escola seja dignamente festejado o glorioso acontecimento.*

*Saúde e fraternidade.*

*(A.) Henrique da Silva Fontes,*

*Director*

---

<sup>666</sup> REVISTA DE ENSINO PRIMÁRIO. TYP da Livraria Moderna. Florianópolis, 1922. Ano, n.1. (fundada em 1922, para comemorar o primeiro centenário da Independência nacional, e publicada pela directoria da instrução pública do estado de Santa Catarina de 1922) p. 46-47. (acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC).

### **Programma comemorativo do centenário.**

Para as festas comemorativas do primeiro centenário da Independencia Nacional, nas escolas publicas isoladas.

#### **Dia 7 de setembro**

(A festa terá inicio pouco antes do meio dia de modo que, exactamente a essa hora, seja prestado o juramento à bandeira).

1. Formatura da escola e execução do Hymno da Independência (letra de Evaristo Ferreira da Veiga e musica atribuída a D. Pedro I).

2. Juramento à bandeira, de acordo com a formula e as instrucções abaixo dadas.

3. Hasteamento da bandeira, cantando os alumnos o Hymno Nacional.

4. Hymno da bandeira, cantado pelos alumnos.

5. Allocução do professor relativa à commemoração.

6. Declamação, prlos alumnos, de poesias e de pequenos discursos adequados ao acto. Execução de cantos patrióticos e escolares. Exercícios gymnasticos.

NOTAS. a) A festa terminará com a execução dos hymnos do Estado e da Republica.

b) A bandeira conservar-se-á hasteada até as 18 horas (6 da tarde), quando será arreada com a presença dos alumnos a ao som do Hymno Nacional.

c) O juramento à bandeira será prestado da seguinte forma: alinhados todos os alumnos e perfilados, mas com o braço direito estendido horizontalmente e em direcção à bandeira nacional, repetirão em conjuncto, as palavras do juramento, que serão proferidas pelo professor.

A bandeira perante a qual será prestado o juramento, pode ser a mesma destinada a hastear-se, de acordo com o nº 3 do programma. Nesse caso, estando ella já ligada à competente adriça, ficará, durante o acto do juramento, suspensa metro e meio, mais ou menos, acima do chão.

A formula do juramento é a seguinte:

<<Prometto / por toda a vida / amar e honrar / a minha querida Pátria / e pugnar / por seu engrandecimento / com lealdade / e perseverança.>>

Os traços indicam as pausas que o professor deve fazer na occasião em que proferir as palavras, afim de serem repetidas pelos alumnos.

d) Nas localidades onde houver duas ou mais escolas, podem as mesmas realizar conjunctamente as festas deste dia.

#### **Dia 8 de setembro.**

(A festa começará à hora que for mais conveniente aos alumnos).

1. Formatura da escola e execução do Hymno da Independência.

2. Hasteamento da bandeira e execução do Hymno Nacional.

3. Hymno da Bandeira.

4. Explicação, pelo professor, da razão de ser das lembranças que, por intermédio de seus professores, envia às crianças brasileiras o Governo da Republica.

5. Distribuição das lembranças do Centenário.

6. Declamação de poesias e execução de hymnos e canções escolares, etc.

NOTA. A bandeira conservar-se-á também hastada até as 18 horas, sendo baixada como na véspera.

Directoria da Instrucção Publica, Florianópolis, 29 de julho de 1922.

*Henrique da Silva Fontes,*  
*Director.*



ANEXO 2<sup>667</sup>

1892	1907	1911	1919	1928
<p><b>Escola normal Catarinense</b> (Regulamento de 1892 que dá execução ao Decreto nº155 de 10/06/1892).</p>	<p><b>Escola normal Catarinense</b> (Decreto nº 348 de 07/12/1907)</p>	<p><b>Escola Complementar</b> (Regulamento de 1911 que dá execução do decreto nº604, de 11/07/1911).</p>	<p><b>Escola Complementar</b> (Regulamento de 1919 que dá execução do decreto nº 1204, de 19/02/1919).</p>	<p><b>Escola Normal Catarinense.</b> (Decreto nº 2218, de 24 de outubro de 1928).</p>
<p>Português e Literatura Nacional. - Matemática, constando Aritméticas, Noções de Álgebra e Geometria. - Geografia Geral: Chorografia do Brasil; Cosmografia. - História Universal, especialmente do Brasil. - Francês. - Desenho. - Álgebra e Geometria. <u>- Música e Canto.</u> - Noções de Ciências Físicas e Naturais. - Pedagogia e Metodologia. - Geografia e História do Brasil. - Organização política do Brasil, principalmente do Estado: deveres cívicos e morais especialmente no que diz respeito a profissão do magistério.</p>	<p>- Português. - Francês. - Física. - Química. - História Natural. - Matemática Elementar. - Geografia. - História. - Pedagogia e Metodologia. - Instrução Moral e Cívica. - Desenho. - Trabalhos Manuais. - Caligrafia. <u>- Música.</u> - Trabalhos de agulhas. - Inglês e Latim.</p>	<p>- Português. - Francês. - Alemão. - Aritmética. - Álgebra e Geometria. - Geografia. - História do Brasil. - Princípios de História Natural. - Ginástica. - Desenho. <u>- Música.</u> - Trabalhos.</p> <p><b>Escola Normal Catarinense.</b> (Regulamento de 30 de maio de 1911, que dá execução à lei nº 846 de 11/10/1910).</p> <p>- Português - literatura da língua. - Francês e Alemão. - Noções de História Natural, Física e Química. - Geografia e História. - Noções de psicologia e pedagogia. - Aritmética, Álgebra, Geometria. - Desenho e ginástica. <u>- Música (abundância de contos).</u> - Trabalhos Manuais.</p>	<p>- Português. - Francês. - Aritmética. - Geografia. - Desenho. - Trabalhos Manuais. <u>- Música.</u> - Ginástica. - Alemão. - Noções de Física. - História Pátria. - História Natural. - Geometria.</p> <p><b>Escola Normal Catarinense.</b> (Decreto nº 1205 de 19/02/1919).</p> <p>- Português - literatura da língua. - Francês e Alemão. - Aritmética, Álgebra, Geometria. - Geografia e História. - Física, Química e História Natural. - História Natural e Noções de Higiene. - Psicologia, Pedagogia e Instrução Cívica. - Desenho e ginástica. <u>- Música e Canto.</u> - Trabalhos Manuais.</p>	<p>- Português e Literatura. - Francês. - Aritmética, Álgebra, Geometria. - Física e Química. - Botânica, Zoologia e Higiene. - História. - Geografia. - Pedagogia, Psicologia e Educação Moral e Cívica. - Latim e Alemão. - Desenho e ginástica. <u>- Música e Canto.</u> - Trabalhos Manuais.</p>

<sup>667</sup> DAROS, Maria das Dores; DANIEL, Leziany Silveira; SILVA, Cláudia (orgs). **Fontes Históricas:** Contribuições para o estudo da formação dos professores catarinenses (1883-1946). Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2005. 133p. (Série Pesquisa; 4) p.16 e 17.

1935		1939	1946
<p><b>Instituto de Educação.</b> (Decreto-Lei nº 713 de 05 de janeiro de 1935 – transforma as Escolas Normais em Institutos de Educação).</p>		<p><b>Curso Normal</b> (Decreto-Lei nº 306 de 02 de março de 1939 – reorganiza os Institutos de educação do Estado)</p>	<p><b>Ensino Normal</b> Será ministrado em dois ciclos: <b>Curso de Regente de Ensino Primário</b> que se fará em quatro séries anuais e o <b>Curso de Formação de Professores Primários</b> que se fará em três séries anuais (Decreto-Lei Federal nº 8530 de 02/01/1946).</p>
<p><b>Escola Normal Primária.</b> - Português. - Aritmética, Álgebra, Geometria. - Francês, Alemão e Inglês. - Geografia e Geografia do estado. - História do Brasil e da Civilização. - Ciências Físicas e Naturais. - Agricultura. - Noções de Pedagogia e Psicologia. - Desenho. - <u>Música.</u> - Trabalhos. - Educação Física.</p>	<p><b>Escola Normal Superior Vocacional.</b> - História e Filosofia. - Literatura. - Higiene e Puericultura. - Psicologia geral e Infantil. - Psicologia aplicada à Educação. - Sociologia. - Sociologia Educacional. - Pedagogia. - Didática. - Metodologia Geral e Especial. - Legislação Escolar. - Desenho. - Trabalhos. - <u>Música.</u> - Educação Física (Didática). - Prática Pedagógica.</p>	<p><b>Curso Fundamental</b> (Preparação para o Curso Normal). - Português e Literatura. - Francês. - Latim e Alemão. - Matemática. - História Natural. - Ciências Físicas e Naturais, Física e Química. - História da Civilização. - Geografia e Cosmografia. - Desenho. - <u>Música.</u> - Trabalhos Manuais. - Educação Física.</p> <p><b>Curso Normal</b> - Psicologia Educacional, Pedagogia. - Biologia Educacional. - Sociologia Educacional. - História da Educação. - Metodologia e Prática do Ensino. - Língua e Literatura Vernácula. - Desenho pedagógico. - <u>Música e Canto Orfeônico.</u> - Trabalhos Manuais para homens e para mulheres. - Educação Física para homens e para mulheres.</p>	<p><b>Curso de Regente de Ensino Primário</b> Mínimo de Disciplinas Obrigatórias: - Português. - Matemática. - Geografia geral e Geografia do Brasil. - Ciências Naturais. - Desenho e Caligrafia. - <u>Canto Orfeônico.</u> - Trabalhos Manuais, Economia Doméstica e Atividades Econômicas da Região. - Educação Física, Recreação e Jogos. - História geral e História do Brasil. - Noções de Anatomia e Fisiologia Humana. - Noções de Higiene. - Psicologia e Pedagogia (4º ano). - Didática e Prática de Ensino (4ºano). <u>O Curso Normal Regional em zonas de colonização dará nas duas últimas séries, noções do idioma de origem dos colonos e explicações sobre seu modo de vida, costumes e tradições.</u></p> <p><b>Curso de Formação de Professores Primários</b> - Mínimo de Disciplinas Obrigatórias: - Português. - Matemática. - Anatomia e Fisiologia Humana. - <u>Música e Canto.</u> - Desenho e Artes Plásticas. - Educação Física, Recreação e Jogos. - Biologia Educacional (2ª série). - Psicologia Educacional (2ª e 3ª séries). - Higiene e Educação Sanitária. - Higiene e Puericultura. - Metodologia do Ensino Primário (2ª e 3ª séries). - Sociologia Educacional (3ª série). - História e Filosofia da Educação (3ª série). - Prática de Ensino (3ª série).</p>
<p><b>Escola Normal Secundária.</b> - Português e Literatura. - Francês. - Alemão. - Latim. - Aritmética, Álgebra, Geometria. - Geografia. - Cosmografia. - História da Civilização. - Física e Química. - História Natural. - História do Brasil e do Estado. - Filosofia. - Matemática. - Desenho. - <u>Música.</u> - Trabalhos Manuais. - Educação Física.</p>			

### ANEXO N. 3

#### ANO 1931 - DECRETO-LEI ESTADUAL, N. 58.

O General Ptolomeu de Assis Brasil, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina,

Considerando que a actual legislação escolar, relativa à nacionalização do ensino primário e ao ensino privado, contida na lei 1187, de 5 de outubro de 1917, decreto n.º 1063, de 8 de novembro de 1917, lei n.º 1263, de 15 de setembro de 1919 decreto n.º 1321, de 29 de janeiro de 1920, lei n.º 1380, de 21 de setembro de 1921, lei n.º 1656, de 8 de novembro de 1929, além de complexa, contém disposições que na prática e tornam deficientes;

Considerando que necessário é, entretanto, regularizar o modo por que devem funcionar as escolas a que se referem às citadas disposições.

Decreta:

Art.1 – Ficam revogado os dispositivos contidos na lei n.º 1187, no decreto n.º 1063, na lei n.º 1283, no decreto n.º 1321, nas leis n.º 1380 e 1656, respectivamente de 5 de outubro de 1917, de 8 de novembro de 1917, de 15 de setembro de 1917, de 20 de janeiro de 1920, de 21 de setembro de 1921, de 8 de novembro de 1929, na parte referente ao ensino privado e à nacionalização do ensino.

Art.2 – As escolas primárias estrangeiras, que já se acharem licenciadas e inscriptas na Diretoria da Instrução, continuarão a funcionar, devendo manter para cada turma de sessenta alunos, ou fracção excedente, um professor habilitado, na forma do presente decreto, para o ensino na língua vernácula das seguintes matérias: - Português: Geographia do Brasil, Chorographia do Estado, História Pátria, Educação Moral, Educação Cívica e Cantos Pátrios.

Paragr.1 – O programa para o ensino das disciplinas estatuídas no presente artigo será o mesmo das escolas officias do Estado, segundo a graduação das escolas, a juízo do Director da Instrução.

Paragr. 2 – Os directores das escolas a que se refere o presente artigo deverão fallar corretamente à língua vernácula.

Art. 3 – São consideradas escolas estrangeiras aquellas nas quaes o ensino de uma ou várias disciplinas seja ministrado em língua estrangeira e que forem frequentadas por menores de 14 anos.

Art. 4 – As escolas estrangeiras que, de ora em diante, se abrirem num raio de três kilometros das escolas, publicas, (escolas isoladas ou grupos escolares) só poderão funcionar nas seguintes condições:

1.º) – fora do horário regulamentar das escolas públicas;

2.º) – com matrícula de crianças que no dito horário, frequentem as escolas publicas ou que possuïrem certificados de conclusão do curso primário em taes escolas;

Art. 5 – As escolas nas condições do artigo antecedente, serão consideradas cursos em língua estrangeira e poderão ministrar os seus programas em qualquer idioma.

Art. 6 – A licença para abertura das escolas a que se refere o art. 4 será dada pelo Secretario do Interior e Justiça, mediante requerimento em que os professores ou associações escolares declararem:

1 – as materiais a serem leccionadas;

2 – os nomes dos professores e sua idoneidade moral e profissional provada;

3 – a localidade da escola,

4 – o responsável ou os responsáveis pela escola;

5 – as condições hygienico-pedagogicas do prédio escolar.

Art. 7 – As escolas abertas na conformidade do art. Anterior ficam sujeitas:

1 - a guardar os feriados nacionaes;

2 – a remetter mensalmente, à Diretoria da Instrução, os boletins estatísticos.

Art. 8 – As escolas estrangeiras que se abrirem fora do raio da obrigatoriedade das escolas públicas (3 kilometros) deverão cumprir as seguintes disposições:

1 – requerer licença no Secretariado do Interior e Justiça, que dará ou negará, ouvido o Director da Instrução;

2 – instruir o requerimento a que se refere a alínea anterior, com as seguintes informações:

- declaração do ponto e da localização da escola;

- plano do horário e do programma;
- nome do professor ou dos professores habilitados na forma do decreto presente.

Art. 9 – A habilitação dos professores far-se-á perante banca examinadora de três membros, regularmente constituída, presidida pelo Director da Instrução.

Parapho único – Nos municípios em que funcionarem as escolas subvencionadas pela União, a presidência da banca caberá aos Inspector Federal das Escolas Subvencionadas, sendo que neste caso os exames se realizarão na sede da referida inspeccoria.

Art. 10 – Os exames para a habilitação dos professores das escolas estrangeiras versarão sobre as disciplinas que devem ser ministradas na língua vernácula, conforme o art. Segundo, especificadas no decreto 1300, de 14 de novembro de 1919.

Art. 11 – As escolas particulares em que todas as disciplinas sejam ministradas na língua pátria, deverão:

1 – requerer licença de abertura ao Secretariado do Interior e Justiça, declarando: - o local em que deverá funcionar a escola, as disciplinas a serem ministradas, os horários e responsáveis pela escola;

2 – instruir o requerimento com os seguintes documentos:

A – attestado de idoneidade moral e profissional do Director e de cada um dos professores da escola.

B – declaração de instalar as escolas em prédios que tenham as necessárias condições hygienicas.

Art. 12 – O attestado de idoneidade moral será passado por autoridades judiciárias, escolres ou policiaes bem como por autoridades religiosas em que se tratando de escolas ou ensino religioso; o attestado de idoneidade profissional no caso dos docentes não serem diplomados por escolas do paiz, caberá à autoridades escolares do Estado.

Art. 13 – Nas zonas servidas pelas escolas subvencionadas, a Directoria da Instrução deverá ouvir o Inspector Federal de taes escolas sobre os assumptos que se relacionarem com a nacionalização do ensino.

Art. 14 – A fiscalização das medidas constantes do presente decreto caberá ao Director da Instrução, Inspector Federal das Escolas Subvencionadas, aos Inspectores Escolares e Chefes Escolares.

Paragr. 1 – As escolas a que se refere o art. 4 serão fiscalizadas, outrossim, pelos Directores dos Grupos Escolares, ou professores das escolas isoladas, segundo a hypothese de funcionarem junto dos Grupos Escolares ou escolas isoladas;

Paragr. 2 – A fiscalização da observância por parte dos professores particulares, do contido nas alíneas 1 e 2 do art. 4, alínea 1 do art. 7, art. 15 e 16.

Art. 15 – A escripturação das escolas a que se refere o presente decreto, será feita na língua vernácula.

Art 16 – Os professores e associações escolares, responsáveis pelas escolas a que se refere o presente Decreto, segundo a inscrição, na Directoria, não poderão alterar as suas docências, programmas e horários, sem previa licença da Directoria da Instrução.

Art. 17 – As infracções das disposições deste Decreto, importarão nas multas de 500\$000 a 1:000\$000 e da suspensão de funcionamento da escola, em caso de reincidência, sem prejuízo das comminações previstas no Código Penal.

Art. 18 – A applicação das multas e penas de suspensão caberá:

Ao Director da Instrução, Inspector Federal das Escolas Subvencionadas, aos Inspectores Escolares, com recurso para o Secretario do Interior e Justiça.

Art. 19 – As multas serão processadas segundo a legislação fiscal em vigor, sendo que não terão effeito suspensivo os recursos contra as mesmas.

Art. 20 – O presente decreto entrará em execução quinze dias depois de publicado.

Art 21 – Revogam-se as disposições em contrario.

Palácio do Governo em Florianópolis, 28 de Janeiro de 1931.

**ANEXO N. 4****ANO 1938 - DECRETO-LEI ESTADUAL, N. 88 <sup>668</sup>**

Estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares no Estado.

O Doutor Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 181 da Constituição da República,

Considerando que, embora a arte, a ciência e o seu ensino sejam livres à iniciativa individual e à de associações ou pessoas coletivas, “não se pode confundir liberdade de pensamento e de ensino com a ausência de fins sociais”;

Considerando que o ensino é “um instrumento em ação para garantir a continuidade da Pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam”;

Considerando que, portanto, é dever do Estado tutelar a educação da infância e da juventude brasileiras, não apenas apercebendo-as de conceitos e noções sem fisionomia moral e cívica, mas formando-lhes o espírito no culto às tradições, à língua, aos costumes e às instituições nacionais, e na compreensão dos direitos e dos deveres do cidadão brasileiros;

Considerando que, sendo cidadãos brasileiros “os nascidos no Brasil”, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço do governo do seu país – corre ao Estado a obrigação de resguardar e defender as novas gerações brasileiras, sem distinção de sua origem racial, de toda e qualquer influencia que contraria aquele postulado constitucional e desvirtue, tolha ou dificulte a propaganda dos sentimentos de brasilidade no espírito do que nasceram no solo-nacional;

Considerando a necessidade de consolidar e uniformizar as disposições existentes relativas ao ensino primário privado, bem como de pô-las de acordo com a orientação social e política do Estado Novo;

Decreta:

Art. 1º - Os estabelecimentos particulares de ensino primário reger-se-ão, no Estado, pelas normas deste decreto-lei.

Art. 2º - Nenhum estabelecimento particular de ensino primário poderá funcionar no Estado, sem prévia licença do Secretário do Interior e Justiça.

Parágrafo único – Dentro em um raio de três quilômetros de escola pública, ou particular licenciada, só poderá ser localizada outra escola, de vez que as existências não comportem a totalidade das crianças, em idade escolar, recenseadas na circunscrição correspondente.

Art. 3º - A concessão de licença depende de requerimento, que especifique:

- 1.º - o nome do estabelecimento;
- 2.º - O local da escola, com indicação do município, cidade, vila ou povoado, rua e número;
- 3.º - os cursos que se manterão, as disciplinas que serão professadas, e o programa e horário adotados;
- 4.º - a duração de cada curso;
- 5.º - o numero máximo de alunos para cada classe.
- 6.º - o período de férias;
- 7.º - o corpo docente, com a designação do diretor;

---

<sup>668</sup> Decreto-Lei n. 88 de 31 de março de 1938, está contido no livro de Decretos-leis de 1938 p. 78 - 86. APESC.

8.º - se a escola representa iniciativa singular do professor; ou organização de um grupo de professores ou de sociedade escolar;

9.º - o nome do responsável pelo estabelecimento, perante o Governo do Estado;

10.º - a relação do material escolar e a declaração de estar este, ou não, exonerado de dívida;

Art. 4.º - Devera o requerimento ser instruído com os seguintes documentos:

1.º - prova de serem brasileiros natos os professores da língua nacional, geografia, historia do Brasil e de Educação cívica e moral, em todos os cursos;

2.º - prova de que o diretor, ou responsável, e os demais professores são brasileiros natos, ou naturalizados;

3.º - prova de serem os professores diplomados por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido, ou habilitados conforme o decreto n.º 1300 de 14 de novembro de 1919;

4.º - prova de identidade e idoneidade moral do diretor ou responsável, e dos professores;

5.º - prova de sanidade do diretor, professores, e demais funcionários da escola;

6.º - prova da propriedade do material escolar;

7.º - demonstração dos meios de manutenção da escola pormenorizando-se a receita e a despesa anuais; e, recebendo o estabelecimento auxílio ou contribuição individual, quer diretamente, quer por meio de sociedade escolar, especificar os nomes dos auxiliaadores, ou contribuintes, sua nacionalidade, residência, idade, profissão, e se são representantes legais de alunos matriculados;

8.º - cópia do regimento interno, que será adotado;

9.º - fotografia e planta do prédio e de seus compartimentos;

10.º - prova da capacidade didática dos professores;

11.º - declaração expressa do responsável, com firma reconhecida, de que o estabelecimento não será mantido nem subvencionado por instituição ou governo estrangeiro;

12.º - um exemplar dos respectivos estatutos e a prova de se acharem inscritos no registro competente, se o estabelecimento for mantido por sociedade escolar.

Art. 5º - O Governo do Estado poderá rejeitar no todo ou em parte, as provas oferecidas, desde que as não julgue bastantes, bem como, por intermédio do Departamento de Educação, determinar as investigações necessárias para averiguar a procedência, ou a veracidade, das declarações feitas.

Art. 6º - Não poderá ser diretor, ou professor de estabelecimento de ensino primário ou por este responsável, pessoa que o Governo do Estado, a seu exclusivo juízo, não reputar idônea, sobretudo em relação ao objetivo da propaganda dos sentimentos de brasilidade e de educação moral e cívica.

Art. 7º - É obrigatório aos estabelecimentos particulares de ensino primário:

1.º - dar em língua vernácula todas as aulas dos cursos pré-primário, primário e complementar, inclusive as de educação física, salvo quando se tratar do ensino de idioma estrangeiro;

2.º - adotar os livros aprovados oficialmente;

3.º - usar exclusivamente a língua nacional quer na respectiva escrituração, quer em taboletas, placas, cartazes, avisos, instruções ou dísticos, na parte interna ou externa do prédio escolar;

4.º - confiar os cursos de jardins de infância e escolas maternas a professores brasileiros natos;

5.º - Ter sempre ensaiados os hinos oficiais;

6.º - Homenagear aos sábados a Bandeira Nacional, conforme se pratica nos estabelecimentos comerciais, fazendo recitar a oração que será fornecida pelo Departamento de Educação.

7.º - respeitar os feriados nacionais, comemorando-os condignamente;

8.º - adotar uniformes escolares, desde que seja mantido mais de um curso, e submete-los, previamente, à aprovação do Departamento de Educação, que poderá determinar as modificações que julgar necessárias;

9.º Ter à vista, na sala de aula, o horário das lições;

10.º - Receber e acatar as autoridades escolares, prestando-lhes todas as informações que exigirem;

11.º - Organizar uma biblioteca de obras nacionais para os alunos;

12.º - Apresentar, anualmente, ao Diretor do Departamento de Educação, o relatório dos trabalhos escolares;

13.º - Fornecer, ao Departamento de Educação e às autoridades de ensino, os dados estatísticos solicitados;

14.º Não admitir aplicação de castigo físico aos alunos.

Art. 8º - Os mapas, fotografias, estampas dísticos ou emblemas, assim nas salas de aula, como em qualquer outra parte do prédio escolar, não poderão perder o característico de brasilidade.

Parágrafo único – É obrigatória a colocação da Bandeira Nacional, em lugar de destaque, em todas as salas do estabelecimento.

Art. 9º - Nenhum estabelecimento de ensino particular poderá, direta ou indiretamente ser mantido, ou subvencionado, por instituição ou governo, estrangeiro, ou elementos que, embora não estrangeiros, não exprimam, a juízo exclusivo do Governo do Estado, cabal garantia de que auxílio escolar fornecido não concorra para desvirtuar ou enfraquecer os sentimentos de brasilidade, que devem ser transmitido à infância e a juventude nascidas no Brasil.

Art.10 – Deverá ser previamente aprovado pelo Secretário do Interior e Justiça a denominação de estabelecimento de ensino particular.

Parágrafo único – Não poderá ser adotada denominação que, embora em língua nacional, recorde, ou exprima, de qualquer forma, origem ou relação estrangeira.

Art.11º - O responsável por estabelecimento particular de ensino primário assinará, perante o inspetor escolar da circunscrição, termo de responsabilidade pelo cumprimento de todas as exigências do presente decreto-lei.

Art.12º - Fica obrigado ao exame previsto pelo decreto n.º 1300 de 14 de novembro de 1919, o diretor ou professor de escola particular que não for diplomado por estabelecimento de ensino oficial, ou reconhecido, nem possuir certificado de professor provisório.

§ 1.º - A reprovação no exame inhabilita o candidato, assim para as funções de professor, como para as de diretor ou responsável.

§ 2.º - Somente passados dois anos poderá requerer novo exame o candidato reprovado.

§ 3.º - O exame será presidido pelo Inspetor Federal das escolas subvencionadas, quando realizado nas zonas sob sua jurisdição.

Art. 13º - Excetuados os estrangeiros que sejam hóspedes oficiais do Governo do Estado, nenhum orador, ou conferencista, poderá expressar-se, nas reuniões ou comemorações escolares, senão na língua nacional.

Parágrafo único – Serão previamente submetidos à aprovação do Inspetor de ensino da circunscrição o programa dessas comemorações, ou reuniões.

Art.14.º - O ensino religioso será feito em língua nacional, quando ministrado dentro do horário dos trabalhos escolares.

Art.15º - Os estabelecimentos particulares de ensino primário não poderão ter outro horário, senão o aprovado pelo Departamento de Educação.

Art.16.º - A infração de dispositivos do presente decreto-lei corresponderão às seguintes penalidades.

A – afastamento do diretor, ou responsável, e professores;

B – fechamento temporário do estabelecimento;

C – fechamento definitivo, com apreensão do material escolar e didático.

Art.17º - O diretor ou professor será afastado quando:

1º - não tiver ensaiado os hinos oficiais em todos os cursos, nem fizer aos alunos a explicação e a interpretação das relativas letras;

2.º - não fizer a escrituração escolar no idioma nacional no idioma nacional e de acordo com o modelo oficial;

3.º - não adotar programas oficiais para o curso primário;

4.º - não usar a série de livro didáticos adotados pelo Departamento de Educação, para o curso primário;

5.º - negar informações solicitadas pelas autoridades escolares, ou fornecê-la inverídicas;

6.º - aplicar castigos físicos aos alunos;

7.º - infringir individualmente quaisquer outros dispositivos deste decreto-lei;

8.º - for acometido de moléstia contagiosa, ou que torne incapaz para a função;

§ 1º - Não poderá, durante cinco anos, exercer o magistério no Estado, o diretor, responsável, ou professor afastado por qualquer do motivo previstos neste artigo.

§ 2º - Se o afastamento for motivado por ter cooperado para impedir, ou dificultar, a nacionalização do ensino, não mais poderá exercer qualquer unção pública em repartição do Estado nem em instituição ou estabelecimento, por este subvencionado.

Art. 18º - Fechar-se-á o estabelecimento temporariamente, e enquanto persistir a irregularidade, quando:

1º - não ministrar todo o ensino na língua nacional, exceto o de idioma estrangeiro,

2º - não houver cometida brasileiro nata o ensino da língua nacional, história da civilização do Brasil, geografia, educação moral e cívica e os cursos de jardim da infância e de escolas maternais;

3º - adotar livros em língua estrangeira, sem prévia licença do Departamento de Educação;

4º - tiver professor em situação ilegal no corpo docente;

5º - houver reincidência na aplicação de castigo físicos aos alunos;

6º - não tomar parte nas comemorações cívicas promovidas na localidade, ou deixar de comemorar os dias de festas nacionais, recomendados pelo Departamento de Educação;

7º - não mantiver o prédio escolar em condições de salubridade, higiene, ou segurança;

8º - deixar de ter, por qualquer motivo, responsável pelo funcionamento, ou o que for aceito não assinar o respectivo termo de responsabilidade;

9º - não lhe for manifestadamente, a renda, ao auxílio, bastante à manutenção, tendo-se em vista o dispositivo no art. 20º;

10º - contravir a dispositivo do presente decreto-lei, e para a infração não tiver sido prevista sanção especial;

Art. 19º - Fechar-se-á definitivamente o estabelecimento, quando:

1º - não estiver registrado no Departamento de Educação, conforme o presente decreto-lei;

2º - houver fraude, ou simulação no registro;

3º - receber, direta ou indiretamente, subvenção, ou auxílio compreendidos na proibição prevista pelo artigo 9º;

4º - constituir-se por qualquer motivo, ou forma, centro desnacionalizador;

5º - ministrar o ensino de língua estrangeira a crianças que não tenham o curso primário no idioma nacional;

6º - impedir ou dificultar a vista de autoridade do ensino.

7º - houver grave e manifesta irregularidade no seu funcionamento, ou o emprego de fraude ou simulação, para evitar o cumprimento deste decreto-lei;

8º - houver reincidência nas faltas previstas nos artigos 17º e 18º.

Art. 20º - A manutenção de estabelecimento particular de ensino primário, desde que baseada em contribuições de aluno, será calculada, tomando-se em consideração os seguintes dados:

A – Para o cômputo da receita, não se admitirá contribuição mensal excedente de seis mil réis (6\$000), por aluno, nas sedes de distritos e nas zonas rurais e de dez mil réis (10\$000) nas sedes de municípios.

B – Para o cômputo das despesas, calcular-se-á, no mínimo, os vencimentos mensais de cento e vinte mil réis (120\$000), nas sedes dos distritos e nas zonas rurais, e de cento e cinquenta mil réis (150\$000) nas sedes dos municípios, para cada professor, e de trinta mil réis (30\$000) mensais para a conservação, ou aluguel, do prédio escolar. Havendo diretor, ser-lhe-ão imputados os vencimentos de duzentos mil réis (200\$000) mensais incluídos nestes os de professor, se o for também.

C – A cada professor corresponderá uma classe de cinquenta alunos, no máximo, salvo autorização especial do Secretário do Interior e Justiça.



Parágrafo único – O Departamento de Educação poderá promover os meios necessários à fiscalização das contribuições, ou subvenções. E caso se presuma com fundado motivo, existência de fraude, ou simulação, no modo de ser dada a subvenção, ou contribuição, poderá o Secretário do Interior e Justiça determinar que se faça por intermédio daquele Departamento, com as cautelas e garantia que julgar necessárias.

Art. 21º - Fechado o estabelecimento particular de ensino primário, com frequência escolar, promoverá desde logo, o Departamento de Educação, no mesmo local, com capacidade correspondente á do estabelecimento interdito.

Art. 22º - As penas previstas na alínea a, b e c do artigo dezesseis serão impostas:

A – pelo Diretor do Departamento de Educação, com recurso para o Secretário do Interior e Justiça, as da alínea a;

B – pelo Secretário do Interior e Justiça, com recurso para o Governador, ou Interventor Federal, as da alínea b;

C – pelo Governador ou Interventor Federal as da alínea c, do referido artigo.

Parágrafo único – Os recursos deverão ser interpostos dentro em quinze dias, contados da data da publicação do ato, ou despacho, sob pena de deserção.

Art. 23º - Comete ao Inspetor Escolar:

1º - fiscalizar o evento primário nas escolas particulares, enquadrando-as no sistema das escolas estaduais, e propor ao Departamento de Educação as providências que, a respeito, julgar necessárias;

2º - dar parecer nos processos de abertura e fechamento de escolas particulares;

3º - fazer cumprir os dispositivos deste decreto-lei.

Art. 24º - Os atuais estabelecimentos particulares de ensino primário deverão dentro em noventa dias e sob pena de fechamento, regularizar a sua situação, de acordo com os novos requisitos criados por este decreto-lei.

Parágrafo único – Não os beneficia porém, esse prazo, em relação ao cumprimento de condições já existentes em leis anteriores e que, por este decreto-lei, foram apenas consolidadas. Neste caso, a aplicação da pena independente do transcurso do prazo.

Art. 25º - As Prefeituras Municipais não poderão subvencionar escolas particulares de ensino primário, sem prévio parecer do Departamento de Educação e despacho do Secretário do Interior e Justiça.

Art. 26º - Ficam revogados o Decreto n.º 58 de 28 de Janeiro de 1931 e as demais disposições em contrário.

Art. 27º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 31 de Março de 1938.

Nêreu Ramos

Ivo d'Aquino

## ANEXO N. 5

### ANO 1938 - RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA SOBRE “O ENSINO DE MÚSICA”<sup>669</sup>.

#### RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Apresentado ao:

Exmo. Sr, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Justiça – Dr. Ivo D’Aquino.

Pelo professor: Sebastião de Oliveira Rocha  
Superintendente Geral do Ensino.

#### O ENSINO DA MÚSICA

Uma das disciplinas que se vinha tornando desinteressante nas nossas escolas era o ensino da música. Calcada a sua processuação nos velhos métodos, não despertava nos educandos a vontade de conhecer esta matéria que apesar de estar todos os programas, era relegada para um plano inferior.

Da sua utilidade não é necessário enaltecer. Ruskin chega a adiantar que “não saber cantar devia ser tão desonroso como não saber escrever” João Gomes Junior diz que a música é a linguagem mais própria para exprimir os mais íntimos sentimentos de alegria, de pesar, de melancolia, de sofrimento e de saudade. Nós adiantamos que **é o grande veículo da nacionalização**.

Encarando o ensino da música como o auxiliar poderoso da obra nacionalizadora, ora com tanto ardor desenvolvida no Estado, quisemos orientar esse ensino sob o duplo aspecto: instrutivo e educativo, o canto de hino e canções. A organização de pequenos orfeões contribuiria para, de uma forma mais eficaz, dar um desenvolvimento melhor à arte musical. Não só os cantos terão uma execução mais perfeita, como serão mais facilmente compreendidos.

Para iniciar esta obra cujos resultados só obteremos dentro de alguns anos, organizamos o seguinte programa:

**1º ano:** Respiração rítmica, canções muito fáceis, brinquedos e rodas infantis.

**2º. Ano:** Respiração rítmica, canções muito fáceis, cânones em duas partes, Hino à Bandeira.

**3º. Ano:** Respiração rítmica, hinos oficiais, canções em uníssono.

**4º. Ano:** Respiração rítmica, hinos oficiais e particulares, canções à duas vozes, orfeão.

Atualmente o trabalho de orientação está circunscrito aos grupos escolares e cursos complementares e executado da seguinte forma: O professor encarregado desse trabalho vai a cada estabelecimento e aí norteia o ensino por meio de aulas concretas, não só na classe inferior, isto é, o primeiro ano, como na superior (quarto ano), onde expõe o processo adotado para o ensinamento da teoria e prática musical, a fim de, no menor tempo, dar-se início à organização do orfeão.

Até a presente data foram visitados vinte e cinco estabelecimentos de ensino, sendo quinze grupos escolares e dez colégios particulares. Quero crer que **com as medidas ora em prática, teremos em breve colhido os primeiros frutos dessa campanha em prol do canto nacional**.

É sob o aspecto associativo que os orfeões serão organizados. Neles tomarão parte os alunos que se manifestarem com a necessária vocação, não ficando, entretanto, os demais isentos da sua freqüência, conforme preceitua o disposto no decreto.

-0-0-0-0-0-0-0-0-

<sup>669</sup> (20-16; E.R. 1938s/ caixa) p. 393 – 395. Florianópolis. APESC.

## ANEXO N. 6

**JOÃO DOS SANTOS AREÃO DECLARA DER ASSUMIDO A ORIENTAÇÃO E INSPEÇÃO DO CANTO ORFEÔNICO PARA AS ESCOLAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSPETORIA FEDERAL DAS ESCOLAS SUBVENCIONADAS

Florianópolis, 20 de abril de 1939.

RELATÓRIO<sup>670</sup>

1º Trimestre de 1939.

Exmo. Sr. Dr. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde.

Tenho a subida honra de apresentar a Vossa Excelência o relatório correspondente ao primeiro trimestre do corrente ano.

É o vigésimo primeiro relatório que, no desempenho de minhas funções, tenho a honra de submeter às elevadas considerações de Vossa Excelência. Neles, descrevendo o trabalho que me está afeto, quer como fiscal da verba que a União subvenciona as 190 escolas das zonas ex-coloniais, sem a proximidade enfastiosa, prestar contas das minhas observações, sugerindo as medidas que as faziam necessárias.

Muito embora nada tenha conseguido no tocante a melhoria da verba e da organização da inspetoria para enfrentar as suas múltiplas necessidades, preciso, todavia, continuar mostrando as falhas que ainda possuímos, para que, de futuro, não seja atribuído incúria no cumprimento de meus deveres.

Viajando mensalmente pelo interior do Estado não tenho a exclusiva preocupação de ver o funcionamento das escolas, mas o seu rendimento na parte educativa e em suas diferentes modalidades. Tendo ao meu encargo as organizações sociais entre os escolares, é bem de ver-se que de trabalho posso, em cada unidade escolar, desenvolver. Não seria compreensível que, de um fôlego, pudesse esgotar o assunto, mesmo porque, a multiplicidade de idéias, provocaria em baralhamento e, em consequência, pouca produção.

Uma das associações que lograram êxito entre as crianças das nossas escolas, foi o Clube Agrícola. Como delegado da Sociedade dos amigos de Alberto Torres, lancei a idéia desses clubes e consegui atingir ao número de 124 associações, em pleno funcionamento. As palavras de S. Excia, o

---

<sup>670</sup> AREÃO, João dos Santos. **Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina: Relatório dirigido ao Ministro da Educação e Saúde – Gustavo Capanema – 1º trimestre de 1939.** Florianópolis. APESC. fl. 164 à 177. p. 1-10. (Não foram copiadas todas as páginas do referente Relatório)

Senhor Interventor Federal neste Estado, inseridas no seu relatório do ano vieram confortar e solidificar a obra que é, sobretudo, de puro brasileiro e perfeitamente cabível dentro dos moldes do Estado Novo. O maior êxito dessa associação infantil está na orientação que tomar a S.A.A.I, pois, a sua assistência é de todo imprescindível, tanto moral como materialmente.

Com a reforma do ensino, ora em prática neste Estado, procurei dar todo o auxílio que esta Inspeção pudesse emprestar, elaborando uma coleção de gráficos, por iniciativa de S. Excia. o sr. dr. Ivo d'Aquino, ilustre Secretário do Interior e Justiça, que evidência o desenvolvimento que experimentamos, principalmente neste último quadriênio. **E tenho tomando o encargo de orientar o ensino da música, penso ter assumido um compromisso que não pode deixar duvidar quanto à vontade de ser útil a tão elevado desiderato.**

Os gráficos que estão sendo trabalhado visam dar as escolas um meio fácil de inculcar no cérebro das crianças, os conhecimentos necessários ao seu integral desenvolvimento, principalmente quanto às possibilidades econômicas do Estado, no tocante ao seu comércio, indústria, produção e exportação. Por outro lado, fornecemos um resumo dos principais fatores de progresso – deste pedaço do Brasil aos que tenham vontade de conhecê-lo, embora vivam fora dele.

Para dar uma pequena demonstração dessa obra, vai, em anexo, um trecho do quadro sobre unidades escolares, representando a disseminação das escolas isoladas, isto é, aquelas que se acham fora das cidades e cujos cursos constam de três anos.

Por uma linha mais forte, delimitei a parte do Estado onde se acham localizadas as 190 escolas subvencionadas, cuja fiscalização está também afeta a esta Inspeção.

**Com o compromisso de orientar o ensino da música nos grupos escolares, visamos melhorar o cultivo dessa arte que até então não vinha merecendo o devido cuidado que lhe devia ser dispensado. Como fator de nacionalização, o canto orfeônico virá preencher uma falha existente no ensino, mormente nos meios influenciados pelo espírito germânico.**

**Como o orfeão, vamos entoar as canções regionais buscando, em cada motivo, trecho de nossa história que nunca penetraria os umbrais da escola se não tivesse o canto como veículo.**

**Pretendo conseguir, nas classes mais adiantadas, uma leitura, embora fácil, consciente da parte musical. Para isso, estou organizando uma série de lições por um processo que será a resultante das observações colhidas durante a minha prática pedagógica. A parte, por exemplo, referente ao ensino do canto às primeiras classes, alunos, portanto, de oito anos de idade, será encaminhada por meio de historietas bem fáceis, com melodias adequadas e sempre que possível, dramatizadas.**

**Com a última viagem que fiz pelo interior do Estado, tive oportunidade de percorrer vários estabelecimentos de ensino e expor esse processo, não teórica, mas praticamente.**

Em Joinville, por exemplo, dei aulas nos grupos escolares: Conselheiro Mafra, Germano Timm, Joaquim Santiago, Olavo Bilac, no Instituto Bom Jesus e no Colégio Paroquial, dirigido pelas Revmas. Irmãs da Divina Providência; em Campo Alegre, fiz o mesmo trabalho no grupo escola Lebon Regis; em São Bento, estive no grupo escolar Prof. Orestes Guimarães e no Colégio Paroquial; em Jaraguá, no grupo escolar Abdon Batista e Colégio Paroquial e em Blumenau, no grupo escolar Luis Delfino. Nesses estabelecimentos, não me limitei a orientar o ensino da língua alemã, tomei a deliberação de fazer um pequeno inquérito, a fim de saber qual a percentagem de crianças em idade escolar que sabiam falar essa língua.

Percorrendo 91 salas de aula, em cada uma tive a oportunidade de me dirigir diretamente às crianças, mostrando-lhes a necessidade que temos em falar mais frequentemente a língua nacional. Não queria apenas ouvi-la dentro dos limites da escola, onde é obrigatório o seu uso, mas nas estradas e até mesmo dentro do lar.

Mostrei aos alunos que a deturpação de certos vocábulos, mormente os terminados em “ao” e os que possuem o “i” era devido ao pouco treino que eles faziam do nosso falar, servindo ainda para se ajuizar do interesse diminuto tomado pelos pais em conseguir que os filhos pronunciassem bem a língua de sua Pátria.

O resultado do inquérito por mim mesmo levado a efeito nos estabelecimentos acima referido foi o seguinte:

Classes percorridas.....	91
Matrícula geral .....	3568
Média de alunos por classe.....	39,2
Falam o alemão.....	1902
% dos que falam alemão.....	3,3
Compreendem o alemão.....	158
Não falavam o português.....	107

É preciso notar que, dentre os alunos que falam e compreendem o alemão, mais de 55% não tem nenhuma ligação de sangue com a raça alemã. São puros caboclos segregados pelo meio em viviam. Prosseguindo esse inquérito que nos permite avaliar o vulto tomado pelo uso da língua alemã nas zonas ex-coloniais, pretendo, no próximo relatório, continuar ampliando os dados acima, para permitir a Vossa Excelência um trabalho mais perfeito.

Diante dos tópicos que os jornais vêm ultimamente inserindo em suas páginas, deixa transparecer que só agora é que o trabalho da nacionalização foi iniciado.

Conclusão:

No momento em que o Estado novo vai imprimir as diretrizes do ensino em geral, seria oportuno lembrar a necessidade que temos em ser aparelhada esta Inspeção do indispensável á consecução de suas altas finalidades. A nacionalização não póde ser feita na escola apenas com palavras; é preciso, outro'sim, a objetivação dos fatos para a sua perfeita concentração no espírito infantil. Tudo nos falta para que possamos agir com melhor proveito pedagogicamente.

Pelos trabalhos que se realizara em prol do ensino nessa Capital por uma comissão de mestres reconhecidamente capazes, vanguardeiros dessa causa que forma a pedra angular da nossa nacionalidade, temos a perfeita visão do novo panorama que se abrirá aos nossos olhos, permitindo-nos um alcance muito mais elevado daquele até então conquistado.

Dando por findo o relato das observações deste primeiro trimestre, colhidas por esta Inspeção, aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos de minha lata estima e elevada consideração.

João dos Santos Areão  
Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas

Obs: os grifos foram feitos pela autora dessa pesquisa, para destacar o parágrafo que aborda a questão do Canto Orfeônico.

**ANEXO N. 7****AREÃO CONFIRMA SER O RESPONSÁVEL POR ORIENTAR, ORGANIZAR E FISCALIZAR O CANTO ORFEÔNICO NAS ESCOLAS CATARINENSES. (RELATÓRIO, 2º TRIM., 1939)**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 INSPETORIA FEDERAL DAS ESCOLAS SUBVENCIONADAS  
 Florianópolis, 15 de julho de 1939.

RELATÓRIO<sup>671</sup>  
 2º Trimestre de 1939.

Exmo. Sr. Dr. Gustavo Capanema  
 MD. Ministro da Educação e Saúde

Elaborando o presente relatório, para prestar contas a Vossa Excelência das atividades desta repartição, cumpro com que dispõe o artigo do decreto 13.014, de 14 de maio de 1918.

**O ENSINO DO CANTO**

No relatório correspondente ao primeiro trimestre deste ano que tive a honra de apresentar a Vossa Excelência, disse que esta Inspeção havia assumido o compromisso de orientar o ensino do canto nas escolas e organizar os orfeões.

No tocante a essa disciplina, já expus, num fascículo, o desenvolvimento do atual programa, reservando outro já em elaboração para estudar particularmente os orfeões. Eis como iniciei aquele trabalho: Ninguém hoje contesta o valor educativo do canto Integrado nos programas das escolas, procura o canto formar cidadãos mais completos. Ao mesmo tempo que é um recreio para o espírito, o canto aprimora os sentimentos, descansa e instrui. É ainda por meio do canto que realçamos fatos interessantes de nossa história, avivamos tradições e insuflamos a criança que precisa se desenvolver num ambiente alegre, a vibrar nas ocasiões em que em que se põem em destaque as coisas cívicas.

Ao lado da simplicidade dos motivos, precisamos cuidar com desvelo da linguagem. Fácil será a pronúncia e fácil a compreensão do tema. Um povo que não canta é um povo talhado a desaparecer, visto estar sempre inundado de pessimismo e coberto de tristeza. Sendo a música uma linguagem divina em torno da qual se agrupam todos os afetos de nossa alma, conclui-se que não pode possuir uma educação espiritual perfeita que não dispõe desse modo de estar em pleno contato com o Criador.

A nossa raça, amálgama de três raças é a resultante do índio, que cantou, insuflado pelo espírito de Anchieta, as primeiras melodias evocadoras do sertão bravio, das cascatas marulhantes, do bramir dos tacapes, do quebrar das ondas, do trinar dos pássaros, do ribombar dos trovões, da palidez da lua: do negro, que chorou até a morte, com lágrimas de sangue, a saúde da mãe, que ficou do outro lado do Atlântico, da pátria que nunca mais veria, dos açoites que lhe crestaram o lombo, das injúrias que recebera, do tronco que lhe aprisionara, da corrente que o alquebrar e do martírio em que vivera: do europeu condenado e do europeu civilizado; um a curtir o castigo pelo rigor da lei, procurando, no aura da terra virgem, um lenitivo para a sua repulsa; outro, a decantar a aventura de seus feitos,

---

<sup>671</sup> AREÃO, João dos Santos. **Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas do Estado de Santa Catarina: Relatório dirigido ao Ministro da Educação e Saúde – Gustavo Capanema – 2º trimestre de 1939.** Parte referente ao Canto Orfeônico localiza-se entre as folhas 199 e 201, p. 6 - 8. Florianópolis. APESC.

glorioso das façanhas que lhe dariam renome e poderio. A nossa música, mesclada como ainda é, representa o halo das nossas florestas, a saudade do africano e o esplendor português.

A graça que hoje temos no canto nacional, é bem uma demonstração da alma jovial de um povo que se evolui sem as peias que tolham a manifestação do espírito, graças a índole, à grandeza d'alma, particulares a Pátria em que vivemos, mercê de Deus. A guiza de intróito, aí ficam essas palavras, grito de satisfação de quem ama e sente na mais modesta toada de sua terra, uma expansão grandiosa de um pedaço do Brasil. **É outro trabalho que esta Inspetoria tomou ao seu encargo, visando fazer com que as bocas infantis vocalizem as impressões de sua alma, moldando-as dentro do mais elevado espírito de civismo.**

Inspetor João dos Santos Areão

## ANEXO N. 8

### ANO 1939 - RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA SOBRE "O ENSINO DE MÚSICA"<sup>672</sup>.

#### RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Apresentado ao:

Exmo. Sr, Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Justiça– Dr. Ivo D'Aquino.

Pelo professor: Sebastião de Oliveira Rocha  
Superintendente Geral do Ensino.

#### O ENSINO DA MÚSICA

A distinta maestrina Ceição de Barros Barretos escreve em seu livro "Coro Orfeão", o seguinte: Cantar, repetindo mecanicamente, não é o fim do canto orfeônico. O fim será cantar mais e melhor, sentindo o que se canta. Por isso o ensino do canto deve levar o aluno a desejar por si mesmo, maiores conhecimentos em música e em cultura geral, com o que resultem modificações de atitudes que demonstrem realmente que ele aprendeu alguma cousa de novo.

Com a perspectiva de completar a educação em sua parte elementar, temos procurando transformar o curso de canto em nossas escolas. Não seria possível, nem mesmo desejamos, por meio brusco, infringir uma modificação no velho princípio que veio norteando o ensino do canto. Começando pelos estabelecimentos maiores, grupos escolares e cursos complementares, já levamos a organização que pretendemos, sendo ainda muito pequeno o resultado colhido. Para uma divulgação mais ampla da orientação dessa disciplina, está em elaboração um fascículo contendo as noções mínimas que desejamos que sejam ensinadas. Se não nos faltarem os meios para levarmos adiante essa iniciativa, com o mesmo ardor já evidenciado empreendimento.

No decorrer do ano passado, foram visitados cinquenta e três estabelecimentos de ensino com o intuito exclusivo de ser orientado o ensino do canto e a organização do orfeão. Nesse número de estabelecimentos estão incluídos dezoito particulares que, de bom grado, prometeram enviar esforços no sentido de nortear o ensino pelo processo exposto.

A música é um recreio para o espírito e, o seu desenvolvimento torna-se necessário como auxiliar da nacionalização, obra essa tão ativamente focalizada e que precisa ser continuada até atingir o objetivo final. Somos de opinião que, dada a importância dessa disciplina, devíamos formar, tal qual se fez com a educação física, uma subdiretoria encarregada de levar avante o ensino do canto em nossas escolas.

-0-0-0-0-0-0-0-0-

<sup>672</sup> (20-16 E.r. 1939 s/caixa) p.513-514. Florianópolis. APESC.

**ANEXO N. 9****ANO 1942 – APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE MÚSICA E CANTO ORFEÔNICO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS.**DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA<sup>673</sup>

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO - NEREU RAMOS,  
RESOLVE:

**Portaria de 14 de novembro de 1942**

O Secretário da Justiça, Educação e Saúde, nos termos da cláusula II do contrato aprovado pelo decreto n. 2757, de 29 de setembro de 1942,

APROVA:

O programa do curso de Música e Canto Orfeônico, do Instituto de Educação de Florianópolis, organizado pela professora Beatriz Vicência Bandeira Ryff, e que, com esta, é publicada.

Comunique-se.

Secretaria da Justiça, Educação e Saúde, em Florianópolis, 14 de novembro de 1942.

Ivo d' Aquino

**Curso de Música e Canto Orfeônico**

Aulas teóricas

Objetivos do Ensino da Música na Escola Primária. Meios para alcançá-los. A Música como fator disciplinar e socializante. Nova concepção de disciplina. A disciplina na Escola Tradicional e na Escola Nova. Disciplina nas aulas de Música.

Desenvolvimento: A música como fator educativo, socializante, disciplinador e moralizador. Sua influência sobre os indivíduos e até sobre os animais. A música na educação integral do aluno. Desenvolvimento do gosto estético e artístico do aluno. Educação da voz e do ouvido. Musicalização da criança. A importância e significação do canto coletivo. Espírito de cooperação. O ensino da Música ministrado de acordo com o conhecimento dos interesses infantis. Evolução dos interesses preceptivos. Interesses motores, e glóssicos. Interesses concretos. Fins mediatos e fins imediatos. O emprego de jogos no ensino da Música. A influência do meio sobre a criança. Motivação. Influência do meio ambiente, social e familiar nos interesses infantis. Os principais estímulos da Escola Tradicional. Sentimentos e inferioridade. O estímulo e o prêmio na Escola Nova.

**Correlação da música com as demais disciplinas do currículo, especialmente com o Desenho e a Educação Física.**

Ensino associado. Visão global. Interdependência entre as matérias, que se auxiliam e se completam. A música como amenizadora de matérias mais áridas. Os trabalhos escolares organizados em planos e projetos com a cooperação de todo o corpo docente. Necessidade de conhecimentos gerais

---

<sup>673</sup> DOESC. Ano IX – Florianópolis, 17 de novembro de 1942 – N. 2383. p. 3 e 4.



por parte da professora de Música. O ritmo, elemento essencial e peculiar à música, ao desenho e à Educação Física. O conteúdo artístico e estético nessas três matérias. Expressão de idéias e de sentimentos por meio da Música, do Desenho e da dança.

### **Como orientar a aprendizagem de teoria aplicada através do curso primário de acordo com os interesses da criança**

Importância do conhecimento de psicologia infantil. Conhecimento das características pessoais dos alunos, por parte do professor. Círculo de Pais e Mestres. Deveres do professor. Flexibilidade dos programas escolares. Sua adaptação às peculiaridades das regiões e dos meios em que são empregados. O jogo no ensino da teoria aplicada. Jogos de movimento, marchas, brinquedo de pegar, cabra-cega, roda, movimentos imitativos, dramatizações, lendas e histórias. Jogos de raciocínio.

**Orientação que deve seguir a professora de música na seleção das canções, quanto ao:** valor educativo, à mentalidade da criança, à tessitura, extensão, etc. Aprendizagem de canções, hino, solfejo. Motivação, meios que poderão ser utilizados para conseguir o objetivo de cada lição.

Desenvolvimento – Cuidado na escolha das canções: conteúdo moral, artístico e estético. Harmonia entre letra e música. Identidade de idéia artística em ambas. Qualidades que tornam as canções próprias à mentalidade infantil: simplicidade, temas facilmente compreensíveis e interessantes, levando-se em conta a influência do meio nas preferências infantis. Canções pouco extensas. Diferença entre extensão e tessitura na classificação das vozes. Necessidade de uma motivação apropriada no ensino de qualquer matéria. No ensino de canções, hinos e solfejos. Os solfejos e as melodias simples e já conhecidas das crianças.

Solfejo-vivo. Escala-viva. Biografia de compositores e poetas. Declamação rítmica. Leitura métrica. Entoação. Ensino por audição ou por solfejo. Dramatização.

### **Auditório das audições interessadas, clubes musicais, festas escolares. Como organizá-los e orientá-los.**

Desenvolvimento: O valor educativo no auditório. Papel do auditório na Escola Nova: centro de reunião de toda a escola centraliza as atividades, favorece a camaradagem, entre as diversas classes. O auditório e a educação moral, cívica e social do aluno. Sua organização e direção. A manutenção da ordem, o asseio do local, a confecção de programas, etc. Papel da professora no auditório. Adorno da sala. Reuniões periódicas e freqüentes; em datas fixas (festas cívicas e escolares) festas eventuais. Importâncias das audições interessadas, para o conhecimento do aluno. Os inquéritos e debates. Clubes musicais, esportivos, literários, etc. Sua organização.

### **Horários**

A fadiga e as diversas disciplinas. Horário-mosaico e horários heb-domadário. A fadiga e o ensino globalizado. A fadiga e a atividade interessada. Os horários nas aulas de música nos diversos anos da Escola Primária e Secundária.

### **Utilização dos jogos, no ensino da música. Valor educativo dos mesmos.**

Origem dos jogos. O jogo correspondendo a uma necessidade biológica no indivíduo humano e nos indivíduos das outras espécies zoológicas. Jogo: preparação para a vida. O jogo nas diversas civilizações. Suas características. A atividade indica na crença. O jogo físico, ginástica, dança, competições, atletismo, refletindo as épocas, as civilizações, as tendências e a cultura dos povos. O jogo e o cristianismo. Razões da oposição de algumas seitas religiosas à educação física. O jogo como elemento educativo: seu emprego na Escola Nova. Qualidades morais que o jogo desenvolve: energia, coragem, espírito de iniciativa, cooperação, solidariedade, respeito ao adversário, hábitos de vida em sociedade, etc. O jogo através das diversas fases, do ciclo evolutivo dos interesses infantis. Jogos de movimento, de raciocínio, de imaginação. O emprego dos jogos no ensino da Música, da teoria aplicada, etc.

### **A Música no Jardim de Infância e nas diversas classes da Escola primária.**

O respeito à liberdade do aluno e à sua personalidade. A formação da personalidade nos primeiros anos de vida. Atividade lúdica. Associação da Música à ginástica imitativa no curso pré-

primário e nos dois primeiros anos da Escola Primária. Tendência ao mimetismo. Jogos de movimento. Desenvolvimento do ouvido e do sentido de ritmo pro meio de marchas, de acompanhamentos com palmas, campainhas, gestos imitativos, etc. As bandinhas de jardim de infância. Evolução dos interesses ao par da evolução biológica e mental da criança. Montessori, Frobel, Pestalozzi. O jardim de infância como um estágio de adaptação da criança à vida escolar.

### **Orfeão escolar. Sua organização.**

Desenvolvimento: O orfeão na Escola Primária: fator educativo, socializante, disciplinador.

Organização do Orfeão Escolar: classificação de vozes, de acordo com a tessitura, timbre, extensão, etc. O orfeão escolar e os pequenos conjuntos ou coros de pequeninos organizados com as classes mais atrasadas.

Programa de canções para o orfeão: canções com finalidades educativas, canções regionais, canções populares nacionais. Biografia de compositores. A necessidade de cultura geral para a professora organizadora do orfeão. O caráter religioso, social, fraternal e patriótico do canto coletivo. O papel do canto em todas as nações, como elemento unificador. *O canto, elemento creador de civismo e patriotismo.* Biblioteca do Orfeão> Origem da palavra Orfeão. Elementos distintivos do Orfeão: flâmula, emblema, nome. Audições do Orfeão em recinto aberto ou fechado: anfiteatro, arquibancadas. Posição de sentido, de pé ou sentado. Uso do diapasão quando não houver piano. Regência do Orfeão, o papel do gesto na elucidação do texto musical. Ensaio do Orfeão, o desempenho melódico feito pelo regente para facilitar a compreensão dos alunos. Motivação e análise da significação e da expressão musical e artística do canto em estudo. O cuidado a ter com a respiração, a emissão e gradação da voz. Articulação e dicção. Pequenos regentes. Canto em uníssono e canto a duas ou mais vozes. Villa-Lobos e o canto orfeônico infantil no Brasil. Primeira voz: sua colocação. Sopraninos e contraltinos femininos e masculinos. Cuidado a ter com os alunos na adolescência, época da mudança da voz. Audições ilustradas ou a caráter: cenários, indumentária, jogos de luzes.

### **Orquestras rítmicas, bandas escolares, conjuntos regionais – Sua organização.**

Desenvolvimento: A importância das bandas e orquestras rítmicas nos primeiros anos da Escola Primária e no jardim da Infância como auxiliar no desenvolvimento do sentido ritmo, do ouvido e da musicalização da criança. As orquestras, a disciplina, atenção, socialização do aluno. As orquestras rítmicas nos Estados Unidos e na Europa. O método Dalcroze. Organização e apresentação da orquestra. Os instrumentos.

(Ass.) **Beatriz Bandeira Ryff**

### **Aulas práticas:**

Ensino de canção no Jardim da Infância, 1º ano e no 2º ano (a uma só voz) Ensino de canção no 3ºano (a uma só voz, uso de Cânon a duas vozes). Ensino de canção no 4º ano (uníssono, e duas ou mais vozes).

Ensino de Hinos Oficiais no 4º ano, e 3º ano. Audição de Hinos oficiais no 2ºano e no 1ºano. Noções de altura dos sons no 1ºano e no 2ºano. Noções de nomenclatura, localizando-as, e noções de valores e compassos devem ser dadas no 3º. Ano. No 4º ano devem ser trabalhadas noções de valores, compassos e noções de acidentes. Oferecer audições aos alunos interessados no 3º ano e 4º ano.

Organização da bandinha rítmica no jardim da infância, pré-primário e primeiro ano. Organização da bandinha para o 2º ano, 3º ano e 4º ano. Aula de Canto Orfeônico no curso secundário.

**Secretaria da Justiça, Educação e Saúde, em Florianópolis, 14 de novembro de 1942.**

(Ass.) **Ivo D'Aquino**

**ANEXO N. 10****ANO 1943 - DIRETRIZES GERAIS DE CANTO ORFEÔNICO PARA SANTA CATARINA, ENVIADO PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONSERVATÓRIO NACIONAL DE CANTO ORFEÔNICO.****CIRCULAR N. 42 – Florianópolis, 26 de abril de 1943.**<sup>674</sup>

Aos Senhores diretores de estabelecimentos de ensino.

**ASSUNTO: CANTO ORFEÔNICO.**

Para os devidos fins dou abaixo, por cópia, o ofício 81, de 31 de março de 1943, do Conservatório Nacional de Canto orfeônico:

Tendo o item b do art. 3º do Decreto-lei n.4993, de 26 de novembro de 1942, atribuído a este Conservatório Nacional de Canto Orfeônico **o estudo e a elaboração de diretrizes técnicas gerais que devem presidir ao ensino do canto orfeônico em todo o país**, tenho a satisfação de enviar a V. Exa. as instruções e programas, organizados pro este Conservatório, e aprovados pelo Sr. Diretor Geral do Departamento nacional de Educação deste Ministério, que deverão vigorar até ulterior deliberação.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

**Heitor Villa-Lobos**  
Diretor

Ministério da Educação e Saúde  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CONSERVATÓRIO NACIONAL DE CANTO ORFEONICO  
Portaria n. 241, de 22 de março de 1943

O Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação RESOLVE aprovar e mandar executar as instruções seguintes, organizadas e assinadas pelo Diretor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, na forma do disposto no art. 2º do decreto-lei nº 4.993 de 26 de novembro de 1942.

Abgar Renault  
Diretor Geral

**Programa do ensino Pré-Primário (Jardim da Infância)**

1º Ponto – Recreação rítmica individual e coletiva com brinquedos, pequenos instrumentos de percussão e caixinhas de papelão, para despertar o instinto da “unidade de movimento marcial”. 2º ponto – Historietas e palestras sobre os sons da natureza do Brasil: canto dos pássaros, dos grilos, sapos e outros bichos, efeitos do vento nos bambuais, etc., em confronto com a voz humana. 3º ponto – Ensaio pedagógico de declamação ritmada de canções fáceis. 4º ponto – Aplicação de canções e cantigas, de acordo com a publicação oficial. 5º ponto – Audições de discos ou rádio, de músicas selecionadas, de acordo com a mentalidade da classe, observando-se cuidadosamente, em cada aluno, os efeitos causados pelos vários gêneros das músicas aplicadas e anotando-se os resultados fisiológicos e psicológicos na ficha de terapêutica escolar.

**PLANO**

1ª parte – a) – Gráficos das cantigas de roda; b) – desenhos e confecção dos instrumentos de percussão, pela criança; c) – elementos de manossolfa recreativo.

<sup>674</sup> COLETÂNEAS E CIRCULARES. Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1941 -1945. Secretaria de Justiça, Educação e Saúde, Departamento de Educação. Florianópolis. 1945. APESC. p. 27 - 31.

2ª parte – a) – Lendas, historietas e palestras sobre os sons da natureza do Brasil; b) – execução dos efeitos orfeônicos aplicadas aos brinquedos de roda.

3ª parte – a) – Declamação rítmica das canções e cantigas do programa oficial; b) – declamação rítmica das canções e cantigas do programa oficial, cantadas em uníssono e com acompanhamento de efeitos rítmicos.

4ª parte – a) Audição diária de discos ou rádio, de acordo com o horário, observando-se os mesmos princípios do 5º ponto.

**H. Villa Lobos**  
Diretor

M.E.S. – Departamento Nacional de Educação.  
CONSERVATÓRIO NACIONAL DE CANTO ORFEÔNICO

### **Instruções para aulas, exercícios e provas de Canto Orfeônico no Curso Primário.**

As aulas de Canto Orfeônico deverão ser ministradas em classes de 45,80 ou 120 alunos no máximo, da seguinte forma: no 1º período escolar da 2ª e 3ª séries, 22 aulas de 45 alunos por classe, 3 aulas de 80 em conjunto e uma aula de grande conjunto destas duas séries reunidas; no 2º período, nas mesmas séries, 21 aulas de 80 a 120 alunos no máximo e 3 ensaios de grande conjunto destas duas séries reunidas até às comemorações da Semana da Pátria e mais 17 aulas de 45 alunos até às provas práticas finais do ano letivo.

No 1º período escolar da 4ª e 5ª séries, 14 aulas de 45 alunos por classes e 4 aulas de 80 alunos em conjunto e 2 aulas de grande conjunto destas duas séries reunidas: no 2º período, nas mesmas séries, 14 aulas de 80 a 120 alunos no máximo e 2 ensaios de grande conjunto até às comemorações da Semana da Pátria e mais 16 aulas de 45 alunos até às provas práticas finais do ano letivo.

Haverá em cada trimestre um ensaio de grande conjunto, único que poderá abranger todas as séries. Poderão também ser feitos, mensalmente, ensaios de grande conjunto abrangendo todas as séries, para o preparo de solenidades cívicas.

As provas práticas serão mensais e parciais. As primeiras serão submetidas cada grupo de 45 alunos da mesma série. As segundas serão submetidos todos os alunos de todas as classes em grupos de 4 alunos, no máximo, para se verificar o seu aproveitamento em afinação, ritmo, dicção correta dos Hinos oficiais e canções patrióticas, perfeita atitude cívica e disciplina do conjunto.

**H. Villa Lobos**  
Diretor

M.E.S. – Departamento Nacional de Educação.  
CONSERVATÓRIO NACIONAL DE CANTO ORFEÔNICO

**Programa do Curso Primário**  
1ª SÉRIE – (Ensino facultativo)

#### 2ª série

Conhecimento da clave de sol e das linhas e espaços da pauta. Cópia da clave de sol como exercício diário, si possível, em papel pautado de música (caderno n.1). Noome das notas. Exercício de entoação (de ouvido) do Dó da 1ª linha inferior até o Sol da 2ª linha da clave de sol. Declamação rítmica e entoação de frases pedagógicas e de uma ou duas canções fáceis. Manossolfa falado, entoado e ritmado, do Dó ao Sol. Exercícios de respiração (3 modalidades). Conhecimento das notas escritas em semibreves a começar do Ré do 1º espaço inferior até o Sol da 2ª linha, ascendente e descendente. Exercício de cópia. Conhecimento e desenho dos valores até colcheia (caderno n.2). Exercício de respiração (5 modalidades). Manossolfaf falado, entoado e ritmado, de Dó a Si, mais desenvolvidos. Primeiros ensaios de solfejo, por audição, de divisão rítmica, de notas longas e sustentadas, de um “pianíssimo” a um “fortíssimo” e vice-versa. (Todo este estudo praticamente, apenas). Nomenclatura e entoação das 7 notas da escala. Exercício de vocalização, por audição. Declamação rítmica e entoação da 1ª estrofe do Hino Nacional e do Hino à Bandeira e de uma ou duas canções fáceis. Palestras acessíveis, por meio de historietas sobre os grandes músicos nacionais.

## 3ª Série

Recapitulação da matéria dada nos anos anteriores. Conhecimentos de compasso. Divisão rítmica. Exercícios de respiração (modalidades) e vocalismos, simultâneos. Manossolfa a 1 e a 2 vozes. Conhecimento e desenho dos valores até semicolcheia. Declamação rítmica e entoação das 2 estrofes do Hino Nacional e do Hino à Bandeira e de uma ou duas canções fáceis. Cópia de melodias fáceis, escritas no quadro negro (caderno n.3). Solfejos de divisão rítmica de notas longas, sustentadas de um “pianíssimo” a um “fortíssimo” e vice-versa. (Todo este estudo praticamente, apenas). Palestras acessíveis sobre os grandes músicos e alguns instrumentos musicais.

## 4ª Série

Revisão da matéria dada nos anos anteriores. Estudos por audição, de canções fáceis, com aplicação dos conhecimentos da teoria. Exercício de respiração e de vocalização a 1 e 2 vozes. Manossolfa a 1 e 2 vozes, simples e desenvolvido. Noções relativas à leitura na clave de Sol; linhas suplementares; valores até semifusa; pausas correspondentes, ligaduras, compassos simples (binário, ternário e quaternário); acidentes apenas como elemento de alteração dos sons. Leitura métrica na clave de Sol. Cópia de canções de estudo deverá ser aplicado praticamente). Independência da Proclamação da República, da Confraternização Americana e canções aos Estados Unidos ou de países estrangeiros que dêem o nome às escolas. Conhecimento dos Instrumentos musicais. Dados simples da História da Música.

## 5ª Série

Recordação da matéria estudada nos anos anteriores. Estudo da clave de Fá na 4ª linha. Compassos simples (binário, ternário e quaternário). Ditados fáceis cantados e rítmicos. Escala diatônica, sua formação, graus, conjuntos e disjuntos., tom e semitom, intervalos, escalas maiores e armaduras, pontos de aumento, quiátera. Exercício de vocalização a 2 vozes. Conhecimento prático dos sinais de abreviatura, de “repetição”, “Da Capo” (D.C e de salto para a Coda ou Fim. Exercícios das diversas modalidades de respiração, em ritmos variados. Exercícios de solfejos fáceis à primeira vista. Manossolfa desenvolvido a 1, 2 e 3 vozes; exercícios de cromáticos. Meio de conhecer o tom de um trecho. Canções e marchas escolares a 1,2,3 e 4 vozes; hinos patrióticos. Hino Nacional, à Bandeira, da Proclamação da República, da Independência, da Confraternização Americana, canções aos Estados do Brasil ou de países estrangeiros que dêem o nome às escolas. (Estudo por meio da aplicação das nações de teoria musical). Conhecimentos dos instrumentos musicais e palestras sobre a música e os músicos do Brasil; a música como elemento nas grandes comemorações cívicas, festas populares, etc. desde os povos antigos.

**H. Villa Lobos**

Diretor

M.E.S. – Departamento Nacional de Educação  
CONSERVATÓRIO NACIONAL DE CANTO ORFEÔNICO

**Instruções para aulas, exercícios e provas do ensino de Canto Orfeônico nos Cursos  
Ginasial e Industrial.**

As aulas de Canto Orfeônico deverão ser ministradas em classes de 45, 80 ou 120 alunos no máximo, da seguinte forma: no 1º período escolar da 1ª e 2ª séries, 22 aulas de 45 alunos por classe, 3 aulas de 80 em conjunto e 1 aula de grande conjunto destas duas séries reunidas; no 2º período, nas mesmas séries, 18 aulas de 80 a 120 alunos no máximo e 1 ensaio de grande conjunto destas duas séries reunidas, até às comemorações da Semana da Pátria e mais 22 aulas de 45 alunos até às provas práticas finais do ano letivo.

No 1º período escolar da 3ª e 4ª séries, 14 aulas de 45 alunos por classes e 4 aulas de 80 alunos em conjunto e duas aulas de grande conjunto destas duas séries reunidas; no 2º período nas mesmas séries, 14 aulas de 80 a 120 alunos no máximo e 2 ensaios de grande conjunto até às comemorações da Semana da Pátria e mais 16 aulas de 45 alunos até às provas práticas finais do ano letivo.

Haverá em cada trimestre um ensaio de grande conjunto, único que poderá abranger todas as séries. Poderão também ser feitos, mensalmente, ensaios de grande conjunto abrangendo todas as séries, para o preparo de solenidades cívicas.

As provas práticas serão mensais e parciais. As primeiras será submetido cada grupo de 45 alunos da mesma série. As segundas serão submetidos todos os alunos de todas as classes, em grupos de 4 alunos, no máximo, para se verificar ou seu aproveitamento em afinação, ritmo, dicção, correta dos Hinos oficiais e canções patrióticas, perfeita atitude cívica e disciplina do conjunto.

H. Villa-Lobos  
Diretor

M.E.S. – Departamento Nacional de Educação  
CONSERVATÓRIO NACIONAL DE CANTO ORFEÔNICO  
**Programa dos Cursos Ginásial e Industrial**

1ª série

Pautas, linhas suplementares, claves, valores, pausas, tons e semi-tons, intervalos, compassos, pontos de aumento e de diminuição, ligaduras, quiálteras, acidentes. Canções de diversos estilos, hinos e marchas, especialmente de autores brasileiros. Escalas diatônicas e seus relativos nos tons de Dó, Sol, Ré, Lá, Fá, Si b, Mi b e Lá b; modo de conhecê-las pela armadura da clave. (com e sem entoação). Leitura métrica, solfejo e ditado cantado de pequenos trechos. Ditados de Manossolfa simples e desenvolvido a 1 e a 2 vezes. Cópia das canções e hinos a serem estudados. Finalidades do canto orfeônico; os orfeões e suas organizações no estrangeiro. Palestra sobre a música e os músicos no Brasil. (Fatos mais interessantes). Audições de discos.

2ª série

Recapitulação da matéria dada na 1ª série. Exercícios de entoação de notas cromáticas, longas, sustentadas de um “pianíssimo” a um “fortíssimo” e vice-versa. Manossolfa simples e desenvolvido, a 1 e a 2 vezes, com efeitos de timbre. Ditados cantados e de ritmos mais adiantados. Leitura métrica. Solfejo a 2 vezes. Noções elementares, teóricas e práticas dos compassos compostos, acordes de 3 sons, sinais de interpretação. Intervalos, suas inversões e graus em que se encontram os da tonalidade. Entoação da escala diatônica harmonizada, por meio de processos teóricos e práticos. Palestras sobre audições e concertos. A música ameríndia, africana, portuguesa, espanhola e outras que influem na formação da música brasileira. Alguns instrumentos de que se serviram os indígenas. Conhecimento dos instrumentos de banda e orquestra.

3ª série

Acordes perfeitos maiores e menores e suas inversões (Com e sem entoação). Estudo das claves de Dó e Fá na 4ª linha. Escalas maiores e menores. Tonalidades. Correlação entre compassos simples e compostos; tempo e contra-tempo; sinais de repetição de 1 e 2 compassos. Leitura métrica e solfejos fáceis à 1ª vista, a voz. Manossolfa a 1, 2 e 3 vezes, simples e desenvolvido. Construção de frases curtas. Ditados cantados e de ritmos variados. Exercícios para que seja gravada, na memória, a escala maior e a relativa (ascendente e descendente), algumas vezes com o auxílio do manossolfa. Palestras sobre a origem e evolução da música,. Principais vultos da música brasileira. Folclore nacional sua utilidade ligada à música e história das artes. Audições de discos. Intervalos diatônicos, cromáticos e enharmônicos. Noções de tons vizinhos. Escalas cromáticas (com e sem entoação). Noções aplicadas de apogiatura breve e longa; mordente; andamento; termos e expressões usados.

4ª série

Recapitulação da matéria dada nos anos anteriores. Manossolfa simples e desenvolvido a 1, 2 e 3 vezes. Leitura métrica e solfejo nas claves de Sol e de Fá na 4 linha a 1 e 2 vezes. Os graus tonais. Acordes de 3 e 4 sons. Sinais de intensidade, de repetição e de abreviatura Harpejos em terças sucessivas, em ordem de escala. Estudo do metrônomo (Prático). Palestras sobre a evolução da música Orquestra antiga, clássica e moderna, banda e conjuntos típicos. Noções sobre escalas enharmônicas e armeríndias maiores e menores, escala geral e série harmônica. Prosódia: aplicação das palavras nas melodias. Cópia das músicas a 1,2,3 e 4 vezes. Manossolfa desenvolvido a 1,2, 3 e 4 vezes. Leitura métrica e solfejos à 1ª vista, a 1 e 2 vezes. Ditados cantados e de ritmos a 2 vezes. Harpejos de acordes perfeitos. (Entoação). Explicações e palestras acessíveis sobre a formação da música no Brasil.

**H. Villa Lobos**  
Diretor

## ANEXO N. 11

### TEXTO PUBLICADO NA REVISTA DE EDUCAÇÃO – Ano, 1936.

#### O CANTO NAS ESCOLAS<sup>675</sup>

No caminho que conduz de Arnstado para Luleckia há um grupo de rapazes escoltados por alguns soldados da Guarda Nacional. Entre os escoltados, rapazes criminosos, que eram destinados à cadeia da capital, constava-se o Fritz.

Na pequena cidade não havia quem não conhecesse o Fritz. Ninguém pronunciava ou ouvia pronuncia o nome dele sem um gesto de repulsa.

Era tão mau o Fritz?

Quando criança, maltratava os animais, batia nos menores, desrespeitava os velhos. Crescendo, com ele cresceram as más qualidades que o caracterizavam desde os primeiros anos. Armava desordens, praticava roubos e até se dizia que tomara parte num assalto. As autoridades do lugar não tiveram outro remédio senão enviá-lo à Capital do Estado para o juiz de menores lhe desse o destino que, devido a sua má conduta, merecia.

Julgam que ia triste? Que lhe pungia o coração deixar a triste mãe, a terra natal? Pensam que lhe metia medo o castigo que o esperava? O degredo talvez? Não! Ia radiante.

Vinha pela encruzilhada um grupo de estudantes que marchavam ao som da canção por eles mesmo entoada. Diferença de Destinos! Uns iam para a escola, o caminho da luz... outros para o degredo: a morte civil.

Numa certa altura tomaram, ambos os grupos, a mesma direção. Os estudantes alegres... os deportados tristes à exceção de Fritz. Após alguns minutos de marcha, Fritz dirigiu o olhar para os estudantes, começou a prestar atenção à música, e depois de fixar à vista nos pés dos rapazes passou a acompanhar-lhes os movimentos. Obedecia a cadência de marcha!

O comandante do pequeno destacamento fixou-o interessado. Fato inacreditável! O Fritz obedecendo a alguma coisa!...pensou, ele.

Insensivelmente Fritz foi dirigindo os passos para o lado dos estudantes... Um soldado fez menção de querer chamá-lo a ordem e que foi impedido por um gesto do comandante. Dali a pouco eis o Fritz incorporado aos estudantes sem dar por tal... Chegados a um posto onde a estrada se bifurcava e cada grupo devia tomar destino diverso.

O Fritz continuava a marchar com os estudantes. O soldado quis de novo chamá-lo no que de novo foi impedido. O comandante aproximou-se do soldado, segredou-lhe algumas palavras ao ouvido e os grupos separaram-se. Fritz continuou a seguir os estudantes na marcha cantada. O comandante apertou as rédeas do cavalo, precedendo a estudantada.

Ao chegar ao colégio, os estudantes foram recebidos por um homem, o professor, que lhes ordenou que seguissem para o salão de música... Fritz seguiu...

O mestre indicou-lhe uma carteira para a qual se dirigiu machinalmente... estava absorto. Entoavam diversos hinos: o Nacional... o da Bandeira... o hino ao sol. Após, disciplinadamente, retiravam-se os estudantes.

Fritz, que se tinha conservado sentado, esta imóvel e cabisbaixo. Chegou se-lhe o professor e, batendo-lhe suavemente no ombro chamou-o: Fritz!

<sup>675</sup> Texto extraído da revista da revista “A Máscara” de novembro de 1935, e publicado na Revista de Educação – Órgão do professorado Catarinense. Ano I, nº 1, janeiro/fevereiro. 1936. p.38-40.

O infeliz levantou a cabeça... Chorava!

- Porque choras meu filho? Perguntou o mestre.

Porque despertei dum lindo sonho.

- Que sonho Fritz?

- Sonhei que cantava!

- Gostarias de cantar?

- Oh! Sim!

- Foi só isso que sonhastes?

- Oh! Não. Sonhei que era um desses estudantes.

- Queria ser um deles?

- Oh! Se queria! Quando cantavam essas palavras que eu jamais compreendi referentes à Pátria, lembrei-me de que deixei a minha terra, a qual nunca mais verei. Quando cantavam o hino ao trabalho, senti um louco desejo de ser trabalhador, de fazer alguma coisa útil a mim e aos outros... Quando cantavam o hino ao Sol amei carinhosamente a meu país! Como sou desditoso. Que linda coisa é cantar!

Não sei cantar e é por isso que desconheço todos esses elevados sentimentos... por isso não admirei nunca essas lindas cousas... a pátria, o trabalho, o sol.

Quando se falava em pátria, ouvia dizer. “Ora, Pátria... essa corja de bandidos que a governam!” Quando minha mãe me dizia: “Vai trabalhar vagabundo”. Era sempre com gritos e impropérios. Eu tinha um tio lavrador que levava sempre a dizer: “Raio de Sol! Se hoje não chove o maldito me secará tudo!” Foi sempre assim!

Agora, porém, ouvindo essas palavras cantadas, foram outras para mim. Essas palavras ditas com música causaram outro efeito na minha alma. Como sou desgraçado, meu Deus! Porque tão tarde ouvi cantar! Que lindo sonho! Trabalhar, honrar a pátria! Louvar o sol do meu país!

E caiu soluçando dolorosamente nos braços do professor. A música redimira aquela alma!

*Chegado tal acontecimento aos ouvidos do célebre estadista Bismark, esse decretou o canto obrigatório nas escolas...*

Pensara ele. Se a música salvou aquela alma pervertida, quantas almas em embrião não mandará para o caminho do bem... para a obediência as belas palavras do suave Mestre: Amai-vos uns aos outros.

*Griselda Lazaro Schlender*



**ANEXO N. 12.****ANO 1950 - HOMENAGEM PÓSTUMA À MESTRA CATARINENSE DE MÚSICA E CANTO ORFEÔNICO JUDITH DE OLIVEIRA SIMONE.** (Professora de Música e Canto Orfeônico do Instituto de Educação de Florianópolis - 1935 a 1950- )

Elaborado pelo Inspetor Escolar Américo Vespúcio Prates, e pronunciado pelo mesmo autor, na cidade de Rodeio, quando foram levar uma placa para colocar no túmulo da homenageada.<sup>676</sup>

Ao iniciar-se o Governo Vidal Ramos, em Santa Catarina, o mais grave, urgente e patriótico problema a resolver era o da instrução pública primária catarinense, de molde a integrar as gerações oriundas de suas correntes imigratórias nos sentimentos e interesses da grande pátria brasileira.

Era a formação perfeita de milhares e milhares de crianças brasileiras que cresciam e se desenvolviam inteiramente ignorantes das coisas e gente da terra que havia abrigado seus ascendentes.

Os colonos alemães e italianos procurando solução para problema de tão alta valia, como o da instrução primária, instituíram vasto número de escolas espalhadas pelas linhas coloniais do Estado, servidas por professores contratados em suas pátrias de origem e subvencionados pelos seus próprios governos.

Esses professores criaram um verdadeiro quisto racial, cuja eliminação se impunha inexoravelmente para a formação de um Brasil maior.

Ressentias-se porém Santa Catarina da falta de uma infra-estrutura capaz de levar a bom termo trabalho de tamanha responsabilidade. Em linhas gerais era esse problema oferecido ao equacionamento e solução feliz pelo governo do Estado.

Foi então que se entendeu de contratar uma grande equipe de verdadeiros técnicos paulistas, chefiados pelo extraordinário mestre Orestes Guimarães, testado já em idêntica missão no Estado de São Paulo.

Passou, destarte, a Escola Normal de Santa Catarina, célula mater de onde saíam os mestres estaduais, a se esmerar na organização de suas turmas de professores.

Para formar e poder contrapor valores iguais aos vindos dos países europeus e fortemente imbuídos do papel que passariam a representar na formação da mocidade catarinense, tendo sempre em vista o fator da nacionalização do ensino primário.

Dáí começaram a sair da Escola Normal, brilhantes turmas de moças professoras, que iriam constituir a viga mestra da nacionalização do ensino num Estado que, se muito devia às suas correntes imigratórias no campo da economia e do trabalho, precisava de entender o que de mais caro era ao nosso imenso e grande Brasil: a língua, os seus costumes, as suas tradições, a sua história enfim.

De uma dessas turmas fazia parte a jovem professora Judith de Oliveira Simone, cujo nome houve por bem o Governo do Estado dar a este Ginásio Normal.

---

<sup>676</sup> Este discurso foi concedido pela professora Isabel Lins. Está guardado em seu baú de relíquias.

Estudiosa, admirável, inteligente, dotada de uma privilegiada sensibilidade artística, a jovem professora vivia enclausurada numa simpática modéstia, que se haveria de tornar, vida afora, a mais sedutora linha de sua formação moral e intelectual.

Era edificante quando, à frente de inúmeros soldados do batalhão sediado em Blumenau, ensinava àqueles moços que se integravam nas fileiras de nossas forças armadas, a música e a letra do Hino Nacional.

E não lhe despertava orgulho aquele trabalho patriótico. Era que vivia para o seu magistério, se inspirava no interesse da Pátria. Talvez, quem sabe, ela mesma não compreendesse ser aquele nobilíssimo mister imposto pelo próprio grito da pátria que sentia no seu coração de moça.

Foi esse amor a terra onde nasceu que não permitiu, mais tarde, aceitasse uma das assessorias do ilustre Maestro Villa-Lobos, para a qual fora indicada pelo Governo do Estado. Ela desejava viver na sua terra no meio da sua gente.

Filha do farmacêutico José Christovão de Oliveira e Dona Nicolina Clavan de Oliveira, nasceu Judith de Oliveira Simone a 28 de março de 1892, em Florianópolis. Estudou e se formou na Escola Normal Catarinense, com distinção, em 1909.

Sua primeira nomeação foi para o Grupo Escolar Vidal Ramos, da cidade de Lages, em 28 de agosto de 1912. Em 1913, casou-se com Gastão Simone, tendo enviuvado muito moça ainda. Todo o resto de sua vida passou no cultivo da saudade daquela sua grande afeição.

Em 1914, quando eclodia a primeira guerra mundial, transferiram-na para o grupo Escolar Luiz Delfino, Blumenau, onde acumulou também a cátedra na Escola Complementar. Nesse posto é que se destacou como um dos grandes elementos da nacionalização do ensino.

Em 1918, depois de labor intenso e patriótico em Blumenau, centro da grande colonização germânica em Santa Catarina, veio a servir, adida, no Grupo Escolar Lauro Muller e Escola Complementar anexa.

Em 1935, após brilhante concurso, foi nomeada para a 11<sup>a</sup>. Cadeira – Música e Canto da Escola Normal Catarinense. Assim depois de uma longa e admirável caminhada por todos os escalões do magistério, realizava seu grande ideal: integrar-se no corpo docente da Escola em que se havia formado.

Na prática dessa disciplina deu o melhor do seu esforço tendo encaminhado um grande número de valores novos no movimento artístico do seu Estado natal.

Depois de cumprido o seu destino, dentro de um ideal – chama sagrada que alimentou sua vida de dedicação e disciplina à causa do ensino público – Deus a chamou em 17 de janeiro de 1950.

**ANEXO N. 13.**

**CAPA E SUMÁRIO DO LIVRO DIA DE FESTAS USADO POR ISABEL LINS.**

## **DIAS DE FESTA**

Album de 15 números, contendo bailados, monólogos, cançonetas e duettos próprios para festas collegiaes, escolares e Jardim de Infância.

Letra da professora D. Isabel V. Serpa e Paiva.

Música de Francisco Russo

Desenhos do Guasca

**CASA WAGNER**

EDITORA

Rua Líbero Badaró n. 33-B

São Paulo

**ANEXO N. 14.****CANÇÕES PATRIÓTICAS CANTADAS POR ISABEL LINS.****1. OH! BELA SANTA CATARINA** (letra e música – Antônio Amâncio Costa)

Oh! Santa Catarina paraíso terreal/ Linda Terra sulina,  
 Que não tem outra igual./ Tuas praias de prata,  
 Onde as vagas rumorosas do mar vem quebrar.  
 São ondinas de amor destas plagas/ Que os poetas cantam ao luar.

**2. ESTUDANTE DO BRASIL** (Letra: P. Barbosa e A. Taranto Música: Raul Roulien)

Estudante do Brasil! Tua missão é a maior missão:  
 Batalhar pela verdade/ Impor a tua geração!

**Estrilho:**

Marchar, marchar para a frente! Lutar incessantemente!  
 A vida iluminar/ Idéias avançar!

E, assim, tornar bem maior/ Com todo ardor juvenil:  
 A Raça, o Ouro, o esplendor/ Do nosso imenso Brasil!

Estudante do Brasil/ Orgulho da Nação, tu hás de ser!  
 O Brasil almeja, ansioso/ Que cumpras sempre o teu dever.

**3. MOCIDADE BRASILEIRA**

Mocidade brasileira/ Alma forte e varonil,  
 Seremos todos fileiras/ Empunhemos o fuzil,  
 Se amanhã surgir a guerra/ Paladinos da nação  
 A honra de vitória/ Salve o nosso Pavilhão

Salve Pátria berço amado/ Juremos em teu altar  
 Pelos louros do passado/ Novos louros te ofertar  
 Salve Pátria Brasileira/ Salve estrelada Bandeira

**4. CANÇÃO DOS PÁSSAROS**

Ao despontar da madrugada/ Vibram os pássaros nas melodias  
 Da linda e a alegre a passarada/ Eles passam pelas ramarias

Ah com os pássaros cantemos (cantemos)/Ah meia luz do alvorecer (do alvorecer)  
 Os nossos dias exaltemos (exaltemos)/ Nossa alegria de viver.

Pelas florestas e campinas/ Voam cantando passarinhos  
 Ao som de músicas divinas pelas levezas e caminhos

## 5. TERRA BRASILEIRA

Raiando o sol nas verdes serras/ nos vales tudo é esplendor.  
Os raios de ouro pelas terras/ Rolando vão de flor em flor.

### **Estribilho:**

Oh Terra Brasileira/ de todas a primeira/  
Mais lindas são as flores/ bem mais vivas são as cores desse imenso céu de anil.  
Oh não há céu tão lindo/ de azul assim infindo  
Nem tão feliz sorriso, nem tão belo paraíso como nesse meu Brasil.  
Lá, lá, lá rá, rá ,rá, lá, lá, ...

Os rios mares e florestas/ os campos e jardins sem par  
Jubilam em perenes festas saltando o sol ao despontar.

## 6. SAUDAÇÃO AO BRASIL (cantavam todo o tempo de magistério)

Brasil teu povo é forte como é grande a tua terra.  
Brasil em tuas grandes matas verdes canta a passarada em gorjeios mil!  
Queremos com alegria do trabalho e do saber  
Saudar o céu, nossa linda Terra, nosso verde mar.  
Queremos com prazer cantar.

As nossas praias brancas que as ondas brancas vêm beijar  
Lembra os homens fortes que vivem a pescar.  
Cantar é saber viver pelo Brasil  
Para ensinar ao povo varonil, que esta terra forte,  
Há de ser nossa até morrer/ Porque nos viu nascer!!  
Brasil teu povo é forte como é grande a tua terra.

## 7. HINO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

Caravelas que vem do oriente,  
Conduzindo marítimo escol  
Vislumbrando montanhas e rente  
Ancoraram na terra do sol  
Tudo virgem as plantas mais belas  
Sob o sol refulgente de luz  
E Cabral sob o céu do cruzeiro  
Ergue o marco sublime da cruz.

Pátria nasceste para a luz da história.  
Pátria surgiste para o nosso amor.  
Glória ao passado  
Renascer de glória  
Ao nome excelso do navegador

## ANEXO N. 15

CANÇÕES ESCOLARES CÍVICO-PATRIÓTICAS COMPOSTAS POR  
JOÃO DOS SANTOS AREÃO.

A printed musical score for "Hino Orestes Guimarães". The title is in a decorative, gothic-style font. Below it, the text reads "memória do Grande Educador" and "Letra de Ernesto Lacombe. Música de J. D. Areão". The score is written on multiple staves with a complex arrangement of notes and rests. To the right of the score, there is a column of lyrics in Portuguese, including the words "Cora" and "Cora" repeated.

**Hino Orestes Guimarães**  
Letra de Ernesto Lacombe  
Música do professor Areão

*Professor Guimarães! Foi o espelho  
De energia que a mente leçou;  
Quem na vida lhe ouzou o conselho  
Seguiu passo seguro e triunfou*

*Cora*  
Seja nossa bandeira o trabalho  
Seja o nosso trabalho aprender;  
Quem da glória conquista agasalho  
Quem na luta procura o saber.

*A memória cultuemos do culto  
Que passou sua existência a ensinar  
Ao moral preceitor nosso culto  
De saudade infinita sem par.*

*Cora*  
Seja nossa bandeira, etc.

*Foi na vida um patriota cirilasso  
Entregando-se inteiro à instrução  
Seu fanal, era amor fervoroso  
As criancinhas de livro na mão.*

*Cora*  
Seja nossa bandeira, etc.

*Esquecer na instrução ninguém há de  
O querido e tenaz professor.  
Ao classificar com viva saudade,  
Tributam-lhe também nosso amor.*

### Saudação

J.S. Areão

Piano

### Saudação a José Boiteux

Letra e música de J. dos Santos Areão

Nosso canto tão puro e tão meigo  
Que se evola com tento fervor,  
É um preto de terno carinho  
Conquistado com força e valor.

#### Côro

A Boiteux, o querido patrono  
A Boiteux, que bem grande inda é,  
Nossas almas estarão sempre prontas  
A elevar o seu nome com fé.

Conheceu nossa terra estremada,  
Clareou-a com seu belo saber;  
Trabalhou para sua grandeza,  
Como herói que só sabe vencer.

Os tropeços por ele encontrados  
Em caminho do grande ideal,  
Aumentaram o seu estoicismo  
Mais douraram o nobre final

Eis porque nós daqui evocamos  
Respeitáveis a sua memória;  
Os seis feitos serão bem gravados,  
Como belas passagens da história.

### Hino Orestes Guimarães

J.S. Areão  
Letra: Ernesto Lacombe

Piano

Côro

### Hino Orestes Guimarães

Letra de Ernesto Lacombe  
Música do professor Areão

Professor Guimarães! Foi espelho  
De energia que a morte levou;  
Quem na vida lhe ouviu o conselho  
Seguiu passo seguro triunfou

#### Côro

Seja nossa bandeira a trabalho  
Seja o nosso trabalho aprender;  
Quem na Glória conquista agasalho  
Quem na luta procura o saber

A memória cultuemos do vulto  
Que passou sua existência a ensinar  
Ao moral preceptor nosso culto  
De saúde infinita sem par

Foi na vida um patriota virtuosos  
Entregando-se inteiro à instrução  
Seu fanal, era amor fervoroso  
As criancinhas de livro na mão

Esquecer na instrução ninguém há de  
Ó querido e tenaz professor  
Ao chorá-lo com viva a saudade  
Tributamos também nosso amor.

### Um, Dois...

Marcha Infantil  
Marcha  
J.S. Areão

Piano

Marcha infantil Letra e música de J. dos Santos Areão

Em forma vamos contentes,  
Cumprindo o nosso dever  
A escola é sorridente  
Pra quem quer somente aprender  
(bis para todo o verso)

#### Côro

Um, dois, (bis) três quatro (bis)  
Toca a (bis) marchar (bis)  
Firmes (bis) somos (bis)  
Amando este lar

Escola ninho fagueiro  
De tanta alma gentil  
Preparas com muito esmero  
Bons homens para o nosso Brasil

Côro – Um dois, etc...

### Patriotismo de Vovó

J.S. Areão  
Letra: Trajano Margarida

Letra de Trajano Margarida Música de João Dos Santos Areão

Quando estamos no campo em repouso  
Recordamos as lindas histórias, que vovó contava idosa  
Do Brasil, seus heróis suas glórias.  
E tão linda que ela dizia, tinha tanta beleza a verdade,  
Que ao lembrar em conjunto cantamos  
Esta linda canção da saudade.

#### Côro

Pois vovó mesmo velha sentia  
O dulçor da canção prazenteira  
Que há de sempre sentir mulher  
Que por sorte nascer brasileira.

Relembrava Machado e Caxias, mesmo Osório e Marcílio  
Os heróis que ao lembrar em conjunto cantamos.  
Esta vovó quase sempre ao findar,  
As histórias que então nos contava  
Tinha os olhos profundos brilhando,  
Como tinha se acaso chorava,

Mas não era de dor que chorava  
Vovozinha que a pouco morreu  
Tudo aquilo era o bem que ela tinha,  
Ao Brasil que ela amou, que era seu.



## O Eco

J.S. Areão

Piano

## O Eco

Letra e música de João dos Santos Areão

Bem longe na serra distante,  
 Eu ouço um voz que me fala  
 Num tom harmonioso e sereno  
 Qual paixão da alma se exala, bem xala!

### Côro

(Todos) A-ô a-ô! A-i! A- í! I-á! I-ô! i-ô!  
 É o eco da minha saudade,  
 Que se vê no meu coração.  
 Encontrando guarida na mata,  
 Volta a mim qual suave canção!

Em ouvindo tão terno queixume,  
 Eu escuto os meus sentimentos;  
 E o eco um Deus que na serra  
 Dá alívio aos meus grande lamentos.

Pela boca da serra distante  
 Vibrando sua lama tão santa,  
 Saem vozes que são melodias  
 Saem vozes que a tudo encanta  
 Pela canta!

## Terra Catarinense

J.S. Areão  
Letra: Trajano Margarida

Piano

11

21

30

40

49

*etc.*

## Terra Catarinense

Letra de Trajo Margarida Música de João dos S. Areão

Lá, la, la, la, la, la, la, la, la,  
la, la, la, la, la, la, la, la, la, la,

Nossa terra que na história, tem um nome feito, puro.  
Do Brasil faz e prepara, os soldados do futuro.  
Muito embora inda sejamos desta vida uma alvorada.  
Do Brasil a santa imagem temos n'alma retrata.

### Côro

Aqui estamos afirmando, corajosos verdadeiros:  
Os que nascem nesta terra são heróis, são brasileiros.  
Aqui estamos afirmando, corajosos verdadeiros:  
Os que nascem nessa terra são heróis, são brasileiros.

Nós que estamos nesta escola de realeza tão servil.  
Como guia temos todos a bandeira do Brasil.  
Nossa rica e amada terra berço douro de guerreiros.  
Jamais teve seus destinos sob o jugo do estrangeiro.

## ANEXO N.16:

## CANÇÕES ESCOLARES CÍVICO-PATRIÓTICAS COMPOSTAS POR PROFESSORES CATARINENSES.



**Despedida**  
Hino Escolar

Odilon Fernandes

Piano

**Despedida**  
Hino Escolar

Melodia e Letra do prof. Odilon Fernandes

**Sólo (Pelas diplomadas)**

Da montanha da vida a escalada, já sozinhas iremos  
tentar e no mérito próprio escudada,  
Cada qual o triunfo buscar

**Todos**

Será o céu menos claro, sem guia que vos assista  
Dos mestres sem amparo, sem das colegas a vista.

**Solo**

Duplo esforço se torna preciso, a quem só por urzais  
atravessa, sem que um braço, um olhar, um sorriso,  
O conforto, se acaso tropece.

**Todos**

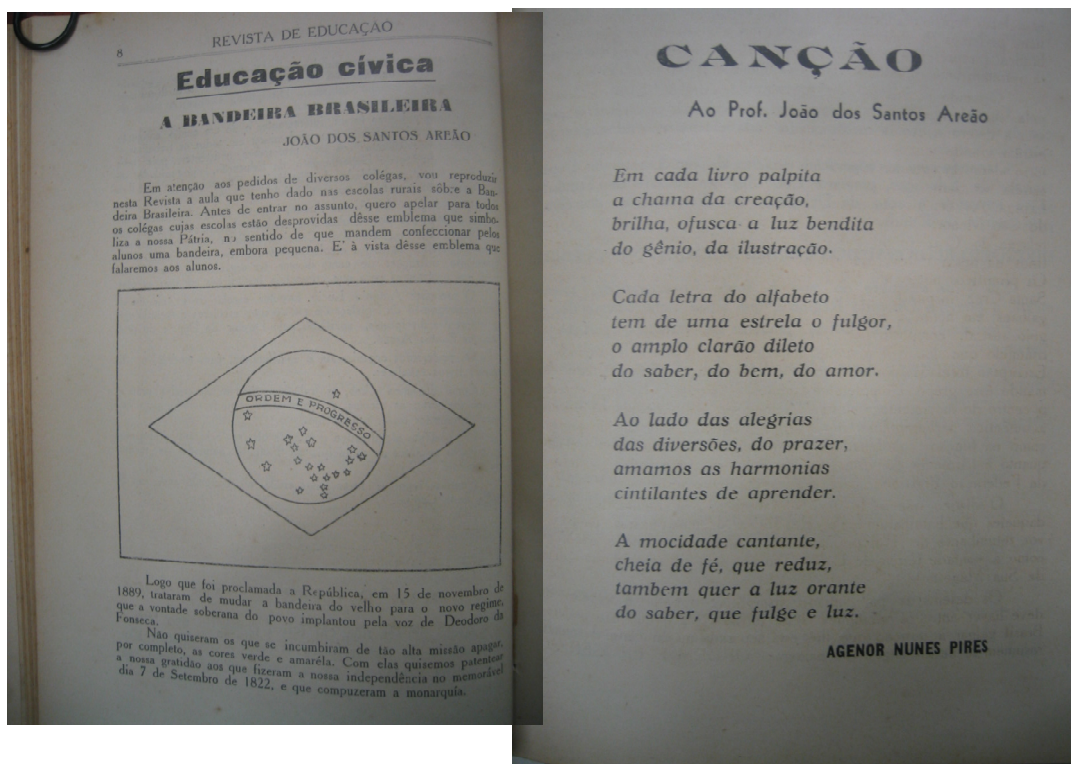
Não só da escola distante, mas até mesmo do lar  
Sozinhas de hoje em diante, iremos sofrer e lutar.

**Solo**

De saudade, de amor e coragem, sejam nossas palavras  
finais, e na mente conosco viagem,  
Nossos mestres colegas e pais

**Todos**

Saudade da vida antiga, amora a quem voz quer  
Coragem que bem contigo, com a missão que se tem.



**As composições do professor Abelardo de Souza, e outros professores compositores catarinenses estão anexadas no exemplar depositado na Biblioteca central da Universidade Federal de Santa Catarina.**

**As cópias das partituras das canções orfeônicas estão com a autora desta tese.**

## ANEXO N. 17:

**Local de atuação de Professores Nacionalistas entre as décadas de 30 e 40, mencionados nessa tese.**

Isabel Lins, Izoete Elisa Gouveia Muller, Zenilda Nunes Lins, Cacilda Miranda Moser, Abelardo de Souza, Elza Ribas Pessoa concluíram o curso Normal no Instituto Estadual de Educação, Florianópolis. Dilma Livramento, Dirce Noemi de Souza, Irmã Corália (Maria Amália WEBER), formaram-se no Colégio Coração de Jesus, na cidade de Florianópolis. Leda Senise e Aracy Scherer Rocha graduaram-se no rio Grande do Sul.

ns desses professores brasileiros citados terminaram seus estudos antes do período do Estado Novo, mas a maioria foi durante esta época mencionada. Depois de graduados foram a diferentes lugares do Estado para exercer o magistério. Os locais que atuaram como professores nacionalistas foram: **Florianópolis, São José, Biguaçu, Camburiú, Itajaí, Lages, Ituporanga, Ibirama, Rodeio, Benedito Novo, Rio do Sul. Joinville, Blumenau.** Estas cidades foram mencionadas no decorrer da tese, identificando o professor que esteve presente. Para melhor visualização, estas cidades estão identificadas no mapa abaixo:



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)